

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO NA HISTÓRIA DO
CONHECIMENTO LINGUÍSTICO BRASILEIRO:
a definição do nome gramática**

TESE DE DOUTORADO

Juciele Pereira Dias

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO NA HISTÓRIA DO
CONHECIMENTO LINGUÍSTICO BRASILEIRO:
a definição do nome gramática**

Juciele Pereira Dias

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Orientador: Prof^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira Dias, Juciele

Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro: a definição do nome gramática / Juciele Pereira Dias.-2012.

245 p.; 30cm

Orientadora: Amanda Eloina Scherer

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2012

1. historia das ideias linguísticas 2. gesto de interpretação 3. gramática 4. arte e ciência I. Eloina Scherer, Amanda II. Título.

© 2012

Todos os direitos autorais reservados a Juciele Pereira Dias. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Laboratório Corpus - Avenida Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, 97105-900, Santa Maria/RS.

Fone (0xx)55 3220 8956; End. Eletr: juciele dias@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO NA HISTÓRIA DO CONHECIMENTO
LINGUÍSTICO BRASILEIRO:
a definição do nome gramática**

elaborada por
Juciele Pereira Dias

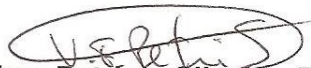
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Doutor em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:


Amanda Eloina Scherer, Dr. (Presidente/Orientadora)


Luiz Francisco Dias, Dr. (UFMG)


Gesualda dos Santos Rasia, Dr. (UFPR)


Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)


Graziela Lucci de Angelo, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 10 de dezembro de 2012.

DEDICO ESTE TRABALHO A MINHA FAMÍLIA

O espaço da dedicatória, neste trabalho, é também um lugar de reconhecimento da história de vida, no modo como nos constituímos enquanto sujeito no processo de produção do conhecimento.

O fascínio pela história e pela memória faz parte de minha inserção no mundo das Letras, por intermédio de duas avós, analfabetas, com quem convivia, diariamente, até há poucos anos. Após educarem, respectivamente, 12 e 11 filhos, meus pais¹ sendo os mais novos de cada família, cresci escutando: “Senta aqui que vou te contar um *causo*?” E assim se passavam horas. Ou, em outros dias, eu chegava e pedia, empolgada: “Vó, conta uma história de quando o pai (ou a mãe) era pequeno (a)?”.

A tradição de contar *causos*/histórias, na família do meu pai, foi passada para a geração dos meus tios e primos e, sempre que nos reunimos, fico emocionada pelo escutar uma “mesma” história várias vezes, (re)contada por cada um deles de forma diferente. Em alguns momentos, um elemento novo é lembrado por alguém e, em outros, simplesmente, um gesto – o arranjo, ou um riso, ou uma mímica, ou uma reclamação, ou uma fisionomia séria – produz novos efeitos de sentidos. Até mesmo quando minha avó contava novamente a “mesma” história, e eu participava com a lembrança de alguma passagem, era algo diferente e emocionante.

Na família de minha mãe, descobri esse funcionamento mais tarde. Eu pedia para minha avó contar histórias de quando a mãe era pequena e, de um modo ou de outro, o silêncio se fazia. O resgate se voltava para um passado distante sobre um “tio-avô do colorado”² que, em algum momento da história, teria lutado pelo Rio Grande do Sul. Uma história que me incomodava pelo distanciamento temporal e pela minha impossibilidade de compreendê-la. Um incômodo que hoje, de outro modo, é constitutivo de minha relação com a pesquisa acadêmica em história das ideias linguísticas.

Para nós, portanto, “contar uma história”³ está para além de uma relação empírica de uma tradição da construção de narrativas de história de vida; atualmente é também uma relação determinada por uma história das ideias. “Contar uma história” é estar imerso em um espaço potencializado por fatos e acontecimentos que se atualizam por gestos de interpretação, ou ainda, por fatos e acontecimentos que, mesmo esquecidos, significam enquanto possibilidades de entrarem em funcionamento, pela memória, na história.

¹ Nascidos em 1961.

² A referência “do colorado” diz respeito à cor vermelha do lenço dos “maragatos”, conforme a história do Rio Grande do Sul do século XIX.

³ Retomamos o enunciado de Orlandi (2000), “contar uma história”, o qual desenvolvemos nesta tese. Também fazemos referência ao trabalho de Scherer (2004) sobre a relação história de vida *versus* história das ideias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

à professora Amanda Scherer, por, ao longo de um percurso acadêmico de trabalhos de iniciação científica, mestrado e doutorado, ter me orientado na compreensão do que é ética e responsabilidade em pesquisa, em que a interpretação se constitui por uma relação com o outro no processo de produção do conhecimento em/por uma comunidade científica. É desse modo que agradeço por ter sido sua orientanda, por todo o aprendizado que tive e ainda por ter a oportunidade de, neste momento, poder agradecer a outros professores e colegas que também fazem parte desse nosso percurso;

à professora Hélène Leclercq, por ter me ajudado a consolidar o sonho de dar continuidade aos estudos de língua francesa na Université de Franche-Comté e por ter me oportunizado momentos de diálogos sobre o meu trabalho, os quais contribuíram para a constituição de um outro olhar sobre o objeto de estudo desta tese;

à professora Heliane Kohler, por aceitar a co-direção deste trabalho de tese no estágio de doutorado sanduíche na Université de Franche-Comté e por ter acompanhado, sempre com muita atenção e gentileza, o desenvolvimento de minhas leituras sobre o objeto de estudo e as minhas participações em seminários durante o estágio;

à professora Verli Petri, pelas leituras teóricas e pelas palavras amigas de incentivo ao meu percurso acadêmico desde a graduação até a finalização dos estudos de doutorado; ainda à professora Verli, juntamente com a professora Amanda, obrigada também pela confiança que depositaram em mim no desenvolvimento de atividades no Laboratório Corpus, as quais muito contribuíram para a constituição de um *gesto* sobre o objeto de estudo desta tese;

à professora Graziela de Angelo, pelos diálogos atenciosos ao longo do meu percurso de mestrado e de doutorado e indicações de leituras sobre a problemática da constituição do ensino de língua portuguesa e suas relações com os estudos linguísticos;

à professora Zélia Paim, pelas contribuições na qualificação de doutorado e pelo companheirismo de colega, amiga e leitora desse trabalho nesses momentos de finalizações do texto;

ao professor Lauro Baldini, por ter me incentivado, na qualificação de doutorado, a deixar de lado a timidez em Análise de Discurso e consolidar uma filiação teórica pela qual, hoje, proponho a constituir um *gesto de interpretação* em História das Ideias Linguísticas;

à professora Susana Silveira, pela leitura deste trabalho de tese em minha qualificação, por ter me aberto as portas de sua biblioteca pessoal e compartilhado comigo leituras fundamentais sobre a gramatização brasileira;

aos colegas e amigos do Laboratório Corpus, pelos momentos singulares de diálogos teóricos e metodológicos, pelo companheirismo em atividades de editoração, organização de eventos na UFSM e participação de eventos em outras cidades e estados; por ter feito parte desse grupo durante todos esses anos de minha formação acadêmica no Corpus, agradeço de coração;

aos amigos e aos meus pais, pelo carinho, pela confiança, pela atenção, pela paciência e pela compreensão; também pelo apoio emocional necessário para eu seguir o caminho profissional escolhido;

ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, em especial aos funcionários Jandir e Irene, que sempre me receberam e me ajudaram quando fui até eles;

à Capes, pelo suporte técnico e financeiro para a realização do doutorado, incluindo o estágio no exterior;

à Université de Franche-Comté, pela acolhida e integração como uma estudante matriculada com acesso normal ao sistema da instituição; também agradeço à Rejane, por essa integração, concretizada no auxílio com as burocracias de efetivação do estágio de doutorado e pela amizade no convívio ao longo desse momento de minha formação acadêmica na França.

Homo sum: humani nihil a me alienum puto
(Terêncio)

Eu diria, parafraseando Terêncio:
Linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto
(Roman Jakobson)

É nessa ordem de idéias que ele aconselha seus alunos
a adaptarem a seu modo o velho lema de Terêncio:
*O linguístico confunde-se com o humano, e, portanto,
nada do que interessa à vida e ao mundo do homem lhes deve ficar alheio.*
(Mattoso Câmara)

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO NA HISTÓRIA DO CONHECIMENTO LINGUÍSTICO BRASILEIRO: a definição do nome gramática

AUTORA: JUCIELE PEREIRA DIAS

ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 10 de dezembro de 2012.

A constituição de um *gesto de interpretação* sobre os efeitos de sentidos da definição do nome gramática, em uma relação com as formas de saber sobre a língua(gem), na história do conhecimento linguístico brasileiro, é o objetivo deste trabalho de tese. Essa problemática de pesquisa é desenvolvida a partir de um estudo sobre a definição desse nome na primeira edição de **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, e está ancorada em uma questão teórica do *gesto de interpretação* da posição sujeito analista que faz História das Ideias Linguísticas no Brasil. O compêndio gramatical de Bechara foi publicado em 1961, coincidindo com um momento histórico em que se dá a institucionalização da disciplina nomeada *Linguística* nos cursos de Letras do país, a qual é determinante de um efeito de ruptura da definição do nome *gramática* nessa obra, quando colocada em relação a outras do processo de gramatização brasileiro. Dentro do período de publicação de gramáticas da língua portuguesa para o Brasil – do século XVI até meados do século XX – o nome *gramática* é determinado por uma relação entre as designações de *arte* da gramática (portuguesa ou greco-latina) e de *ciência*, uma designação constituída por *formas de saber* sobre a língua(gem) em condições de produção específicas, tais como: *Gramática Geral*, *Gramática Comparada*, *Gramática Histórica* e *Linguística Moderna*. Pelas condições de produção da publicação da referida gramática de Bechara, por um gesto de interpretação sobre a definição do nome *gramática*, compreendemos que há um efeito de ruptura com a tradição da *arte* da gramática portuguesa, pois há uma reformulação da definição desse nome na história do conhecimento linguístico brasileiro no século XX. Isso vai atualizar sentidos da definição de *arte* da gramática latina de Donato (IV d.C.) e de *arte* da gramática portuguesa de Eduardo Carlos Pereira por uma relação com a forma de saber da *ciência* de nome *Linguística*, também designada como *Linguística Moderna* e determinada por uma perspectiva teórica dos linguistas Ferdinand de Saussure, Edward Sapir e Joaquim Mattoso Câmara Junior na gramática de Bechara.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Gesto de interpretação; Gramática, Arte e Ciência.

ABSTRACT

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

AN INTERPRETATION GESTURE IN HISTORY OF BRAZILIAN LINGUISTIC KNOWLEDGE: the definition of the name grammar

AUTHOR: JUCIELE PEREIRA DIAS
SUPERVISOR PROFESSOR: AMANDA ELOINA SCHERER
Santa Maria, December 10, 2012.

The constitution of an *interpretation gesture* about the effects of the meanings of the definition of the name *grammar* related to the ways of knowing about language in the history of Brazilian linguistic knowledge is the objective of this thesis. Such research problematic was developed from a study on the definition of the name grammar in the first edition of **Moderna Gramática Portuguesa**, by Evanildo Bechara and it's anchored on a theoretical conception of the *interpretation gesture* of the analyst subject position that makes History of Linguistic Ideas in Brazil. Bechara's grammar compendium was published in 1961, in a historic moment corresponding to the process of institutionalization of the discipline named *Linguistics* in courses of "Letras" in the country, which is a determinant effect of disruption of the definition of the name *grammar* in the aforementioned book when compared to other books on the process of Brazilian grammatisation. During the period of publication of Portuguese Grammars - from the sixteenth century until the mid-twentieth century -, the name *grammar* is determined by a relationship between the designations of grammar's *art* (portuguese or greco-latin) and of *science*, a designation constituted by forms of knowledge about language such as: *General Grammar*, *Comparative Grammar*, *Historical Grammar* and *Modern Linguistics*. For the production conditions of the publication of Bechara's Grammar, by a gesture of interpretation about the definition of the name *grammar*, we understand that there is an effect of breaking with a tradition of the *art* of portuguese grammar, because there is a reformulation of the definition of that name in the history of brazilian linguistic knowledge in the twentieth century which presentified the meanings of the definition of *art* from the latin grammar of Donatus (IV AD) and the art from Eduardo Carlos Pereira's Portuguese grammar for a relationship with a form of knowledge of the *science* named *Linguistics*, also designated as *Linguistics Modern* and determined by a theoretical perspective of linguists Ferdinand de Saussure, Edward Sapir and Joaquim Mattoso Junior in the Bechara's Grammar.

Key words: History of Linguistic ideas; Interpretation Gesture; Grammar, Art and Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Arte de colonização I	58
Ilustração 2 – Arte de colonização II.....	60
Ilustração 3 – Folha de rosto da gramática de João de Barros (1539)	114
Ilustração 4 – Folha de rosto da gramática de João de Barros (1540)	116
Ilustração 5 – Folha de rosto da gramática de Fernão de Oliveira [(1536) 2000]	117
Ilustração 6 – Folha de rosto da gramática de Antônio José dos Reis Lobato (1770).....	124
Ilustração 7 – Folha de rosto da gramática de Antônio Alvares Pereira Coruja ([1835]1878).....	134
Ilustração 8 – Folha de rosto da gramática de João Ribeiro ([1887] 1889)	147
Ilustração 9 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro I (1881).....	149
Ilustração 10 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro II (1881).....	150
Ilustração 11 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro III (1881).....	151
Ilustração 12 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro IV (1881)	152
Ilustração 13 – Folha de rosto da gramática de Eduardo Carlos Pereira (1907)	159
Ilustração 14 – Capa da gramática de Evanildo Bechara (1961)	173
Ilustração 15 – Rio de Janeiro.....	176
Ilustração 16 – Brasília.....	176
Ilustração 17 – Capa da gramática de Evanildo Bechara (1961): parte I	178
Ilustração 18 – Capa da gramática de Evanildo Bechara (1961): parte II	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição de gramática em Dionísio da Trácia.....	74
Quadro 2 – Definição de gramática em Donato	76
Quadro 3 – Definição de gramática em Ferdinand de Saussure	92
Quadro 4 – Definição de gramática em Fernão de Oliveira (1536).....	107
Quadro 5 – Definição de gramática em João de Barros (1540).....	112
Quadro 6 – Arte da gramática	121
Quadro 7 – Definição de gramática em Antônio José dos Reis Lobato (1770)	123
Quadro 8 – Definição de gramática em Antônio Alvares Pereira Coruja (1835)	131
Quadro 9 – Definição de gramática em Antonio de Moraes Silva (1806).....	131
Quadro 10 – Definição de gramática em Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1806).....	133
Quadro 11 – Nacional e Pátria no texto de Antônio Alvares Pereira Coruja	136
Quadro 12 – Nomes de textos de Antônio Alvares Pereira Coruja	137
Quadro 13 – Definições de gramáticas em Julio Ribeiro e João Ribeiro	142
Quadro 14 – Definição de gramática em João Ribeiro.....	148
Quadro 15 – Definição de gramática em Julio Ribeiro (1881)	153
Quadro 16 – Designações de língua(gem) em títulos de gramáticas	160
Quadro 17 – Definição de gramática em Eduardo Carlos Pereira (1907)	161
Quadro 18 – Definições de gramática em Eduardo Carlos Pereira (1953 - 83ª edição).....	165
Quadro 19 – Definição de língua em Evanildo Bechara (1961)	185
Quadro 20 – Definição de gramática em Evanildo Bechara (1961).....	187

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – recorte da gramática de Fernão de Oliveira ([1536] 2000)	210
Anexo 2 – recorte da gramática de João de Barros (1540).....	213
Anexo 3 – recorte da gramática de Coruja ([1835] 1891)	216
Anexo 4 – recorte da gramática de Julio Ribeiro (1881)	220
Anexo 5 – recorte da gramática de João Ribeiro ([1887] 1889).....	224
Anexo 6 – recorte da gramática de Eduardo Carlos Pereira (1907)	228
Anexo 7 – recorte da gramática de Eduardo Carlos Pereira ([1907] 1953).....	237
Anexo 8 – recorte da gramática de Evanildo Bechara (1961).....	244

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
PARTE I.....	21
1. GESTO DE INTERPRETAÇÃO EM HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO DE LEITURA DO ARQUIVO	23
1.1 Gesto de interpretação em História das ideias linguísticas.....	25
1.2 Um projeto de pesquisa em estudo das ideias e organização da memória: a questão teórica e histórica da disciplinarização	35
1.3 Gesto de interpretação e o trabalho de leitura de arquivo	45
2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE.....	64
2.1 As definições do nome <i>gramática</i> : arte, técnica e tecnologia no processo de produção do conhecimento.....	68
2.2 Efeitos de sentido do nome Linguística como ciência da língua: redefinições do nome gramática.....	84
PARTE II	101
3. A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O BRASIL.....	103
3.1. As gramáticas da lingua(gem) portuguesa no Brasil Colonial: Fernão de Oliveira e João de Barros.....	105
3.2 A <i>grammatica da lingua nacional</i> : Antonio Álvares Pereira Coruja.....	125
4. A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA DO BRASIL	139
4.1 As gramáticas portuguesas do Brasil: de Julio Ribeiro e de João Ribeiro.....	140
4.2 As gramáticas expositivas de Eduardo Carlos Pereira.....	157
5. UM LUGAR DA LINGUÍSTICA MODERNA NA HISTÓRIA DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA.....	168
5.1 A <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> de Evanildo Bechara: uma leitura sobre o processo de constituição do nome de uma publicação	170
5.2 As designações arte e ciência na definição do nome gramática em Moderna Gramática Portuguesa: efeitos de sentidos do processo de institucionalização da Linguística	181
FECHAMENTO: É NECESSÁRIO INSTITUIR UM FINAL?	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
ANEXOS	207

APRESENTAÇÃO

O pressuposto fundamental será de que a produção em pesquisa não está mais unicamente no da transmissão e no da reprodução do saber, mas no que a sua produtividade acadêmica, enquanto organização social, pode gerar para produzir novos saberes. (Scherer, 2000)

Esta tese de doutoramento resulta de uma pesquisa sobre a história do conhecimento linguístico brasileiro, filiada à História das Ideias Linguísticas em relação com a Análise de Discurso. Enquanto texto, o trabalho está organizado em duas partes: a primeira é teórica, seguida da segunda, que é analítica. Essa ordem, porém, não corresponde a uma representação do processo de escrita, o qual foi discursivizado por movimentos de retomadas, ou seja, foi o movimento de escrita das análises que nos levou a reler, constantemente, a parte teórica, e foi o movimento de releitura (escrita) do dispositivo teórico que, por sua vez, reformulou o processo analítico.

Esses são movimentos constitutivos de um estudo que se propõe a fazer História das Ideias Linguísticas e, ao mesmo tempo, teoricamente, compreender a prática desse fazer. Nesse sentido, nosso objetivo é o de constituir um gesto de interpretação sobre os efeitos de sentidos do nome *gramática* na *história do conhecimento linguístico brasileiro*, que teve como ponto de partida um estudo sobre uma definição do referido nome na primeira edição de **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara. Trata-se, esse, de um compêndio gramatical publicado em 1961 e inserido em um período histórico correspondente ao processo de institucionalização da disciplina de nome *Linguística* (ciência da língua) nos cursos de Letras do país, o qual determina um efeito de ruptura naquela história.

Do momento histórico da publicação das gramáticas portuguesas – de Fernão de Oliveira, em 1536, e de João de Barros, em 1540, – até então, o nome *gramática* era definido por uma relação com a arte da gramática portuguesa. Uma arte determinada por formas de saber sobre a língua(gem) designadas como ciência, tais como: Gramática Geral, Gramática Comparada ou Gramática Histórica. Na

publicação da definição da referida gramática de Bechara, há um efeito de ruptura com a arte da gramática portuguesa. É um efeito, pois não se rompe com a tradição da gramática portuguesa, mas sim, pelas condições de produção, há um efeito de ruptura com a tradição das relações estabelecidas por essa arte. Temos, assim, uma redefinição da concepção de ciência em relação à de arte, por meio de uma consequente retomada da definição de arte presente na gramática latina de Donato (IV d.C.), a qual é reformulada por uma relação com uma forma de saber em processo de institucionalização, designada como Linguística Moderna, determinada pelo processo de produção do conhecimento em obras dos linguistas Ferdinand de Saussure ([1916]), Edward Sapir ([1922]) e Joaquim Mattoso Câmara Junior ([1941]).

A problemática de pesquisa, pensada a partir do movimento das designações arte e ciência na definição do nome *gramática* em uma relação com as formas de saber na história do conhecimento linguístico brasileiro, está ancorada em um trabalho de historicização da disciplina Linguística, o que começou em nossa iniciação científica⁴ e ao qual demos continuidade no mestrado, com o projeto “Linguística no Sul: estudos das ideias e organização da memória”, sob orientação da professora Amanda Eloina Scherer.

Primeiramente, partimos de uma leitura sobre a história do Estruturalismo francês dos anos 50 e 60, realizada no Grupo de Estudos Linguísticos – GEL, grupo esse inaugurado no segundo semestre de 2003. Após, em 2006, trabalhamos com a história da Linguística no Sul do Brasil por intermédio de um estudo sobre a produção acadêmica⁵ (desenvolvida entre 1967-1987) de Neusa Martins Carson, professora e linguista, com pesquisas em descrição de línguas indígenas (Cf. Scherer, 2005).

Na dissertação de mestrado, voltamo-nos para uma leitura sobre o processo de institucionalização da Linguística enquanto disciplina nos cursos de Letras das universidades brasileiras. Na oportunidade, buscamos compreender o modo como, pelo lugar institucional dos estudos gramaticais e dos estudos filológicos, pela

⁴ Bolsista PIBIC/CNPq (2006).

⁵ Por “produção acadêmica” consideramos não apenas as publicações de um autor, mas também todo documento que se relacione com essas publicações: artigos, livros, manuscritos de apresentações de trabalhos, manuscritos para aulas, cartas, memorandos, ofícios, projetos, atas de encontros de reuniões sobre ensino e pesquisa, etc.

“posição sujeito autor de conhecimento” (Orlandi, 2002c), constitui-se um lugar para os estudos linguísticos, com limites e fronteiras institucionalizadas do “saber”. A legitimação desse lugar possibilitou a consolidação da disciplina Linguística, inicialmente sustentada na circulação da produção acadêmica do linguista Mattoso Câmara.

Na sequência, para o doutorado, tomamos como objeto de estudo a **Moderna Gramática Portuguesa** (MGP) de Evanildo Bechara, que tem sua primeira edição em 1961 e sua última edição em 1999. Essas duas edições, primeira e trigésima sétima, podem ser alocadas, respectivamente, em dois diferentes períodos históricos da disciplinarização da Linguística no Brasil, os quais são definidos por Scherer (2005) da seguinte forma: 1) o dos anos 60 a 70, quando a Linguística corresponde a uma disciplina ainda emergente, com domínios relativamente autônomos academicamente; e 2) a partir dos anos 90, quando a Linguística está

[...] definida e reconhecida a partir dos postulados do estruturalismo novecentista, de reconhecimento mais recente, veremos que ela possui posição privilegiada como fornecedora de suporte teórico-metodológico que serve às disciplinas que trabalham com a linguagem e o sentido em geral e com descrição das línguas nacionais e das línguas estrangeiras de modo mais específico (SCHERER, 2005, p. 13).

Esses dois períodos históricos da disciplinarização da Linguística são norteadores do projeto a que estamos filiados, bem como constituem uma linha no Grupo de Pesquisa (GRPesq) *Linguagem, Sentido e Memória*, liderado por Amanda Scherer. Por conseguinte, o recorte da definição do nome *gramática* da primeira edição (1961) de **Moderna Gramática Portuguesa**, ponto de partida da construção de um horizonte de retrospectiva sobre a história da gramatização brasileira, é uma maneira de delimitar esse objeto da tese em relação ao período histórico que temos analisado em nossa produção acadêmica. O percurso dessa produção no grupo pode ser compreendido como parte de uma tentativa de contribuição com um gesto de interpretação sobre a história do conhecimento linguístico brasileiro.

Já no que concerne à estruturação formal do presente trabalho de tese, organizamo-la em duas partes: Parte I – Dispositivo teórico e Parte II – Dispositivo analítico.

Na **PARTE I – DISPOSITIVO TEÓRICO**, temos como objetivo fundamentar teórica e institucionalmente o *fazer* História das Ideias Linguísticas (HIL) no Brasil

pela perspectiva da Analista de Discurso. Esse fazer tem, dentre seus objetivos, a tarefa de compreender como uma história se inscreve no discurso e, assim, trazer à cena fatos e acontecimentos (silenciados ou não ditos) acerca dessa história. Outro objetivo, específico da Parte I, é desenvolver um estudo concernente às categorias analíticas *nome*, *designação* e *definição*, bem como um estudo das condições de produção dos nomes *gramática* e *Linguística* na história do conhecimento linguístico (brasileiro).

A Parte I, desse modo, está dividida em dois capítulos. O capítulo 1 – GESTO DE INTERPRETAÇÃO EM HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO DE LEITURA DO ARQUIVO – no qual trazemos o conceito de *Gesto de Interpretação* (Orlandi, 1996) posto em discussão em relação à tarefa de, segundo Orlandi (2000), contar uma história, tendo em vista três pontos: a) o respeito aos limites da interpretação; b) a responsabilidade ética e política de interpretar; c) a filiação a teorias e métodos com a finalidade de explicitar o gesto de interpretação. Também trabalharemos a relação entre *gesto de interpretação* e a *definição de um nome* no *fazer HIL* pela perspectiva teórica da Análise de Discurso.

No capítulo 2 – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE – fazemos uma leitura sobre a constituição da definição do nome *gramática* em Donato. Essa definição está colocada como parte de um horizonte de retrospecto, tanto das ramificações de uma tradição da arte da gramática portuguesa, quanto das ramificações das formas de saber constituídas a partir do século XVI e designadas como *ciência* na história do conhecimento (linguístico). Nesse estudo, buscamos um suporte histórico para analisar os efeitos de sentidos de uma retomada da definição de Donato, reformulada por uma relação com o processo de disciplinarização da forma de saber (ciência) nomeada como *Linguística* – designada *Linguística Moderna* – na história do conhecimento linguístico brasileiro.

A **PARTE II - DISPOSITIVO ANALÍTICO** constitui-se por um gesto de interpretação sobre os efeitos de sentidos das designações *arte* ou *ciência* em definições do nome *gramática*, constituído por uma rede de filiações de sentidos a formas do saber sobre a língua (designada como *falada* ou *escrita*) no processo de gramatização brasileira. Essa parte é composta de três capítulos: o capítulo 4, intitulado A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O BRASIL; o capítulo 5, intitulado A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA DO BRASIL; e o capítulo 6 –

UM LUGAR DA LINGUÍSTICA MODERNA NA HISTÓRIA DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA.

No capítulo 4, intitulado A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O BRASIL, é analisada a definição do nome *gramática*, compreendida em um período histórico da colonização linguística do Brasil, do século XVI (cf. Mariani, 2004) até meados do século XIX, quando, no Brasil, também são publicadas gramáticas e constitui-se um ensino superior. A análise das definições centra-se em duas gramáticas portuguesas: a **Grammatica da Lingoagem Portuguesa**, de Fernão de Oliveira, e a **Grammatica da Lingoa Portuguesa**, de João de Barros. Também integra o processo analítico desse capítulo a definição do nome *gramática* na **Grammatica da Lingua Nacional**, de Antonio Alvares Pereira Coruja, publicada em 1835, em contraposição à **Arte da grammatica portuguesa**, de Antônio José dos Reis Lobato. Esta última era imposta como instrumento de ensino da língua portuguesa, sob a autoridade do representante do Estado português, Sebastião José de Carvalho e Melo (primeiro Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal).

No capítulo 5 – A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA DO/NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS –, são analisadas as definições do nome *gramática* em **Gramática da Língua Portuguesa**, de Julio Ribeiro, e em **Gramática de Língua Portuguesa**, de João Ribeiro, ambas contemporâneas à instauração da República Brasileira, no final do século XIX. Esses dois compêndios, conforme Orlandi (2002c, 2007, 2009), inserem-se em um processo de descolonização linguística, pois produzem um deslocamento de autoridade de dizer como é a língua nacional (português *do* Brasil definido *no* Brasil), participando da construção do Estado brasileiro. Ainda como parte desse capítulo, analisamos as definições de duas edições da **Gramática Expositiva**, de Eduardo Carlos Pereira: a primeira edição, de 1907, e a octogésima sexta edição, de 1953. A gramática de Eduardo Carlos Pereira entra em circulação em uma época quando, segundo Orlandi (2007, p. 56), “as gramáticas já não têm a função de dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira, só o de mantê-los em sua configuração, o que implica em distinguir quem sabe e quem não sabe a língua corretamente”.

Já o capítulo final – UM LUGAR DA LINGUÍSTICA MODERNA NA HISTÓRIA DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA – traz à cena uma análise da definição de *Gramática* na primeira edição do compêndio de Evanildo Bechara. No contexto

histórico dessa publicação, segundo (Lagazzi-Rodrigues, 2007), a universidade funciona como um lugar de cientificidade da pesquisa do saber sobre a língua portuguesa, em especial, pela produção do linguista Joaquim Mattoso Câmara Junior entre os anos 40 e 60. É nesse último capítulo que se atualiza o gesto de interpretação sobre as designações de *arte* e *ciência* nessa definição de *Gramática* como um efeito de ruptura na história do conhecimento linguístico brasileiro.

O gesto de interpretação, nessa Parte II, está determinado por um modo de leitura de arquivo que, pelo viés teórico da Análise de Discurso, constitui uma maneira de se trazer à cena fatos e acontecimentos sobre a história do saber sobre a língua: a História das Ideias Linguísticas. Essa forma de se trabalhar sobre a história é formulada por Suzy Lagazzi-Rodrigues, através de palavras das quais nos apropriamos, fazendo-as nossas:

Na sua incompletude constitutiva, a língua configura um espaço político. E o saber que se constrói sobre ela delimita trajetos, propõe continuidades, silencia percursos. Assim, a história das idéias linguísticas é uma história sempre tensa, marcada por injunções, possibilidades e apagamentos. Nessa história, o papel dos processos de institucionalização, legitimação e representação sempre me interessaram (Lagazzi-Rodrigues, 2007, p. 11).

No fazer História das Ideias Linguísticas (HIL), inserimo-nos em um espaço de gestos de leitura de arquivo, pelos quais somos levados, por injunção, a interpretar. É possível analisarmos trajetos, continuidades, vozes que falam em um texto e que se silenciam em outros. Nesse sentido, essa é uma história sempre tensa, pela qual a posição sujeito analista se constitui ao constituir um gesto de interpretação.

Se, de um lado, a pluralidade dos gestos de leitura potencializa as possibilidades de interpretação em HIL, de outro, a constituição de uma posição sujeito analista em HIL possibilita que um *gesto de interpretação* se atualize. Esse, por sua vez, é um gesto de interpretação determinado pela responsabilidade ética e política, as quais estão em funcionamento por meio de filiações teóricas e institucionais do trabalho científico sobre a língua e o conhecimento linguístico.

Desse modo, no que diz respeito à constituição de um gesto de interpretação sobre a história do conhecimento linguístico brasileiro a partir de uma definição do nome *gramática*, apontamos que o texto de tese está dividido em duas partes. Na primeira parte, temos a construção do **Dispositivo teórico**, procedimento esse

centrado em um estudo *sobre* história das ideias linguísticas, no qual, pela problematização do trabalho de leitura do arquivo, mobilizamos a noção de texto e discursivizamos o modo como as filiações teóricas e institucionais dos saberes sobre a língua se constituem. Já em uma segunda parte, temos o **Dispositivo analítico** voltado para um estudo *em* história das ideias linguísticas. O diálogo entre essas duas partes dão sustentação teórico-histórica para um procedimento metodológico e de análise discursiva do objeto em questão.

PARTE I

DISPOSITIVO TEÓRICO

1. GESTO DE INTERPRETAÇÃO EM HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO DE LEITURA DO ARQUIVO

A gramática é um lugar de construção e de representação da nossa identidade e da nossa unidade (Língua/Nação/Estado) brasileira, através do seu conhecimento e de seu ensino (ORLANDI, 2009).

A filiação teórica é um modo de inscrição histórica do sujeito em um processo de produção do conhecimento constituído em nossa sociedade, seja no sentido de sociedade em geral, seja no sentido de “sociedade do conhecimento” (AUROUX, 2008). O sujeito, na contemporaneidade, segundo Orlandi (2002c), na relação sujeito/autor, é individualizado em seus processos de identificação, significando e sendo significado pelo Estado que, ao individualizá-lo, faz funcionar uma relação entre direitos e deveres pela questão da responsabilidade.

A responsabilidade é abordada por Michel Pêcheux (2006, p. 57) como uma “questão de ética e política”, uma questão de interpretação. De um lado, o sujeito é posto como submisso e regulado pelo Estado; porém, de outro, tal sujeito é levado, por injunção, a interpretar, a movimentar sentidos. Desse modo, como salienta Orlandi (2002c), é essa “liberdade” e essa submissão que encontramos quando pensamos a relação do sujeito com a língua, o que constitui uma forma de contradição, pois, para dizer o que “quer”, o sujeito precisa se submeter a essa língua. Dito de outro modo, é sob essa forma de contradição, entre a “liberdade” e a submissão, na/pela língua, que o sujeito interpreta (cf. Orlandi, 2002c).

A interpretação, conforme distinção sistematizada por Orlandi (1996), pode se constituir pela mediação de um dispositivo teórico ou de um dispositivo ideológico, a saber:

A primeira distinção que estamos propondo separa: a) o gesto de interpretação do analista, que se dá pelo apoio de um *dispositivo teórico* e, b) o gesto de interpretação do sujeito comum, que se dá em um *dispositivo ideológico* com seu efeito de evidência. [...] O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito comum é

determinado pelo dispositivo ideológico. Sem esquecer que determinar significa ser constitutivo e não relação de causa/efeito. (ORLANDI, 1996, p. 84).

Essa proposta de Orlandi (1996) contribui em nossa compreensão sobre o fazer História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), no sentido de possibilitar uma distinção metodológica entre analisar discursos *sobre* o saber linguístico por um *dispositivo ideológico* e por um *dispositivo teórico*. Alguns eixos de pesquisa em HIL, no Brasil, têm desenvolvido a tarefa de compreender a constituição do saber metalinguístico brasileiro e seus modos de institucionalização na sociedade pela produção e circulação de instrumentos linguísticos⁶. Nesse direcionamento, entendemos o fazer HIL – na particularidade de se constituir por gestos de interpretação determinados pelo dispositivo teórico da Análise de Discurso – como uma maneira de se “contar”⁷ uma história ao mesmo tempo em que se busca compreender o processo discursivo pelo qual é contada.

A história, conforme Orlandi (2008), não é cronológica, cristalizada em um momento do passado. A história, outrossim, é organizada por relações de poder e de sentidos, as quais se inscrevem no discurso. Essa inscrição, compreendemo-la como historicidade:

E insistimos no sentido particular do que é história para o analista de discurso. A história está ligada a **práticas** e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as **relações de poder e de sentidos**, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a **relação com o poder (a política)**. Assim, a relação da análise de discurso com o texto não é extrair o sentido mas **apreender a sua historicidade**, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos (ORLANDI, 2008, p. 42)⁸.

⁶ Instrumentos linguísticos, conforme Silva Sobrinho (2008, p.3), são objetos simbólicos “que institucionalizam um saber sobre a língua que determina historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com outros falantes”. São exemplos de instrumentos linguísticos “a Gramática e o Dicionário” (Cf. Auroux, 2001) e “o Museu da Língua Portuguesa” do Brasil (Cf. Silva Sobrinho, 2008).

⁷ Nesse trabalho, a partir de Orlandi (2000), o “contar” é determinado pela especificidade de um olhar da posição analista de discurso, e também é constitutivo de nossa história de vida, a qual produz sentidos no processo de compreensão (cf. Scherer, 2004).

⁸ Negritos nossos.

Se, em Análise de Discurso, a história está ligada a práticas e a relações de poder (política) e de sentidos, entendemos que há uma dualidade na especificidade do trabalho do analista de discurso que faz História das Ideias Linguísticas. Tal dualidade pode assim ser explicitada: de um lado, na relação com o texto, esse sujeito analista busca apreender a historicidade constitutiva do discurso na sua materialidade, em que, ao mesmo tempo que interpreta, ele descreve situando uma história no tempo; por outro lado, é pela compreensão dessa historicidade que ele é levado a discursivizar pela História das Ideias, o que é um modo de compreensão da própria história do conhecimento linguístico.

1.1 Gesto de interpretação em História das ideias linguísticas

Compreender a história da constituição do conhecimento gramatical no Brasil implica em compreender a maneira como produzimos saberes e tecnologias que sustentam as formas institucionais de nossa relação com a língua e, logo, com o Estado brasileiro (ORLANDI, 1998).

O fazer História das Ideias Linguísticas no Brasil, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso, conforme Orlandi (2000), é um processo pelo qual se constituem gestos de interpretação em meio a lacunas, a contradições, a não linearidades dessas histórias, em que se faz necessário um suporte teórico que ancore nossa compreensão sobre o objeto de estudo.

As histórias trazidas à baila nesse processo são constituídas pela interpretação de fatos e acontecimentos que irrompem do/no cotidiano, no sentido desenvolvido por Orlandi:

Uma história se conta por acontecimentos, por fatos que irrompem do/no cotidiano e que se marcam porque, ao se produzirem, fazem sentido, reclamam interpretação, demandam, como diz P. Henry, que lhe encontremos causas e conseqüências. E eu acrescentaria, como texto, **essa** história, com seus sentidos, tem de obedecer alguns princípios, entre os quais, e não menos importante, o da não-contradição. Mas **essa** história é feita por homens. Que, nessa posição que estamos considerando, são autores de ciência e isto tem sua particularidade. Uma delas é a de comprometer-se, de um lado, com uma certa ordem de discurso e, de outro, com as instituições tal como elas administram o

conhecimento dentro de uma formação social, tomada na história (Orlandi, 2000, s/p.)⁹.

Pontuando a leitura, voltamo-nos para a indefinição (artigo “uma”) ou para a definição (numeral “uma”) em relação a “uma história se conta (interpretação/causas e consequências)”, a “(uma) história como texto (não-contradição)” e a “(uma) história é feita por homens (autor)”. Isto é, ao “contarmos” uma história, colocamo-nos em um espaço de entremeio, da *não-definição* (artigo “uma”) de um universo de possibilidades, o qual é potencializado por fatos e acontecimentos que, por sua vez, podem vir a se atualizar, constituindo-se enquanto *definição* (numeral “uma”), ou seja, uma história. Esta é realizada por homens, tanto aqueles que fazem parte da história, quanto aqueles que também são “autores” de uma história, a história como texto, efeito imaginário de unidade e de não-contradição.

Essa história, que tem como materialidade o texto, é um ponto significativo de nossa reflexão sobre o *fazer história das ideias*, pois nos colocamos na posição de quem busca compreender o funcionamento do discurso em textos e, ao mesmo tempo, daquele sujeito que produz a escrita de um “texto”, ou seja, temos um trabalho de leitura e um trabalho de escrita. Porém, em nosso estudo, essa é uma separação metodológica, pois leitura e escrita estão em relação na compreensão do que é leitura (escrita) de “texto”.

A problemática do texto e da leitura (escrita), enquanto duas rupturas, segundo Orlandi (2005b), é a questão fundacional da Análise de Discurso (AD) no contexto francês dos anos 60. As rupturas seriam: 1) a de não considerar o sentido apenas como conteúdo, o que possibilita à Análise de Discurso não procurar interpretar o que o **texto** quer dizer, mas compreender o *funcionamento do texto* em relação à exterioridade; 2) o deslocamento dos modos como os intelectuais encaram a **leitura**. Esta passa da concepção de decodificação à de construção de um dispositivo teórico, o qual admite a possibilidade de se organizar a respeito de uma questão, tendo como base o espaço polêmico das maneiras de se ler o arquivo (cf. Pêcheux, 1998).

Na presente tese, essas duas rupturas podem se tocar no que tange à definição metafórica de texto como uma “peça” (cf. Orlandi, 1996) para o trabalho de

⁹ Negritados nossos.

leitura do arquivo. Ao dizer que “o texto é uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa”, Orlandi (1996, p. 52) salienta que o sentido de peça está mais para “peça de teatro” do que para “engenhoca”, embora considere que tal ambiguidade seja produtiva. De nossa parte, entendemos a metáfora de “peça” como representativa de um entremeio das duas rupturas, na medida em que, na primeira, o texto é uma unidade heterogênea e um lugar de observação do discurso (cf. Orlandi, 2005b), já na segunda, o texto também pode funcionar como um dispositivo de análise no trabalho de arquivo em História das Ideias Linguísticas (HIL).

Sobre a natureza do texto e sua relação com o arquivo, trazemos as seguintes considerações de Orlandi, no que diz respeito ao trabalho do analista de discurso:

Os textos, enquanto objetos que se constituem em materiais da Análise de Discurso, são provisórios. A duração do texto se dá, de um lado, empiricamente, porque são constituídos de materiais tangíveis, e, de outro, no trabalho de arquivo porque eles permanecem (são acondicionados) como parte da memória institucionalizada (ORLANDI, 2002a, p. 73).

O texto, dissemos inúmeras vezes, é a unidade de análise afetada pelas condições de produção. O texto é, para o analista de discurso, um lugar de representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto. Mas é também espaço signifiante. E não é das questões menos interessantes a de procurar saber como se põe um discurso em texto (ORLANDI, 1996, p. 60).

Pensar a natureza do texto para a Análise de Discurso nos faz retomar a metáfora de peça como engenhoca. Se a observarmos em relação ao seu funcionamento, teremos um material tangível e provisório, pois seu funcionamento é movimento, deslocamento, jogo, falha; entretanto, se tivermos um estatismo da peça, esta ainda é uma peça em potencial, ou seja, um material de funcionamento.

Tendo essa metáfora como base, entendemos que o texto é uma engrenagem para o analista, constituído de uma unidade (imaginária), a qual, aparentemente, fecha-se em um começo, meio e fim (cf. Orlandi, 2002a). Frente a esta materialidade, conforme apontamos, é necessário construir dispositivos que possibilitem uma de-superficialização do texto (desfazer o efeito de estatismo, cristalinidade) e sua análise enquanto discurso. Nesse sentido, o discurso é

compreendido como “palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (cf. Orlandi, 2002a, p. 15).

Pela proposta de que o texto pode se constituir por um gesto de interpretação do analista, na problematização do fazer História das Ideias Linguísticas, encaminhamo-nos para um viés desse gesto de interpretação voltado à leitura do arquivo, em que é possível estabelecer uma relação entre gesto de interpretação (compreensão) e gestos de leitura (arquivo)¹⁰. O gesto de interpretação se dá em meio à pluralidade de modos de ler o arquivo.

Conforme Orlandi (1996, p. 18), “a interpretação é um ‘gesto’, ou seja, um ato no nível simbólico”. A palavra *gesto* é apontada pela autora a partir da perspectiva discursiva como um deslocamento em relação à noção de ‘ato’ advinda da perspectiva pragmática.

Essa noção de gesto foi trazida por Michel Pêcheux ([1969]¹¹ 1997) como um ato no nível simbólico em meio a uma exemplificação sobre “sistemas de signos não-lingüísticos”¹² – tais como os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios – que intervêm em um discurso parlamentar institucional. Para o autor, tais intervenções (tradicionalmente classificadas como diretas ou indiretas, verbais ou não verbais) constituem-se enquanto *gestos*. Nesse sentido, gesto seria como uma intervenção simbólica, que promove um deslocamento em uma estrutura administrada pelo processo de produção de um discurso posto em evidência (ou em que sentidos funcionam como evidentes).

Em se tratando do gesto de interpretação, Orlandi aponta o trabalho do analista de discurso da seguinte forma:

o analista procura **determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade** que é o objeto de sua compreensão. Ele procura **distinguir quais gestos de interpretação estão na base da produção de sentidos de um texto**. Como os sentidos e os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo, o analista busca assim **compreender os gestos de**

¹⁰ Em diálogo com uma análise de Gesualda Rasia (2004, p. 155), temos essa relação constituída por meio da “presença de um gesto interpretativo, decorrente do gesto de leitura que o analista faz de tais condições” de produção.

¹¹ O uso de colchetes, por exemplo em [1969], tem como finalidade apontar o ano de publicação da primeira edição da publicação correspondente à citação do autor.

¹² Este termo foi utilizado por Pêcheux, em 1969, em meio à crítica sobre a definição de língua - como sistema de signos linguísticos e como instituição social - da qual não fazem parte outros signos (alfabeto dos surdos-mudos, sinais militares, etc.) e de outras instituições (políticas, jurídicas, etc.).

interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 2005b, p. 27-28)¹³.

O analista tem, pois, como **objeto de observação o texto** e tem como **objetivo da análise a sua compreensão enquanto discurso**. Ele vai então, **com sua escrita, tornar possível essa compreensão** (ORLANDI, 2005b, p. 33)¹⁴.

O trabalho do analista em relação ao texto é determinado pela leitura de gestos de interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos. A compreensão do analista atualiza-se na formulação de um texto. Este é um movimento essencial em nosso estudo, que nos conduz ao entendimento de que um gesto de interpretação (no singular) é o que produz um efeito diferente quando posto em relação a “gestos” de interpretação, pois o texto produzido pelo analista é, desse modo, também determinado por gestos outros.

Ao textualizar a história, interpretamos fatos e acontecimentos, definimos causas e conseqüências, de modo a estabelecermos um efeito de linearidade, efeito da não-contradição na/da história, isto é, discursivizamos uma possível história, constituída por gestos de interpretação. Todavia, na particularidade de ser um gesto de interpretação da posição analista, fazemo-lo ao mesmo tempo em que questionamos nossa própria posição ideológica em relação a essa história (cf. Orlandi, 1996; Orlandi, 2000). Diante disso, tal *gesto* é determinado pela natureza do objeto de estudo. Por esse viés teórico, a História das Ideias Linguísticas consiste em uma possível maneira de se “contar” a história do conhecimento linguístico por gestos de interpretação, sobretudo, no sentido em que a interpretação se vincula com o arquivo, no qual temos a memória institucionalizada, que reclama por esses gestos (cf. Orlandi, 1996).

Em Análise de Discurso, duas especificidades de gestos são abordadas, a saber, a de Gestos de Leitura e a de Gestos de Interpretação. No presente trabalho, mobilizamos, primeiramente, a noção de gesto de interpretação, na especificidade do trabalho de *compreensão* do analista. Para isso, gostaríamos de retomar a distinção metodológica entre gesto de interpretação do analista e gesto de interpretação do sujeito comum. Em ambos, segundo Orlandi (1996, p. 84), há

¹³ Negritados nossos.

¹⁴ Negritados nossos.

mediação entre o sujeito e a interpretação; mas, nesse último, a mediação se dá por um “dispositivo ideológico, o sujeito está sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade): daí a ilusão do sentido lá, de sua evidência”.

Já para o sujeito analista, o *gesto* tem, segundo Orlandi (1996), a mediação da posição construída, a qual não visa refletir; busca, isto sim, compreender a questão da alteridade através do dispositivo teórico. Conforme a autora:

O que se espera da medição, instalada pelo **dispositivo teórico**, é que ela produza, como dissemos, **um deslocamento que permita que o analista trabalhe as fronteiras das formações discursivas**. Em outras palavras, que **ele não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo das relações**.

Com isso, não pretendemos estar supondo uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só **ele está sempre afetado pela interpretação**, como **um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras** (ORLANDI, 1996, p. 85)¹⁵.

A especificidade da posição sujeito, de que tratamos, diz respeito ao modo como o sujeito analista se constitui pela discursivização sobre a história, que tem por materialidade o texto. Se, por um lado, o dispositivo teórico determina o modo de constituição do sujeito em uma posição analista, por outro, é por esta posição que o sujeito analista, ao textualizar um gesto de interpretação, constrói o dispositivo de análise. Isso lhe permite compreender possíveis e diferentes posições sujeito marcadas na dispersão do(s) discurso(s) em texto(s). É nesse sentido nosso entendimento, ou seja, de que o sujeito analista “não se inscreve em uma formação discursiva” (cf. Orlandi, 1996, p. 85), mas ele trabalha nas fronteiras das formações discursivas, marcando uma posição em relação a outras posições do conjunto complexo dessas formações. A posição sujeito analista se constitui por uma filiação teórico-metodológica determinante do modo de produção do conhecimento em nossa sociedade. Segundo Orlandi (1998), dizer, estar inscrito em uma filiação teórica e não em outra, é uma questão de ética e de política, que explicita um lugar (teórico-científico) no modo de compreensão da história da constituição do conhecimento sobre a língua, em nosso caso, no Brasil.

A mediação pelo dispositivo teórico e a construção de um dispositivo analítico no fazer História das Ideias Linguísticas, de acordo com Orlandi (2000), possibilita

¹⁵ Negritos nossos.

que, no trabalho com a memória (interdiscurso), seja tomado o cuidado de se falar a partir do dispositivo teórico (lugar de filiação/inscrição do sujeito analista). Logo, devemos falar da posição de especialistas da linguagem sem esquecê-la, para não nos lançarmos a um lugar externo como, por exemplo, o do historiador (cf. Orlandi, 2002c).

O sujeito analista que faz HIL, conforme Orlandi (2000), é colocado na posição de falar da história do conhecimento linguístico no Brasil sendo também parte dessa história. Por exemplo, o próprio aprendizado da leitura e da escrita, que implica na interpretação do/pelo sujeito, está determinado por esse conhecimento que pode ser compreendido através de uma problematização sobre a leitura (escrita) e interpretação em relação ao gesto teórico do sujeito analista, então desenvolvida por Orlandi (2005b):

A Análise de Discurso permite pensar a leitura (escrita) além da interpretação (E. Orlandi, 1988, 1996): **o sujeito, que interpreta, lê a partir de sua posição sujeito, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição sujeito**, sobre as condições de produção de sua leitura, por isso ele não interpreta apenas, ele compreende, **sem no entanto trabalhar sua determinação através da teoria**. De sua parte, **o especialista compreende porque lê mediado por um dispositivo teórico que desloca suas maneiras de fazê-lo**. A partir daí, pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo que leve o sujeito à compreensão do discurso, ou seja, à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história. Essa elaboração permitiria ao sujeito trabalhar com sua ideologia. Pois bem, tudo isso tem a ver com a textualização e o modo como o sujeito formula e/ou compreende a formulação que se realiza (materializa) no texto (ORLANDI, 2005b, p. 14)¹⁶.

Pela definição da tarefa do analista de discurso (especialista), podemos apreender três possíveis modos de leitura (escrita) do sujeito em relação à interpretação: na primeira, temos o sujeito que interpreta ao ler (escrever) a partir de sua posição sujeito determinado pelo dispositivo ideológico; na segunda, para além da interpretação, o sujeito compreende, pois lê (escreve) refletindo sobre a sua posição sujeito, mas não trabalha essa condição pela teoria; já na terceira, centrada na posição sujeito analista, temos o sujeito que, ao ler (escrever), constrói dispositivos de análise que o levem à compreensão do discurso, permitindo que

¹⁶ Negritados nossos.

trabalhe sua determinação ideológica e compreenda como a formulação se realiza no texto (cf. Orlandi, 2005b).

A construção do dispositivo analítico, conforme Orlandi (2005b), é estabelecida por uma mediação teórica, que conduz à desnaturalização/desautomatização de um imaginário da relação direta do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos em circulação. Tal definição de tarefa do analista, por esse viés, diz respeito à textualização e ao modo como o discurso se materializa no texto pelo sujeito. Isso pode ser compreendido como uma construção de dispositivo em Análise de Discurso por um sujeito analista que se constitui pela posição de quem fala sobre o conhecimento linguístico brasileiro, sendo também, parte dessa história, isto é, ao filiar-se teoricamente à AD, não deixa de lado as determinações ideológicas constitutivas da natureza do trabalho em HIL, e tais determinações, por sua vez, devem ser trabalhadas pela teoria em consonância com a potencialidade dos sentidos do objeto em análise.

O fato de a História das Ideias Linguísticas no Brasil constituir-se enquanto uma perspectiva teórico-metodológica vinculada aos estudos da significação (Análise de Discurso, Semântica, Enunciação, etc.) não implica uma dependência daquela em relação a esses (cf. Nunes, 2008b). Os estudos em História das Ideias Linguísticas, conforme Orlandi (2002c), têm sido desenvolvidos por meio de trabalhos sobre a história do conhecimento linguístico a partir do século XIX, ainda anteriores ao programa francês *Histoire des Idées Linguistiques* (1982).

Esses trabalhos sobre a história do conhecimento podem ser classificados em três categorias, de acordo com a proposta de Aurox (2001):

- i. os que visam a constituir uma base documentária para a pesquisa empírica;
- ii. os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega);
- iii. os que têm um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea (AUROUX, 2001, p. 11).

Dentre as três categorias, a segunda é classificada, juntamente com a primeira, como de “grande interesse pela sua riqueza factual” (AUROUX, 2001, p.12); porém, enquanto a primeira está mais voltada para um trabalho empírico, a segunda está relacionada com um trabalho de natureza interpretativa, no qual o

especialista (filólogo) estuda a língua com base em pressupostos de uma prática teórica.

Pela natureza factual de ambas as categorias, os domínios e fronteiras entre uma e outra, em alguns momentos, não são passíveis de especificação. O próprio do trabalho de um filólogo sobre a gramática, por exemplo, pode prescindir de uma base documentária para uma pesquisa de natureza interpretativa, ou os resultados de pesquisas desse trabalho podem vir a formular materialidades que funcionem como base documentária para uma pesquisa empírica. Além disso, mesmo o trabalho de quem se volta para o passado com a finalidade de legitimar uma prática contemporânea, que é o caso da terceira categoria, pode se apoiar em fontes de natureza factual como as definidas na primeira e segunda categoria.

Essa terceira categoria é determinada como tendo “um valor epistemológico evidente”, pois, conforme Auroux (2001, p. 11), constitui-se de “um conhecimento histórico, manifesto na maior parte dos capítulos introdutórios das obras de síntese, consagrados a este ou aquele aspecto da linguagem”, com a finalidade de legitimar a prática teórica em questão. Como exemplo dessa categoria, enfatizamos a própria iniciativa de Mattoso Câmara em contar a história da Linguística Brasileira nos anos 60. Também temos a iniciativa de Eugênio Cosériu, na mesma época, com a história da Linguística na América Latina, em que traz à cena o processo de consolidação dessa ciência no Brasil, como um modo de legitimação e divulgação das pesquisas feitas neste e em outros países vizinhos¹⁷.

A complexidade constitutiva da terceira categoria (sem isentá-la de uma possível articulação com as outras duas) deve-se ao fato de existir, segundo Auroux (2001, p.12), “uma grande distância entre o *halo* de historicidade que engendra a retrospectção e a historicidade que constitui o ponto de vista do historiador”. Ainda de acordo com o autor, ser historiador é colocar, sobre o objeto de estudo, a questão global da mudança: *como, porque e quando*.

Vinculando-se a essas propostas de estudos sobre a história do conhecimento linguístico, a partir da posição sujeito analista que faz HIL, de acordo com Orlandi, o objetivo do trabalho em AD não tem como finalidade reconstruir uma história, mas sim compreender o processo pelo qual ela se conta. Isso tanto no

¹⁷ Dois dos artigos de Mattoso Câmara e de Cosériu estão publicados na obra organizada por A. J. Naro, intitulada **Tendências atuais da Linguística e da Filologia no Brasil**.

sentido de leitura de gestos de interpretação constituídos em outras épocas, quanto no próprio da constituição do gesto de interpretação do sujeito analista. Nesse caso, em uma relação AD-HIL, a construção do dispositivo analítico¹⁸ funciona como um modo de possibilitar uma compreensão da inscrição da história do conhecimento (discurso) em um horizonte de retrospectão, assim explicitado:

[...] Por isso é que, tomando a posição da análise do discurso, e pensando o **conhecimento como um discurso** (M. Pêcheux, 1975), podemos nos situar no ponto em que o sujeito desse conhecimento pode ser observado nesse seu horizonte de retrospectão e de projeção, e visamos assim não a reconstrução de uma história, mas **o processo pelo qual ela se conta**. Temos, dessa forma, a nossa contribuição específica e que é, em si, **uma quarta categoria das iniciativas de se contar essa história** (Orlandi, 2002c, p. 12)¹⁹.

O diferencial da contribuição proposta por Orlandi (2002c), como uma quarta categoria em relação às três categorias sistematizadas por Auroux (2001), centra-se na questão do “conhecimento como um discurso”. Nessa proposta, são mobilizadas as noções de sujeito juntamente com as de língua e de historicidade no trabalho de se contar uma história, o que nos leva a retomar o fato de que a história é contada por homens e que a linguagem não lhes é transparente.

Essa problematização situa-nos novamente no ponto sobre a constituição do sujeito do conhecimento nos horizontes de retrospectão e de projeção. Em nossa dissertação de mestrado, buscamos compreender a constituição do sujeito do conhecimento (Mattoso Câmara) na história da Linguística; já, no momento, na constituição do dispositivo teórico dessa primeira parte da tese, estamos centrados na compreensão de *como* a posição sujeito analista (se) constitui (por) um gesto de interpretação sobre a história do conhecimento linguístico. Na produção de Mattoso Câmara, temos como constitutiva a sua posição sujeito do conhecimento, parte da história da Linguística (personagem), bem como a posição sujeito de quem conta

¹⁸ Temos aqui como constitutiva a metáfora de peça em sua ambiguidade (peça de teatro e engenhoca), apontada anteriormente.

¹⁹ Negritos nossos.

essa história (autor)²⁰; mas, em nossa leitura, não temos explícita uma filiação teórica do linguista que determine aquele modo de historicização sobre a Linguística.

Em nossa leitura (escritura), discursivizamos a inscrição teórica e institucional desta tese em uma rede de filiações de sentidos de um processo de produções em História das Ideias Linguísticas, com o objetivo de contribuir com a proposta dessa quarta categoria de trabalhos sobre a história do conhecimento linguístico, tendo como base a pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/Laboratório Corpus/GRPesq Linguagem, Sentido e Memória. Compreendemos que, juntamente com a filiação teórico-metodológica, a filiação institucional é um suporte que, ao dar condições de possibilidades de uma pesquisa, também ela é parte dessa realização no domínio entendido, por nós, como científico.

1.2 Um projeto de pesquisa em estudo das ideias e organização da memória: a questão teórica e histórica da disciplinarização

O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com freqüência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber (AUROUX, 2001).

Desde a segunda metade do século XX, mais pontualmente a partir da década de 80, vêm sendo desenvolvidos trabalhos vinculados a um campo do saber intitulado “História das Ideias Linguísticas no Brasil”. Esse nome não se constitui tão somente enquanto uma abordagem teórico-metodológica, mas também como um modo de nos situarmos historicamente, filiando este trabalho a um determinado lugar de compreensão do processo de produção do saber linguístico, ou seja, um lugar de filiação teórico-institucional, pelo qual evocamos o enunciado do final da epígrafe deste capítulo: “sem memória e sem projeto simplesmente não há saber” (AUROUX, 2001).

²⁰ Mattoso Câmara (autor), no artigo *Linguística Brasileira*, conta a história da Linguística no Brasil e coloca-se como parte dessa história (personagem), fazendo o uso do nome próprio “Mattoso Câmara”.

O gesto de interpretação, em nossos estudos, está sustentado por um projeto de pesquisa – neste caso, *Linguística no Sul: história das ideias e organização da memória* –, filiado a um campo de saber e a um programa de pesquisa – *História das Ideias Linguísticas no Brasil* –, programa esse que reúne pesquisadores de diferentes universidades brasileiras.

O programa *História das Ideias Linguísticas no Brasil* foi oficializado em 1989, por meio de um convênio (Unicamp/Paris VII) que estabelece “um canal institucional adequado para uma relação de trabalho regular interuniversitário, a nível internacional” (cf. Orlandi, 2001, p. 10). É um trabalho entre o grupo coordenado por Eni Orlandi e a equipe reunida por intermédio de Sylvain Auroux, na França, ao final dos anos 80, “que articula pesquisadores com seus trabalhos em diversos países não só da Europa” (ORLANDI, 2001, p. 11), já tendo como resultado produções conjuntas (cf. Auroux, 1989).

Ainda que vinculado ao programa francês *Histoire des Idées Linguistiques*, a *História das Ideias Linguísticas no Brasil* tem uma singularidade de fundação: ela constitui-se a partir de um projeto de pesquisa, em *Análise de Discurso*, proposto, em 1987, sob o título “Discurso, Significação e Brasilidade”. Esse tem como objetivo problematizar questões referentes ao processo de colonização do Brasil, ou precisamente, de uma colonização linguística, conforme aponta Orlandi (2002c):

Para não perder de vista a especialidade de nossa história de país de colonização, trouxemos essa especificidade para dentro de nossa colaboração, visando dar uma contribuição própria ao projeto coletivo. Para tal, aliamos, ao estudo da produção do conhecimento sobre a língua, a história de constituição da própria língua. Minha hipótese é que estes processos são inseparáveis e sua articulação tornaria visível o que é próprio à história do pensamento linguístico brasileiro já que se trata de um país que, pelo fato da colonização, tem na sua origem uma língua que lhe foi imposta (ORLANDI, 2002c, p.11-12).

No trabalho desenvolvido no Brasil – nação esta com ampla extensão territorial e diversidade cultural de um país de colonização, de imigração, que também foi sede da coroa do país colonizador -, a *História das Ideias Linguísticas* formalizou, ao longo das últimas décadas, um programa de pesquisa que reúne pesquisadores de diversos estados brasileiros/instituições brasileiras. Nessa especificidade de país de colonização, essas relações institucionais e teóricas são

imprescindíveis na medida em que há uma dispersão de documentos pelo país que trazem à tona possibilidades de leitura (escrita) diferenciadas sobre essa história. O lugar de onde se “conta” uma história também é determinante dos gestos de interpretação sobre ela, bem como do gesto do sujeito analista.

É como parte desse programa que, em 2001, por meio de um convênio PROCAD (UFSM/UNICAMP)²¹, foi oficializado um projeto integrado de um grupo de pesquisadores do Laboratório Corpus / Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Nessa instituição, foi desenvolvido, entre 2001 e 2006, o projeto *Linguística e História Literária no Sul: estudo das ideias e organização da memória*, sob a coordenação da professora Dr. Amanda Eloina Scherer e do professor Dr. Pedro Brum Santos, que tinha como objeto de pesquisa “o estudo da constituição da significação teórica que sustentou os trabalhos de linguística e as histórias literárias que introduziram as disciplinas – a Literatura e a Linguística – nos cursos de Letras do Rio Grande do Sul”²². O referido projeto – pelo qual começamos nossa iniciação científica, juntamente com o início de nossa participação no *Grupo de Estudos Linguísticos (GEL/UFSM)* – foi finalizado em 2006, quando deu lugar ao projeto *Linguística no Sul: estudos das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000*.

Desde 2001, uma equipe de orientandos (iniciação científica, mestrado e doutorado) da professora Amanda Scherer tem se dedicado à produção de trabalhos voltados, direta ou indiretamente, para a história da disciplinarização dos estudos sobre a língua e as ciências da linguagem no Brasil.

Um dos primeiros resultados de orientandos do projeto é a dissertação de mestrado de Arisangela Denti, defendida em 2003, sob o título **Reflexões histórico-discursivas sobre o lugar da Linguística no circuito editorial universitário brasileiro**, na qual é desenvolvida uma análise sobre o espaço discursivo das editoras universitárias (EU's). O espaço das EU's é compreendido como um lugar de institucionalização, disciplinarização e divulgação da Linguística, constituído através de nomeações que carregam designações, as quais “representam as formações

²¹ Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

²² Fonte: Projeto integrado de pesquisa – nº. registro GAP/UFSM 12344

discursivas que ali se inserem, determinando o que pode ou não pode ser publicado” (DENTI, 2003, p. xv).

No ano seguinte, em 2004, Rosemary Candaten Xavier defendeu a dissertação de mestrado intitulada **Leonor Scliar Cabral: uma historicidade possível na produção do saber sobre a Linguística na mídia impressa do RS**. O trabalho é voltado para a compreensão de fatos que fazem parte da história da Linguística no Rio Grande do Sul. Para isso, é analisado o processo de produção do discurso sobre a Linguística, em textos publicados no jornal de Porto Alegre, **Diário de Notícias**, entre os anos de 1966 e 1967, sob a autoria da linguista Leonor Scliar Cabral. Por intermédio dessa mídia impressa, segundo Xavier (2004, p. viii), “o sujeito Leonor Scliar Cabral estava produzindo em seus textos uma política de ciência, já que há um movimento de sentidos neles, que apela para a criação do espaço para a Linguística Aplicada”.

Na época da defesa dessas dissertações de mestrado e dos primeiros anos do projeto integrado de pesquisa *Linguística e História Literária no Sul: estudo das ideias e organização da memória*, foi criado o GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS – GEL como um lugar de estudo sobre as ideias linguísticas que constituem o saber linguístico brasileiro em diferentes momentos da história. A formação desse grupo foi organizada pela professora Dr. Amanda Scherer, a partir do decorrer de suas aulas, ministradas em disciplinas de Linguística e de Língua Estrangeira (Francês), no curso de graduação em Letras da UFSM, no início do ano de 2003. O *Estruturalismo* foi proposto como objeto de estudo em 2004, marcando os primeiros estudos do GEL em História das Ideias Linguísticas. A partir de 2006, a professora Verli Petri passou a integrar a coordenação do grupo, que já contava com a participação de acadêmicos de pós-graduação em Letras (mestrado e doutorado).

No ano de 2008, foram defendidas as dissertações de mestrado de Larissa Montagner Cervo, intitulada **Do lugar do linguista e da língua como objeto de divulgação**, e de Taís da Silva Martins, sob o título **Emergência, movimento e deslocamento da disciplinarização da Análise de Discurso no RS**.

O trabalho de Cervo (2008) é voltado para um estudo da língua enquanto objeto de divulgação, sob a autoria de sujeitos que ‘publicizam’ o conhecimento sobre a língua (questionando, confrontando ou apenas reforçando sentidos já instituídos). Essa reflexão é desenvolvida a partir da análise de publicações de

linguistas em duas revistas: de Joaquim Mattoso Câmara Junior, em **A cigarra** (anos de 1950), e de José Luiz Fiorin, em **Língua Portuguesa** (anos 2000). Compreendemos os resultados do trabalho de Cervo (2008) como um modo de colocar a divulgação, no caso, as crônicas de Mattoso Câmara, como parte de um processo de “política do linguista” (ORLANDI, 2002c), tendo em vista a institucionalização da Linguística no Brasil.

Já o trabalho de Martins (2008) é uma continuidade de seu trabalho de iniciação científica²³, no projeto *Linguística e História Literária no Sul: estudo das ideias e organização da memória*, sobre a disciplinarização da Linguística na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por uma relação com o processo de disciplinarização na Faculdade Imaculada Conceição (atual Universidade Franciscana - UNIFRA), nos anos 60. O estudo foi desenvolvido pela análise de ementários e Diários de Classe, e os resultados apontam para o modo como, nas ementas da disciplina de Linguística da UFSM, constituem-se os estudos discursivos na UFSM.

Na dissertação de mestrado, Martins (2008) deu sequência ao trabalho sobre a constituição dos estudos discursivos, tendo em vista o processo de institucionalização da Análise de Discurso (AD) na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) após os anos 80. A análise foi desenvolvida por intermédio da compreensão de designações da disciplina (AD) em documentos dos programas de pós-graduação em Letras das referidas universidades. Dentre os resultados, salientamos o fato de a Análise de Discurso ter se institucionalizado no Brasil por uma filiação à forma de saber *Linguística*, sendo que as designações da disciplina de Análise de Discurso são determinadas por sujeitos, por renomeações, não instituindo um nome como forma de representação desse saber enquanto disciplina.

No ano de 2009, defendemos a dissertação de mestrado **O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara**. O trabalho é uma continuidade dos estudos de iniciação científica sobre a história da institucionalização da Linguística no Sul, os quais, por sua vez, foram uma continuidade dos estudos de iniciação científica desenvolvidos por Taís Martins. O

²³ Bolsista de iniciação científica CNPq/PIBIC (2004-2005)

objeto de estudo de mestrado é composto por títulos de publicações do sujeito do conhecimento Mattoso Câmara, que foram renomeados ao longo da história a partir de um movimento de designações em prol da legitimação de um lugar institucional para a disciplina Linguística no Brasil.

Anteriormente, na iniciação científica²⁴, nós nos centramos na produção e circulação da pesquisadora Neusa Martins Carson da UFSM, que também foi professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, no começo dos anos 80. Nosso estudo começou, no primeiro semestre de 2006, pela observação de uma aproximação entre Carson e Mattoso Câmara em relação à questão da descrição linguística. Naquele momento, desenvolvemos uma leitura (escrita) sobre a relação entre *língua e cultura* em Mattoso Câmara. Já no segundo semestre de 2006, voltamos nosso estudo sobre “Neusa Carson”, quando, com base na disciplina de Dialetoлогия, ministrada por Carson, fizemos uma breve história dos estudos dialetológicos no RS²⁵.

No ano de 2009, Caroline Mallmann Schneiders²⁶ juntamente com Maria Iraci Sousa Costa²⁷ passaram a desenvolver estudos de iniciação científica pelo projeto *Linguística no Sul: estudo das ideias e organização da memória dos anos 80 a 2000*. Schneiders dedicou-se a uma leitura (escrita) sobre a constituição da disciplina Linguística na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), situando os estudos, especialmente, no Campus da cidade de Santo Ângelo, enquanto Costa (2009) desenvolveu um estudo sobre as noções de sujeito, posição-sujeito e autoria, tendo como objeto de estudo a **Moderna Gramática Brasileira** (1976), de Celso Pedro Luft, publicação contemporânea ao período de consolidação da disciplina Linguística em cursos de Letras do RS.

Posteriormente, em 2012, com o trabalho de dissertação intitulado **A definição atribuída à designação “Sintagma”**: *deslocamento e efeitos de sentidos*, Costa (2012) deu continuidade aos estudos pela construção de uma análise discursiva sobre um horizonte de retrospectão que articula o processo de

²⁴ Bolsista de iniciação científica CNPq/PIBIC (2006)

²⁵ Este trabalho sobre a Dialetoлогия no RS foi desenvolvido sob a orientação da professora Amanda Eloina Scherer, em coautoria com Priscila Finger do Prado, integrante do GEL, de 2003 a 2007. Também temos uma produção sobre Neusa Carson em coautoria com Marluza Terezinha da Rosa, no prelo, citada anteriormente.

²⁶ Bolsista de iniciação científica CNPq/PIBIC (2007-2008).

²⁷ Bolsista de iniciação científica CNPq - balcão (2007-2009)

disciplinarização da ciência Linguística no Brasil com o processo de gramatização brasileira. O objeto de estudo da análise é a definição de Sintagma em obras dos autores Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Joaquim Mattoso Câmara Junior e Ferdinand de Saussure. Em 2011, Caroline Schneiders, no trabalho de dissertação **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50**, desenvolveu um estudo sobre o atravessamento de diferentes formas de saber linguístico na conceituação de língua na produção de Serafim da Silva Neto dos anos 50. Schneiders (2011), tendo como objeto de estudo o discurso transversal, analisa o modo como esse sujeito do conhecimento se constitui ao conceituar língua em meio a esse atravessamento de discursos sobre a língua na história.

Em relação às teses de doutoramento de participantes do GEL²⁸, filiados ao projeto História das ideias linguísticas, em 2009, os trabalhos de Isabel Cristina Teixeira, Zélia Maria Viana Paim e Susana da Silveira Gonçalves foram defendidos.

Teixeira (2009), em **Análise de Discurso no Brasil: aspectos da invenção e da transmissão no fazer disciplinar**, faz um estudo sobre a constituição da Análise de Discurso no Brasil, tendo como objeto de estudo as noções de paráfrase e de polissemia em três obras de Eni Orlandi, publicadas em 1983, em 1996 e em 1999. A análise tem como objetivo uma leitura (escrita) sobre o modo como essas noções contribuem, do ponto de vista disciplinar, para “um procedimento de reapropriação/fundação que as desloca do conteudismo, associado às Ciências Sociais; e da significação associada à Linguística saussuriana; fazendo-as funcionar discursivamente” (cf. TEIXEIRA, 2009, p. 05).

O trabalho de Paim (2009), intitulado **O movimento dos sentidos: de utopia à conversão**, é voltado para uma análise do discurso fundador da brasilidade, tendo

²⁸ Além das produções acadêmicas orientadas por Amanda Scherer, enfatizamos que foi criada a Coleção **Fragmentum**, em 2001, com o objetivo de publicar textos de pesquisadores e de estudantes, a fim de fazer circular resultados de estudos em andamento para promover diálogos que contribuam com o desenvolvimento de trabalhos. Também é uma prática dos membros dos grupos de estudos do Laboratório Corpus realizar entrevistas com professores convidados e publicá-las na Coleção, com a finalidade de trazer à tona histórias das instituições e histórias sobre a produção do conhecimento linguístico. Como viemos apresentando, a questão da linguística enquanto disciplina tem sido objeto de nossa pesquisa. Conforme Scherer (2005), a linguística tem sua legitimação por meio do decreto de 1962, que determina a disciplina nomeada *linguística* como obrigatória nos cursos de Letras do Brasil, a partir de 1963, o que marca um novo momento do processo de disciplinarização dessa forma do saber sobre a língua no Brasil. Esta, que até então estava presente nos cursos de Letras sob uma forma de saber não instituída, na maioria das vezes, alocado em outras disciplinas tradicionais (gramática, filologia, literatura etc.), passa a ocupar um lugar de visibilidade instituída no espaço acadêmico brasileiro.

como objeto de estudo relatos de viagem dos colonizadores e missionários ibéricos: Cristovão Colombo, Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, Cabeza de Vaca e Antônio Sepp. A leitura (escrita) de Paim é de suma importância para nossa pesquisa, pois traz à baila as condições de produção de política de “conversão” do colonizador, em meio a um imaginário do Brasil como um país sem lei, sem rei e sem fé e ainda sem uma língua (d)escrita conhecida pelo ocidente. Paim (2009) salienta:

Em nossa análise ao dizermos “a descoberta da língua” entendemos que o descobridor toma posse dela, da mesma forma que do espaço e dos corpos. Há um batimento entre o acontecimento, com o gesto de posse e a constatação da necessidade desse saber, e a história, o aprendizado pelo intérprete e a gramatização pelos jesuítas (PAIM, 2009, p. 233).

O estudo de Paim (2009) nos traz as condições de produção de um discurso fundador da Brasilidade, também da gramatização brasileira pelos jesuítas e acrescentaríamos que nos traz a possibilidade de compreender a política de gramatização do Estado português. Na linha de trabalhos sobre a história do conhecimento linguístico brasileiro, temos, ainda em 2009, o trabalho de Susana Gonçalves sobre a gramatização no RS.

Intitulado **A história dos instrumentos linguísticos no sul: o lugar de Celso Pedro Luft**, Gonçalves (2009) busca compreender a produção de Celso Luft com ênfase na relação história de vida e história da produção de/sobre gramáticas em meio ao processo de consolidação das teorias linguísticas de base estruturalista saussuriana e de base gerativista chomskiana. Na análise das gramáticas e sua articulação com as teorias linguísticas, é significativo o fato de Luft ser descendente de imigrantes alemães e ter sido Irmão Marista, do Instituto Champagnat, em Porto Alegre.

Em 2010, Mary Neiva Surdi da Luz, defendeu a tese de doutorado **Linguística e ensino: o discurso entremeio na formação de professores de Língua Portuguesa**, que tem como objetivo analisar um curso de formação de professores - Licenciatura plena em Letras da UNOCHAPECÓ-SC – que é instituído por uma relação com saberes da ciência Linguística. Nesse estudo, Luz (2010) constitui um horizonte de retrospectiva do ensino superior no Brasil e o modo como essas instituições estão determinadas pelo saber linguístico na história.

No ano de 2012, temos as defesas de Taís da Silva Martins, com o trabalho de tese **Efeitos de sentidos na disciplinarização de uma teoria** e o de Larissa Montagner Cervo, intitulado **Língua, patrimônio nosso**.

Cervo (2012), ao problematizar a questão da língua como objeto de museu, desenvolve reflexões acerca da questão do arquivo da língua como patrimônio, e do museu como outra forma de tecnologização da língua. O *Museu da Língua Portuguesa*, de acordo com Cervo (2012, p. 17), é um lugar “que também nos diz sobre a nossa história e a nossa memória pela língua”. Apesar de não se filiar a uma pesquisa sobre a disciplinarização dos estudos sobre a língua, em História das Ideias Linguísticas, ao problematizar a questão da língua do museu, Cervo (2012) desenvolve reflexões que tocam em modos dessa disciplinarização na atualidade e que compreendemos como um *horizonte de projeção* de nosso estudo no que tange ao processo de gramatização brasileira.

Já o trabalho de Martins (2012) visa a uma compreensão de como se dá o processo de disciplinarização da Teoria do Discurso (advinda da perspectiva fundada por Michel Pêcheux nos anos 60, na França), mobilizando a noção de disciplinarização, conforme a perspectiva teórica de Puech (2009) na França, bem como a de Scherer e Petri (2008) e Luz (2010) no Brasil.

O ponto de partida do estudo de Martins (2012) é uma entrevista²⁹ que Christian Puech concedeu ao GEL em 2009, na qual é salientada a questão da disciplinarização. Vejamos a seguir:

[...] quando Canguilhem faz a história do conceito de reflexo, é a sua tese; bom, ele descreve o que há antes, ele descreve a “mise en place” do conceito, e descreve sua herança; é uma história conceitual da ciência; com o termo de “**disciplinarização**”, desejaríamos – eu não sei se chegamos – desejaríamos levar em conta não somente o aspecto conceitual, mas também todos os aspectos práticos: inscrição nas instituições científicas, utilização e uso do saberes algumas vezes na forma vulgarizada, na escola, no colégio, nas universidades; e aí pensamos em utilizar o termo **disciplina** ao invés de disciplinarização [s.p].

²⁹ Entrevista realizada durante o II CIAD, evento que ocorreu na UFSCAR, São Carlos, em 2009. No prelo (a ser publicada pela editora do PPGL, sob a organização da professora Amanda Scherer e Verli Petri). Tradução: Prof. Dr. Marcos Barbai.

A noção de disciplinarização, de acordo com Puech (2009), tem como finalidade propor que a abordagem de um aspecto conceitual mobilize também outros aspectos práticos, entre eles, o modo de inscrição dos saberes nas instituições científicas, que, por sua vez, tem como modo de existência a transmissão desses saberes.

O processo que envolve a constituição teórica de uma disciplina é o que estamos compreendendo como disciplinarização. Essa, todavia, é determinada pelo modo como os saberes filiados a uma disciplina são reproduzidos em instituições, como, por exemplo, a universidade e a escola.

A leitura sobre disciplinarização vem ancorada na teorização de Scherer e Petri (2008), que propõem três pontos a serem considerados sobre essa questão. São eles: 1) a definição do que é uma disciplina; 2) a compreensão de como um saber sobre a língua se constitui; 3) o modo como a produção de instrumentos linguísticos pode contribuir para a problematização sobre esse saber como disciplina universitária.

Esses pontos são fundamentais para nosso trabalho de tese sobre a definição do nome *gramática*, pois mesmo que se trate de uma definição em uma obra (compêndio gramatical), essa obra funciona como um instrumento linguístico que pressupõe a prática de um ensino de língua em uma instituição e uma forma de saber sobre essa língua. Segundo Scherer e Petri (2008), a questão da disciplinarização está determinada por preocupações históricas e didáticas, pois, se, de um lado há um efeito de linearidade que determina a noção de disciplina, que é a questão da transmissão do saber, de outro, há a especificidade dessa transmissão determinada pelas condições de produção desse saber na história.

No que diz respeito às condições de produção da disciplinarização do saber sobre a língua no Brasil, até o início século XX, a instituição escola era um espaço de produção do conhecimento, representado, por exemplo, pela publicação de compêndios gramaticais de professores de colégios (cf. Orlandi, 2002c). Nesse sentido, compreendemos que a disciplinarização, em HIL no Brasil, deve levar em consideração os autores de produções sobre o conhecimento linguístico, as obras desses autores e sua circulação em instituições (escola, universidade) (cf. Guimarães, 2005). Para esse estudo, na construção de um dispositivo de análise sobre um horizonte de retrospectão do objeto em questão, temos de considerar as

diferentes condições de produção do saber sobre a língua, pois essas determinam diferentes modos de disciplinarização, o que afeta também a compreensão das noções de disciplina e de disciplinarização.

O nome *disciplina*, conforme aponta Puech (2009), vem do latim *discipulus*, que carrega o sentido de aluno. Por exemplo, em se tratando da disciplina *gramática*, há diferentes modos de disciplinarização, tanto de uma disciplina trabalhada por preceptores de escolas ou tutores, quanto àquela trabalhada na escola enquanto uma instituição ou mesmo a disciplina de gramática na universidade (cf. Scherer e Petri, 2008). Trabalhos sobre a disciplinarização do saber sobre a língua têm sido abordados sobre diferentes modos de análise em nossa pesquisa, a saber, ou sobre as suas condições de produções em diferentes épocas, ou sobre o processo de produção do conhecimento por autores em obras, ou, ainda, sobre o modo como a ciência é disciplinarizada em instituições de ensino superior (universidade), etc.

Quando dizemos “nossa pesquisa” fazemos referência aos trabalhos (escritos) dos integrantes do projeto em HIL na UFSM que estão, de certa forma, atravessados por uma discussão sobre a disciplinarização do saber sobre a língua, ou seja, sobre o processo de produção do conhecimento linguístico e seus modos de circulação no Brasil. Dentre seus resultados, vem sendo construído um arquivo determinado por esses diferentes gestos de leitura e de interpretação dessa equipe na/pela história das ideias linguísticas.

1.3 Gesto de interpretação e o trabalho de leitura de arquivo

Se as relações com nossos objetos de conhecimento são atravessadas de emoções, somos, no mínimo ambíguos, com nosso amor e ódio pelos nossos objetos. Mas tendemos para um ou outro lado. Não penso em fechar meu objeto no já sabido. Sou dos que, preferentemente, amam, são fascinados pela linguagem, e por isso a exponho, e me exponho, a seus efeitos (Orlandi, 2002d).

A cada capítulo, uma pausa, reformulações por retomadas de nossa escrita e a necessidade de um afastamento, tendo em vista um equilíbrio no efeito de linearidade da leitura (escrita) do texto. Essa é necessidade de produzir uma posição

de autoria, regida pela normatividade e pela demanda de clareza na escrita, porém não se afasta da responsabilidade com a constituição de um gesto de interpretação na/pela história, em que sentidos em movimento escapam à compreensão analítica. Diríamos até que esse jogo de forças, instaurado entre a responsabilidade de interpretar e uma ilusão de controle desses sentidos, é determinante do trabalho de leitura do objeto de conhecimento, uma vez que tal objeto, conforme bem coloca Orlandi (2002d), é atravessado de emoções ambíguas, que nos confrontam a cada momento.

De toda forma, a constituição do dispositivo de análise do objeto, neste trabalho, já vem sendo construído quando problematizamos a noção de gesto de interpretação pela posição sujeito analista, e também quando apresentamos nossa filiação teórico-institucional ao campo de saber da História das Ideias Linguísticas. Além disso, o gesto de interpretação não apaga a responsabilidade de não nos colocarmos na ilusão de origem de um gesto, pois, pela posição sujeito analista, compreendemos que esse gesto está determinado pelo que é dito em outro lugar, o que é dito de outro modo e o que foi dito anteriormente (cf. Pêcheux, 2006 e Orlandi, 2001), ou seja, que outros gestos de interpretação, na história, são constitutivos do gesto em questão. É nesse sentido que retomamos a aproximação da noção de gestos de interpretação, posta em relação à noção de gestos de leitura no trabalho do arquivo sobre a questão da história do conhecimento linguístico.

Essa história do conhecimento linguístico, no Brasil, como aponta Baldini (2005), tem sido construída através de iniciativas individuais de determinados autores. Em alguns casos, essas iniciativas funcionam como uma tentativa de legitimar uma prática do saber sobre a língua contemporânea a eles, como exemplificamos, com os trabalhos em história da Linguística, por Mattoso Câmara e por Eugênio Cosériu, nos anos 60.

De um modo diferenciado, as pesquisas desenvolvidas em História das Ideias Linguísticas (cf. Aurox, 1989 e Orlandi, 2000) têm uma maneira singular de trabalhar com a memória do saber sobre a língua, o que as distingue de outros trabalhos anteriores, dos quais trata Baldini (2005) e que colocamos a seguir:

Não há, como se diria em *Análise do Discurso*, uma discussão a respeito do “arquivo”. Mas há, e sobretudo por isso tais textos nos interessam, tomadas de posição com relação a essa história, e uma leitura superficial dos mesmos já permite localizar pontos de discordância, de aproximação, vezes

que falam num texto e se calam noutra, compreensões distintas de um mesmo momento histórico, enfim, os autores fazem **gestos de interpretação com relação à história em que se inserem e que contam**³⁰ (BALDINI, 2005, p. 55).

Os trabalhos anteriores aos anos 80, quando temos a constituição de grupos de pesquisas coletivos sobre a história do conhecimento linguístico, contribuem como textos que fazem parte de um arquivo que nos interessa ler, sobretudo, por esses textos terem se constituído por gestos de interpretação em diferentes condições de produção na história. Por intermédio da análise dessas materialidades discursivas, temos possibilidades de passarmos “do campo da narrativa individual para o campo do trabalho em conjunto, sustentado em afinidades teóricas e objetivos comuns” (BALDINI, 2005, p. 55).

Outras interpretações, parte do gesto constituído pela posição sujeito analista, podem funcionar, conforme Pêcheux (1998, p. 59), como uma pluralidade de gestos de leitura, marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivo. Nosso objetivo, no momento, é compreender como se constitui o gesto de interpretação do sujeito analista, que faz HIL, no trabalho de leitura do arquivo.

Michel Pêcheux trata mais pontualmente sobre a noção de arquivo no texto *Lire l'archive aujourd'hui*, de 1982. Nele há a problematização dessa questão, a partir de uma relação entre “duas culturas”, desenvolvidas ao longo de toda uma história das ideias. As duas culturas são designadas, segundo Pêcheux (1998), como: a cultura *literária* e a cultura *científica*.

Na cultura *literária*, os profissionais da leitura de arquivo são os literatos, ou seja, os historiadores, os filósofos, as pessoas das letras, que teriam como hábito praticar uma “própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 1998, p. 56). Assim, nesse espaço de leituras solitárias e singulares dos literatos, centrada frequentemente em torno de nomes próprios em função de arquivos textuais, é que começaram grandes debates “estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes, sobre métodos de trabalho” (PÊCHEUX, 1998, p. 56). Todavia, conforme salienta o autor, a questão da *leitura* permaneceu implícita, e as maneiras de se ler o arquivo – este “campo de

³⁰ Negritados nossos.

documentos pertinentes sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1998, p. 56) – não foram problematizadas.

Ao lado desse trabalho de leitura em torno de nomes próprios, conforme Pêcheux (1998, p.57), há também um “enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva”. O trabalho anônimo diz respeito ao “conjunto de todos os outros”, os anônimos, que praticam gestos repetidos de cópia, de transcrição, de classificação, sendo que, entre anônimos, há os que são autorizados a ler, a falar e a escrever em prol de um nome próprio.

O referido trabalho anônimo da Idade Média³¹, com uma divisão em meio aos clérigos (autoridades da leitura), perdura até a contemporaneidade, sob a forma da “prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa” (PÊCHEUX, 1998, p.57). Entretanto, em meio àquele trabalho anônimo, temos a constituição da *cultura científica*, a qual se fez mais evidente, na história, em um período nomeado como Idade Moderna (também designado como a época das “expansões marítimas”, das “grandes descobertas do novo mundo”, das “colonizações”, etc.).

Faz parte da constituição dessa cultura científica o desenvolvimento de “métodos de tratamento em massa” (PÊCHEUX, 1998, p. 56) do arquivo textual, com finalidades estatais ou comerciais e que, segundo o autor, supunha tornar o material facilmente comunicável, transmissível e reproduzível. No processo metodológico:

[...] as virtualidades de ordem e de seriedade, de limpeza e de bom caráter, relaxados desde o século XIX pela democratização do ensino (no nível “primário” e “primário-superior”) encontram aí um de seus empregos: a questão da “objetividade” dos procedimentos e dos resultados tornava-se, do mesmo modo, crucial, a ponto da referência à “ciência” (sob a forma das matemáticas, especialmente das estatísticas como “ciência dos grandes números” e da lógica matemática como teoria das línguas unívocas) se impor como uma evidência (PÊCHEUX, 1998, p. 58).

Se, em um primeiro momento, havia o silenciamento do trabalho dos anônimos em prol de um nome próprio, um “indivíduo” ou “instituição”, em um

³¹ Segundo Robins ([1967] 2004, p. 74), foi no período da passagem do século XV ao século XVI, que o nome “Idade Média” foi definido como “um período obscuro e inculto situado entre a Antiguidade e a nova era que então se inaugurava”.

segundo momento, com o passar dos séculos, no processo de constituição da cultura científica, parece haver uma tentativa de apagamento não tão somente de outros nomes (anônimos), mas também do próprio trabalho de leitura dos anônimos. Essa é a contradição de uma cultura que se constitui em um período, correntemente designado como “Humanismo”; todavia, ela se direciona não a uma centralização no humano, e sim a conhecimentos das ditas ciências exatas.

No processo de produção visado pela cultura científica, as necessidades administrativas de tratar dos documentos textuais, de todos os tipos, conduziram, inclusive, às tentativas de construção de línguas artificiais que tenham, dentre outras finalidades, a de dar objetividade ao tratamento dos “dados” (textos), possibilitada por uma apreensão de “sentido unívoca” na leitura do “material” (cf. Pêcheux, 1998).

A proposta de confronto das duas culturas, em Pêcheux (1998), sem privilegiar ou filiar-se a uma ou a outra, conduz-nos a uma problematização das práticas (diferenciadas) de leitura do arquivo. Na configuração contemporânea da cultura científica, há uma massificação das leituras, uma tentativa de instrumentalização utilitária, que se dá por um processo de tentativas de linearização dos sentidos nas maneiras de se ler o arquivo.

Já na cultura literária, há uma singularidade no trabalho de arquivo, determinada por uma leitura solitária, mas voltada para a propriedade de um nome próprio ou de alguém “colocado como autor” (PÊCHEUX, 2009) de uma produção. No caso dessa dita leitura solitária, por exemplo, a questão da autoria poderia ainda ser problematizada por uma própria relação dessa leitura com o trabalho anônimo dos copistas e dos autorizados a falar sob a propriedade daquele nome.

Tendo por base uma relação histórica da contradição entre essa cultura literária e aquela cultura científica, - que trata do trabalho dos anônimos na história e do desenvolvimento dos referidos métodos de tratamento de massa, impulsionados pelo desenvolvimento da informática a partir de meados do século XX -, Pêcheux (1998) propõe uma perspectiva de trabalho com o arquivo voltado para constituição de um espaço polêmico das maneiras dele ser lido. Para o autor:

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-

documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura (PÊCHEUX, 1998, p. 51).

O sistema diferencial da pluralidade dos gestos de leitura, produzido pelas duas culturas, pode ser um modo de acesso às práticas de organização dessas leituras. Esse acesso se dá pela maneira de se apreender os documentos nas práticas silenciosas de leitura, reconstruídas a partir dos efeitos daqueles gestos na escritura. A proposta de Pêcheux (1998), nesse sentido, acerca da construção do arquivo, consiste em um trabalho de leitura que se constitui em um mergulhar a “leitura literal” em uma leitura interpretativa.

A “leitura literal” é determinada por uma ilusão de sentido literal em que, conforme Orlandi (2002a, p. 52), “é tarefa do analista de discurso expor o olhar leitor à opacidade do texto”. Desse modo, compreendemos que, na passagem de uma “leitura literal” para uma leitura interpretativa, se dá a constituição do “gesto de interpretação pela posição sujeito analista” (cf. Orlandi, 1996). Esse gesto é determinado por uma leitura interpretativa (mediação teórica), enquanto aquela leitura literal está determinada por um “gesto de interpretação do sujeito comum” (cf. Orlandi, 1996).

Como uma via para se pensar o arquivo e as maneiras de se lê-lo, Orlandi (2003) salienta que Michel Pêcheux, ao tratar sobre efeito de interpretação, “não fala mais em enunciado mas em texto (séries textuais (orais e escritas))”. A reflexão sobre o texto vem sendo desenvolvida pela autora como um modo de desautomatização das evidências de sentido, construídas em uma unidade a ser analisada: “E um dos modos de desarticular automatismos é levar o leitor [leitura/escritura] a introduzir-se em qualquer parte dos textos e construir um percurso que forma em si um texto outro” (ORLANDI, 2003, p. 12).

Por esse viés teórico, o da construção de percursos de leitura (escritura) do arquivo, uma proposta de construção metodológica é desenvolvida por Nunes (2006), a partir de uma distinção entre dois modos de entrada na leitura do arquivo, tendo como eixo norteador uma temática: o percurso temático *de* arquivo e o percurso temático *no* arquivo. Este último, segundo Nunes (2006, p. 91), refere-se a “um percurso temático que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um *corpus* de análise”. Nesse percurso, o sujeito analista é levado a interpretar em meio à dispersão de *documentos*, constituídos por *uma temática*.

Já o outro, o percurso temático *de* arquivo,

é aquele construído em um arquivo, frequentemente ligado a uma instituição. O que se estuda nesse caso não é exatamente como um tema está no arquivo ou atravessa vários arquivos, mas sim **como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio das práticas documentais um discurso da história**. Busca-se explicitar, de fato, as bases linguístico-discursivas do funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo. No *percurso temático de arquivo*, **o texto documental é uma unidade de análise, na medida em que ele produz um discurso sobre os objetos de arquivo** (NUNES, 2008a, p. 91)³².

A constituição do arquivo por temas, nessa perspectiva, está vinculada ao modo como o sujeito analista constrói suas práticas de leituras por meio de “montagens temáticas” (NUNES, 2006, p. 91), tendo em vista o procedimento analítico do texto documental. É importante salientarmos aqui que, de acordo com Orlandi (2003), “no arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças”. Temos, assim, o arquivo como o dizer atualizado enquanto memória institucionalizada, em que há um efeito de homogeneidade na leitura do documento (“leitura literal”). Porém, considerando o funcionamento desse arquivo, há os efeitos de sentidos de um discurso textual, o qual, segundo Pêcheux (1998, p. 55), “é o lugar de um confronto violentamente contraditório” de diferentes modos de construir (ler) o arquivo.

O discurso textual do arquivo é um lugar que reclama por gesto(s) de interpretação, os quais podem fazer emergir sentidos estabilizados na memória institucionalizada. De acordo com Orlandi (1996),

A interpretação se faz entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro, em que presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente. O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso (ORLANDI, 1996, p.68).

A memória institucional se relaciona com o arquivo na medida em que há, neste, fatos e acontecimentos esquecidos e que demandam gestos de interpretação.

³² Negritados nossos.

Essa memória, na sua forma instituída, “reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático” (ORLANDI, 2003, p. 15). Direcionando para um trabalho de leitura de arquivo, Orlandi (2003) propõe que a interpretação se faça entre essa memória institucional e os efeitos dessa memória, que são da ordem do interdiscurso, pelo qual “a relação com a exterioridade alarga, abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento” (ORLANDI, 2003, p.15). A interpretação não se reduz ao contexto de formulação de um documento, como uma possível leitura datada, ela se faz afetada por efeitos de sentido desse documento na história, pelas diferentes leituras e por sua relação com a situação de constituição da posição sujeito analista na atualização/leitura desses efeitos da memória.

A respeito da questão do interdiscurso, enquanto efeitos de sentidos da memória institucionalizada, Nunes (2006) faz duas considerações. Uma sobre a sua estratificação, e a outra no que diz respeito à distinção entre a constituição e a formulação do discurso. A primeira é fundamentada a partir de Pêcheux, na relação do interdiscurso com a constituição das formações discursivas. Segundo Pêcheux,

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

A estratificação do interdiscurso no complexo das formações discursivas é determinante do modo como as relações de sentidos são interpretadas em um gesto pela posição sujeito analista. Esse, na análise, volta-se para a compreensão da contradição constitutiva da materialidade do texto, trabalhando-o em relação à memória institucional e aos efeitos dessa memória (interdiscurso). Por esse viés, a memória institucional pode ser lida por meio de suas regularidades de dizeres, repetições na materialidade discursiva; regularidade essa tomada não em um sentido de igual, mas sim de algo passível de ser relacionado com dizeres outros, ditos anteriormente, em outro lugar e independentemente.

Há de se salientar que, conforme abordamos no capítulo anterior, a partir de Orlandi (1996), a posição sujeito analista situa-se nas fronteiras das formações discursivas, em uma relação crítica com o complexo conjunto dessas formações.

Ainda que essa posição sujeito não esteja “livre”, ela é determinada por seu modo de constituição, o da inscrição em uma filiação teórica (cf. Orlandi, 1998) e o de uma posição ambígua de quem trabalha com a história do conhecimento ao mesmo tempo em que é parte, e parte interessada, dessa história (cf. Orlandi, 2000).

Nesse sentido, a noção de formação discursiva pode ser mobilizada como um dispositivo mediador, que possibilita ao sujeito analista constituir-se por uma posição em relação ao “todo complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 2009, p. 149), as quais dão sustentação material (sentidos) aos dizeres na história. Funcionando como um dispositivo teórico, a noção de formação discursiva é constitutiva de um gesto de interpretação, na medida em que é determinada pela memória institucional e pelos efeitos dessa memória (interdiscurso).

A outra consideração acerca da noção de interdiscurso diz respeito à relação entre constituição (interdiscurso) e formulação (intradiscurso), assim pensada por Orlandi (2005b, p. 10): a primeira sendo representada em uma “dimensão vertical”, determinada pela “memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo”; já a segunda, representada “em um eixo horizontal”, que se dá “em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas” (cf. ORLANDI, 2005b, p. 10).

A formulação, uma atualização determinada pela memória do dizer, se atualiza enquanto um gesto de interpretação, uma prática simbólica, segundo Orlandi (2005b):

A formulação é aqui o centro de minha reflexão, não a palavra em si. Formulação que se desenha em circunstâncias particulares de atualização, nas condições em que se dá, por gestos de interpretação e através de discursos que lhe apresentam ‘corpo’. Aqui a noção que importa na medida mesma em que nos dá acesso à questão da ‘corporidade’ da linguagem. Pela noção de interpretação como gesto, saímos da separação entre, de um lado, as formações discursivas, a rede de filiações de sentidos e, de outro, os traços, as marcas, no texto. Pela noção de gesto, temos a prática simbólica como prática do corpo e que se corporifica no textual (Orlandi, 2005b, p. 10).

É na/pela formulação que os gestos de interpretação (dispositivo ideológico) dão acesso à ‘corporidade’ do texto em análise discursiva. Se a constituição afeta, de certa forma, a formulação, a atualização do dizer, de outra, é pelo gesto do analista sobre os já ditos e diferentes leituras sobre esses dizeres que se abre a

uma possível compreensão, a do modo como as condições de produção desses já ditos produzem sentidos pelo discurso, em nosso caso, na especificidade da história do conhecimento linguístico.

Conforme a proposta de Orlandi (2005b), entendemos que a formulação toma corpo por gestos de interpretação, enquanto que o gesto, pela posição sujeito analista, se dá na/pela compreensão. Esse gesto do analista prescinde de um dispositivo teórico e analítico, pelo qual, no fazer HIL, são trabalhados dizeres já dados em uma memória institucionalizada. Nesse trabalho, buscamos compreender o modo como o dizer se corporifica pela linguagem, cristalizando-se por repetições, na história.

Na formulação, segundo Orlandi (2005b), pela linguagem, o homem se constitui em sujeito e, nessa constituição, temos a ‘corporidade’ do confronto entre o simbólico e o político inscritos na materialidade discursiva do texto. Os efeitos de sentidos dessa inscrição não são transparentes, eles têm sua forma e funcionamento ideológicos, e a compreensão destes está articulada com os procedimentos de análise a serem mobilizados com a finalidade de explicitar um processo de formulação, remetendo-a a seu espaço de constituição (cf. Nunes, 2006). A seguir, temos um exemplo descrito desse procedimento de análise discursiva com base no **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Antônio de Moraes Silva.

Quando tomamos o dicionário de Moraes, de 1789, como referência, analisamos a **formulação remetendo-a a seu espaço de constituição**. Assim, notamos que nesse espaço é significativa a retomada do dicionário de Bluteau, de 1712, que funciona como **uma memória que intervém no discurso** de Moraes (na forma, por exemplo, de citações, de retomadas e reformulações das definições e da reinscrição dos “grandes autores da língua portuguesa”). A análise procura mostrar os diversos **pontos de atualização dessa memória**: no prefácio, nas definições, na organização interna dos verbetes. Isso nos permite mostrar na materialidade discursiva as transformações de sentido do universo barroco de Bluteau às concepções iluministas de Moraes.

Note-se que **a memória, ao ser evocada, não incide de modo pleno no discurso em formulação. Ela é trabalhada pelo intradiscurso, já que a formulação ao mesmo tempo retoma a memória e a desloca**. Assim, se por um lado Moraes retoma o dizer fundador de Bluteau, com a memória dos grandes autores, por outro lado **ele desloca esses sentidos e introduz uma outra imagem enunciativa**: a do dizer claro e sucinto, que

evoca a filiação ao Iluminismo e ao discurso da Gramática de Port-Royal (NUNES, 2006, p. 26)³³.

Pela análise da formulação remetida ao seu espaço de constituição, Nunes (2006) compreende que o dicionário de Moraes retoma o dizer fundador de Bluteau. Essa retomada, todavia, não incide de modo pleno no discurso de Moraes, pois o processo de formulação desse dizer fundador se deu em condições de produção específicas, diferentes das do discurso em análise. Ao trazer à baila o dizer de Bluteau, o discurso de Moraes atualiza a memória desse dizer em uma *reformulação*, deslocando-a por relações com filiações a outras formas de saber (constitutivas da Gramática de Port-Royal).

A compreensão de como uma memória intervém no discurso pode se dar pela análise de citações, de definições (cf. Nunes, 2006) ou de nomes e de designações desses nomes nas tentativas de constituirmos um gesto de interpretação da definição do nome *gramática*, determinado pelas designações de arte e de ciência. Acerca desse objeto de estudo, uma das primeiras questões lançadas em relação à construção do dispositivo analítico foi: *Definição* ou *conceito*³⁴ de um nome?

A questão formulada foi tomada, em nossa leitura, não como uma escolha pergunta/resposta, mas sim enquanto uma problemática teórico-analítica voltada para a materialidade discursiva do objeto de estudo. A *definição* passou a se constituir com base em um procedimento de análise de descrições de limites, ou mesmo de interpretação dos deslimites dos efeitos de sentidos, sob uma ótica discursiva (cf. Castellanos Pfeiffer, 2003).

Tínhamos também outro caminho, o de um estudo de *conceito*. Neste, poderíamos nos direcionar para uma concepção formulada da relação do nome de um conceito em um campo de saber científico, a partir da ideia de que um conceito se atualiza pela formulação de definições e pode funcionar como dispositivo teórico de uma análise, enquanto que a definição é uma formulação, um gesto de interpretação, constituído em determinadas condições de produção.

³³ Negritados nossos.

³⁴ A possibilidade de trabalharmos com a noção de conceito foi pensada a partir do pesquisador francês Jacques Guilhaumou, que tem uma importante produção sobre a história dos conceitos (cf. Puech, 2009). Já a noção de definição foi tomada, nesta tese, pela perspectiva da Análise de Discurso em relação com a HIL no Brasil.

Como o objetivo de nosso estudo é compreender o processo de reformulação da definição do nome *gramática* por uma relação com a memória institucionalizada e os efeitos dessa memória, tomamos a noção de *definição* como parte do dispositivo analítico. Desse modo, voltamo-nos para uma compreensão dos efeitos de sentidos do nome *gramática*, determinado pelas designações de *arte* ou de *ciência* na história do conhecimento linguístico brasileiro. A análise tem seu funcionamento ancorado nos conceitos de gesto de interpretação, de (re)formulação, de memória institucionalizada (já ditos) e de interdiscurso.

A definição, em perspectiva da Análise de Discurso, não é compreendida como delimitadora de sentidos, mas como uma prática social constitutiva da relação do sujeito com o discurso, conforme Castellanos Pfeiffer (2003):

Poderíamos dizer junto com Alain Rey (1988) que definir, em uma de suas acepções, consiste em uma prática de descrever limites. Porém vamos para além disso, já que trabalhamos com os efeitos de sentidos – que são históricos, que são ideológicos – e que, por isso mesmo, trazem **para dentro o deslimite**, o sentido que vaza, o sentido que explode, que vai em diversas direções, mas não em quaisquer direções. Trabalhar pois, como bem coloca Alain Rey (op. cit.), com a *prática social da definição*, do ponto de vista discursivo, é trabalhar com a relação constitutiva do sujeito com o discurso, já que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia (Althusser, 1969) (CASTELLANOS PFEIFFER, 2003, p. 106)³⁵.

Na esteira da reflexão de Castellanos Pfeiffer (2003), a compreensão da definição está para além de uma descrição de limites, na medida em que o trabalho sobre os efeitos de sentidos traz, para dentro dessa noção, a problemática do deslimite. Se definir carrega uma ideia de limitar, pode-se considerar que uma leitura da definição se abre em um movimento de implosão das práticas sociais do gesto de definir. Sob a ótica discursiva, na leitura da definição, conforme Castellanos Pfeiffer (2003), os sentidos vazam em diversas direções, mas não em quaisquer direções. Nesse processo, a leitura se abre para a interpretação, em que, “é por esta abertura que há determinação. O lugar mesmo do movimento é o lugar do trabalho da estabilização e vice-versa” (cf. ORLANDI, 1996, p. 13).

³⁵ Negritados nossos.

Na perspectiva do fazer HIL, propomo-nos a mobilizar a noção de definição, não com a finalidade de uma análise de verbete (da enciclopédia, do glossário ou do dicionário), mas compreendida enquanto uma formulação acerca de um nome e determinada por efeitos de sentidos de designações desse nome. Em um compêndio gramatical, por exemplo, podemos ter o nome *gramática* definido em um “verbeta”, em uma imagem, em um título, etc. O que vai delimitar o que é definição de um nome é o gesto de interpretação do analista no espaço de leituras de arquivo e de trabalho com a memória. Todavia, essa delimitação faz parte de um método de análise com a finalidade de se trabalhar nos deslimites entre a estabilização de sentidos e o movimento desses sentidos.

Nesta tese, o procedimento para o trabalho é o *recorte* constituído por intermédio da leitura em/de arquivo. Na relação com essa leitura, partimos de uma proposição de que a *definição de um nome* é um recorte de um texto, materialidade discursiva, construída pelo/no gesto de análise. De acordo com Orlandi (1984, p. 14), “o princípio, segundo o qual se efetua o recorte varia segundo os tipos de discurso, segundo a configuração de condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise”.

No caso da construção do dispositivo analítico da *definição*, o recorte é feito determinado pela contradição de ele ser um modo de *delimitação* do texto e ao mesmo tempo ser uma maneira de se trabalhar no *deslimite* das evidências de sentidos já postos na história. É no gesto de recortar, gesto do analista, que se define um recorte discursivo. Nesse recorte, pela perspectiva discursiva, a imagem é lida como um texto (cf. Orlandi, 2005), e essa leitura é constituída por um gesto de interpretação, em que o procedimento de desautomatização dos sentidos no trabalho de compreensão do analista de discurso tem como base um objeto.

Neste capítulo, trazemos à cena um objeto equivalente ao proposto para análise por Carme Schons, em uma oportunidade³⁶ em que a pesquisadora trabalhou com uma ideia de que não é o ponto de vista que cria o objeto no sentido saussuriano e sim é o gesto de interpretação que, em certas condições de produção, determina a leitura do objeto.

³⁶ Reunião de pesquisa sobre Método e Objeto, com os integrantes do Laboratório Corpus, realizada em 21 de junho de 2011, na UFSM.

Sobre a proposição da imagem “Arte de colonização” (Ilustração 1) como um objeto de leitura, salientamos que a procuramos em um site de buscas (Google imagens), lançando como palavra-chave “mensagem subliminar”. Dentre as imagens aleatórias, para nossa leitura, selecionamos a que está reproduzida a seguir por entendermos estar mais próxima da temática da história da gramatização da língua portuguesa, contemporânea ao período de colonização do Brasil, no século XVI.

Essa imagem nos traz a introdução do processo de construção do procedimento metodológico-descritivo que mobilizamos na leitura das folhas de rosto e da capa de gramáticas na Parte II da tese. O procedimento em questão é fundamental para o modo como compreendemos o que é *definição* na relação Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas.

Na sequência, vejamos a imagem “Arte de colonização” (Ilustração 1) constituída enquanto uma unidade imaginária (homogênea) que se coloca ao leitor:



Ilustração 1 – Arte de colonização I ³⁷

³⁷ Site: <http://tociandoumblog.blogspot.com.br/2010/11/mensagens-subliminares.html>.

O modo de dessuperficialização dos sentidos pelo gesto de recortar se dá em um processo que trabalha sobre a memória institucionalizada, ou seja, analisa-se o já dado, que está cristalizado no processo de produção de sentidos, em relação aos efeitos de sentidos desse já dado, pelo funcionamento da memória (interdiscurso).

Poderíamos, para isso, tomar como recorte “a pedra com crucifixo” ou “o transporte no mar” ou “a natureza costeira”, entre outros. Ao delimitarmos um elemento como recorte, ele se constitui por uma relação de determinação³⁸ com outros elementos. Isso leva a um percurso temático de arquivo no texto em questão. Também o recorte pode ser analisado em um percurso temático em arquivos, lançando esse a outros textos, remetendo-o a uma atualização de sentidos que se abre frente à unidade imaginária constituída pela organização da imagem, aqui compreendida como um “texto” (cf. Orlandi, 2005b).

Segundo Orlandi (1984, p. 14), “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva”. O recorte é constituído por um gesto que se produz no deslocamento de um dado sentido da estrutura imaginária de unidade do texto para uma unidade discursiva.

A constituição desse gesto do analista, no/pelo recorte, deve ter como pressuposto que a unidade discursiva produz sentidos por uma correlação com os demais fragmentos de linguagem-e-situação. Se temos como objetivo compreender um fragmento do recorte, temos de considerar que ele é uma unidade que produz sentidos por sua relação com os demais fragmentos.

Procuramos descrever essa ideia pela retomada do exemplo da imagem “Arte de Colonização”, em que colocamos em evidência um fragmento, designado como “o colonizador”, para uma leitura do funcionamento da unidade discursiva. A seguir, temos a Ilustração 2.

³⁸ Mobilizaremos a noção de determinação, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso, no sentido de constituição e não de relação de causa e efeito (cf. Orlandi, 1996).



Ilustração 2 – Arte de colonização II

Na imagem, é posto em evidência um fragmento que, em nossa leitura, designamos como “o colonizador”. Trata-se de um gesto de interpretação (dispositivo ideológico), com base na correlação desse recorte com fragmentos outros tais como: “a pedra com o crucifixo”, “a caravela”, “o mar” e “a costa marítima”, “as árvores”, etc. Esse exemplo de interpretação é mediado por um dispositivo ideológico, pois não há uma leitura das condições de produção fundamentadas em uma historicização (escrita) acerca desse objeto. As condições de produção nos abrem para uma interpretação que coloca em movimento sentidos estabilizados na história, pois a historicização é fundamentada em um trabalho de leitura do arquivo. Nesse trabalho, a contradição é constitutiva do modo como os dizeres se relacionam, possibilitando, assim, a emergência de um gesto do analista.

Ao mesmo tempo em que o fragmento posto em evidência (objeto) se destaca no/como recorte, determinado por um percurso temático da colonização, uma unidade discursiva se constitui por uma relação com um efeito de totalidade da correlação linguagem-e-situação dos fragmentos outros dispostos na “peça” (texto).

Nesse sentido, segundo Orlandi (1984):

[...] podemos dizer que *o texto é um todo em que se organizam os recortes*. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva. Pretendemos que a idéia de recorte remeta à de polissemia e não à de informação. Os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia (ORLANDI, 1984, p. 14).

É pela delimitação do recorte, determinado por uma leitura das condições de produção deste, que é possível de se trabalhar nos *deslimites* da descrição, constituindo-se, assim, um *gesto* pela posição sujeito analista.

A reflexão sobre recorte nos dá bases para compreender a definição como uma noção em que, por delimitações de unidades discursivas a serem analisadas, temos a possibilidade de compreender seus efeitos de sentidos em relação a um nome, determinado por designações.

A palavra “determinado” é compreendida com base em Orlandi (1996, 2002c), tanto como constitutivo, quanto como algo que regula um funcionamento dos efeitos de sentidos. No caso de um nome, determinado por uma designação, compreendemos que esta é parte do nome e, ao mesmo tempo, define sentidos possíveis ao nome. Surdi (2010, p. 73), tendo em vista uma análise de designações do nome *gramática*, a partir de uma perspectiva discursiva, propõe que “a designação nomeia, mas também significa, qualifica e representa”.

A representação, conforme Orlandi (2005a), é considerada do ponto de vista de seu controle político nas ciências da linguagem, a qual “percorre toda a história da filosofia e das ciências, e tem decisiva importância nas ciências humanas e sociais” (cf. Orlandi, 2005a, p. 07). O funcionamento do controle político da representação fez parte de nosso trabalho de dissertação sobre o movimento de designações em títulos de três obras de Mattoso Câmara que foram renomeadas ao serem reeditadas.

Na oportunidade, compreendemos que o título funciona como um espaço potencial constituído por efeitos de temporalidade do saber e é afetado por relações de determinação de outros títulos contemporâneos à publicação. Nesse sentido, o título tem um funcionamento singular, pois é um lugar de representação do conhecimento que constitui uma publicação em condições de produção específicas.

Ele, o título, faz-se representar por um efeito de unidade legitimada por uma articulação com o nome de autor e por uma rede de filiações a outras obras anteriores ou contemporâneas à sua publicação.

Quando tratamos do nome *gramática*, em um título de publicação ou, mais especificamente, na definição desse nome em uma publicação, há de se salientar que, enquanto compreensão operada por uma relação entre a memória institucionalizada e a memória discursiva, esse nome pode ser analisado não só enquanto outras formas de dizê-lo (designações), mas também em relação a outras determinações dessas designações, a outros fragmentos que se correlacionam com esse nome. Por exemplo, se tomamos como recorte uma imagem de folha de rosto de um compêndio gramatical (organização visual), podemos tomar as unidades discursivas como um modo de definição do nome *gramática*³⁹ nessa imagem, pois essas unidades estabelecem com ele uma relação de representação e ainda o qualificam. Entendemos esse qualificar no sentido de uma especificidade de situar a imagem em determinadas condições de produção, seja pela data, pelo nome do autor, por um subtítulo, uma arte visual, um cargo ou titulação do autor, etc.

Se, conforme Pêcheux (1999), a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, no que tange aos possíveis efeitos de sentido de uma folha de rosto de um compêndio gramatical, em que o nome é uma unidade discursiva, lançamos um questionamento: quais os possíveis efeitos de sentidos do recorte *definição do nome gramática* quando posto em uma relação entre um percurso temático *no* arquivo e um percurso temático *de* arquivo? Ou seja, a proposta é a construção de uma análise do recorte, constituída pela relação entre um arquivo temático sobre a história da gramatização brasileira e arquivos que trazem, dentre outras temáticas sobre o conhecimento linguístico, a definição do nome *gramática* e das designações *arte* ou *ciência*.

É por um atravessamento entre esses dois percursos temáticos *de/em* arquivo que, no capítulo seguinte, trazemos à baila uma leitura sobre as condições de produção da *definição do nome gramática* na história do conhecimento linguístico. A compreensão da definição do nome, nesse domínio discursivo, é

³⁹ A questão da representação gráfica do nome (*grammatiké*, *grammatica*, *gramática*) é determinante de nosso gesto de interpretação na medida em que não na análise dos efeitos de sentidos desse nome não procedemos em uma distinção entre texto e imagem.

mobilizada pela relação entre a memória institucionalizada (cristalizada, que congela) e os efeitos de sentido dessa memória (filiações, potencialidade, historicidade).

A análise de definições do nome gramática, constituídas pelo gesto de recortar, delimita unidades discursivas que podem ser observadas em percursos temáticos de/no arquivo e também podem ter uma singularidade determinada por gestos de interpretação outros, formulados acerca desses textos. Pôr em questão a *definição de gramática* para além da limitação do processo de gramatização brasileira é um modo de se trabalhar nos deslimites da definição desse nome para poder remetê-lo aos efeitos de sentidos da memória institucionalizada, sendo assim compreendidos, conforme Orlandi (1984), em um contexto menos imediato, o da ideologia.

No capítulo seguinte, nosso objetivo se volta para a constituição da definição do nome *gramática*, as formulações, as reformulações, as repetições e os atravessamentos de sentidos de outros nomes e designações nesse processo. Nosso foco será direcionado para a potencialidade de sentidos do nome *gramática* e sua relação com a forma de saber nomeada como *Linguística*. Essa relação, quando remetida ao interdiscurso, leva-nos a trabalhar nos deslimites da organização do texto e na especificidade do recorte: a *definição de um nome*.

2. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE

As grandes línguas de cultura são de algum modo artefatos, produtos de instrumentação em um contexto particular, o do monolingüismo dos Estados-Nações (ORLANDI, 2001, p. 14).

Operando sobre a definição do nome *gramática* na história do conhecimento linguístico brasileiro, nosso objetivo para o presente capítulo é estudar a constituição desse nome para além dos limites do recorte, ou seja, focar sobre o processo de constituição do nome gramática e a sua definição por uma relação com as formas de saber na história.

O conceito de saber metalingüístico é mobilizado por Sylvain Auroux (1989), a partir da questão da invenção da escrita como uma tecnologia que sustentou o nascimento das ciências da linguagem. Este acontecimento se dá embasado na compreensão da “passagem de um saber epilingüístico a um saber metalingüístico” (AUROUX, 1998, p. 77), ou seja, fundamenta-se em um deslocamento sobre o saber linguístico, no qual a linguagem foi colocada em posição de objeto.

Na perspectiva de Auroux (1989), o saber linguístico é múltiplo, principia naturalmente na consciência do homem e pode ser epilingüístico ou metalingüístico. O autor relaciona essas duas definições do saber linguístico da seguinte forma: “a continuidade entre o epilingüístico e o metalingüístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza” (AUROUX, 2001, p. 16). Quando aborda esta relação, Auroux (2001) aponta que as ciências da natureza, desde a física galileana, romperam com a “percepção”, saindo de um estado de “ciência normal”; já o saber linguístico em questão “não rompe senão esporadicamente com consciência epilingüística” (AUROUX, 2001, p. 16).

O saber linguístico é definido por Auroux (1989, 1998, 2001) como um ato contínuo que se constitui, tendo uma temporalidade ramificada. Essa temporalidade tem uma espessura temporal que possibilita a determinação do que o autor conceitua como horizontes de retrospectção e de projeção. Os horizontes podem ser estruturados, porque são afetados pela temporalidade e “o ato de saber (produção de conhecimento) não é ele mesmo algo sem relação com a temporalidade” (AUROUX, 2008, p. 41).

Na presente tese, compreendemos que o saber, dado como um ato de saber, é determinado por efeitos de continuidade, os quais se deslocam no processo de constituição do gesto de interpretação pela posição sujeito analista na leitura da história. Conforme Orlandi (1996, 2002c), o sujeito é sempre levado por injunção a interpretar e, na particularidade da posição sujeito analista, este se constitui em uma posição sujeito determinada por uma rede de filiações de sentido do saber na história. É por essa posição sujeito que ele interpreta, assim, construindo horizontes de retrospecto e de projeção, (des)limitando o saber no tempo ou um tempo ao saber.

Entendemos, na especificidade do objeto desta pesquisa, a noção de tempo como uma espessura passível de ser delimitada/instituída enquanto séculos, décadas, anos, dias, épocas, períodos, momentos; todavia, essas delimitações temporais se dão por efeitos de uma relação com a diversidade das formas de instituição do saber, determinadas por diferentes condições de produção, na história, o que faz com que não sejam as mesmas e sejam passíveis de serem situadas em uma espessura temporal.

Em se tratando da delimitação desse saber no tempo, uma ruptura no horizonte de retrospecto não implica a possibilidade de um apagamento da co-presença dos conhecimentos, isto é, não implica que saberes designados como de diferentes épocas sejam esquecidos ou mesmo que se atualizem, contemporaneamente, na história. Segundo Auroux (2008, p. 142) “a co-presença não é apagada quando o estudioso medieval fala da opinião dos ‘antigos’, pois o fato de existirem ‘antigos’ não significa que a ciência possa, ela mesma, ser qualificada como ‘antiga’”.

Na espessura temporal do horizonte de retrospecto ou de projeção, é possível de se trabalhar com a história do saber linguístico pelo fato de esse saber ter a historicidade como constitutiva e potencializada pela co-presença de conhecimentos.

Conforme Auroux (2008):

Apagar a co-presença supõe uma ruptura na estrutura do horizonte de retrospecto, ou seja, um estatuto diferente para certos conhecimentos que recaem sobre todos: se certos conhecimentos tornam-se antigos, é porque todos, no fim, são carregados de historicidade (AUROUX, 2008, p. 142).

Um exemplo da copresença de conhecimentos pode ser trazido à baila pelas epígrafes iniciais deste trabalho de tese, nas quais citamos Mattoso Câmara, parafraseando as palavras do mestre Jakobson, que, por sua vez, faz uma paráfrase de Terêncio. Em ambas as paráfrases, há o gesto de citação representado por uma filiação a um nome próprio (nome de autor). Nesse sentido, a copresença de conhecimentos, para Auroux (2008, p. 141), “é uma modalidade necessária do horizonte de retrospectão”. Ela pode ser analisada a partir do “que se chama, hoje, de as ‘referências’ e que figuram no fim de um artigo sob forma bibliográfica” (AUROUX, 2008, p. 142). Para nós, há uma copresença de conhecimentos, em diferentes épocas, a qual, ao ser reformulada por outro autor, atualiza uma memória por uma relação com os efeitos de sentidos dessa memória em condições de produção diferentes. Dessa forma, quando trazemos da leitura de Auroux uma pluralização da palavra *conhecimento* (pl. conhecimentos), fazêmo-la no sentido de marcar que se trata de *formas de representação do saber* (institucionalizadas ou não) em diferentes épocas.

A constituição do saber linguístico e as suas formas de representação remontam à invenção da escrita como uma tecnologia que sustenta as ciências da linguagem na história (cf. Auroux, 2001). Desde os primórdios do uso da escrita, acredita-se que começaram as primeiras reflexões sobre a linguagem humana, pois o saber metalinguístico, a língua escrita, com o tempo, “proporcionou ao homem uma nova dimensão do conhecimento: ela permitiu uma observação em escala mais larga da relação entre as unidades lingüísticas” (DIAS; BEZERRA, 2006, p.13).

Na Antiguidade, Platão, Aristóteles e os estoicos (Donato, Prisciano) produziram conhecimento sobre a gramática greco-latina e a teoria escolástica, das quais derivam as concepções gramaticais desde a Idade Média até a Contemporaneidade (cf. Colombat, Fournier e Puech, 2010).

Na Idade Moderna, período designado como o das grandes navegações europeias de colonização, foram publicadas gramáticas do “mundo ibérico”, das línguas ditas modernas: a língua espanhola e a língua portuguesa. Esse momento histórico é considerado como uma ruptura na história do saber linguístico, pois a constituição dessas gramáticas foi a base de um processo de gramatização que, segundo Auroux (2001, p.8), “mudou profundamente a ecologia da comunicação

humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta”.

Nesse período de gramatização de línguas de países europeus – que estavam em meio a um momento de expansão territorial por intermédio do desenvolvimento de tecnologias e práticas de navegação – deu-se o encontro dessas línguas ditas modernas (as línguas europeias), as quais têm uma tradição greco-latina de leitura e escrita, com línguas ditas exóticas, que não possuem um sistema de escrita ou ao menos um sistema linguístico conhecido pelos colonizadores. Tal momento de desenvolvimento das gramáticas de línguas modernas é designado por Auroux (2001) como “revolução tecnológica da gramatização”.

A compreensão dessa revolução tecnológica (Auroux, 2001), no que diz respeito à *definição do nome gramática*, é abordada, por nós, sob duas diferentes perspectivas que se inscrevem na história do conhecimento linguístico brasileiro: a primeira é a compreensão do que é definido como gramática desde a Antiguidade até a dita Idade Média; a segunda está atrelada a essa “revolução tecnológica da gramatização”, que possibilita a descrição de línguas ditas modernas, mas nossa compreensão se dá por um retorno ao processo de produção do conhecimento da Idade Média até a constituição de uma forma de saber sobre a língua, nomeada Linguística, no século XX.

Desse modo, é pela construção de um horizonte de retrospectiva das formas de saber sobre a língua que finalizaremos este capítulo 2 da primeira parte teórica, com um estudo das condições de produção da definição do nome *linguística* no Brasil. Um nome que tem uma história de relações com diferentes formas de saber e que, na atualidade, está instituído como o nome de uma forma de saber científica, o da ciência do século XX, a Linguística. Esta ciência tem o **Curso de Linguística Geral**, de Ferdinand de Saussure, designado correntemente como obra fundadora e que, no processo de disciplinarização brasileiro, é promovida, em especial, pelo linguista-gramático Joaquim Mattoso Câmara Junior.

2.1 As definições do nome *gramática*: arte, técnica e tecnologia no processo de produção do conhecimento

O nome **gramática**, do grego *grammatiké*, vem de *gramma*, tradicionalmente traduzido pela palavra “letra”.

Gramma (letra), em **O Sofista**, de Platão, significava “som”, diferentemente de um sentido contemporâneo de “símbolo gráfico”. Nesse sentido, segundo Neves (1987, p. 106), “Platão diz que, entre as letras, algumas não concordam entre si, isto é, recusam união, enquanto outras concordam, isto é, consentem união”.

Já a constituição de sentidos do nome grego *grammatiké* (gramática) tem diferentes modos de significação na história do conhecimento linguístico, conforme apontam estudiosos dessa temática: Neves (1987), Favero e Molina (2006), Bajoni (2008), Colombat, Fournier e Puech (2010).

Em Platão, a *grammatiké* é designada como *téchne*, sinônimo de *arte*. Neves (1987, p. 105) aponta que o autor, no texto **Filebo**, define *grammatiké* como “a arte que permite ver a interdependência dos elementos (vogais, semivogais e mudas) como liame que faz deles uma unidade”. No **Sofista**, ela é definida como “um sistema regulador da combinação das letras assim como a dialética é o sistema regulador da combinação de gêneros” (Ibid., p. 190). Por fim, no texto **Crátilo**, Platão define a gramática (*téchne ‘arte’*) como aquela que julga a atribuição das letras na formação dos nomes.

Sócrates – E talvez haja artesãos dos nomes que são bons, e outros maus?

Crátilo – Sim.

Sócrates, Ora o nome desses artesãos era <<legisladores dos nomes>>

Crátilo – Sim.

Sócrates – Por Zeus, talvez aconteça aqui o mesmo que nas outras artes, e haja legisladores bons e outros maus, se chegarmos a acordo quanto àquelas coisas que dissemos anteriormente.

Crátilo – Assim é. Mas estás a ver, ó Sócrates, quando nós distribuímos estas letras, o a e o b, e cada um dos elementos, aos nomes por meio da arte da gramática, se retirarmos, ou acrescentarmos, ou mudarmos qualquer coisa, o nome ficará escrito para nós, mas não **correctamente**, ou antes, não ficará escrito de todo, mas é imediatamente outro nome, se lhe acontece alguma destas coisas (PLATÃO, 2001, p.112-113).

No texto **Crátilo**, em meio à discussão sobre a formação dos nomes sob regência da *arte da gramática*, aos “legisladores dos nomes” é atribuída a responsabilidade do trabalho de bem distribuir as letras, de maneira que não sejam ausentadas ou acrescidas letras, pois, assim, o nome ficaria *escrito*, mas não julgado como *correto*.

A designação *arte da gramática*, em **Crátilo**, é determinada por *corretamente*, que a qualifica em relação ao trabalho de um artesão/legislador dos nomes nesse diálogo mitológico. A definição do nome *gramática*, no processo de constituição desse nome, está determinada pela própria definição do fazer gramática e de quem a faz.

Bajoni (2008), no livro **Les grammairiens lascifs: La grammaire à la fin de l'Empire romain**⁴⁰, a partir da questão “Qu’est-ce qu’un grammairien”⁴¹?, desenvolve uma leitura a respeito das designações gregas que significam o estatuto daquele que escreve. São elas: *grammateus*, *grammatistes*, *grammatodidaskalos* et *grammatikos*.

Le premier, *grammateus*, signifie <<scribe>>, <<greffier public>>, <<officier public de grades divers chargé d’enregistrer les documents, de les conserver et d’en donner lecture dans les assemblées ou devant les tribunaux>>⁴² (BAJONI, 2008, p. 23).

Le terme *grammatistes* pouvait signifier <<scribe>>, <<secrétaire>> ou, comme le composé *grammatodidaskalos*, pouvait désigner le <<maître d’école>>, celui qui enseigne la lecture et l’écriture (*grammatizein*). L’équivalent en latin était le *grammaticae praeceptor* ou *ludi litterarii magister*⁴³ (BAJONI, 2008, p. 24).

Le mot *grammatikos* a élargi sa signification comme nom commun, mais c’était aussi un nom de personne. Du IV^e jusqu’au VI^e siècle, après J.-C., *grammatikos* / *grammaticus* a persisté aussi comme épithète et nom personnel, bien que moins diffusé que *philologos*. Par exemple, Saint Augustin, dans l’une de ses lettres, s’adresse à un certain Grammaticus. Dans son emploi le plus commun, *grammatikos* a signifié <<scribe>> ou <<maître d’école>>. Ensuite, on a appelé aussi *grammatikoi* les érudits de l’école d’Alexandrie dont la naissance se situe vers le début du III^e siècle

⁴⁰ **Os gramáticos lascivos:** A gramática no final do Império romano. (tradução nossa)

⁴¹ O que é um gramático? (tradução nossa)

⁴² O primeiro, *grammateus*, significa “escriba”, “grafista público”, “oficial público de trabalhos diversos ocupado de registrar os documentos, de os conservar e de os ler nas assembleias ou diante dos tribunais. (tradução nossa)

⁴³ O termo *grammatistes* pode significar “escriba”, “secretário”, ou como o composto *grammatodidaskalos*, poderia designar o “mestre de escolas”, aquele que ensina a leitura e a escrita (*grammatizein*). O equivalente em latim seria o *grammaticae praeceptor* ou o *ludi litterarii magister*. (tradução nossa)

avant J.-C. Ils s’occupaient de l’étude philologique et de l’interprétation des textes anciens (Homère, Hésiode et les gnomiques, les extraits des poèmes lyriques, Eschyle, Sophocle, Euripide, Ménandre et les poètes contemporains). Le nom d’Aristarque était devenu le symbole de la *grammatike* alexandrine aussi bien dans le domaine de l’exégèse que dans celui des études linguistiques. Les érudits de l’école de Pergame, qui s’opposait à celle d’Alexandrie pour ce qui est des méthodes comme des perspectives de recherche, étaient appelés *Kritikoi*⁴⁴. (BAJONI, 2008, p. 24).

No período helenístico grego e em Roma, o cargo de escriba *grammateus*, segundo Bajoni (2008), era um trabalho desenvolvido tanto por homens livres quanto por escravos e libertos. Esta era também uma atividade material de escrita, considerada como “métier d’esclaves (*opus seruille*)”, na qual homens que se consideravam cultos ditavam seus documentos e suas obras.

Bajoni (2008, p. 23) salienta que “s’il est vrai que, partout où on la connaît, l’écriture est une activité accompagnée de connotations positives, il n’est pas toujours vrai que, dès que l’écriture se spécialise, celui qui la pratique comme jouit d’un statut élevé”⁴⁵. Juntamente com a função do “escriba”, também ao nome *grammatistes* foi atribuída a significação de “preceptor de escola” como aquele que ensina a leitura e a escrita (cf. Bajoni, 2008). Essa designação, em nossa leitura, dialoga com constituição do nome *grammatiké* para Aristóteles, que, segundo Neves (1987, p. 105), “compreendia o ensino da escrita e da leitura (Tópicos VI, 5, 142b 31), fazendo parte da educação elementar”.

Outros modos de se ler o nome *gramático* na história do conhecimento linguístico podem ser problematizados a partir do arquivo disponível sobre a tradição da escrita (língua escrita) e a constituição de um sentido de “superioridade” dessa tradição em relação à fala (língua falada).

⁴⁴ A palavra *grammatikos* expandiu sua significação como nome comum, mas era também um nome pessoal. Do século IV d.c até o século VI d.c., *grammatikos* / *grammaticus* também persistiu como um epíteto e nome pessoal, embora bem menos difundido do que *philologos*. Por exemplo, Santo Agostinho, em uma de suas cartas, dirige-se a um certo Grammaticus. Em seu emprego mais comum, *grammatikos* significava “escriba” ou “mestre de escola”. Posteriormente, eram também chamados *grammatikoi* os eruditos da escola de Alexandria, cujo nascimento foi em torno do século III a. C. Eles se ocupavam do estudo filológico e da interpretação de textos antigos (Homero, Hésíodo e os gnômicos, extratos de poemas líricos, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, Ménandre e os poetas contemporâneos). O nome de Aristarco tornou-se o símbolo da *grammatiké* alexandrina mais no campo de exegese do que naqueles estudos linguísticos. Os estudiosos da escola de Pérgamo, que se opunham àqueles de Alexandria sobre os métodos e as perspectivas de pesquisa, foram chamados *Kritikoi*. (tradução nossa)

⁴⁵ “se é verdade que, até onde se sabe, a escrita é uma atividade acompanhada de conotações positivas, não é sempre que, a partir do momento em que a escrita se especializa, aquele que a pratica desfruta de um *status* elevado. (tradução nossa)

Se, na antiguidade, havia um “estatuto elevado” da língua falada em relação ao registro pela língua escrita, com o tempo, há deslocamentos de sentidos no modo como essas relações se constituem, determinadas por formas do saber *sobre* a gramática, os quais também vão qualificar o nome de compêndios gramaticais da Antiguidade até os dias atuais. Mesmo que o horizonte de retrospectiva do trabalho de tese seja construído a partir dos anos 60 do século XX, nosso olhar inquieto, de quem se interessa pela história desse conhecimento, percorre compêndios gramaticais da atualidade, nos quais ainda se faz presente, de certa forma, essa relação entre língua falada e língua escrita em compêndios.

A relação língua falada e língua escrita perpassa nossa leitura acerca das formas de saber *sobre* gramática desde a Antiguidade, quando temos o saber linguístico já se atualizando de diferentes modos. De acordo com Neves (1987), em Aristóteles, a *téchne* é o conhecimento dos universais, sendo definida como habilidade, metodicamente desenvolvida, de criar o útil, de modo que as ações seriam objeto de uma *téchne* – que era um conhecimento prático.

Também, pela leitura de Bajoni (2008), podemos compreender que ao longo do tempo o nome *grammatikos* foi potencializado, em especial, na constituição da escola de Alexandria, quando, além de “escriba” e “preceptor de escolas”, esse nome ainda significava “filólogo”. Isto pluraliza nossa leitura sobre as condições de produção de diferentes formas do saber, que se realizam em *reformulações* por uma copresença de conhecimento da tradição grega ou latina. Entendendo-se por tradição os dizeres cristalizados de uma memória institucionalizada.

Sobre a constituição do nome *filólogo*, Neves (1987) salienta que a atividade filológica tem sentidos diferentes entre o período clássico grego (Platão, Aristóteles) e o período helenístico grego (estoicos).

Platão, no Teeteto, fala da filologia de Sócrates, que consiste no amor ao *lógos* e no interesse pela sua interpretação. Era a época da filosofia, a época do florescimento do espírito grego.

A época helenística, por seu lado, cuida não de **criação**, mas de **preservação**. **A cultura é, acima de tudo, a memória do passado, e se baseia, assim, em ensino e aprendizagem. E o estudo de poetas e oradores de expressão bela e correta é a atividade do filólogo.**

O termo *philólogos* se refere àquele que se interessa pela cultura em geral; o que tenta a revisão crítica dos textos e a compreensão da obra literária se chama mais especificamente *grammatikós*. Este não só explica as obras como também as julga; reconhece ou não a sua autenticidade, aponta suas belezas e defeitos. Faz a correção dos textos (*dióρθokós*) e exerce julgamento (*Krísis*) em geral; é, portanto, um crítico (*kritikós*), atividade que

representa poder de decidir como juiz de obras escritas (NEVES, 1987, p.104)⁴⁶.

Pela leitura de Neves, temos, no período clássico (Platão), a filologia como uma atividade de criação, voltada para o *lógos* e a interpretação. Após, no período helenístico, a atividade filológica se volta para uma preservação do conhecimento do passado e de seu ensino e aprendizagem. Concomitante a essa atividade filológica do período helenístico, segundo Neves (1987), desenvolve-se e soma-se a atividade do *grammatikós* de correção, julgamento e crítica de textos ou de obras, conforme um cultivo de valores preservados pela memória.

A diferenciação da atividade filológica em relação à *grammatiké* na passagem do período clássico para o helenístico determina diferentes sentidos às duas. Moura Neves (1987, p. 107) salienta que a definição de *grammatiké* desenvolvida como arte ou técnica no período clássico grego é diferente da definição de *grammatiké* desenvolvida no período helenístico (estoicos). Esta última corresponderia a um sentido do nome *gramática* como instrumento de cultivo e de preservação de valores.

A partir de Neves (1987) e Bajoni (2008), poderíamos afirmar que, no período helenístico, a definição do nome *gramática* era designada por arte ou técnica no sentido de formação e legislação sobre os nomes e também essa definição passa a ser constituída por formas de saber *sobre* gramática. Essas formas de saber são advindas das atividades do *grammatiké*, e a definição daquele nome passa ainda a ser determinada pela organização compendiada dessa arte (manual, obra).

Na tradição da manualização da língua pela gramática, é atribuído ao estoico Dionísio da Trácia (ou Dionísio, o Trácio), com o texto **Téchne Grammatiké**, um lugar de fundação da “Arte da Gramática”. Esta, segundo Bechara (2006, p. 155), tem “influência em todos os compêndios gramaticais que se lhe seguiram”.

Ainda Colombat, Fournier e Puech (2010), ao discorrerem sobre a Biblioteca de Alexandria e o desenvolvimento de uma filologia, salientam que a elaboração das gramáticas gregas como manuais está embasada no período contemporâneo a essa produção de Dionísio da Trácia:

⁴⁶ Negritos nossos.

La grammaire est en effet un des ces outils techniques. La discipline s'expose à partir du III^e siècle a.C. dans le cadre de brefs manuels qui réunissent sous une forme synthétique, des connaissances linguistiques plus ou moins élémentaires. L'ouvrage le plus remarquable et le plus célèbre de ce type est la **Téchné** de Denys le Thrace (fin du II^e siècle a.C.) où on lit, dans le premier chapitre, cette définition de la grammaire: << la grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs>> (1998 : 41). Il faut insister sur cette expression de <<connaissance empirique>> (*empeiria*). Les *tekhnai* ne sont pas en effet des ouvrages théoriques, mais des manuels qui poursuivent une finalité pratique : **outiller le lecteur**, le rendre à même de lire les textes des <<poètes et des prosateurs>>⁴⁷ (COLOMBAT ; FOURNIER ; PUECH, 2010, p. 77).

No processo de manualização da língua pela gramática, damos destaque para a insistência dos autores em relação à designação “conhecimento empírico”, que está determinada pela finalidade prática e não teórica dos manuais de gramática, destinados a instrumentalizar o leitor para a leitura de textos gregos antigos.

A determinação de conhecimento empírico sobre a constituição do manual de Dionísio da Trácia é um dos objetos de crítica de Sexto Empírico, no século II d. C.. Segundo El-Jaick (2009), a problematização de Sexto Empírico “é que a observação do uso comum (*parateresis tes sunetheias*) dita a correção” nas gramáticas, ou seja, “para falar grego, bastava observar”.

A seguir, retomamos a definição de Dionísio da Trácia em que temos o nome “gramática” determinado pela designação “conhecimento empírico”.

⁴⁷ Gramática é, em efeito, um desses instrumentos técnicos. A disciplina se expõe a partir do século III a.C., através de breves manuais que reúnem, de forma resumida, os conhecimentos linguísticos mais ou menos elementares. A obra considerada um marco e a mais conhecida deste tipo é a **Téchné** de Dionísio Trácio (final do século II a.C.), na qual se lê, no primeiro capítulo, esta definição de gramática: “a gramática é o conhecimento empírico que se diz entre os poetas e prosadores” (1998, p. 41). É preciso insistir sobre essa expressão “conhecimento empírico” (*Empeiria*). De fato, os *tekhnai* não são obras teóricas, mas manuais com um objetivo prático: **instrumentalizar o leitor**, tornando-o capaz de ler os textos de “poetas e prosadores”. (negritados nossos e tradução nossa)

Quadro 1 – Definição de gramática em Dionísio da Trácia⁴⁸

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
a gramática é o conhecimento empírico que se diz entre os poetas e prosadores.	<i>Téchne</i> <i>Grammatiké</i>	Dionísio da Trácia	I a.C.

Ao ser definido o nome “gramática” em Dionísio da Trácia, a designação “conhecimento empírico” se constitui por uma relação com o enunciado “que se diz entre os poetas e prosadores”. Nesse sentido, temos um conhecimento sendo formulado a partir da observação dos “dizeres” entre “poetas e prosadores”.

A compreensão desse “uso comum” pelo qual se dita a correção (conforme a crítica de Sexto Empírico) está delimitada por uma divisão social do trabalho da leitura que se faz presente nessa manualização. Temos assim um processo de instrumentalização do leitor pela legitimação de modelos de correção em que, nesse caso, o modelo é o que é dito pelos poetas e prosadores (cf. Colombat, Fournier e Puech, 2010).

Nossa leitura se direciona para o modo como interpretações sobre a definição de gramática são postas em circulação e como essas interpretações determinam outras possíveis leituras sobre a produção do conhecimento linguístico. No caso da gramática de Dionísio da Trácia, segundo Colombat, Fournier e Puech (2010), esse manual não seria o mesmo utilizado pelos gramáticos na antiguidade, porém os autores afirmam que:

Il faut donc se résigner à l'idée qu'on n'aura *jamais* un texte <<definitif>> et que le texte dont nous disposons est au moins en partie une reconstruction, dont l'essentiel peut être daté du I^o siècle a.C.. Cet ouvrage n'est pas un art

⁴⁸ A partir dessa definição do nome gramática em Dionísio da Trácia, convidamos o leitor a acompanhar a leitura dos quadros mediada pelo seguinte esquema de cores. Os realces de texto na cor **amarelo** correspondendo à designação do nome gramática, que no quadro acima realça “conhecimento empírico”. E a alteração da cor da fonte para **vermelho** corresponde à designação de “conhecimento empírico” ou de “uso comum” ancorado na “observação empírica”, a qual desenvolveremos neste capítulo e retomaremos nas análises da segunda parte da tese.

de lire (rien ne nous est dit sur la façon de prononcer les lettres), ni un manuel pour apprendre le grec : il est trop bref pour faire un point complet sur la morphologie très riche du grec ancien, et aux yeux d'un moderne, il lui manque une syntaxe. Alors qu'est-ce qui fait son importance? Le fait qu'il fournit une nomenclature technique donnant tous les éléments nécessaires pour analyser un texte littéraire⁴⁹ (COLOMBAT, FOURNIER e PUECH, 2010, p. 96).

A *Techné* de Dionísio da Trácia é de fundamental contribuição para a análise de texto literário e para a leitura desses textos na época helenística grega. Nesse contexto, temos a forma de saber *sobre* a gramática determinando a construção de um instrumento linguístico e também temos esse instrumento linguístico, no caso a gramática de Dionísio da Trácia, como um suporte para análises de textos literários. O período dos estoicos, segundo Robins (2004, p. 12), “foi marcado pelos contatos cada vez mais estreitos dos gregos com falantes de outras línguas (a primeira versão grega do Velho Testamento, a Bíblia dos Setenta, foi efetuada nessa época)”. Os manuais de gramática, por sua vez, se constituem em um momento de distanciamento entre o grego da época clássica e o do helenismo, bem como de relações dos gregos com outras línguas.

Se dentre as gramáticas gregas podemos destacar a produção do estoico Dionísio Trácio como um manual ainda hoje referenciado em processos de gramatização, dentre os romanos, os manuais **Ars grammatica** de Donato e **Institutiones grammaticae** de Prisciano, sobre a língua latina, funcionam como base para o processo de gramatização das línguas modernas. Segundo Colombat, Fournier e Puech (2010, p.99), o manual de Donato “est *le* manuel de référence pendant tout le Haut Moyen Âge et jusqu'à Renaissance, malgré la concurrence progressive de Priscien”⁵⁰.

A definição de gramática que se popularizou nos compêndios gramaticais do ocidente é, de uma forma geral, uma reformulação da definição de Donato, segundo

⁴⁹ É preciso, portanto, resignar-se à ideia de que nós *nunca* teremos um texto “definitivo” e o texto que dispomos é, pelo menos parcialmente, uma reconstrução que pode ser datada do século I a.C. Esta obra não é uma arte de ler (ela não nos diz nada sobre como pronunciar as letras), nem é um manual para aprender o grego: ela é demasiado curta para fazer um tópico completo sobre a morfologia muito rica do grego antigo, e aos olhos de um moderno, ela carece de sintaxe. Então, qual é a sua importância? O fato de que ela fornece uma nomenclatura técnica que dá todos os elementos necessários para analisar um texto literário. (tradução nossa)

⁵⁰ “é o manual de referência durante toda a Alta Idade Média e até o Renascimento, apesar da concorrência progressiva de Prisciano. (tradução nossa)

Colombat, Fournier e Puech (2010). Na tabela a seguir, temos a formulação dessa definição de Donato, de suma importância para nossa análise do objeto de estudo.

Quadro 2 – Definição de gramática em Donato

Definição do nome gramática			
Definição	Título	Nome do autor	Época
a gramática é a arte de falar e de escrever corretamente, observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas ⁵¹	<i>Ars grammatica</i>	Donato	IV d.C.

O nome “gramática” se constitui por uma relação com a designação “arte”, tanto na definição *a gramática é a arte* quanto no título *Ars grammatica*. A designação de “arte”, por sua vez, está determinada por designações que a especificam enquanto “arte de falar corretamente” e “arte de escrever corretamente”.

Por uma relação parafrástica da definição do nome *gramática* em Donato, articulada à definição em Dionísio, é possível de se compreender que há uma reformulação no modelo de correção. Na definição em Dionísio, temos o modelo centrado no “que se diz entre poetas e prosadores”; já nessa definição de Donato, temos o modelo de correção “observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas”.

Sobre esses dois modelos, há de se salientar o fato de colocarem um modelo de correção com base no “uso comum” entre os poetas; porém, ainda, é um uso determinado por tentativas de dar regularidade analógica às formas de nomes. Sobre a questão dos modelos dos gramáticos greco-latinos, segundo Robins (2004, p. 16), Sexto Empírico “chegou a dizer, em tom de protesto, que falar latim e falá-lo de acordo com a gramática haviam se tornado duas coisas diferentes”.

As designações do nome *gramática*, em Dionísio, “conhecimento empírico”, e, em Donato, “arte”, são duas formas de representar um modelo de correção fundamentado em um “uso comum”, padronizado nos manuais de gramáticas. Lembramos que, na produção do referido período grego, não se tinha uma distinção

⁵¹ Esta definição é uma tradução nossa a partir de um recorte do texto de Colombat (1999): La grammaire (grammaticae) est définie comme « l'art de parler et d'écrire correctement, observé d'après la lecture des écrivains et des poètes » (Colombat, p.173)

entre Arte (*Ars*) e Técnica (*Téchne*), pois *Ars* é a tradução latina para *Téchné*. Nesse sentido, no título atribuído à gramática grega de Dionísio da Trácia, **Téchné Grammatiké**, está presentificada pela designação *Téchné* (*Ars*), o que também ocorre no título **Ars grammatica**, do gramático latino Donato.

Sobre a designação “conhecimento empírico” em Dionísio da Trácia, Robins (2004) faz a seguinte consideração:

Podemos ver que o procedimento de Dionísio se baseou na observação: colhia material nos textos de autores abalizados para justificar suas formulações descritivas. Essa atitude empírica encontra muitos defensores atualmente, mas o uso de *empeiria*, “conhecimento prático”, ofendeu a suscetibilidade de alguns comentaristas do passado. Recorrendo a uma escala convencional de realizações culturais, que apresenta de modo crescente os graus *peira*, “habilidade”, *empeiria*, *téchné*, “ciência”, e *episteme*, “discernimento”, tais comentaristas lamentaram que Dionísio tenha depreciado o objeto de estudo (ROBINS, 2004, p. 25).

Na leitura de Robins, é apontada uma reformulação do uso de *empeiria* a partir do procedimento gramatical de Dionísio. Na Grécia clássica, nas realizações culturais, *empeiria* (juntamente com *téchné*) constituía um sentido para a designação *ciência*. Já na produção de Dionísio, embasada na observação de textos de autores, *empeiria* passou a carregar um sentido de “conhecimento prático”.

Tendo em vista esses efeitos de sentidos da designação *empeiria* em meio ao processo de manualização da língua pela gramática, somos levados a uma leitura da constituição de uma forma de saber *sobre* gramática (teoria) com base em uma distinção dessa em relação à formulação de gramática como manual (conhecimento prático).

Essa possível distinção a partir dessa manualização parece, na leitura do gramático latino Varrão (116-27 a.C.), ter constituído uma formas de saber *sobre* gramática (teórica), a explicação racionalista em oposição à explicação empirista. Essa leitura ainda da Antiguidade vai ser fundamental no desenvolvimento da gramatização em séculos posteriores. Conforme aponta El-Jaick (2009), temos nessa oposição uma distinção entre um domínio teórico e um não teórico.

Varrão apresentou as duas correntes [anomalia e analogia], a rixa parecia ser entre uma explicação *racionalista* ou *empirista* de gramática, isto é, uma explicação gramatical teórica e uma explicação gramatical não-teórica, cuja

normatização seguisse a observação do uso comum (EL-JAICK, 2009, p. 100).

A distinção de Varrão está atrelada a uma possível constituição da separação entre uma explicação racionalista (teórica) e uma empirista (não teórica), uma separação que vai se consolidar enquanto duas formas do saber a partir do século XVI. Segundo Robins (2004), as discussões da perspectiva empirista têm como principal contribuição os estudos do britânico Francis Bacon, enquanto a perspectiva racionalista é defendida por Descartes. Porém, ambas as perspectivas “se identificavam quanto ao fato de apoiarem as suas argumentações filosóficas na matemática e na ciência newtoniana, e não no aristotelismo escolástico” (Robins, 2004, p. 58).

Pela leitura de Robins (2004), a produção do latino Varrão foi um marco na história da gramatização. Além de uma constituição dessas distinções entre racionalismo e empirismo, temos a publicação da obra **Disciplinae**, “enciclopédia dos assuntos educacionais, que incluía as sete artes e ainda a medicina e a arquitetura. Esse trabalho serviu de modelo para o esquema das sete artes delineado por Santo Agostinho” (Cf. Robins, 2004, p. 54). O contexto de produção dessa obra, por volta do século I a.C, traz à cena a constituição do ensino de gramática como disciplina.

De acordo com Robins (2004):

A educação medieval baseou-se nas “sete artes liberais”: gramática, dialética (lógica) e retórica formavam a primeira parte ou *trivium*; música, aritmética, geometria e astronomia formavam a segunda parte ou *quadrivium*. A seguinte fórmula mnemônica exprime as suas funções: Gram loquitur; dia vera docet; rhet verba colorat; Mus canit; ar numerat; Ge ponderat; ast colit astra⁵² (ROBINS, 2004, p. 54).

A passagem da Antiguidade para a Idade Média se dá por volta do século IV d.C., na época em que temos a publicação da gramática de Donato. Esse gramático, segundo Robins (2004), foi professor de São Jerônimo, responsável pela tradução da Bíblia (a Vulgata) e que, segundo Colombat, Fournier e Puech (2010), o seu

⁵² Tradução de Robins (2004): A gram(ática) fala; a dia(lética) ensina a verdade; a ret(órica) adorna as palavras que usamos; a mús(isca) canta; a ar(itimética) conta; a geo(metria) mede; a ast(ronomia) estuda as estrelas.

compêndio gramatical foi referência do ensino de língua ao longo da educação medieval e perdurou por outros séculos. Na Idade Média, conforme Chauí (1995), as sete artes liberais – a gramática, a retórica, a lógica, a aritmética, a geometria, a astronomia e a música – são associadas à composição do currículo escolar de homens designados como *homens livres*. Já as artes mecânicas seriam todas as outras atividades técnicas, a saber, a medicina, a arquitetura, a agricultura, a pintura, a escultura, a olaria, a tecelagem, etc.

As sete artes liberais, segundo Chauí (1995), durante a Idade Média, eram superiores às artes mecânicas, pois, na concepção de Santo Tomás de Aquino, as primeiras estavam dirigidas pelo trabalho da razão (teórico), enquanto as outras eram dirigidas pelo trabalho manual (prática), desprezado por uma relação de estrutura social escravista da época. Nessa distinção, é interessante observarmos a contradição do lugar de “prestígio” da gramática entre as artes liberais, determinada pelo racionalismo, apesar de trazer, em sua história, uma relação com o trabalho manual escravo, atribuído ao cargo de escriba *grammateus* na antiguidade (cf. Bajoni, 2008), ou mesmo ao trabalho da “manualização” da língua pela gramática, constituída por uma prática empírica, a da observação do uso comum, criticada por Sexto Empírico.

No momento da revolução tecnológica da gramatização, essa distinção vai se atualizar, diferentemente, em dois autores pioneiros em gramáticas da língua portuguesa: Fernão de Oliveira, com a definição de gramática designada como arte, e João de Barros, com a definição de gramática designada como ciência. De acordo com Assunção (2007), as gramáticas ibéricas designadas como ciência, no século XVI, estão determinadas por uma filiação teórica ao racionalismo, conforme a orientação advinda de Aristóteles. Por sua vez, a constituição da gramática de Fernão de Oliveira estaria determinada pelo momento histórico do humanismo (cf. Orlandi, 2009).

No período do humanismo renascentista, a posição privilegiada das artes liberais em relação às artes mecânicas, segundo Chauí (1995), é rompida, quando há uma dignificação do corpo humano e uma valorização do trabalho das artes mecânicas, à medida que as atividades mercantilistas se desenvolvem. O momento é de reconfiguração da relação entre as artes liberais e as artes mecânicas, no final

do século XV e início do século XVI (também designado como marco da Idade Moderna).

Em meio a uma reconfiguração de valorização das artes mecânicas e da dignificação do corpo humano, uma divisão entre arte e técnica passa a se consolidar, sendo a técnica associada ao que é útil aos homens (medicina, agricultura, culinária, artesanato), e a arte associada ao belo (pintura, escultura, arquitetura, poesia, música, teatro e dança – Belas Artes/Sete Artes).

Na leitura de Chauí (1995), considerando a relação entre arte e técnica que se tornou presente até o período do humanismo renascentista e a relação distintiva posterior, passamos a nos questionar sobre a constituição das definições de gramática (teórica e empírica), tendo em vista uma separação entre arte e técnica/tecnologia (ciência). Essa é uma questão que consideramos pertinente ao modo de se pensar as definições de gramática designadas por *arte* ou *ciência* no processo de gramatização brasileira, pois temos a gramática associada a uma cultura do belo por uma relação com a arte (conhecimento empírico), advinda da tradição do bem falar e escrever dos escritores, poetas e prosadores greco-latinos (cf. Quadro 1 e Quadro 2). Mas, ao mesmo tempo, essa gramática, na história, também é constituída por um conhecimento empírico e por um saber teórico determinantes da relação técnica/tecnologia, os quais vêm se desenvolvendo por uma relação com a constituição de formas de saber, como a Filologia ou o Racionalismo Aristotélico desde a Antiguidade.

Na “moderna” perspectiva, segundo Chauí (1995), a técnica é um conhecimento empírico, que elabora um conjunto de regras e de práticas para agir sobre as coisas, enquanto a tecnologia é constituída de um saber teórico, que se aplica na prática. A autora nos apresenta como exemplo:

Um relógio de sol é um objeto técnico que serve para marcar horas seguindo o movimento solar do céu. Um cronômetro, porém, é um objeto tecnológico: por um lado, sua construção pressupõe conhecimentos teóricos sobre as leis do movimento (as leis do pêndulo) e, por outro lado, seu uso altera a percepção empírica e comum dos objetos, pois serve para medir aquilo que nossa percepção não consegue perceber. Uma lente de aumento é um objeto técnico, mas o telescópio e o microscópio são objetos tecnológicos, pois sua construção pressupõe o conhecimento das leis científicas definidas pela óptica. Em outras palavras, **um objeto é**

tecnológico quando sua construção pressupõe um saber científico e quando seu uso interfere nos resultados das pesquisas científicas. A ciência moderna tornou-se inseparável da tecnologia. (CHAUÍ, 1995, p. 255)⁵³.

A problematização da distinção entre arte e técnica no período renascentista, bem como o desenvolvimento da noção de tecnologia (cf. Chauí, 1995) são contemporâneos ao processo de *gramatização* das línguas modernas, conceito cunhado por Aurox (2001) sobre o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias que são pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

O autor considera a gramatização como a *segunda revolução técnico-linguística* e a primeira revolução científica do mundo moderno, sem a qual as ciências modernas da natureza não teriam sido possíveis, tanto em sua origem quanto em sua circulação social.

Na concepção de gramática como instrumento linguístico, Aurox (2001, p. 69) salienta que, “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não configuram junto na competência de um mesmo locutor”. O conceito de gramática como instrumento linguístico está articulado com a *segunda revolução tecnológica da gramatização* e com as ciências designadas como modernas.

Na gramatização, essa ideia de revolução, segundo Aurox (2001), não segue o mesmo modelo das revoluções científicas proposto por Thomas Kuhn em relação às ciências da natureza, no qual há um rompimento com um estado de “ciência normal”, passando a constituir outro estado de “ciência normal”. A proposta de Aurox (2001) sobre a gramatização assenta-se na ideia de revolução a partir de Tocqueville, na qual a revolução representa um movimento que afeta a vida social a longo termo, sem o apagamento da copresença de conhecimento, ou seja, sem um efeito de “tábua rasa” do passado.

Tendo em vista a proposta de Aurox, de que não há ruptura com um estado de “ciência normal” apagando o passado, questionamos: nesse contexto de gramatização das línguas ditas modernas, a gramática pressupõe um saber

⁵³ Negritados nossos.

científico ao se constituir enquanto um instrumento tecno-científico? E, nesse sentido, em que medida esse saber científico se relaciona com a ideia de gramática como conhecimento teórico (racionalismo) e como conhecimento empírico?

Nas condições de produção do instrumento linguístico, temos em circulação as formas de saber do racionalismo e do empirismo (cf. Robins, 2004) e também há em funcionamento uma forma de saber que começou a se constituir na Antiguidade por uma relação com a gramática: a filologia, que produz sentidos nesse contexto de gramatização.

Sobre relação entre gramática e filologia, de acordo com Neves (1987), houve um momento, na Grécia e em Roma, em que essas duas formas do saber eram equivalentes, e uma chegou a ocupar os sentidos de outra. Conforme já apontamos anteriormente, na época helenística, “o termo *philólogos* se refere àquele que se interessa pela cultura em geral; o que tenta a revisão crítica dos textos e a compreensão da obra literária se chama mais especificamente *grammatikós*” (NEVES, 1987, p. 104).

Também, na Antiguidade clássica, em Platão, a constituição do nome filologia era o mesmo que erudição, segundo Bechara (2006).

[FILOLOGIA] Palavra grega, com registro mais antigo em Platão e Aristóteles, composta de dois elementos bastante comuns na nomenclatura científica de ontem e de hoje (*fil* [filo] ‘amigo’ e *logos* ‘verbo’, ‘palavra’), é, entretanto, de criação tardia, de autoria desconhecida; mas a tradição assegura que foi Erastóstenes o primeiro a aplicar a si mesmo o termo *filólogo* para significar ‘o estudioso da palavra’ ou ‘o estudioso da língua’, embora etimologicamente quisesse dizer ‘amor da ciência’, já que traz um radical verbal (‘amar’) e um substantivo que lhe serve de complemento. Assim, não significa o composto ‘ciência’ ou ‘arte de amar’, mas sim ‘amor da ciência’, ‘culto da erudição’ ou ‘culto da sabedoria em geral’ (BECHARA, 2006, p. 145).

Nesse contexto da Antiguidade, a gramática (arte/técnica) se equivale à filologia, a qual designa uma forma de estudar o saber erudito, advindo dos estudos críticos/interpretativos dos textos literários na história. Ainda naquele momento da gramatização das línguas, na Idade Moderna, segundo Bueno (1946), constituiu-se a disciplina Filologia Clássica, voltada para o estudo dos textos literários, mais especificamente, de Grécia e de Roma e, a partir da consolidação das línguas modernas, aponta o autor, também surgiu a Filologia Românica, que se constitui de

outras filologias, tais como: a italiana, a francesa, a romena e a portuguesa. Acerca de tais condições de produção, Bueno observa:

Quando o latim se dialetou nas várias **línguas modernas**⁵⁴, em cada uma destas expressões se criou uma determinada literatura que foi o indício melhor da sua civilização. Deu-se a este grupo de idiomas o nome geral de *línguas românicas*. Com o passar dos séculos, os primeiros documentos de tais literaturas se foram tornando incompreensíveis aos **modernos**, necessitados de interpretação, de esclarecimentos, de crítica, em face das variantes apresentadas pelas edições **antigas**. [...] Surgiu então, à semelhança da *filologia classica*, a *filologia românica*. Dentro desta denominação geral podemos distinguir tantas filologias especiais, independentes, quantas são as línguas e as civilizações em aprêço. Existe, assim, a filologia italiana, a provençal, a francesa, a espanhola, a rumena e a portuguesa (BUENO, 1946, p. 19).

A constituição da Filologia, segundo Bueno (1946), está articulada com o estudo da história, em uma tentativa de interpretar documentos literários (escritos), que, com o passar dos séculos, vão se tornando incompreensíveis em face de edições passadas. Sobre o desenvolvimento dessa forma de saber no Brasil, a Filologia distinta da Linguística, Mattoso Câmara (2004a, p. 318), em um artigo intitulado “Filologia”⁵⁵, ao fazer uma historicização sobre a constituição dos estudos sobre língua portuguesa, aponta o avanço dos estudos de Linguística Histórica na Europa e salienta que, no Brasil, “o enquadramento da linguística histórica nas gramáticas secundárias a reduzia em muitos de seus aspectos e a circunscrevia num trabalho de mera compendiação”. No Brasil, vamos ter, a partir do final do século XIX, a designação *Gramática Histórica*, constituindo-se por uma relação com a forma de saber, que, no início do século XX, é designada como *Linguística Histórica* (cf. Quadro 3 a ser analisado no subcapítulo seguinte) ou ainda designada *Linguística Moderna* (cf. Quadro 18 da segunda parte).

Sobre os estudos de Linguística Histórica no Brasil, o linguista salienta o fato de uma ausência no ensino universitário como a causa dessa forma de saber ter se presentificado como uma adaptação sumária nos compêndios gramaticais e ainda considera que “fora do âmbito escolar, os filólogos, em essência professores secundários especializados no estudo da linguagem, cultivaram de preferência os

⁵⁴ Negritados nossos.

⁵⁵ Publicado, pelo autor, em 1949.

problemas de disciplina gramatical e da filologia dos textos clássicos” (CÂMARA, 2004a, p. 318).

A tarefa de delimitação de domínios disciplinares e científicos na ausência de um ensino superior no Brasil não é simples. Assim como na época anterior à Idade Média, na Europa, em determinados momentos, nas leituras em circulação não é possível estabelecer distinção entre Gramática e Filologia, também se trata de uma delimitação tensa a consolidação da disciplinarização da Linguística distinta da Filologia, no processo de produção do conhecimento linguístico brasileiro (cf. Altman, 2004; Fiorin, 2006).

2.2 Efeitos de sentido do nome Linguística como ciência da língua: redefinições do nome gramática

Não há arte normativa sem a base do conhecimento científico da interpretação desinteressada, quer se trate de uma ciência da natureza, quer de uma ciência do homem.

(MATTOSO CÂMARA, 2002)

A revolução tecnológica da gramatização é um movimento determinado tanto pela produção das gramáticas de línguas europeias quanto das gramáticas de línguas ameríndias. Por volta do século XVI, em um contexto de circulação de informações sobre uma diversidade linguística expressiva, quantitativamente, essas produções de gramáticas vieram a contribuir com a constituição de uma disciplina: a *Gramática Geral* (Cf. Auroux, 2003).

Determinar o “nascimento” da *Gramática Geral* não é nosso objetivo, mas uma leitura das condições de produção dessa forma de saber faz parte de nosso estudo. Segundo Auroux (2003), assim como a *Gramática Comparada* (séc. XIX), a *Gramática Geral* é uma reação ao fenômeno da gramatização e da utopia de tentar dominar o conjunto das línguas. São citados três produções como associados à constituição dessa disciplina: 1) **Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l’art de parler expliqués d’une manière claire et naturelle**, de Antoine Arnauld e Claude Lancelot, publicada em 1660; 2) **Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de**

fondement à l'étude de toutes les langues, de Nicolas Beauzée, em 1767 ; e 3) e os escritos de Étienne Bonnot de Condillac, de 1775.

De acordo com Auroux (2003):

Les thèses habituelles consistent à dire que la grammaire générale est liée au rationalisme, ce qui est naturellement faux : Condillac n'est pas rationaliste. La thèse empirique d'un historien des sciences consiste à dire qu'à partir de la Renaissance, il y a eu dans l'histoire de l'Occident un mouvement tout à fait étonnant en matière de communication linguistique, qui a été la grammatisation (mise en grammaire) des langues du monde. [...] Peu à peu on a transféré les connaissances techniques ; à partir des grandes découvertes vont naître des grammaires de très nombreuses langues du monde. [...] Il faut avoir conscience de ce que cela représente dans l'histoire de l'humanité que d'accroître le patrimoine des connaissances de deux cents langues dont on a fait des grammaires, dans lesquelles on est capable d'écrire des textes, etc. C'est quelque chose qui est aussi important que la physique galiléenne (AUROUX, 2003, p. 217)⁵⁶.

Na leitura de Auroux (2003), a forma de saber *Gramática Geral* não é somente ligada ao *Racionalismo*, pois também há uma determinação do conhecimento empírico na constituição das gramáticas gerais, seja pelo exemplo da produção de Condillac, seja pelo próprio movimento de gramatização das línguas com base em um conhecimento técnico para a descrição dessas. Mesmo que a *Gramática Geral* estabeleça filiações ao *Racionalismo*, ela também se relaciona com o *Empirismo* na produção de gramáticas.

Beauzée, contemporâneo a Condillac, desenvolve um projeto racional através dos artigos da **Encyclopédie**, em que faz uma distinção entre “la grammaire *générale* qui est une science et la grammaire *particulière* qui est un art, c'est-à-dire quelque chose qui est entaché par la contingence de l'arbitraire” (cf. Auroux, 2003, p. 220)⁵⁷. Há de se salientar que, nessas condições de produção, opera a forma de

⁵⁶ As teses habituais consistem em dizer que a gramática geral é ligada ao racionalismo, o que é naturalmente falso: Condillac não é racionalista. A tese empírica de um historiador das ciências consiste de dizer que a partir do Renascimento, houve na história do Ocidente um movimento surpreendente no que diz respeito à comunicação linguística, que foi a gramatização (colocar em gramática) das línguas do mundo. [...] Pouco a pouco, transferimos os conhecimentos técnicos; a partir das grandes descobertas vão nascer gramáticas de um grande número de línguas do mundo. [...] É preciso ter consciência do que isso representa na história da humanidade o que acresce o patrimônio de conhecimentos de duzentas línguas das quais foram feitas gramáticas, e nas quais a gente é capaz de escrever textos, etc. Isto é algo tão importante quanto a física de Galileu (*Tradução nossa*).

⁵⁷ a gramática *geral* que é uma ciência e a gramática particular que é uma arte, isto quer dizer algo que está marcada pela contingência do arbitrário (*Tradução nossa*).

saber *Racionalismo* ao lado da ciência/teoria e opera o *Empirismo* ao lado da arte/técnica.

A produção de Beauzée é precedida pela “Gramática de Port Royal”, a qual, segundo Auroux (2003, p. 221), traz, da lógica clássica, a concepção do pensamento como processo e trouxe contribuições no que se refere à definição de quantificação: “quand vous prenez l'idée particulière, vous ajoutez simplement à l'idée l'idée d'une idée quelconque de partie qui réduit votre idée totale”⁵⁸. A proposta sobre a extensão do conjunto de ideias é exemplificada pelo exemplo da *mulher loira* (femme blonde). Se nós dizemos *mulher loira* em um universo onde todas as mulheres são loiras, podemos ter um acréscimo na compreensão sem mudar a extensão; no entanto, se temos o substantivo *homem* (homme) e o adjetivo *pieux* (pieux), e, então, *homem pieux*, há uma redução da extensão sem acrescentar à compreensão (cf. Auroux, 2003).

Com relação a essa concepção de extensão como um conjunto de ideias, segundo Auroux (2003), Beauzée vai trazer distinção entre *adjetivo* e *determinante* na extensão do nome e essa distinção vai ser presentificar no processo de gramatização brasileira pela gramática de Coruja, no século XIX.

Beauzée também desenvolveu a teoria geral dos tempos verbais, uma singularidade na história das ciências. Diferentemente do que alguns autores apontam, Auroux (2003) coloca que, no século XIX, a crítica dos comparatistas não é contra a *Gramática Geral* de l'**Encyclopédie** (ex. contribuições de Beauzée sobre a extensão e teoria do tempo), pois o movimento fundador da *Gramática Comparada* vai tratar de definições elaboradas pela *Gramática Geral*, todavia esses gramáticos comparativistas vão desenvolver pesquisas sobre a morfologia pelo estudo da história da língua no sentido evolucionista, centrando a necessidade do trabalho com as particularidades da(s) língua(s) (cf. Auroux, 2003).

É nesse contexto histórico de constituição das condições de produção da *Gramática Comparada* que o nome *Linguística* passa a representar uma forma de saber e prática teórica sobre a língua e a ideia de conceber a *Linguística* como uma ciência estruturada passa a se constituir. Segundo Auroux (2001, p. 12):

⁵⁸ quando você toma a ideia particular, você simplesmente adiciona à ideia, a ideia de uma ideia qualquer como parte que reduz sua ideia total (*tradução nossa*).

É preciso, em particular, render-se à evidência: a 'linguística', que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Valter em 1808 e adaptado em francês em 1812 (cf. Auroux, 1987a), é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX, em um contexto determinado, que possui objetivos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). (AUROUX, 2001, p.12).

O nome *Linguística* está presente na história do conhecimento linguístico, configurando-se como uma forma de institucionalização do saber linguístico. Por se constituir no tempo, em determinadas condições de produção, ao longo de séculos (XIX, XX, XXI), mesmo quando nomeada *Linguística*, este nome (discursivamente) não é, necessariamente, determinado pela mesma forma de saber. O nome *Linguística* se presentifica na história do conhecimento linguístico, e essa história é constitutiva desse nome, movimentando-o, potencializando-o enquanto possibilidades de sentidos a serem atualizados, interpretados.

Retomando Auroux (2001), podemos dizer que no século XIX foi estabelecida uma relação entre o nome *Linguística* e uma determinada forma de saber praticada naquele determinado momento da história. Nessa relação, ao mesmo tempo em que *Linguística* passa a nomear tal forma de saber, essa forma de saber passa a atribuir sentidos ao nome *Linguística*.

O nome *Linguística* até o início do século XX, seguindo o exemplo supracitado de Auroux (2001), traz em si, potencialmente, a nomeação de uma prática de trabalho com:

- Parentesco genético das línguas;
- Explicação histórica;
- As línguas nelas e por elas mesmas;

O fato de *Linguística*, na história, nomear diferentes formas do saber pode nos causar certo estranhamento em relação a um imaginário de uma ciência no singular; no entanto, nós compreendemos que o processo de produção do conhecimento não é homogêneo. Esse processo, conforme Auroux (2001), é afetado pela temporalidade, que não é linear.

Por exemplo, na publicação de **Curso de Linguística Geral (CLG)**, cuja autoria é atribuída a Ferdinand de Saussure, o nome *Linguística* é determinado

como *ciência*, ou seja, como uma forma de saber, com um objeto homogêneo de estudo, passível de sistematização (cf. Saussure, s/d). Todavia, no CLG, em meio à potencialidade do nome em questão, em face de diferentes formas de saber (*Gramática Comparada, Linguística Histórica*), o nome *Linguística* é designado por *moderna*, quando a dicotomia linguística estática (sincronia)/linguística evolutiva (diacronia) foi desenvolvida.

Desde que a **Linguística moderna** existe, pode-se dizer que se **absorve inteiramente** na diacronia. A **gramática comparada** do indo-europeu utiliza os dados que tem em mãos para reconstruir hipoteticamente um tipo de língua antecedente; a comparação é, para ela, apenas um meio de reconstruir o passado⁵⁹ (SAUSSURE, s/d, p.97).

A observação científica de tais analogias permite afirmar, em certos casos, que **dois ou mais idiomas são unidos** por um vínculo de **parentesco**, vale dizer, têm uma origem comum. Um grupo de línguas assim relacionadas se chama uma família; a **Linguística moderna reconheceu** sucessivamente as famílias indo-européia, semítica, banto etc. Essas famílias podem ser, por sua vez, comparadas entre si e por vezes filiações mais vastas e mais antigas aparecem.⁶⁰ (SAUSSURE, s/d, p. 222)

Em nossa leitura do CLG, temos uma constituição do nome *Linguística* designado por *moderna* em condições de produção nas quais *Linguística* também nomeava outras formas de saber, como é o caso da *Gramática Comparada* citada por Saussure. A dicotomia sincronia/diacronia, proposta por Saussure, coloca a *Linguística Moderna* como um estudo sincrônico da língua; porém, este é um estudo que não está fora do tempo. A sincronia, esse/o estudo de um estado da língua, é um recorte de um estado da língua no tempo. É nesse sentido que compreendemos a observação de Saussure de que a *Linguística Moderna* se absorve inteiramente na diacronia.

Esse é um dos modos pelos quais a *Linguística Moderna* se diferencia da *Gramática Comparada*, pois esta última toma os diferentes estados da língua no tempo como dados para a reconstrução hipotética de uma língua do passado (ex. indo-europeu), enquanto aquela, na perspectiva saussuriana, é um estudo sincrônico da língua. É interessante observarmos que, no CLG, esses diferentes estados da língua no tempo, relacionados enquanto dados, são designados como

⁵⁹ Negritados nossos.

⁶⁰ Negritados nossos.

idiomas: “dois ou mais idiomas unidos por um vínculo de parentesco” (SAUSSURE, s/d, p. 222), o que nos leva a compreender a existência de certa relação entre a designação idioma e a forma de saber *Gramática Comparada*.

O fato do nome *Linguística* se constituir por uma relação com mais de uma forma de saber na história possibilita que esse nome seja, em determinadas condições de produção, interpretado de maneiras diferentes. No caso do processo de institucionalização da ciência Linguística no Brasil, país em que já tínhamos uma tradição da Filologia, a potencialidade desse nome é um fator determinante para que ele se atualize de modos bem distintos. Como exemplo disso, trazemos a leitura da produção do linguista Joaquim Mattoso Câmara Junior ([1941] 1969), filiado à perspectiva saussuriana, e uma publicação do filólogo Silveira Bueno (1946), que presentifica saberes da *Gramática Comparada* e da *Gramática Histórica*.

Entre 1939 e 1940, temos Mattoso Câmara publicando artigos, intitulados *Lições de Linguística Geral*, na **Revista de Cultura**, no Rio de Janeiro, que, posteriormente, viriam a configurar a obra **Princípios de Linguística Geral: como fundamento para os estudos superiores de língua portuguesa** (cf. Sousa da Silveira, [1941] 1969).

Já em São Paulo, temos o filólogo Silveira Bueno fazendo circular saberes da Linguística e, conforme Altman (2004), esse filólogo também passou a indicar a leitura da obra *Princípios* aos seus alunos por volta dos anos 50. No capítulo intitulado *Filologia e Linguística*, da obra **Filologia Portuguesa**, 1º volume, de 1946, Bueno atribui as seguintes definições ao nome *Linguística*:

[...] Em todas estas palavras nada há que pertença à filologia e tudo concerne à linguística, “**a ciência bastante nova que estuda a língua em si mesma, cujo objeto é a língua em si mesma e por si mesma**”, segundo a definiu Schleicher⁶¹ (BUENO, 1946, p. 21).

A linguística procede em sentido contrário ao da filologia: enquanto esta acompanha o idioma de um povo desde os seus primeiros documentos literários até os mais perfeitos, **aquela retrocede destes últimos para os primeiros, indo mais além ainda, confrontando tradições, dialetos, idiomas afins, inscrições, no afã de atingir a fonte primitiva da expressão**⁶² (BUENO, 1946, p. 23).

⁶¹ Negritados nossos.

⁶² Negritados nossos.

Na leitura de Bueno, temos uma definição da forma de saber *Linguística* que se relaciona com as três designações desse nome, citadas, anteriormente, a partir de Aurox (2001): *Parentesco genético das línguas*, *Explicação histórica* e *As línguas nelas e por elas mesmas*. Bueno começa por definir *Linguística* como uma ciência nova que estuda “a língua em si e por si mesma”, fazendo uso do gesto de citação do comparatista (evolucionista) Schleicher, do final do século XIX. Na sequência, a partir da designação *idioma*, o filólogo faz uma distinção entre *Filologia* e *Linguista* e, por essa distinção, ele define a *Linguística* por uma relação com a *Gramática Comparada* (parentesco), que confronta tradições, dialetos e idiomas, e também com a *Gramática Histórica* (explicação histórica), que faz um estudo diacrônico da língua.

Se, de um lado, em um primeiro momento, poderíamos ter pensado que, no Brasil, a *Linguística* foi institucionalizada por Mattoso Câmara, e ela seguiria tal qual os ensinamentos do **Curso de Linguística Geral**, de outro lado, podemos apontar que a forma de saber *Linguística Moderna* começa a circular no Brasil concomitantemente com a fundação das faculdades de Letras em Universidades, nos anos 30 (cf. Guimarães, 2005), mas ainda sendo um nome determinado pela contradição de diferentes formas de saber na história.

Quando a *Linguística Moderna* passa a circular pela produção de Mattoso Câmara, outras formas do saber atribuídas a esse nome e que já estavam em circulação, anteriormente, e, simultaneamente a esse processo de institucionalização, iam definindo-a e delimitando um lugar institucional a ela dentre os domínios do conhecimento linguístico no país. Nesse sentido, o nome de autor Mattoso Câmara, designado como linguista e relacionado com uma forma de saber de nome *Linguística*, em nossa leitura, vai ser fundamental para a disciplinarização da “Linguística Moderna” no Brasil por volta dos anos 60.

O nome *Linguística* é constituído por diferentes formas do saber na história, por diferentes práticas teóricas que se afastam, chocam-se, em determinados momentos e se aproximam em outros. A relação entre o nome e a forma de saber não é uma relação natural, nem tão somente uma relação convencionada, é uma relação de representação determinada historicamente.

Pelo viés da relação estabelecida entre o nome *Linguística* e a forma de saber institucionalizada, temos a possibilidade de funcionamento da contradição pela

política do nome. As condições de produção de uma forma de saber afetam a atualização de sua relação com um nome, pela tensão do jogo de forças entre o “diferente” (outras formas de saber) de “mesmo” (nome), quando se institui uma relação entre esse nome *Linguística* e uma forma de saber.

Nessa relação do nome com a (in)definição de uma forma de saber, devemos salientar que, sendo o nome determinado pela história e constituído por efeitos de sentidos de outras formas de saber, justamente pela determinação histórica instituída, não são todas as práticas teóricas acerca da língua que podem ser definidas pelo nome *Linguística*. É pela própria determinação histórica que, em certas condições de produção, é possível ser dito: isto é, isto não é *Linguística*.

A edição brasileira do **Curso de Linguística Geral** foi publicada ao final dos anos 60, em um momento em que a disciplina Linguística já passava a se consolidar institucionalmente e acontecia a fundação dos primeiros cursos de pós-graduação na área de Linguística, com a presença de professores estrangeiros no Brasil. Também houve a saída de professores brasileiros para realizar pós-graduação fora do país, em especial, nos Estados Unidos e em países da Europa (cf. Altman, 2004). Esse movimento em torno da pós-graduação possibilitou o desenvolvimento de diferenciadas teorias linguísticas, constitutivas de determinados domínios da *Linguística* (cf. Altman, 2004), que, em determinadas condições de produção, dialogam entre si, mas, em outras, afastam-se, fronteirizando limites simbólicos constitutivos do saber.

Essa forma de saber saussuriana, de nome *Linguística*, designada como *moderna*, também pode ser interpretada como uma forma de saber contemporânea ou posterior à sua institucionalização no país (estruturalismo linguístico americano, estruturalismo linguístico europeu, funcionalismo, formalismo, gramática descritiva, etc.). O gesto de interpretação, nesse sentido, é determinado pelo objeto de análise em questão, na história.

A forma de saber se relaciona com a memória institucionalizada (os sentidos já estão postos, cristalizados) e os efeitos de sentidos dessa memória, os quais, em determinadas condições de produção, podem ser retomados no processo de produção do conhecimento. Essas relações da forma de saber com a memória são constitutivas de nossa compreensão da história do conhecimento linguístico no

Brasil, pois, dá-nos, como base, o instituído pela tradição, o qual funciona como sustentação para a leitura das delimitações das definições do nome em estudo.

A constituição da forma de saber *Linguística Moderna* em sua relação com a forma de saber *Gramática História/Linguística diacrônica* é determinante da definição do nome *Gramática* no CLG, conforme o recorte a seguir.

Quadro 3 – Definição de gramática em Ferdinand de Saussure

Definição de nome gramática em relação a Linguística Moderna (ciência)			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
<p>A Linguística estática ou descrição de um estado de língua pode ser chamada de Gramática, no sentido muito preciso e ademais usual que se encontra em expressões como “gramática do jogo de xadrez”, “gramática da Bôlsa” etc., em que se trata de um objeto complexo e sistemático, que põe em jogo valores coexistentes.</p> <p>A Gramática estuda a língua como um sistema de meios de expressão, quem diz gramatical diz sincrônico e significativo, e como nenhum sistema está a cavaleiro de várias épocas ao mesmo tempo, não existe, para nós, “Gramática histórica”; aquilo a que dá tal nome não é, na realidade, mais que a Linguística diacrônica⁶³.</p>	Curso de Linguística Geral	Ferdinand de Saussure	Tradução brasileira de 1971 [1916]

Na leitura do CLG, o nome *Gramática* (inicial em maiúscula) é definido de modo que pode se equivaler à definição de *Linguística estática*, ou seja, a *descrição de um estado de língua* sincrônico e significativo. Saussure (s/d, p. 156) define que a *Gramática* “trata de um objeto complexo e sistemático, que põe em jogo valores coexistentes” e “estuda a língua como um sistema de meios de expressão”. Pela própria determinação do nome *Gramática* como uma descrição em um estado de língua sincrônico e significativo, o autor afirma que não é possível a designação *Gramática histórica*, pois um sistema não pode ser descrito em várias línguas ao mesmo tempo. Nesse sentido, no CLG, temos uma proposta de renomeação de *Gramática histórica* como *Linguística diacrônica*.

⁶³ (SAUSSURE, s/d, p. 156)

Na constituição da forma de saber e prática teórica *Linguística Moderna*, temos uma redefinição de *Gramática* e uma renomeação de *Gramática histórica* como *Linguística diacrônica*. Esse fato da renomeação se presentifica na produção de linguistas e filólogos que buscavam estabelecer domínios e fronteiras entre Linguística e Filologia por volta dos anos 60 no Brasil. Como exemplo, temos produções de Mattoso Câmara com o objetivo de descrever, sincronicamente, a língua portuguesa por uma relação com a perspectiva do estruturalismo linguístico, o que vai se constituir sob a designação de *Linguística descritiva* (cf. Maurer, 1967).

No caso da tradição da *Gramática histórica*, parece-nos terem sido estabelecidas relações desse nome com as duas formas de saber *Linguística* e *Filologia*, e essas relações terem sido determinantes de uma renomeação daquela tradição como *Linguística Histórica*. Essa hipótese vem de nossa leitura de um artigo de Maurer, sob o título “Linguística histórica”, publicado na revista **Alfa**, volume 11, de 1967, texto que traz, na conclusão do filólogo, a seguinte afirmação: “A Linguística Geral tem dois setores distintos, mas essenciais para a compreensão plena da linguagem: a Linguística Descritiva (sincrônica) e a Linguística Histórica (diacrônica)” (MAURER, 1967, p. 40).

A *Linguística Histórica* se constitui como uma forma de saber a partir de uma tradição da *Gramática Histórica*. Esta última, no Brasil, foi desenvolvida pelo processo de produção de compêndios que estavam filiados à forma de saber “Gramática Histórica”, tais como Eduardo Carlos Pereira, Said Ali e João Ribeiro, em meio às condições de produção do ensino da “Gramática expositiva”, fundamentada em fórmulas, leis ou regras (cf. Rasia, 2011; Orlandi, 2009). Já a *Linguística Moderna* se constitui enquanto uma forma de saber que, na produção de Mattoso Câmara, relaciona-se com a perspectiva do estruturalismo linguístico francês (Saussure) e, também, com a perspectiva do estruturalismo linguístico americano (Sapir)⁶⁴ (cf. Guimarães, 2005).

A proximidade da *Linguística Moderna* com a *Filologia*, presente na produção de Maurer, também pode ser observada no trabalho de Isaac Nicolau Salum, responsável pela coordenação da tradução do **Curso de Linguística Geral**. Até a

⁶⁴ O estruturalismo de Sapir, que foi orientado de Franz Boas, relaciona-se com um trabalho de descrição linguística de línguas ameríndias.

publicação efetiva da tradução, em 1971, segundo Salum (1971, p. XIII), “foi em francês que êle [o CLG] se tornou conhecido na Europa e na América”.

Também é fato, conforme aponta Salum (1971), que

[...] o desenvolvimento dos currículos do nosso ensino médio nestes últimos anos impede que uma boa percentagem de colegiais e estudantes do curso superior possam ler Saussure em francês. Verdade é que restaria ainda a versão espanhola, que é excelente, pelo prólogo luminoso de Amado Alonso. Mas, agora, o interesse público em Saussure cresce, e uma edição portuguesa se faz necessária para atender à demanda das universidades brasileiras (SALUM, 1971, p. XIII).

“Os últimos anos”, nas palavras de Salum, correspondem aos últimos anos da década de 60, época em que passa a se consolidar a lei 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961, do Conselho Federal de Educação (CRF), mais conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta lei tem como finalidade reorganizar o sistema de ensino brasileiro com o objetivo de estabelecer a educação como um direito de todos. No ano de 1962, através do então ministro Darci Ribeiro, foi integrada a essa lei uma Resolução do Conselho Federal da Educação que instituiu um currículo para os cursos de Letras e nele constava o nome *Linguística* como disciplina obrigatória a partir do ano de 1963.⁶⁵

Até o início da década de 70, quando não havia a tradução brasileira do CLG, já estavam em circulação, desde o final da década de 30, leituras da obra de Saussure, no dizer de Mattoso Câmara. A circulação dessa produção coloca em relação nomes como *Linguística*, Mattoso Câmara e *Estrutura da Língua Portuguesa*, os quais vão contribuir para a institucionalização da forma de saber *Linguística*, conforme temos as palavras de Lagazzi-Rodrigues (2007).

No Brasil, encontramos os nomes ‘**Linguística**’, ‘**Mattoso Câmara**’ e ‘**Estrutura da Língua Portuguesa**’ numa relação de fundação da *Linguística*. No livro *Princípios de Linguística Geral*, junto à referência ao nome do próprio autor Mattoso, ressaltai que vários outros se fazem presentes: Capistrano de Abreu, Said Ali, Antenor Nascentes, Theodoro Sampaio, Serafim Silva Neto e Sousa da Silveira. Autores brasileiros que compõem um conjunto de nomes que representam a reflexão linguística no

⁶⁵ Esta resolução, decretada em 1962, foi incorporada à Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, conforme atribuição conferida e prevista nos artigos 9º (letra e) e 70º. (cf. Castilho, 1963 e cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm)

Brasil, sendo legitimados pelo **gesto da citação**. **Nesses casos, a citação é, portanto, uma forma de representação que funciona legitimando-se pela reafirmação** (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 13)⁶⁶.

Nas leituras de Lagazzi-Rodrigues (2007) e Baldini (2005), tendo como objeto de estudo a estrutura da língua portuguesa, a produção de Mattoso Câmara não apenas divulgou a Linguística, pondo em circulação saberes “transplantados”⁶⁷ (cf. Orlandi, 2009) de outros países, mas também, por meio da constituição de uma rede de filiações a autores brasileiros, as quais são “reafirmadas” pelo gesto da citação de tradições de outras formas de saber no Brasil, possibilitou que se legitimasse uma forma de saber de nome *Linguística* no Brasil nos anos 60, contemporâneo à publicação da primeira edição de **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara.

Antes da tradução do CLG, nomes de conceitos saussurianos já circulavam em língua portuguesa na primeira edição de *Princípios de Linguística Geral* (1941), de Mattoso Câmara, como, por exemplo, *langue, parole e signe linguistique*. Estes foram traduzidos, respectivamente, como *língua, discurso e sinal linguístico*. Posteriormente, em 1954, na segunda edição de **Princípios de Linguística Geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa** (1954), do mesmo autor, os nomes de conceitos *língua e discurso* são mantidos, porém *sinal linguístico* é renomeado como *signo linguístico*.

Também a reedição de *Princípios de Linguística Geral* (PLG), em 1954, foi publicada no mesmo ano da tradução brasileira de **Linguagem: introdução ao estudo da fala**, de Edward Sapir. Mattoso Câmara, em todas as duas reedições de PLG, traduziu *Parole* de Saussure como *Discurso* e *Speech* de Sapir como *Fala*, porém a tradução brasileira do CLG, coordenada pelo filólogo Salum, traz a tradução de *Parole* como *Fala*. Essa tradução dialoga com um apontamento, de Maurer (1967, p. 30), de que “uma das reformas necessárias e urgentes na tradição

⁶⁶ Negritados nossos.

⁶⁷ Com base em Orlandi (2009), transplantar uma língua (ou uma forma de saber, nesse caso) carrega a ideia de tirá-la de um país e implantá-la em outro, já a transferência diz respeito ao movimento de historicização de uma língua, em que há um trabalho com a memória, a constituição de redes de filiações de sentidos, de modo que essa se constitua aqui de modo singular, e não tal como era em outro lugar.

linguística” é da colocar “o estudo direto da **língua viva e falada**⁶⁸ como função básica da Lingüística” (Cf. MAURER, 1967, p. 30).

Maurer e Salum foram professores catedráticos da Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934⁶⁹. Nessa época, a USP recebia professores visitantes como parte do processo de fundação das universidades brasileiras. Um nome a salientar é o de Claude Lévi-Strauss, que veio ao Brasil ministrar cursos de etnologia e também realizou pesquisas em comunidades indígenas, em especial, do estado do Mato Grosso. Estas posteriormente foram fundamentais para a publicação de obras como **As estruturas elementares do parentesco**, de 1949 e **Tristes Trópicos**, de 1955.

Lévi-Strauss foi de fundamental importância para o desenvolvimento dos estudos estruturalistas, estudos esses que tiveram por base a compreensão de sistema saussuriano, desenvolvido a partir de um período de estudos nos EUA (cf. Lévi-Strauss, 2008). Nesse período, mais precisamente em 1943, Mattoso Câmara viajou pra Nova York (EUA), onde estavam Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss, vindo o linguista brasileiro a ser aluno do primeiro e colega do segundo (cf. Yonne Leite, 2004). Sobre a relação de Jakobson com Lévi-Strauss, François Dosse (1993) faz a seguinte consideração.

Jakobson assiste aos cursos de Lévi sobre o parentesco, e Lévi-Strauss acompanha os cursos de Jakobson sobre o som e o sentido: *Os seus cursos eram um deslumbramento*⁷⁰. É da simbiose de suas investigações respectivas que vai nascer a antropologia estrutural. Aliás, é a conselho de Jakobson que Lévi-Strauss começa a redigir em 1943 a sua tese que se converterá em obra essencial: **Les Structures élémentaires de la parenté**⁷¹ (DOSSE, 1993, p. 33).

Dos cursos de Jakobson nos EUA, Lévi-Strauss desenvolveu a tese sobre as estruturas elementares do parentesco. Também foi com base nesses cursos que

⁶⁸ Negritos do autor. Também se salienta o fato desse artigo trazer, ao final, intervenções de linguistas como Mattoso Câmara e Ataliba de Castilhos, todavia não observamos uma colocação questionamentos sobre essa proposta de objeto de estudo como função básica.

⁶⁹ A fundação da USP foi em 1934, um ano antes da fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Nesta última, a *Linguística* começou a ser ministrada em um curso de extensão de Filologia entre 1937 e 1938, pelo professor francês convidado Georges Millardet. Este curso teve continuação com o professor Mattoso Câmara, até 1939, quando a organização da UDF foi desfeita.

⁷⁰ Nota do autor François Dosse: “Cl. Lévi-Strauss. *De près et de loin*, op. Cit., p.47”.

⁷¹ Na edição brasileira, lançada pela Editora da Universidade de São Paulo/Editora Vozes em 1976, a obra é intitulada: **As estruturas elementares do parentesco**.

Mattoso Câmara, segundo Yonne Leite (2004), sustentou teoricamente a tese de doutoramento em Linguística, **Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa**, defendida em 1949, em uma época em que os fenômenos linguísticos evidenciavam-se à luz do estruturalismo e suas relações com outras ciências humanas (Psicanálise, Antropologia, História, etc.). Essas relações fazem-se presentes nos ensinamentos de Jakobson aos alunos, conforme Mattoso Câmara retoma: “O linguístico confunde-se com o humano e, portanto, nada do que interessa à vida e ao mundo do homem lhes deve ficar alheio”.

Após a defesa da tese, o linguista brasileiro passou a integrar o quadro docente na Universidade do Brasil, em 1950. No Museu Nacional desta instituição, em 1958, no interior do Departamento de Antropologia, Mattoso Câmara organizou um *Setor Linguístico*, no qual, segundo Altman (2004, p.107), “o ponto forte era o estudo das línguas indígenas”. No ano de 1960, na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, havia um curso de pós-graduação, no qual o professor ministrou aulas a antropólogos sobre o método linguístico e sua aplicação ao estudo das línguas indígenas. As palestras, proferidas nesse ano, foram gravadas, transcritas por alunos que vieram a publicar a obra **Introdução às línguas indígenas**.

A Universidade do Brasil, na qual Mattoso Câmara passou a desenvolver suas atividades a partir de 1950, foi fundada a partir de uma reorganização da UDF e, em 1939, deu espaço à Universidade do Brasil. Também em 1950, no dia 04 de dezembro, outra instituição, de administração estadual, sob o nome Universidade do Distrito Federal, entra em funcionamento com a integração das respectivas faculdades: Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Médicas, Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro e Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette (cf. Ramadan, 2006)⁷².

A instituição estadual teve como base para sua fundação a Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, organizada pelo professor La-Fayette Cortes, em 11 de agosto de 1939. Essa faculdade, na instituição, foi fundamental, pois, conforme decretos⁷³ da “Reforma de Francisco Campos, em 1931, a Faculdade de Educação,

⁷² RAMADON, L. F. **UERJ: Uma história apaixonante**. Rio de Janeiro, 2006. Livro digital disponível em <http://lramadon.sites.uol.com.br/>

⁷³ “O Governo Federal elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) à organização da

Ciência e Letras é colocada, segundo Fávero (2006), como a instituição responsável por imprimir à universidade seu caráter propriamente universitário.

Foi pelo Instituto La-Fayette que Evanildo Bechara, segundo Faccina, Casagrande & Hanna (2008), graduou-se em Letras Neolatinas, concluindo o bacharelado em 1948 e a licenciatura em 1949. Posteriormente, em 1954, mesmo ano da segunda edição de **Princípios de Linguística Geral** (PLG), Bechara foi aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II. Entre 1961 e 1962, aperfeiçoou-se em Filologia Românica com Damaso Alonso em Madri. Doutorou-se em Letras pela então Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em 1964. Neste mesmo ano, foi convidado por Antenor Nascentes para ser seu assistente na cátedra de Filologia Românica da UEG, onde este atuava desde 1962.

Na época, em um processo contínuo em prol da institucionalização da Linguística, em 1956, Mattoso Câmara organiza um Setor de Linguística no Museu Nacional da Universidade do Brasil, no interior do qual, segundo Rodrigues (2005, p.21), passam a ser desenvolvidas pesquisas de línguas indígenas possibilitadas a partir de um acordo entre o Museu Nacional e o *Summer Institute of Linguistics* (SIL)⁷⁴.

Os anos 60 constituíram-se como um período de efervescência do movimento em prol do *ensino superior* no país e, nesse movimento, a disciplina *Linguística* estava em processo de institucionalização. Segundo a pesquisadora Maria de Lourdes Albuquerque Fávero (2006):

O movimento pela **modernização** do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então, vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais **moderna** universidade do país naquele período, mas como um **divisor de águas na história das instituições universitárias**, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30 (FÁVERO, 2006, p. 29)⁷⁵.

Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e à criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31)" (FÁVERO, 2006, p. 23).

⁷⁴ O SIL é uma instituição "cuja atuação estava sendo incentivada principalmente pelo antropólogo Darcy Ribeiro" (RODRIGUES, 2005, p.21).

⁷⁵ Negritados nossos.

O movimento de modernização do ensino superior do Brasil, conforme apontado por Fávero (2006), está relacionado com a fundação da Universidade de Brasília (UnB) e o deslocamento capital do Brasil, do Rio de Janeiro para Brasília, em 1961. São essas as condições de produção da publicação da **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, no período J.K.. Um momento histórico em que, conforme Medeiros (2003), a capital Brasília é direcionada para o olhar do estrangeiro e construída a partir de um imaginário de modernização do país.

A construção de Brasília como centralização de um poder nacional, em nossa leitura, traz à cena a questão da diversidade das línguas faladas no Brasil e a necessidade de se descrever essas línguas. Sobre essa questão, Leite (2012) nos afirma que a meta dos linguistas do Museu Nacional, vinculados ao projeto Summer Institute of Linguistics (SIL), era a de registrar/descrever o maior número de línguas, porém a linguística era uma disciplina ainda emergente na época.

Segundo Leite (2012), com a instalação da UnB, os membros do SIL foram convidados para ministrarem aulas nessa instituição, em um setor de Linguística organizado por Aryon Rodrigues. Nesse sentido, “além de ampliar sua projeção acadêmica, o estabelecimento do S.I.L. em Brasília o faz ficar geograficamente mais próximo ao centro do poder” (Cf. LEITE, 2012, 234).

Em nossa pesquisa (iniciação científica, mestrado, doutorado), temos observado que a institucionalização da ciência Linguística, nos anos 60, vai ser promovida por equipe de linguistas brasileiros, dentre os quais temos Aryon Rodrigues e Mattoso Câmara, como palestrantes em Seminários de Orientação Linguística e em Institutos Linguísticos de Verão (cf. Altman, 2004). Em um desses seminários, participou como palestrante o professor Evanildo Bechara, conforme observarmos na seção de Notícias da revista **Estudos Linguísticos** (1965).

Tendo em vista o processo de institucionalização da *ciência* Linguística no Brasil, determinada por uma relação com a história da *gramática* no Brasil no que se refere ao nome Mattoso Câmara (Dias, 2009), nosso objetivo na parte analítica da presente tese é o de compreender como a definição do nome *gramática* se constitui por uma relação com as designações de *arte* e de *ciência* na história do conhecimento linguístico brasileiro.

Para isso, buscaremos analisar a definição desse nome por meio da descrição de um percurso temático dessas designações através de recortes de gramáticas em diferentes épocas e em diferentes autores, indo do período colonial até as condições de produção da institucionalização da Linguística e da publicação da gramática de Bechara. A constituição do *gesto de interpretação em história das ideias linguísticas* vai se atualizar por um batimento entre 1) a *descrição* das diferentes posição-sujeito dos autores em relação à tensão das designações arte/ciência na *definição do nome gramática* e 2) o modo como a posição sujeito analista inscreve essas diferentes posição-sujeito na história do conhecimento linguístico brasileiro, enquanto texto determinado por um trabalho de leitura do arquivo sobre a gramatização brasileira e do arquivo sobre a institucionalização da ciência Linguística no Brasil.

PARTE II

DISPOSITIVO ANALÍTICO

3. A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O BRASIL

Ao invés de fazer a história da sociedade brasileira aí incluindo a língua, procuro mostrar como o estudo sobre a história da língua e de seu conhecimento pode nos “falar” da sociedade e da história política da época, assim como do que resulta como idéias que se constituem e que nos acompanham ao longo de nossa história (ORLANDI, 2002c).

O estudo sobre a definição do nome *gramática*, na história do conhecimento linguístico brasileiro, traz à baila duas questões norteadoras do gesto de interpretação a que nos propomos. Uma questão é a da *língua escrita*, pois, tanto a tradição gramatical greco-latina quanto a portuguesa ou mesmo as designações de *arte* e de *ciência* estão determinadas por um saber articulado com a escrita, assim como, no próprio “contar” uma história (texto), temos os efeitos de sentidos de designações de “escrita” fazendo parte de nosso objeto de estudo e a escritura como parte do gesto de interpretação da posição sujeito analista.

A outra questão está voltada para a *língua falada*, pois, mesmo que a história do conhecimento linguístico brasileiro seja “contada” de uma tradição da “arte de escrever”, nesse caso, em língua portuguesa, esse processo de gramatização vai se constituir por um encontro daquela língua portuguesa falada com a diversidade das “línguas ameríndias”⁷⁶ (cf. Auroux, 2003), presentes no território brasileiro no século XVI. No que diz respeito às línguas do país nesse período, salientamos que, em nossa análise, mobilizaremos a designação “línguas indígenas” por uma relação com a nomeação em circulação nos anos 60 do século XX no Brasil, quando há a disciplinarização da *Linguística* nos cursos de Letras.

É por um reconhecimento da diversidade linguística no mundo, expressa na revolução tecnológica da gramatização, que vão se instituir diferentes formas de

⁷⁶ Por “línguas ameríndias” estamos nos referindo às línguas do continente americano, tanto da América do Norte quanto da América Latina. Já “línguas indígenas”, em nossa leitura, diz respeito à especificidade brasileira, pois trazemos essa designação da produção de linguistas brasileiros.

saber e práticas teóricas sobre a(s) língua(s) a partir do século XVI (cf. Auroux, 2003).

A problemática da diversidade linguística, em nossa leitura, está articulada com a gramatização das línguas ameríndias, em especial, pelos jesuítas, que, por volta do século XVI, são determinantes da constituição da forma de saber *Gramática Geral* (cf. Auroux, 2003), bem como a problemática da diversidade linguística trazida à cena no processo de institucionalização da ciência Linguística Moderna nos anos 60 do século XX, época em que temos a publicação da definição do nome *gramática* na **Moderna Gramática Portuguesa** (MGP), de 1961, de Evanildo Bechara. Essa definição é norteadora da construção de um percurso de análise retrospectiva na história do conhecimento linguístico brasileiro, tendo por base os pressupostos teórico-metodológicos da filiação à Análise de Discurso em relação com a História das Ideias Linguísticas, desenvolvidos na *Parte I* desta tese.

A análise da definição do nome *gramática* se constitui por uma rede de filiações de sentidos a outras definições desse nome, nessa história, com as quais o gesto de interpretação se atualiza pela compreensão de enquanto um efeito de ruptura da definição do nome *gramática* da MGP em relação com a tradição da *arte da gramática portuguesa*.

Para esse gesto de interpretação, no presente capítulo, primeiramente analisamos as definições das gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540), com o objetivo de compreendermos as condições de produção da tradição gramatical portuguesa nos séculos XVI e ainda sua institucionalização no Brasil pelas políticas linguísticas de Marquês de Pombal no século XVIII. Na sequência, em um segundo momento, pela definição do nome *gramática* na **Grammatica da Lingua Nacional**, de Antonio Alvares Pereira Coruja, de 1835, fazemos uma leitura da filiação da definição de *gramática* por uma filiação à forma de saber da *Gramática Geral* (Lancelot, Beauzée e Condillac). O sujeito Coruja, por essa filiação, constitui-se em uma posição sujeito autor político de língua que resiste a uma imposição de dominação da tradição portuguesa na autoria da gramática. No percurso da análise, buscamos compreender o movimento da segunda metade do século XIX, o qual desloca o processo de produção de gramáticas da língua portuguesa para Brasil enquanto uma gramatização da língua do Brasil no Brasil (cf. Orlandi, 2007).

O direcionamento deste trabalho, na Parte II, com base em Orlandi (2002c), não tem como objetivo fazer uma história da sociedade brasileira construindo um lugar para a língua, mas sim o objetivo de constituir um gesto de interpretação sobre a história do conhecimento linguístico brasileiro, de modo que esse gesto também possa “nos ‘falar’ da sociedade e da história política [de uma] época” (cf. Orlandi, 2002c, p.15). É nesse sentido que buscamos trabalhar com as condições de produção da disciplinarização da *Linguística* no Brasil e a da publicação da **Moderna Gramática Portuguesa** em um horizonte de retrospectiva dessa relação, construído por redes de filiações do saber linguístico de modo que não se institua um efeito de tabula rasa do passado dessa/nessa história.

3.1. As gramáticas da lingua(gem) portuguesa no Brasil Colonial: Fernão de Oliveira e João de Barros

Fernão de Oliveira (1507-1580/1581) nasceu na cidade de Aveiro, em Portugal. Aos treze anos, foi estudar no convento dos dominicanos de Évora, no Alentejo, onde permaneceu até 1532. Após, passou a ensinar jovens fidalgos, possivelmente, na corte, em Lisboa, quando foi professor dos filhos de João de Barros (cf. Mattos e Silva, 2002). Entre 1540 e 1547, como engenheiro naval, Oliveira viajou pelo mundo, vivendo entre 1540 e 1543 na Itália. Depois, entre 1547 e 1557, foi preso duas vezes pela Inquisição, segundo Mattos e Silva (2002), ou por tendências heréticas ou por ser acusado de cismático em relação à Igreja. Em 1536, publicou a **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Posteriormente, com o nome de autor Padre Fernando de Oliveira, também publicou **Arte da guerra no mar** (1555) e **História de Portugal** (1581, aproximadamente) (Cf. Assunção e Torres, 2000).

João de Barros (1496-1570/1571) nasceu em Viseu, em Portugal. Na idade de treze anos, bastardo de um fidalgo e órfão, foi acolhido no então centro da corte portuguesa (Paços da Ribeira), em Lisboa, onde fez carreira de alto funcionário do rei. Começou como moço do guarda-roupa do futuro rei D. João III. Após, em 1525, trabalhou como tesoureiro na Casa da Índia e exerceu o cargo de Feitor a partir de 1533. Nessa época, segundo Moisés (2004), Barros cultivou a ficção (*Crônica do*

Imperador Clarimundo, 1520) e o pensamento filosófico (*Rópia Pnefma*, 1532). Posteriormente, Barros também publicou gramáticas (1539, 1540) e historiografias (*Décadas*, 1552, 1553, 1563). No campo historiográfico, “João de Barros concebeu uma ampla História de Portugal, que abrangeria três aspectos, *conquista*, *navegação* e *comércio*” (MOISÉS, 2004, p. 132). Dentre as gramáticas publicadas, temos duas obras, uma de 1539, intitulada **Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja**, que posteriormente ficou conhecida como “a Cartinha”⁷⁷, e outra, publicada em 1540, intitulada **Grammatica da lingua portuguesa**. Ainda na década de 30, do século XVI, o rei Dom João III concedeu a João de Barros a capitania do Maranhão. Embora Barros não tenha vindo, chegou a enviar uma expedição ao Brasil⁷⁸ (Cf. Mattos e Silva, 2002).

No período inicial de colonização do Brasil, contemporâneo à produção das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, a condição linguística brasileira é a de um encontro da língua portuguesa de Portugal com uma diversidade de línguas indígenas faladas no território brasileiro. Segundo Rodrigues (1988), não há trabalhos sobre o número dessas línguas faladas no período colonial; todavia na segunda metade do século XX, falavam-se, no Brasil, cerca de 170 línguas indígenas e, no início do século XIX, estas eram mais de 220. Esses são números que podem nos dar uma ideia da diversidade linguística do país dos séculos subsequentes ao período colonial.

É nesse contexto do período colonial, quando se deu o encontro entre a língua portuguesa falada e as línguas faladas no Brasil, que a língua portuguesa foi gramatizada, ou seja, foi posta em *arte* de bem falar e de bem escrever a partir da publicação das gramáticas portuguesas do período colonial. E meio a esse cenário linguístico, a **Grammatica da Lingoagem Portuguesa**, de Fernão de Oliveira, foi publicada em 1536, com o objetivo de se constituir como *Anotações* e não propriamente como um compêndio gramatical.

A proposta do autor está articulada com a história de um país, no caso, Portugal, que havia sido colonizado pelos romanos e que, na posição de colonizador (dominação), não deveria reproduzir um ensino da língua grega ou latina. Portugal

⁷⁷ Forma de designar a *gramática* de 1539 na introdução da *gramática* de 1540.

⁷⁸ Esta expedição não teria obtido sucesso na colonização e teria causado prejuízos econômicos e a perda de dois filhos a João de Barros (Cf. Mattos e Silva, 2002).

deveria, então, ensinar a língua portuguesa nos países colonizados, uma língua que, segundo Oliveira (1536), é nobre e antiga, conforme podemos ler a partir da definição colocada a seguir:

Quadro 4 – Definição de gramática em Fernão de Oliveira (1536)⁷⁹

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
E pois grammatica é arte que ensina a bem ler e falar, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora possamos usar na nossa antiga e nobre língua ⁸⁰	Grammatica da lingoagem portuguesa	Fernão de Oliveira	1536.

A definição do nome *gramática* em Fernão de Oliveira pode ser pensada a partir da constituição de dois fragmentos: um é a designação do nome gramática como *arte que ensina a bem ler e falar* (realce em amarelo); o outro, constitui-se por uma designação dessa “arte de bem ler e falar”, em que temos o fragmento: *saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora possamos usar na nossa antiga e nobre língua* (alteração de fonte em cor vermelho).

Conforme trabalhamos nas condições de produção do capítulo anterior, as gramáticas do início do século XVI são referenciadas como filiadas a uma tradição greco-latina, determinada pelo “conhecimento empírico” da observação do “uso comum”. Nesse sentido, tomamos os fragmentos da definição de Oliveira em uma relação parafrástica com a definição de Donato, a definição apontada como a que determinou a constituição dessa gramática (cf. Leite, 2007).

Em Donato (Quadro 2), temos a definição do nome *gramática* constituída pela designação *arte de falar e escrever corretamente*. Essa, por sua vez, qualificada pelo fragmento *observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas*, que atualiza sentidos enquanto designação de *conhecimento empírico*, de Dionísio da Trácia (Quadro 1).

⁷⁹ Os recortes, em que constam as definições trazidas para a parte analítica, estão em anexo, no final da tese.

⁸⁰ (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 87) na finalização do *Capitolo IV. [Da cultura e gloria da terra]*.

Com base nessa relação, propomos o esquema a seguir:

- arte de - falar e escrever corretamente (Donato)
- arte que ensina a - bem ler e falar (Oliveira)

Ao colocarmos as designações de *gramática* como *arte*, de Donato e de Oliveira, em equivalência, dois pontos se fazem presentes, os quais sublinhamos: o primeiro é a não atualização da “arte de escrever” na designação de Oliveira, mas a da “arte de falar”; o segundo é a designação *ensina*, que qualifica *arte* na definição de Oliveira. Nessas relações, vale destacar que a designação do nome *gramática* como *arte*, em Oliveira, constitui-se por uma relação com “ensinar a bem ler e falar”.

A definição do nome gramática em Fernão de Oliveira relacionamos com a definição em Donato, no modo como ambas formulam a designação de “conhecimento empírico” ou “uso comum”, conforme as retomamos a seguir:

- observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas (Donato).
- saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora possamos usar na nossa antiga e nobre língua (Oliveira).

Nessa relação, em Donato, a questão da observação centra-se na *leitura dos escritores e dos poetas* para constituir a designação do nome gramática como *arte de falar e escrever corretamente*. Diferentemente, na definição desse nome em Oliveira, temos a designação *arte que ensina a bem ler e falar*, determinada pela questão do “ensino de língua” na história da língua de Portugal. Oliveira sustenta a *arte* (gramática da língua portuguesa) em uma tradição de ensino de *quem primeiro a ensinou e onde e como* para que essa *arte que ensina* possa ser usada na *antiga e nobre língua* portuguesa.

Essa questão do ensino é salientada por Orlandi (2009) como a problemática que engendra a constituição do nome *gramática* em Oliveira, em que há um ensino

de referência, o de Grécia e Roma. Assim inicia o *Capítulo IV. [Da cultura e gloria da terra]*.

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria das terras em que florescem, porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a elles sojeitas aprender suas línguas, e em ellas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par'ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigavam a que ainda agora trabalhamos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso (Oliveira, [1536] 2000, p.86).

A definição do nome gramática em Fernão de Oliveira se constitui nas condições de produção das colonizações portuguesas aproximadamente na década de 30, do século XVI. A condição de Portugal, em séculos anteriores, como dominado e aprendiz de Grécia e Roma, é uma problemática histórica, norteadora da constituição da gramática de Fernão de Oliveira, em que, sobre a *arte que ensina a bem ler e falar*, traz a determinação de saber *quem primeiro a ensinou e onde e como*, para que Portugal possa usar essa arte na sua *antiga e nobre língua* (língua portuguesa).

O modelo de ensino, proposto por Oliveira ([1536] 2000), é o da *arte* de Grécia e Roma, pois “esses estudos fazem mais durar a glória das terras em que florescem”. A língua a ser posta em arte, nesse caso, é a língua portuguesa, a qual foi esquecida pelo fato de os portugueses terem sido obrigados, até então, ao trabalho de *aprender e apurar* as línguas grega e latina (cf. Oliveira [1536] 2000).

O nome *gramática* em Oliveira é designado como *arte* no sentido de se constituir um ensino de *bem ler e falar* a língua portuguesa nas colônias, o que pode se confrontar com uma tradição de línguas outras faladas nessas colônias, como é o caso do Brasil. Este ensino de uma língua gramatizada (escrita) funciona como uma forma de “colonização linguística” (cf. Mariani, 2004) em espaços constituídos por línguas faladas e sem o respaldo de uma tradição de escrita.

A constituição da gramática da língua portuguesa, nesse contexto de colonização linguística, pode ser observada a seguir.

[...] Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua, e não a lingua os homens (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 86).

E contudo apliquemos nosso trabalho à nossa lingua e gente e ficará com maior eternidade a memoria delle; e não trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes. E sempre seremos dellas louvados e amados, porque a semelhança é causa de amor e mais em as línguas. E ao contrário vemos em **África, Guiné, Brasil e India**⁸¹ não amarem os de lá nascidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhes seus porque falam assi como elles.

Agora já pos notemos o falar dos nossos homens e dahi ajuntaremos preceitos pãra aprenderem os que vierem e também os ausentes (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 89).

A constituição da gramática em Fernão de Oliveira tem como objetivo colocar a língua portuguesa em *arte* de modo que possa ser ensinada nas colônias. No primeiro recorte, Oliveira centra-se no ensino da língua portuguesa como o melhor a ser feito por Portugal, que tinha, na época, a tradição do aprendizado e o trabalho na língua latina. Salienta o gramático sobre a importância de que se venha a ensinar a língua de Portugal em um país colonizado, de modo que esse ensino seja feito sem receios em relação ao fato dessa língua ser posta em uma *arte* possível de ser ensinada. Nesse sentido, o gramático se posiciona como um *legislador da língua*: “E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua, e não a língua os homens” (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 86).

A língua, em Fernão de Oliveira, é tomada como um objeto político, em que a *gramática* como *arte* funciona como parte do processo de colonização portuguesa. Retomamos, nesse momento, a designação de “uso comum” na definição do nome gramática em Oliveira.

- saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora possamos usar na nossa *antiga* e *nobre* lingua.

De acordo com a leitura da definição de Oliveira, a *arte da gramática*, constituída na/pela tradição greco-latina, pode ser “usada” na língua de Portugal,

⁸¹ Negritos nossos.

designada como *antiga e nobre*. As palavras *antiga e nobre*, desse modo, funcionam como pilares de uma tradição de língua portuguesa (língua falada), que, ao ser posta em arte (legislação de uma língua escrita), pode assim ser ensinada em colônias, tais como as citadas pelo gramático: África, Guiné, Brasil e Índia.

Há duas questões que gostaríamos de salientar sobre as condições de produção da gramática de Oliveira: a primeira é que essa gramática se constitui como um modo de instituir um ensino língua portuguesa nas colônias, e a segunda é que parece haver não só reconhecimento das diferenças de tradição das línguas faladas, portuguesa e indígenas, mas também uma preocupação com essas diferenças. Trazemos isso como uma possível interpretação de “vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem os de lá nascidos querem bem aos seus portugueses e chamaram-lhes seus porque falam assi como eles” (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 89).

Na constituição da gramática de Oliveira, o amor é posto como consequência de semelhança no espaço de relação entre línguas: “porque a semelhança é causa de amor e mais em as línguas” (cf. OLIVEIRA, ([1536] 2000, p. 89). A constituição da gramática como *arte que ensina a bem ler e falar* a língua de Portugal pode funcionar como um instrumento de consolidação de uma política de colonização portuguesa no Brasil, por um processo de institucionalização de um ensino dessa língua.

Apesar de a problemática do ensino dar sustentação para a produção gramatical de Fernão de Oliveira, **Grammatica da Lingoa Portuguesa** é designada pelo autor como uma primeira *Anotação* dessa arte. Desse modo, também o é como um trabalho descritivo do uso e dos costumes do falar português do início do século XVI, diferenciado do trabalho de seu contemporâneo João de Barros, conforme Mattos e Silva (2002).

Como se poderia esperar, a originalidade descritiva de Fernão de Oliveira na sua *Anotação* é mais rica em informações avaliativas – diacrônicas, variações sincrônicas – sobre o uso real em 1536, do que a “arte de gramatica” de natureza prescritiva, em relação à “norma padrão” preferencial, portanto de natureza mais dogmática e, intencionalmente, pedagógica de João de Barros. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 59)

A gramática de Fernão de Oliveira, voltada para o ensino da língua portuguesa, é de natureza originalmente descritiva, e, conforme Mattos e Silva (2002), essa gramática de 1536 é distinta da gramática de João de Barros, de 1540, que é de natureza prescritiva e mais dogmática e pedagógica. Enquanto, na primeira, na definição, o nome *gramática* é designado por *arte que ensina a bem ler e falar*, na segunda, a **Grammatica da língua portuguesa**, tal definição é determinada pelas designações de *ciência de letras* e de *modo certo e justo de falar e escrever*, conforme a tabela a seguir.

Quadro 5 – Definição de gramática em João de Barros (1540)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
Grammatica é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras . E segundo a definiçám que lhe os Grãmáticos deram, é um modo çerto e justo de falar, e escrever, colheito do uso e autoridáde dos barões doutos ⁸²	GRAMMATICA da lingua Portuguesa	João de Barros	1540

A definição do nome *gramática* em João de Barros pode ser pensada a partir da constituição de dois fragmentos: um é o das designações do nome *gramática* como *ciência de letras* e *modo certo e justo de falar e escrever* (realces em cor amarela); o outro se constitui por uma designação dessa última “modo certo e justo de falar e escrever”, em que temos o fragmento *colheito do uso e autoridade dos barões doutos* (alteração de fonte em cor vermelha).

Conforme procedemos com definição em Fernão Oliveira, buscamos também trabalhar com a definição de Barros propondo uma relação parafrástica com a definição em Donato. Neste (Quadro 2), temos a definição do nome *gramática* constituída pela designação *arte de falar e escrever corretamente*. Essa, por sua vez, qualificada pelo fragmento *observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas*, que atualiza sentidos enquanto designação de “uso comum”.

Com base nessa relação, propomos o esquema a seguir:

⁸² As definições dos autores foram transcritos de acordo com a ortografia do ano da obra citada e adaptados a partir do auxílio de leituras dos autores que constam nas referências bibliográficas.

- - arte de falar e escrever corretamente (Donato)
- - observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas (Donato)

- - ciência das letras / modo certo e justo de falar e escrever (Barros)
- - colheito do uso e autoridade dos barões doutos (Barros)

Primeiramente, na definição do nome *gramática*, temos, em Donato, a designação *arte* determinada por *falar e escrever corretamente*, enquanto que, na definição de Barros, temos a designação de *ciência das letras* e, por uma co-presença de conhecimento, temos também a designação *modo certo e justo de falar e escrever*.

A designação de *ciência*, no século XVI, em definições do nome gramática ibéricas, conforme Assunção (2007), está determinada pelo racionalismo aristotélico, um conhecimento teórico, distinto da ideia de conhecimento empírico, determinante nesse contexto (cf. Auroux, 2003). Todavia, a problemática levantada a respeito do empirismo está articulada com a questão do modelo de observação, o “uso comum”, presente, por exemplo, na definição de Donato pelo enunciado *observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas* e também em João de Barros pelo enunciado *colheito do uso e autoridade dos barões doutos*.

A definição do nome *gramática* em João de Barros, em nossa leitura, está formulada por uma relação do modelo empírico de observação de um “uso comum” e por um conhecimento teórico, o do racionalismo aristotélico, segundo Assunção (2007). Sobre essa articulação, temos o modelo de *modo certo e justo de falar e escrever é colheito do uso e autoridade dos barões doutos*, em que o “uso colheito” como modelo é o uso de determinadas autoridades de corte portuguesa.

Ainda sobre a designação do nome *gramática*, em Donato, temos que é a *arte de falar e escrever corretamente*; em Oliveira, é a *arte que ensina a bem ler e falar* e, em Barros, é *ciência das letras* e é o *modo certo e justo de falar e escrever*. Em nosso entendimento, é interessante o jogo de designações de “arte” e “ciência”, por uma relação entre formas de saber sobre a gramática, e de “ler” e “falar” e “escrever”, por uma relação com as condições de produção das gramáticas portuguesas e sua articulação com a tradição greco-latina.

Até o século XVI, como observamos em Oliveira ([1536] 2000), não havia uma tradição de trabalho e ensino da língua portuguesa. Esse ensino era feito voltado para as línguas de Grécia e de Roma, ensino para o qual o gramático propõe, como modelo, uma *arte que ensina a bem ler e falar*. Por outro lado, o modelo proposto por João de Barros, historiador e gramático do rei de Portugal, é observado do uso da língua pelos barões doutos, pelos quais vai se legitimar um *modo certo e justo de falar e escrever*. Para compreendermos as condições de produção dessas gramáticas portuguesas, de 1536 e de 1540, trazemos para nossa leitura a folha de rosto da “Cartinha”, outra gramática de 1539, também de Barros.

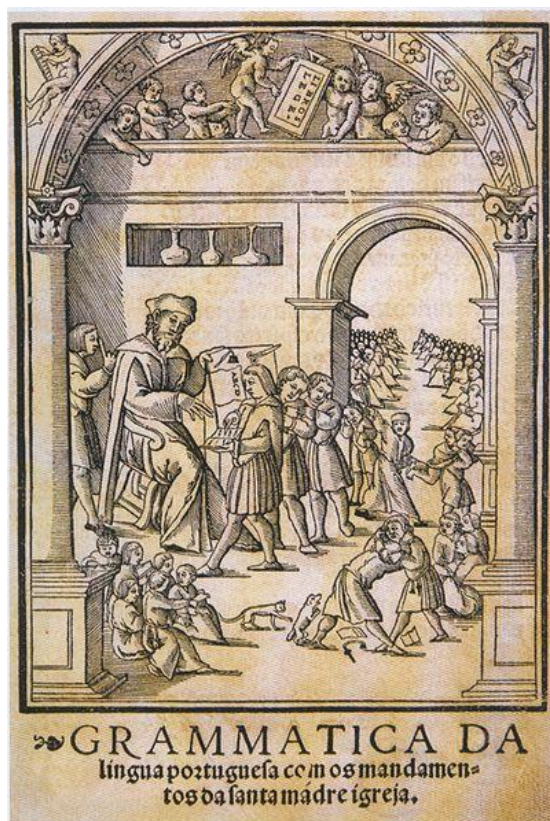


Ilustração 3 – Folha de rosto da gramática de João de Barros (1539)

A gramática de 1539, conforme Leite (2007, p. 88), é “um volume que inclui, segundo a tábua de matérias nele contidas, uma *Cartinha*, que constitui uma mistura de cartilha (abecedário) e catecismo” e faz parte de uma preocupação pedagógica fundamentada no âmbito da moral e da religião, juntamente com outras publicações,

tais como **Dialogos de preceitos moraes com prática delles** (1540) e **Dialogo da viçosa vergonha** (1540)⁸³. Nesse contexto, Fávero (2005) salienta que a primeira cartinha de que se tem notícia é de 1504, de autoria de Diogo de Ortiz Vilhegas, e que, nessa época as cartinhas eram feitas com a finalidade de ensinar não apenas a língua portuguesa aos colonizados, mas também a doutrina cristã.

A “Cartinha” funciona como um instrumento religioso, com finalidade do ensino da leitura, no sentido de alfabetização, centrada no ensino do alfabeto e das primeiras sílabas, conforme João de Barros apresenta na “introdução” da gramática de 1540: “Em a cartinha passáda, demos **arte pera os mínimos fáçilmente aprendere a ler**: cõ toda adiuersidáde de syllabas que a natureza de nõssa linguáge padece” [...] “Fica agorá darmos os peçeitos da nossa Grammatica, decuiu titolo intiulamos a cartinha: como fundamento **Os primeiros elementos da Grãmatica**”⁸⁴ (BARROS, 1540, s/p).

Ao designar a gramática de 1539 como “Cartinha”, pela posição sujeito gramático, João de Barros define a “Cartinha” como “arte pera os mínimos facilmente aprendere a ler”. Nesse sentido, gramática é definida como a *arte* que ensina a *ler*, que pode ser interpretada como um conhecimento prático, se relacionado com a definição de gramática, em 1540, em que temos a designação de *ciência* e de *modo certo e justo de falar e de escrever*.

Tratar da “Cartinha” de 1539, em relação com as gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira (1536) e também de João de Barros (1540), faz significar um lugar para a designação “ler” na definição de gramática de João de Barros. Ao reintitular a Cartinha como *Os primeiros elementos da Gramática*, Barros também define esse lugar como o da *arte para os meninos facilmente aprenderem a ler*.

Por essas relações das definições do nome *gramática* nessas três obras portuguesas de meados do século XVI, nossa leitura sobre as gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros direciona-se para uma articulação entre as seguintes designações: 1) de “*arte*” com “*ler*” e “*falar*” e 2) de “*ciência*” com “*falar e escrever*”.

Retomando a gramática de 1540, vejamos, a seguir, sua folha de rosto.

⁸³ Textos de João de Barros disponibilizados pela Biblioteca Nacional de Portugal em <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/12867.html>. Acessados em 11 de junho de 2012.

⁸⁴ Negritado nosso.

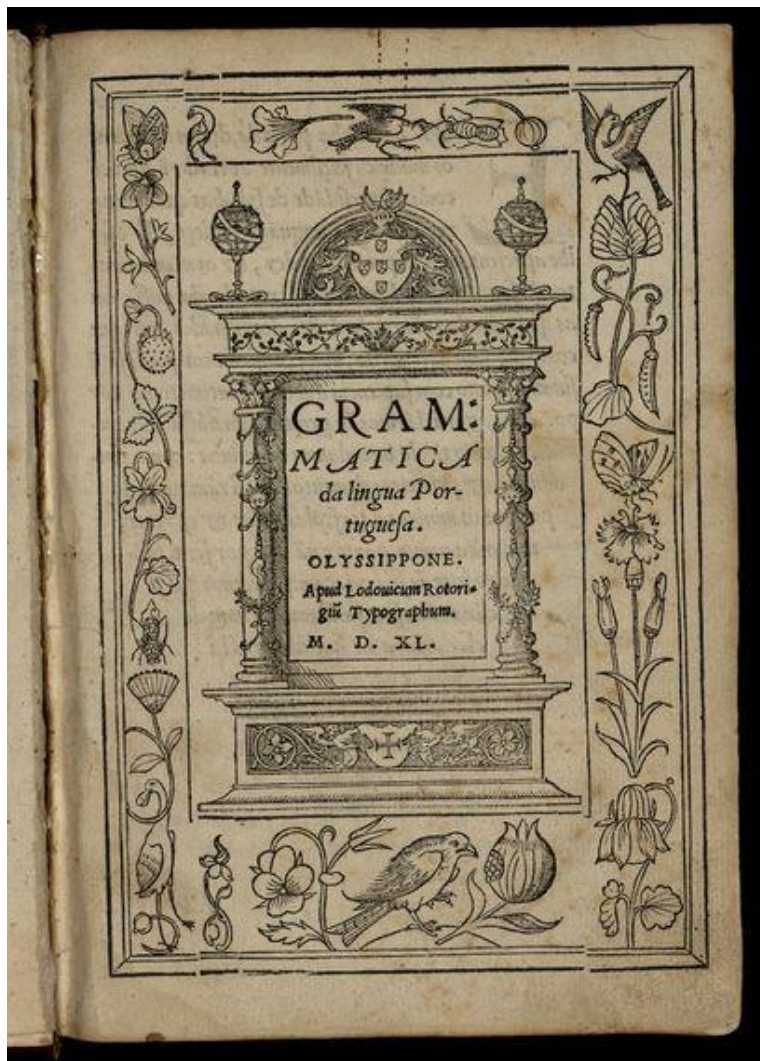


Ilustração 4 – Folha de rosto da gramática de João de Barros (1540)

Na imagem da folha de rosto de 1540, temos três unidades discursivas: o nome *Grammatica da língua portuguesa*, colheita do uso e autoridade dos barões doutos, parte da “corte portuguesa” e, no exterior, a *natureza (fauna e flora)*. Isso traz ao nosso estudo uma possível interpretação: de que a gramática da língua portuguesa está sob a proteção/conservação/legislação/uso do poder da realeza portuguesa que se coloca em outro lugar, não a da língua daquele homem comum, que tem a natureza ao seu redor, mas a da língua das autoridades da corte (barões doutos).

Por esse viés de leitura, há um diferencial entre a constituição de gramática em Fernão de Oliveira e em João de Barros. Apesar de também ligado à defesa da

língua em prol do poder real português, segundo Orlandi (2009, p. 302), na concepção de Oliveira, o homem é posto como centro, visto que, “se das cousas nascem as palavras, são os homens que fazem a língua”. A seguir, temos a folha de rosto de **Grammatica da lingoagem portuguesa**, de 1536.



Ilustração 5⁸⁵ – Folha de rosto da gramática de Fernão de Oliveira [(1536) 2000]⁸⁶

⁸⁵ Gramática de 1536 está disponível em <http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/FernaoDeOliveira.pdf&mn=gramatica7menu.php>.

⁸⁶ Agradeço a professora Zélia Vianna por na qualificação de doutoramento me auxiliar na descrição de unidades discursivas constituintes da folha de rosto da Cartinha de João de Barros e da folha de rosto da gramática de Fernão de Oliveira.

Enquanto na gramática de João de Barros (1540) temos a corte portuguesa sob a “guarda” do nome *gramática*, na gramática de Fernão de Oliveira (1536), temos uma relação desse nome com o homem⁸⁷ da corte como parâmetro da descrição da língua, conforme podemos ler por intermédio do apontamento de algumas unidades. Uma delas é o *cavaleiro da realeza*, centralizado no alto do *brasão de armas dos Almadás*, visto que Oliveira dedica a obra ao Mui Magnífico Senhor S. Fernando de Almada, por sua prudência, nobreza e interesse por bons livros (cf. Oliveira, [1536] 2000). Este *cavaleiro* está envolto pela natureza (flora) e sobreposto ao nome *Grammatica da linguagem portuguesa*, com o qual compõe uma organização emoldurada por outros elementos da natureza (flora). Sem destaque, como parte da moldura, abaixo do nome da gramática, há o nome do tipógrafo Germam Galhard, que imprimiu a publicação em Lisboa.

A publicação da gramática de Oliveira antecede as publicações de Barros, mas é possível problematizarmos uma relação com a natureza (vida comum) e a realeza (vida na corte) na constituição da folha de rosto das duas produções. Enquanto em uma delas, a intitulada “gramática da língua portuguesa”, a realeza rege a primeira, separando-a da vida comum, na outra, intitulada “gramática da linguagem portuguesa”, o homem envolto pela natureza é o que está colocado ao centro. Esse diferencial entre as gramáticas, que têm em comum a filiação a saberes da tradição greco-latina, leva-nos a afirmar que há uma relação de posições distintas que reproduzem, por exemplo, o diálogo de Platão, **Crátilo**, sobre a discussão a respeito da origem dos nomes das coisas: se fazem parte da natureza ou se são convencionados.

A noção de linguagem e de fala em Oliveira está relacionada com a natureza e com os feitos dos homens, como podemos compreender com base no início do *Capítulo I. [Da linguagem e suas leis]* do texto de 1536.]

A linguagem é figura do entendimento: e assi é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração e não outra coisa; antes não devia a natureza criar outro mais disforme monstro do que são aquelles que falam o que não têm na vontade. Porque se as obras são prova do homem, como diz a suma

⁸⁷ Enquanto em João de Barros, conforme Assunção (2007), temos a gramática determinada por um conhecimento teórico do racionalismo aristotélico, em nossa leitura entendemos que a constituição da gramática de Fernão de Oliveira pode estar afetada por um conhecimento relacionado com o enunciado de Protágoras: *O homem é a medida de todas as coisas*.

verdade **Jesu Christo, nosso Deos**⁸⁸, e as palavras são imagem das obras, segundo Diógenes Laércio escreve que dizia Solon sabedor da Grécia, cada hum fala como quem é: os bos falam virtudes e o maliciosos maldades; os religiosos pregam desprezos do mundo e os cavaleiros blasonam suas façanhas.

E esses sabem falar, os que entendem as cousas, porque das cousas nascem as palavras e não das palavras as cousas, diz Míson filosofo; (OLIVEIRA, [1536] 2000, p. 83)

Oliveira não institui um modelo a ser seguido, ele descreve a fala dos homens e seus feitos (obras) por uma relação com o lugar que ocupam na sociedade. A referência ao cristianismo também está presente na produção de Oliveira, colocando as palavras como resultantes de práticas do homem e, ao mesmo tempo, como prova da existência desse homem. A tradição da fala constitui o homem na história, pela história, e as “cousas”, que são seus feitos na história, são posteriormente nomeadas, o que equivale a dizer que a linguagem está na natureza do homem, mas as palavras são formuladas a partir de suas práticas (obras, ações) na sociedade.

Nesse contexto de meados do século XVI, também designado como o século do nascimento das ditas ciências modernas e de avanços tecnológicos – por exemplo, de navegação – compreendemos que a relação da constituição das gramáticas das línguas modernas e a colonização linguística são fatos indissociáveis (cf. Auroux, 2003), pois a gramática (portuguesa) funciona como um instrumento tecnológico de regência da língua, constituindo um efeito de unidade/união, entre os colonizadores, em relação aos colonizados, bem como também funciona como um instrumento de poder político-ideológico de dominação.

O conhecimento da língua do outro (colonizado), para os jesuítas, era fundamental tanto para o ensino de “ler e falar”, quanto para o ensino de “falar e escrever”. A respeito disso, temos, a seguir, as palavras da linguista Yonne Leite (2000), em “A gramática de Anchieta: 500 anos de *língua tupi*”, publicado na revista **Ciência Hoje**:

A gramática de Anchieta parece, para o leitor atual, um tanto desorganizada, e sua linguagem, mesclada de terminologia e expressões latinas, afugenta a muitos. No entanto, assemelha-se à primeira gramática do português – **Grammatica da linguagem portuguesa**, de Fernão de

⁸⁸ Negritados nossos.

Oliveira (1536) – de qualidade acima de qualquer dúvida. Também mostra ser calcada, ao menos no estilo e na organização, na gramática latina, como todas as análises de línguas da época (LEITE, 2000, p. 163).

A gramática de Fernão de Oliveira, centrada na leitura e na fala, funcionou como um modelo para a descrição da *lingoa mais falada na costa do Brasil*, em meados do século XVI, pelo padre José de Anchieta. Nesse período, o ensino de língua se desenvolvia no Brasil Colônia, organizado pelos jesuítas da Companhia de Jesus. De acordo com Fávero (2001), a gramática de Anchieta foi escrita entre 1554 e 1556, em latim, e depois traduzida para a língua portuguesa pelo autor, no entanto teria sido publicada apenas em 1595.

Um fato que salientamos em relação à gramática de Anchieta e às gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros é o modo de designar o nome *gramática* no título dessas publicações. As duas obras sobre a língua portuguesa estão nomeadas como “Gramática da linguagem/língua portuguesa”, enquanto que a gramática de Anchieta sobre a língua tupi está nomeada como “Arte da gramática da língua mais falada na costa do Brasil”. Sem, no momento, problematizarmos a designação de língua (portuguesa/mais falada na costa do Brasil), direcionamos para a designação “Arte da...” no título da publicação de Anchieta em relação com a designação do nome *gramática* como *arte que ensina* em Fernão de Oliveira.

O título **Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil**, do Padre José de Anchieta, não trata de um “uso comum” de alguém específico, mas de um “uso comum” em algum um lugar físico específico: *na costa do Brasil* (cf. Nunes, 1996), ou seja, um lugar no mundo onde há um encontro entre línguas, as línguas indígenas e a língua portuguesa.

Também o sistema de designar o nome *gramática* como *Arte*, em títulos, perdurou, ao longo do período do Brasil Colonial, como podemos observar em um quadro, organizado a partir de análises de Fávero (2001), com base em gramáticas publicadas no período de colonização do Brasil⁸⁹. Nesse quadro, realçamos em cor rosa as designações de “Arte de Gramática” nos títulos de compêndios gramaticais

⁸⁹ Observamos a afirmação da professora Leonor Fávero: “Encontrei referências a duas obras publicadas no Brasil nesse período, intituladas: *Artes de Gramática*, mas a elas não tive acesso: *Arte de Gramática Portuguesa* de Inácio Felizardo Fortes, publicadas em 1816; *Arte de Gramática Portuguesa* de Francisco José das Chagas Soares, publicada em 1835”. (Fávero, 2001, p.62).

como uma representação da diversidade de línguas gramatizadas nessa época, em que se constitui a forma de saber *Gramática Geral* por uma relação com um conhecimento prático (cf. Auroux, 2003) de “colocar a língua em Arte”.

A seguir, temos o Quadro 6 – Arte da gramática:

Quadro 6 – Arte da gramática

Título	Ano de publicação	Autor	Observação
Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil	1595	Padre José de Anchieta	Escrita em latim, provavelmente, entre 1554/1556 e posteriormente traduzida para o português e publicada em 1595
Arte da língua de Iapan	Entre 1604 e 1608	Padre João Henriques	
Arte da língua brasileira	1621	Padre Luiz Figueira	Arte de Gramática da língua brasileira (2ª edição)
Arte de Gramática Abreviada	1710	Manuel Carlos de Almeida	
Arte da Gramática da Língua Portuguesa	1770	Antônio José dos Reis Lobato	
Arte da Gramática Portuguesa	1799	Pedro José de Figueiredo	

A problematização dos títulos das gramáticas publicadas no período do Brasil Colônia, bem como a problemática das definições do nome *gramática* nas publicações de Fernão de Oliveira e João de Barros mantêm-nos na reflexão sobre a questão de gramática como *arte* articulada com um conhecimento empírico e de gramática como *ciência* determinada por uma relação dessa arte com uma forma de saber (conhecimento teórico) em produções brasileiras até o século XVIII.

Pela vinda dos jesuítas ao Brasil, com a missão e o objetivo da catequização dos brasileiros, foi implantado o sistema de ensino superior no período colonial com a finalidade de formar lideranças da sociedade da época (cf. Fiorin, 2006). É possível situar, como marco histórico desse ensino, a fundação do Colégio da Bahia, em 1550, seguido de outros colégios fundados até meados do século XVIII (políticas pombalinas). Foi no período de desenvolvimento do ensino no Brasil, inclusive de colégios de ensino superior (cf. Luz, 2010), que, segundo Dias (2001), a Coroa

Portuguesa manifestou de forma consistente um interesse pela situação linguística do Brasil.

Esse interesse começa a se concretizar na carta régia de 12 de setembro de 1727, na qual o rei D. João V determina no Superior dos religiosos da Companhia de Jesus no Maranhão que a língua portuguesa fosse ensinada aos índios, para o benefício da Coroa e dos moradores da terra. Com a descoberta das minas de ouro, cresce o interesse pelo Brasil. Além disso, a influência dos jesuítas na Colônia começa a incomodar a Corte de Portugal. Esse foi o quadro que propiciou o aparecimento em 1757 da legislação de autoria do Marquês de Pombal expulsando os jesuítas da colônia e determinando o ensino da língua portuguesa. (DIAS, 2001, p. 186).

Se, de um lado, temos Marquês de Pombal como um político com atuação fundamental para Portugal no século XVIII, por exemplo, na reconstrução de Lisboa, de outro lado, para o Brasil, temos um político responsável pelo fechamento dos colégios dos jesuítas, desfazendo um sistema de ensino em desenvolvimento no país. Zanon e Faccina (2004) salientam que “a *Ratio Studiorum*, documento que determinava as diretrizes da educação jesuítica, permanece intacta até a eliminação da Ordem, em 1773, pelo governo pombalino”.

É nesse contexto que a gramática de Reis Lobato⁹⁰, conforme já apontado por Fávero (1996), vem a ser publicada, em 1770, como dedicada ao Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, então Conde de Oeiras. Também por meio de outro Alvará Régio de 1770, foi determinado que os discípulos deveriam ser instruídos pela gramática portuguesa de Reis Lobato nas aulas de letras (cf. Fávero, 1996).

Alguns pontos são interessantes de serem destacados na instituição da gramática de Reis Lobato. O primeiro é a definição do nome *gramática* constituir-se pela designação *portuguesa*, diferente de Fernão de Oliveira e João de Barros, que definiam tão somente o nome *gramática*. Já em Reis Lobato, esse processo se dá de maneira diferente, conforme podemos observar no Quadro 7, a seguir:

⁹⁰ **Arte da Gramática da Língua Portuguesa**, de Antônio José dos Reis Lobato, de 1770, é apontada como primeira gramática escolar da língua portuguesa no espaço ibérico (cf. Assunção, 2007).

Quadro 7 – Definição de gramática em Antônio José dos Reis Lobato (1770)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
Grammatica portuguesa eh a Arte que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa . [nota do autor] Desta definição se collige, ser a oração portuguesa o fim das regras da grammatica portugueza ⁹¹	Arte da grammatica da lingua Portuguesa	Antônio José dos Reis Lobato	1770

Enquanto em Fernão de Oliveira e em João de Barros temos o nome *gramática* designado por *portuguesa*, em Reis Lobato essa relação nome/designação se consolida em sentido de instituir a designação *gramática portuguesa* como um nome legitimado.

A definição de *gramática portuguesa* de Reis Lobato designada como *Arte que ensina* constitui-se em uma época de interdição do sistema de ensino jesuítico e de institucionalização de um sistema de ensino da língua portuguesa no Brasil, conforme o modelo instituído pela corte portuguesa. A constituição dessa definição de Reis Lobato, em que o nome *gramática portuguesa* é designado por *Arte que ensina*, leva-nos à uma atualização de sentidos do modelo de definição do nome *gramática* por Fernão de Oliveira como parte de um sistema de colonização portuguesa do Brasil.

Tanto o gramático Fernão de Oliveira quanto João de Barros são referenciados por gestos de citação na gramática de Reis Lobato, na medida em que esses estudiosos descrevem ou prescrevem a gramática portuguesa como um modo através do qual possam se estabelecer “regras” que orientem uma *arte que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa*. Da definição de Lobato, compreendemos que, na constituição do nome gramática, a designação *arte* produz efeitos de sentido que a determinam como um instrumento que ensina as regras sobre o “uso comum” da língua, porém não temos uma designação do modelo em que esse uso é observado.

⁹¹ (Lobato, 1770, p.1).

Outro ponto que gostaríamos de trazer para nossa leitura a respeito da gramática de Lobato é o fato de o título **Arte da gramática da língua portuguesa** estar determinado pelo nome do ministro e secretário de estado do rei de Portugal, mais frequentemente designado por Marquês de Pombal, conforme podemos observamos, a seguir, na Ilustração 6 - Folha de rosto da gramática de Antônio José Reis Lobato (1770).

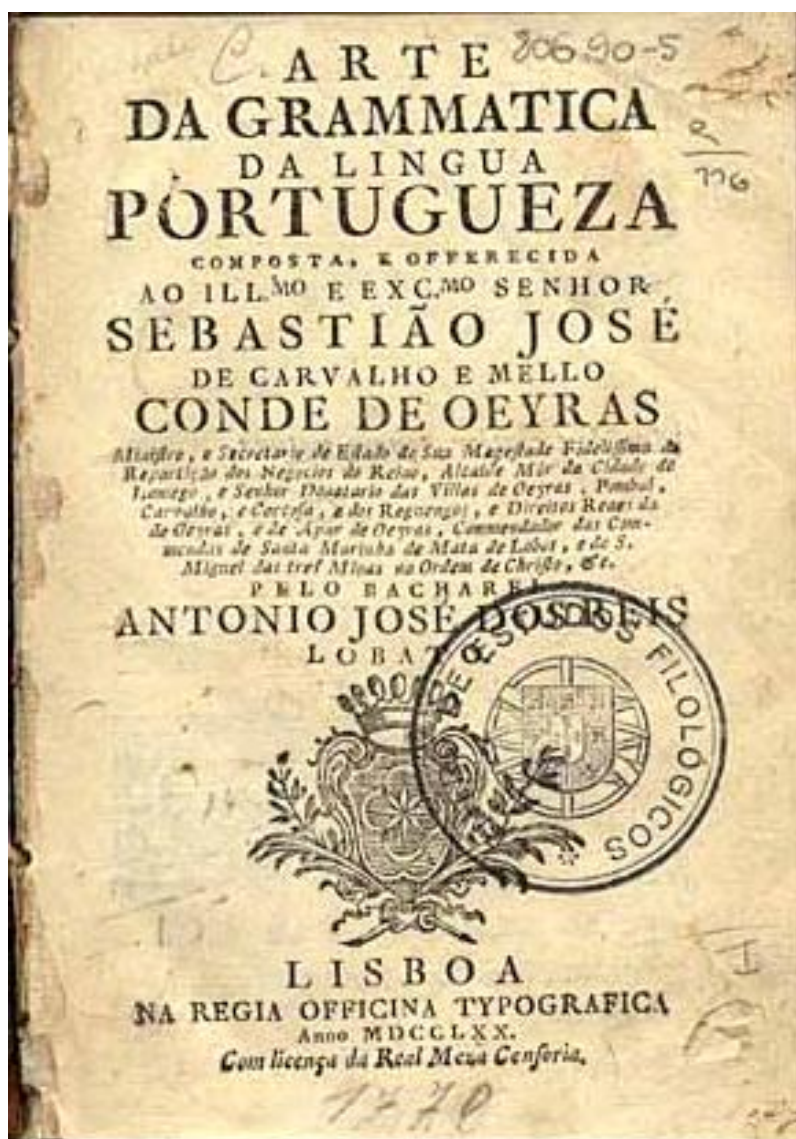


Ilustração 6⁹² – Folha de rosto da gramática de Antônio José dos Reis Lobato (1770)

⁹² Texto da primeira edição de 1770 (mdcclxx) está disponível na íntegra em <http://purl.pt/196/1/>. Acessado em 13 de junho de 2012.

Na imagem, o título da gramática está determinado, tanto pelo nome do ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês de Pombal), quanto pelo nome do autor Antônio José Reis Lobato, como uma forma de legitimação/instituição desse instrumento de ensino nas escolas, não só de Portugal mas também do Brasil.

A institucionalização do ensino obrigatório da língua portuguesa, no final do século XVIII, e a vinda da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, contribuíram para que o elo entre Portugal e Brasil se intensificasse, de modo a constituir um efeito de unidade nacional e de dominação da língua e da cultura portuguesa no Brasil. Entretanto, essa dominação da língua portuguesa, na primeira metade do século XIX, vai desencadear uma resistência de sujeitos políticos, os quais vão se constituir em e pela posição sujeito autor de gramáticas da língua nacional filiados à forma de saber *Gramática Geral*. Dentre esses autores, podemos citar: o pernambucano Frei Caneca e o rio-grandense Coruja.

3.2 A *grammatica da lingua nacional*: Antonio Álvares Pereira Coruja

Antônio Álvares Pereira Coruja nasceu em 1806, na cidade de Porto Alegre, onde iniciou seus estudos sobre língua, ainda no momento da presença da corte portuguesa no Brasil. Segundo Laytano (1981, p. 139), estudou na escola⁹³ de Antônio Ávila, conhecido por “Amansa-Burro”, na qual teve como colega Cândido Batista de Oliveira (futuro Barão Batista). Este, ao ver Pereira entrar na sala de aula, saudou-o com a expressão: “Parece uma Coruja” (LAYTANO, 1981, p. 139).

Essa é uma dentre outras histórias que se contam sobre o dito apelido que Coruja passou a assinar a partir de 1830, quando já era professor do ensino público rio-grandense (Cf. Laytano, 1981, p. 139).

⁹³ Jaime Giolo (2006, p. 450) aponta, sobre o contexto rio-grandense de ensino, que “os documentos referentes ao ensino do período imperial falam com frequência ‘aula’, ‘escola’ e ‘colégio’ como sinônimos representando um professor ensinando a um grupo de crianças. Mesmo na instrução secundária, pelo menos na pública, as escolas sempre foram, até o fim do Império, apenas aulas (onde um professor lecionava uma determinada disciplina a um grupo de alunos, sem nenhuma integração com outras, mesmo que fossem realizadas sob o mesmo texto)”.

Coruja teve de deixar a escola para trabalhar e foi como balconista em uma farmácia, onde ele conheceu o latinista Padre Tomé Luiz de Souza. Nas palavras de Laytano (1981, p. 139), Souza “viu em Coruja um discípulo, a começar pela atenção que Coruja prestava às conversas interessantes da farmácia e à vontade de ler do rapaz”.

As condições de produção do gramático são as do período de Proclamação da Independência no Brasil, em 1822, e da instituição da Constituição Brasileira de 1824, que previa “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”⁹⁴. Na oportunidade, de acordo com Giolo (2006, p. 457), o Conselho Geral da Província de São Pedro (atualmente Rio Grande do Sul) enviou Antônio Álvares Pereira ao Rio de Janeiro para habilitar-se no método Lancaster, o método de ensino mútuo, previsto para a legislação imperial brasileira, em 1825. Essa habilitação ocorreu ainda antes da instituição do decreto de lei de 15 de outubro de 1827, conforme o recorte a seguir.

Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

D. Pedro I, por Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as **escolas de primeiras letras** que forem necessárias.

[...]

Art. 4º **As escolas serão do ensino mútuo** nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se.

[...]

Art. 6º **Os professores ensinarão a ler, escrever**, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, **a gramática de língua nacional**, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.⁹⁵ (Lei de 15 de Outubro de 1827).

⁹⁴ Fonte: Constituição de 1824 publicada no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm

⁹⁵ Fonte: Decreto de lei de 15 de outubro de 1827 presente no site: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm>. Negritados nossos.

A instauração desta lei de 1827 traz uma organização voltada para a instituição de escolas de primeiras letras, fundamentadas no método de ensino mútuo (Lancaster), em todas cidades, vilas e lugares que forem possíveis de serem estabelecidas. Nessa lei é decretado que os *professores ensinarão a ler e a escrever*, bem como ensinarão a *gramática de língua nacional*, em que temos o nome *gramática* não designado como “Arte da gramática portuguesa”.

Na instauração da Independência do Brasil (1822) em relação a Portugal, pela designação “Grammatica da Lingua Nacional”, na lei imperial, são movimentados sentidos em direção a um imaginário de “descolonização linguística” no Brasil. Nessa lei, é interessante observar que o ensino de “ler e escrever” é citado em separado do ensino da “gramática da língua nacional”, o que nos leva a interpretar esse fato por relações com as gramáticas portuguesas de Fernão de Oliveira e de João de Barros. Nessas gramáticas portuguesas, especialmente nas de João de Barros (1539, 1540), tínhamos uma alfabetização voltada para a “arte de ler”, e a gramática designada como “ciência das Letras”, com o objetivo de legitimar um “modo certo de falar e escrever”. Vale salientar que a questão de “falar” não está presentificada no texto da lei, enquanto que a de “ler” e a de “escrever” estão juntas no que se constitui como um processo de alfabetização.

Sobre o funcionamento desse sistema de ensino, na província de São Pedro, um mês antes do decreto dessa lei de 1827, Antônio Álvares Pereira retornou do Rio de Janeiro, segundo Giolo (2006), já com a nomeação de professor de primeiras letras e com a orientação de implantar o método Lancaster. Ainda no mesmo ano, o professor inaugura uma aula pública, que chegou ao número de 140 alunos no início da década de 1830. É justamente a partir de 1830 que o professor passa também a assinar Coruja.

A seguir, no ano de 1831, Coruja funda o Gabinete de Leitura da Sociedade Continentista, estabelecimento que, segundo Bastos (2006), pertencia à loja Maçônica Filantropia e Liberdade. Outro fato a ser enfatizado é que Coruja “também foi redator do Jornal Compilador de Porto Alegre (1831), jornal maçônico que defendia idéias liberais” (*Ibid.* p. 8).

Em meio às atividades de Coruja como professor público, foi instituído um ato imperial, em 1834, que estabelecia a criação de Assembleias Legislativas nas províncias. A novidade, naquele momento, foi vista com entusiasmo pelos liberais da

Província de São Pedro, pois o vislumbre de um espaço legislativo da/na província constituía um imaginário de uma suposta autonomia provinciana.

Em contraposição a este ideal, na formação da Assembleia da Província de São Pedro, instituída em 20 de abril de 1835, teriam ocorrido embates políticos, conforme o fragmento a seguir:

Em 20 de abril de 1835, em plena sessão de instalação da Assembleia Legislativa, o Deputado Bento Gonçalves da Silva é acusado pelo Presidente da Província de articular a separação do Rio Grande do Sul do restante do Império. Essa data é considerada o marco político da Revolução Farroupilha. De 20 de setembro de 1835, quando os farrapos tomam Porto Alegre, até 15 de junho de 1836, quando a perdem para os legalistas, somente comparecem à Assembleia Legislativa os Deputados favoráveis à rebelião. Em 1837, inverte-se a situação: somente os membros da Assembleia favoráveis ao Império participam dos trabalhos legislativos. A Guerra dos Farrapos impede a realização de eleições para a renovação dos mandatos findos em 31 de dezembro de 1837, os quais permanecem vagos até a instalação da 2ª Legislatura, em 1º de março de 1846.⁹⁶

Na formação inicial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Coruja era membro suplente entre os deputados e era um dos apoiadores do deputado Bento Gonçalves da Silva, que promovia uma separação da Província de São Pedro em relação ao Império. A era de conflitos políticos, de 1835 a 1845, dividiu a política da província e constitui-se como um movimento designado como “Revolução Farroupilha”. De um lado, inicialmente, estavam os legalistas, apoiadores do presidente da província (José Araújo Ribeiro), em nome do poder imperial; de outro lado, estavam os liberais, designados como “farrapos” na história do Rio Grande do Sul. A respeito do ano de 1835, foi publicado, pelo professor e político Coruja, o **Compendio da grammatica da língua nacional**, determinado pelo seguinte: *dedicada à mocidade Rio-Grandense por seu patrício Antonio Álvares Pereira Coruja*.

No mês de dezembro de 1835, Coruja é chamado a assumir o lugar de deputado na Assembleia e toma posição em apoio ao vice-presidente Marciano Ribeiro, que defendia a separação da província em relação ao Império. Na oportunidade, segundo Giolo (2006, p. 407), o vice-presidente sancionou a lei 14, de 29 de dezembro de 1835, a qual “reorganizou o ensino primário e criou uma escola

⁹⁶ Fonte: Site da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Acessado em 29 de abril de 2010.

normal, destinada a habilitar pessoas ao magistério. A reorganização da instrução primária consistiu principalmente na sua divisão em três graus”.

- - 1º grau: seguindo o método Lancaster, **ensinaria a ler, escrever**, as quatro operações e princípios morais e religiosos. Esse grau seria ministrado em todos os lugares onde a população pudesse oferecer, pelo menos, 24 alunos.
- - 2º grau: ensinaria **Gramática Nacional** e Aritmética até as proporções e suas aplicações no comércio. Escolas desse grau seriam instaladas nas cidades e vilas mais convenientes.
- 3º grau: ensinaria Elementos de Geografia, Noções Gerais de Geometria Teórica e Prática e suas aplicações no Desenho Linear e Agrimensura. As escolas de 3º grau seriam estabelecidas em apenas quatro lugares da província.
- **Escola Normal:** seria instalada na capital. A duração do curso seria de dois anos e ensinaria aos alunos **o que fosse necessário para o exercício das funções de professores primários** (GIOLO, 2006, p. 407).⁹⁷

As determinações da lei 14, de 1835, segundo Giolo (2006), em grande parte não saíram do papel. A escola normal foi criada apenas em 1870 e o ensino mútuo não mais constou nos documentos oficiais da província. É importante ratificarmos a instabilidade da política rio-grandense devido ao confronto com o poder imperial, pois, em dezembro de 1835, foi sancionada a referida lei 14 pelos “liberais”, também designados por Giolo (2006) como “republicanos”; porém, seis meses depois, em 15 de junho de 1836, Porto Alegre é retomada em poder dos “legalistas” (em nome do poder imperial). Em virtude desse fato, segundo Bastos (2006), Coruja foi preso de junho a novembro de 1836, primeiro em um quartel, depois em um barco e, posteriormente, no Rio de Janeiro, para onde viajou como prisioneiro político com a família, no início de 1937.

⁹⁷ Negritados nossos.

Na província do Rio Grande do Sul, em 1837, é reformulada a lei 14, a qual, segundo Giolo (2006, p.467), em vez de a instrução primária continuar dividida em graus, passa a ser organizada em *classes*: “a primeira classe ensinaria Leitura e Escrita, Operações, Princípios Morais e Gramática; a segunda, Geometria Teórica e Prática; a terceira, Geografia, Francês e Desenho”. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, é criado o Colégio de Pedro II, com base no Ato Adicional de 1834.

No momento em que o ensino na capital do império já contava com o Colégio Pedro II, Coruja deu seguimento à prática como professor e autor, com alunos particulares e publicação de manuais de ensino de língua. Em 1838, publica o **Manual dos Estudantes de Latim dedicado à mocidade brasileira**, o qual, segundo Laytano (1981, p. 142), “foi adotado no Colégio Pedro II”.

Posteriormente, em 1848, publica **Compendio de Ortografia da Língua Nacional, dedicado a Sua Majestade o Sr. Dr. Pedro II**. O modo de constituição dos títulos de publicações de Coruja é determinante da análise da definição do nome *gramática* no compêndio gramatical de 1835, em relação a outras edições do gramático, em circulação no período entre a Independência e instauração da República Brasileira.

Uma das primeiras gramáticas escolares publicadas por um brasileiro, voltada para o ensino da “língua portuguesa”, foi o **Compendio Grammatica da Lingua Nacional dedicado à mocidade rio-grandense por seu patrício Antonio Alvares Coruja** em 1835. Nessa obra, a definição do nome *gramática* é designada como *arte que ensina* e filiada à forma de saber *Gramática Geral*. Segundo Fávero e Molina (2006), a formulação da definição do nome *gramática* em Coruja é uma retomada da definição de Antônio Moraes Silva, escrita em 1802 e publicada em 1806, em Lisboa, e, em 1813, na segunda edição do **Diccionario da Lingua Portugueza**. Para procedermos à análise, tomamos os quadros a seguir. Primeramente, o da definição do nome gramática em Coruja no Quadro 8, seguido do Quadro 9, com a definição do nome gramática em Moraes.

Quadro 8 – Definição de gramática em Antônio Álvares Pereira Coruja (1835)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
Grammatica é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras	Compendio Grammatica da Língua Nacional	Antonio Álvares Pereira Coruja	1835

Quadro 9 – Definição de gramática em Antonio de Moraes Silva (1806)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
Grammatica é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras	Epítome da Grammatica Portuguesa	Antonio de Moraes Silva	1806

A análise da definição do nome *gramática* em Coruja é um procedimento que traz à tona nossa compreensão da definição de um nome sob a perspectiva discursiva. Se tomássemos essa definição de Coruja por uma perspectiva empirista, poderíamos nos restringir à observação de que se trata de uma repetição da formulação da definição de Moraes. Todavia, por uma perspectiva discursiva, ao tomarmos essa formulação de Coruja como um recorte e analisá-lo por uma relação com um percurso de leitura com outros fragmentos de linguagem-e-situação dessa gramática e ainda analisá-lo por um percurso de leitura de uma rede de filiações dessa formulação na história, compreendemos que se trata de *outra definição do nome gramática*.

Partindo da formulação em si, na história, segundo Assunção (2007, p. 289), a gramática de Moraes tem uma “definição logicista, na linha de Port-Royal” e, ainda que tenha sido publicada no século XIX, deve ser integrada ao movimento de renovação iluminista do século das luzes. Essa filiação de definição do nome *gramática* também está presente na gramática de Reis Lobato: “esta visão logicista da gramática o que traz de novo é a relevância comunicativa, quase dois séculos antes de Martinet. A sua concepção é mais abrangente que a de Port-Royal e que a do abade Condillac” (Assunção, 2007, p. 288).

A *Gramática Geral* é uma forma de saber sobre a gramática, que constitui um conhecimento teórico determinado por um conhecimento empírico do movimento de gramatização. Os autores que (se) constituem (por) a *Gramática Geral* também formularam definições sobre essa forma de saber. No caso da definição de Moraes, de acordo com Assunção (2007), o nome *gramática* é determinado como um instrumento comunicativo fundamentado em uma relação entre as definições de gramática de Lancelot e de Condillac.

Segundo Mattos e Silva (2000), por exemplo, a gramática de Port Royal não se dissocia da lógica⁹⁸ e compreende a “arte do bem falar” como um modo de explicar bem o raciocínio, o bem pensar. “Só fala bem quem raciocina bem, segundo as operações estabelecidas pela Lógica. Não é portanto o falar bem retórico, apenas persuasivo, mas o falar bem lógico, que também tem o poder de persuadir” (cf. MATTOS E SILVA, 2000).

A gramática de Antonio Moraes Silva é contemporânea à gramática de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, que, juntamente com o texto de Antônio Álvares Pereira Coruja, segue a orientação da *Gramática Geral* de Port Royal, conforme as análises de Fávero e Molina (2006). Ambos os autores, Moraes Silva e Caneca, vivenciaram as revoluções pernambucanas em prol da independência do Brasil no início do século XIX, enquanto que Coruja se insere em um movimento “separatista” em relação ao domínio do poder imperial nas décadas seguintes.

Antônio de Moraes Silva, segundo Fávero e Molina (2006), nasceu no Rio de Janeiro, estudou em Coimbra, refugiou-se na França e na Inglaterra e, após se casar em Portugal com a filha de um alto oficial, foi transferido para Pernambuco, no final do século XVIII, onde exerceu a magistratura e cargos políticos, e faleceu em 1824. Já Joaquim do Amor Divino Rabelo, que assina a alcunha de Caneca em lugar do sobrenome Rabelo em sua gramática, é mais conhecido pelo nome Frei Caneca e pelas atividades políticas em Pernambuco. Dentre essas atividades, destacam-se as ideias liberais em oposição a D. Pedro I, entre 1823 e 1824, em especial, através

⁹⁸ Nesse contexto, vigora a distinção entre as sete artes liberais, ainda divididas em *trivium* e *quadrivium*, sendo que o *trivium* era formado pela gramática, pela retórica e pela lógica (ou dialética). Estas artes constituíram, durante séculos, o currículo escolar desde as escolas medievais (cf. Fávero, 2001). Esse processo de disciplinarização do conhecimento vem a determinar a constituição de formas do saber sobre a gramática, instituídas enquanto disciplinas o que afeta nossa compreensão do processo de gramatização das línguas.

do jornal Typhis Pernambucano, sob sua responsabilidade (cf. Fávero e Molina, 2006).

Nesse contexto de revoltas políticas, a definição do nome *gramática* de Frei Caneca, a seguir no Quadro 11, constitui-se por filiações à gramática de Port Royal (realce cor amarelo) e também atualiza filiações da tradição de definições da “arte da gramática portuguesa” de Oliveira e Barros (realce cor verde).

Quadro 10 – Definição de gramática em Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1806)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
Grammatica é a arte de reduzir a regras os princípios comuns a todas as línguas. Grammatica portuguesa é a arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa ⁹⁹ .	Breve Compendio de Grammatica Portuguesa	Frei Joaquim do Amor Divino Caneca	1806

A definição do nome *gramática* em Caneca se constitui por uma distinção entre gramática geral e gramática particular, proposta por Beauzée. No caso da definição do nome *gramática* em Caneca, ela se constitui por uma filiação à forma de saber *Gramática Geral* como *arte de reduzir a regras os princípios comuns a todas as línguas*. E a definição de gramática particular se constitui por uma retomada da tradição da “arte da gramática portuguesa” como *arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa*.

As condições de produção das gramáticas de Moraes Silva e de Frei Caneca, associadas às condições de produção da definição do nome gramática na definição de Coruja, são constitutivas da compreensão da definição do nome gramática em Coruja. Para procedermos à análise da definição desse nome, tomamos a folha de rosto da gramática de Coruja com o objetivo de analisar o modo como o nome *gramática* se constitui por uma relação com as unidades discursivas nessa imagem. Vejamos a ilustração a seguir.

⁹⁹ Este quadro foi elaborado a partir das sequências discursivas do corpus de análise de Claudia Castellanos Pfeiffer (2000) no trabalho de tese de doutoramento.

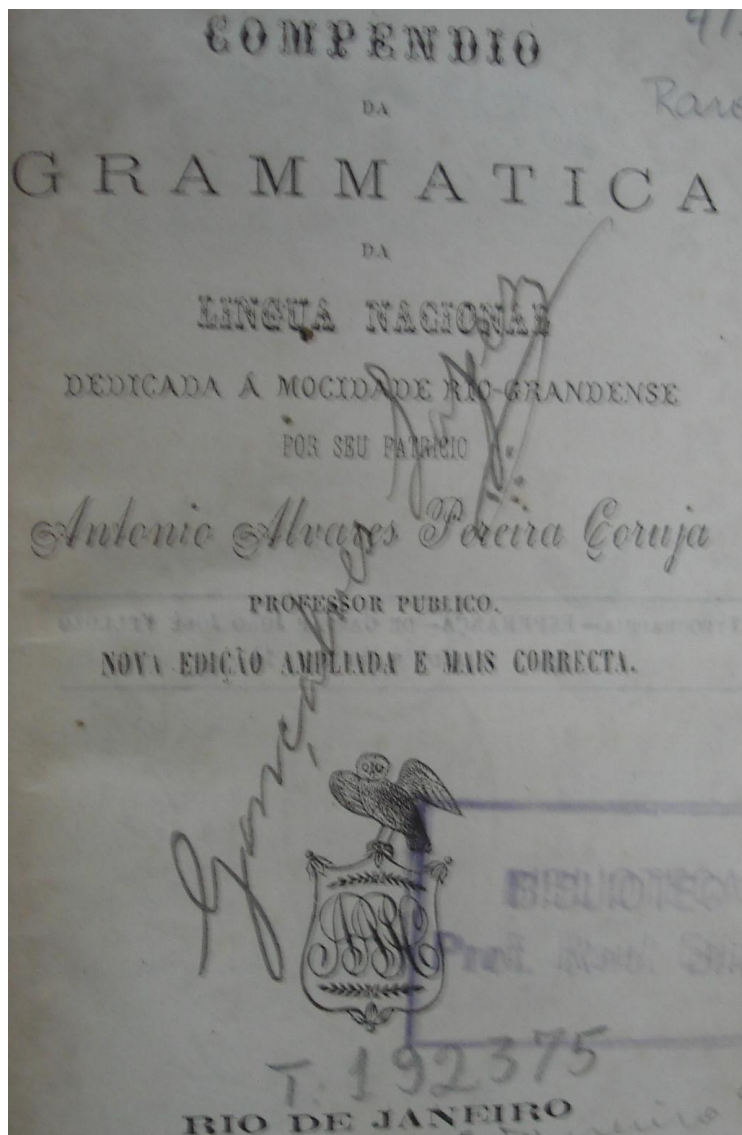


Ilustração 7 – Folha de rosto da gramática de Antônio Alvares Pereira Coruja ([1835]1878)¹⁰⁰

Um primeiro ponto a ser considerado sobre a folha de rosto da gramática de Coruja constitui-se por uma relação com a folha de rosto da gramática de Reis Lobato (Ilustração 6). Em ambas, temos o nome *gramática* determinado por uma dedicatória e uma designação do nome do autor.

O nome *gramática* em Reis Lobato é qualificado por um “oferecimento” dessa gramática a *Sebastião José de Carvalho e Mello* (Marques de Pombal, então Conde

¹⁰⁰ Imagem digitalizada do arquivo de obras raras da biblioteca da Universidade de São Paulo. A primeira edição foi publicada em Porto Alegre, em 1835, já a reedição ilustrada, de 1878, foi publicada no Rio de Janeiro.

de Oeyras), e o nome *gramática* em Coruja se constitui por uma “dedicação” à *mocidade rio-grandense*.

Na gramática de Reis Lobato, o nome do autor *Antonio José dos Reis Lobato* é constituído pela designação *Bacharel* e, na gramática de Coruja, este nome do autor se atualiza determinado pelas designações *patrício* e *professor público*, além do próprio nome de autor estar determinado pela alcunha *Coruja*, designação pela qual o autor dessa gramática circula no Brasil.

As práticas de ensino de Coruja, em relação à atuação política, constituem o sujeito professor enquanto autor de gramática, em meio a um momento de intensos conflitos políticos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse momento, as posições sujeito Coruja aluno, Coruja professor, Coruja político “farrapo” são constitutivas da posição sujeito político-autor do **Compendio grammatica da lingua nacional** no Brasil, um instrumento de ensino da língua nacional, determinado pela resistência a uma política de dominação portuguesa pelo ensino de língua, representado pela gramática de Reis Lobato.

Assim como na folha de rosto da **Arte da gramática da lingua portugueza** de Reis Lobato temos um brasão dos marqueses de pombal, na folha de rosto da gramática de Coruja temos a formulação de um objeto simbólico: uma coruja (ave) com as asas abertas sobre um escudo em que há a inscrição *AAPC* (Antonio Álvares Pereira Coruja). Isso nos leva a afirmar esse objeto simbólico como afetado por um imaginário de “liberdade” do sujeito autor de “gramática da língua nacional” em relação ao domínio imperialista português e seus representantes, nesse caso, Marques de Pombal e Reis Lobato.

Compreender a definição do nome gramática em **Compendio Grammatica da Lingua Nacional** *dedicado á mocidade rio-grandense por seu patrício Antonio Álvares Pereira Coruja*, publicado em 1835, em Porto Alegre, e reeditado no Rio de Janeiro, é recortar este nome e analisa-lo em diferentes condições de produção, em diferentes contextos de linguagem-e-situação, de modo que essa análise também nos traz um gesto de leitura sobre a história da sociedade pela língua e pela política também enquanto uma prática teórica. Não temos como compreender a definição do nome gramática designado por “Língua Nacional”, na gramática de Coruja, sem conhecer as condições de produção da publicação e os modos como esse nome está determinado na obra.

Quando tomamos a definição do nome *gramática*, designado como uma *arte* nessa gramática (Quadro 8), temos, na determinação “dedicado à mocidade” (Ilustração 7), uma relação com o aprendiz a ser ensinado nas escolas. Nessa época, quando o ensino estava se constituindo na província, em um momento de instabilidade política no estado, temos, na gramática de Coruja, a designação *Rio-grandense*, que determina mocidade, e também é posta em relação à designação *seu patrício Antonio Alvares Pereira Coruja*. Nessa relação, entre as unidades discursivas do recorte *gramática* na folha de rosto da gramática de coruja, presentifica-se uma possível ligação de pertencimento do nome do autor em relação à designação *Rio-grandense*.

As designações *Rio-grandense* e *Nacional*, na gramática do autor, estão determinadas como “adjetivos”, conforme a orientação teórica de Beauzée (cf. Fávero e Molina, 2006). Já essas designações, então classificadas como “adjetivos”, são divididas em “Qualificativo” e “Determinativo” na gramática de Coruja. Os “adjetivos qualificativos”, por sua vez, são subdivididos em: “Positivo”, “Comparativo”, “Superlativo”, “Possessivo”, “Pátrio” e “Gentílico”. Destes, tomamos como unidades discursivas, para a análise como exemplos “usados” por Coruja na gramática.

Quadro 11 – Nacional e Pátria no texto de Antônio Alvares Pereira Coruja

Possessivo é o que indica possessão: como *Popular*, ***Nacional***, *Imperial*.

Pátrio é o que indica a pátria : como ***Rio-Grandense***, *Fluminense*, *Pernambucano*, *Mineiro*¹⁰¹ (CORUJA, [1835] 1878).

Na proposta de Coruja, os exemplos *Nacional* e *Rio-Grandense* são classificados dentre os *adjetivos qualificativos*, sendo que o primeiro é alocado como *possessivo*, *que indica possessão* e o segundo em *pátrio*, *que indica pátria*. É

¹⁰¹ Negritados nossos.

interessante observarmos o funcionamento dessas designações enquanto exemplos.

O primeiro exemplo que pontuamos é a designação *Nacional* instituída, nessa gramática, como “adjetivo possessivo”, a qual é distinta de outros dois exemplos de designações *Popular* e *Imperial*, pelos quais poderíamos simular as seguintes possibilidades nas condições de produção do **Compêndio Grammatica da Língua Nacional**, de Coruja:

- Grammatica da Língua *Popular*
- Grammatica da Língua *Nacional*
- Grammatica da Língua *Imperial*

Já nas exemplificações de “adjetivo possessivo pátrio” como *Rio-grandense*, *Fluminense*, *Pernambucano*, *Mineiro*, não temos exemplos, tais como “brasileira” ou “portuguesa”.

As designações “usadas” como exemplificações na gramática de Coruja nos conduzem, por injunção, a interpretá-los como tentativas de uma possível descolonização da “nação” *rio-grandense* em relação ao império português, uma possível separação no interior da divisão política brasileira, em um momento em que o poder imperial estava sediado no Rio de Janeiro, que temos designado como *Fluminense*.

Os efeitos de sentidos dessas designações, em relação à definição do nome *gramática* de Coruja, são potencializados por uma rede de filiações de títulos de instrumentos linguísticos do autor, após sua partida para o Rio de Janeiro, em 1837:

Quadro 12 – Nomes de textos de Antônio Alvares Pereira Coruja

1835	Compendio Grammatica da Língua Nacional dedicado á mocidade <i>rio-grandense</i> por seu patrício Antonio Álvares Pereira Coruja
1838	Manual dos Estudantes de Latim dedicado à mocidade <i>brasileira</i>
1848	Compendio de Ortografia da Língua Nacional dedicado a Sua Majestade o Sr. Dr. Pedro II

Os efeitos de sentidos dos títulos, nos quais temos uma atualização da designação *brasileira* e de *Dr. Pedro II* (imperador), constituem um efeito de ruptura

com o processo de formulação do manual de 1835, **Compendio Grammatica da Lingua Nacional** *dedicado á mocidade rio-grandense*, em que a designação *Nacional* traz à cena a questão do movimento nacionalista, do Romantismo Brasileiro, que se constitui nesse contexto histórico de resistência ao domínio linguístico português. Até a ida de Coruja para o Rio de Janeiro, temos um autor de gramática se constituindo por uma luta de forças em oposição ao poder do império. Já, após a volta do Rio de Janeiro, temos um autor de instrumentos linguísticos se constituindo por uma relação com o poder imperial.

O **Compendio da grammatica da língua nacional** foi reeditado ainda após a instauração da República. Destacamos que, do referido momento, compõe nosso arquivo pessoal, um exemplar da edição datada de 1891, publicada no Rio de Janeiro. Essa reedição é contemporânea ao momento em que, de acordo com Fávero & Molina (2006), começam as produções de obras sob a orientação de correntes científicas no processo de gramatização brasileira, das quais fazem parte as definições do nome gramática de Julio Ribeiro (1887), João Ribeiro ([1887]1889) e Eduardo Carlos Pereira (1907), as quais analisaremos no próximo capítulo.

4. A GRAMATIZAÇÃO DA LÍNGUA DO BRASIL

O português brasileiro, como dissemos, não é só uma acomodação pragmática do português de Portugal, mas sua historicização divergente (ORLANDI, 2002).

Neste capítulo, trabalharemos com um momento da história do conhecimento linguístico, iniciado a partir de meados do século XIX, em que o Brasil passa a se constituir enquanto uma nação independente politicamente de Portugal e, também, com uma certa autonomia, no que diz respeito à produção de conhecimento linguístico. Este é um momento em que o sujeito autor de gramática constitui-se pela responsabilidade de dizer como se fala no Brasil, a exemplo dos gramáticos Julio Ribeiro e João Ribeiro (cf. Orlandi, 2007; Guimarães, 1996).

Alguns fatos, conforme aponta Orlandi (2002c), são fundamentais para a constituição de um processo de gramatização brasileira e, dentre eles, temos a organização das instituições escolares pelas quais são publicadas gramáticas de professores, tais como: **Grammatica Portugueza** (1881), de Julio Ribeiro, do Colégio Culto à Ciência, em Campinas (SP); **Grammatica Portugueza** (1887), de João Ribeiro, do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (RJ) e **Grammatica Expositiva** (1907), de Eduardo Carlos Pereira, do Ginásio Oficial, em São Paulo (SP). No período proposto para as análises desse capítulo, estaria compreendida uma temporalidade que vai do momento de fundação¹⁰² de colégios no Brasil até o da fundação das universidades brasileiras. Dentre esses fatos, temos como referência o início das atividades do *Colégio Pedro II*, por volta de 1837 até a fundação dessas universidades, mais pontualmente nos anos 30 do século XIX. A consolidação dessas instituições de ensino superior, com cursos de Letras, vão ser determinantes do processo de disciplinarização da forma de saber *Linguística*, o que se dá tanto por um efeito de ruptura com uma tradição das formas de saber *Gramática Geral*, que já se faz presente na gramática de Coruja (1835), quanto pelas formas de saber *Gramática Comparada* e *Gramática Histórica* que se atualizam no processo de

¹⁰² Retomamos que, na história do conhecimento linguístico no Brasil, tivemos um momento de organização de um sistema de ensino de língua pelos jesuítas, do século XVI ao final do século XVIII. Posteriormente, ao longo do século XIX, um sistema de ensino de língua passou a ser instituído já na constituição brasileira publicada em 1827, como observamos no capítulo anterior.

gramatização brasileira no final do século XIX e início do século XX (cf. Orlandi, 2002c, Guimarães, 1997).

O capítulo é dividido em dois momentos: 1) das gramáticas do final do século XIX, de Julio Ribeiro (1881) e de João Ribeiro (1889) e 2) de duas edições da gramática de Eduardo Carlos Pereira (1907 e 1953).

Em um primeiro momento, analisaremos as definições do nome gramática nas publicações **Grammatica Portugueza**, de Julio Ribeiro, de 1881, e **Grammatica Portugueza**, de João Ribeiro, de 1889. Esses autores são contemporâneos entre si e suas gramáticas estão determinadas por filiações a formas do saber da *Gramática Geral*, da *Gramática Comparada* e da tradição gramatical greco-latina, designada por Fávero e Molina (2006), como *Gramática Filosófica*. Especificamente em João Ribeiro (1889), também temos uma filiação à forma de saber *Gramática Histórica*, articulada com os estudos filológicos.

O segundo momento está centrado na definição do nome *gramática* na **Gramática Expositiva** (adaptada ao 1º, 2º e 3º ano dos *gymnásios*), de Eduardo Carlos Pereira, de 1907. Nossa proposta é a de analisarmos a primeira e a última definição do nome gramática, publicada em 1918, a partir da 8ª edição, conforme Pereira (1918). Em 1922, Pereira faleceu, e a Companhia Editora Nacional, sob posse dos direitos autorais da obra, reeditou-a até o final dos anos 50, quando a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* foi instituída.

4.1 As gramáticas portuguesas do Brasil: de Julio Ribeiro e de João Ribeiro

Depois que Julio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticais, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflito entre a escola tradicional e a nova corrente

(PEREIRA, 1907).

A produção gramatical do final do século XIX, conforme Guimarães (2004) e Orlandi (2002c), tem como marco a maturidade da instituição escola e o estabelecimento, em 1887, do Programa para os Exames Preparatórios, elaborados por Fausto Barreto, professor do colégio Dom Pedro II. Um programa que, segundo Guimarães (2004, p. 46), “traz forte influência do comparatismo”.

Nessa época, a instituição escola tinha um sistema diferenciado do modelo contemporâneo. Conforme Lajolo (s/d), após a conclusão da etapa final de estudos correspondente ao “curso superior”, por exemplo, os alunos formados pelo colégio Dom Pedro II recebiam o título de bacharel em Letras. Apesar de não haver no Brasil a instituição universidade, era pela posição sujeito autor professor em instituição escola que se dava o processo de produção do conhecimento linguístico, pela publicação dos docentes, por exemplo, daqueles colégios.

Com base na epígrafe deste capítulo – na qual Pereira estabelece a gramática de Julio Ribeiro como um modo de ruptura nos estudos gramaticais brasileiros - buscamos compreender como são constituídas as redes de filiações a diferentes formas de saber sobre a língua nas gramáticas de Julio Ribeiro, João Ribeiro e Eduardo Pereira. Para dar início à análise das definições do nome *gramática* nas obras do século XIX, tomamos um quadro, o de número 13, que compara essas definições das gramáticas de Julio Ribeiro e de João Ribeiro.

Nesse quadro, temos o nome *gramática* definido por filiações dessa obra e na sequência temos outras definições desse nome designadas por um direcionamento a cada forma de saber instituídas naquele contexto. No caso da gramática de Julio Ribeiro, de 1881, salientamos a presença de uma relação determinada por filiações à *Gramática Geral*, pela distinção de Beauzée entre “gramática geral” e “gramática particular”. Já na gramática de João Ribeiro, de 1889, além das filiações às formas de saber já instituídas pelo processo de gramatização brasileira até então, há também uma atualização das formas de saber da *Gramática Comparada* e da *Gramática Histórica*, legitimadas pelo Programa de Exames Preparatórios de 1887.

Para a análise da definição do nome gramática nesses dois autores, nesse Quadro 13, realçamos em cor cinza, as designações “linguagem”, “língua”, “línguas” e “idioma” como designações pelas quais desenvolvemos uma leitura voltada para a constituição do nome gramática em relação à(s) forma(s) de saber determinantes das definições dos autores. Vejamos a comparação a seguir:

Quadro 13 – Definições de gramáticas em Julio Ribeiro e João Ribeiro¹⁰³

GRAMÁTICA FILOSÓFICA	GRAMÁTICA HISTÓRICA
Julio Ribeiro como representativo (<i>Grammatica Portugueza</i> , 1881)	João Ribeiro como representativo (<i>Grammatica Portugueza</i> , 1889 - 2ª edição)
Gramática é uma exposição metódica de <i> fatos da linguagem</i> , de modo que possam ser aprendidos com facilidade.	Gramática é a coordenação das fórmulas, leis ou regras segundo as quais uma <i> língua </i> é falada ou escrita.
Divisão interna da gramática: <ul style="list-style-type: none"> • <i> Gramática geral </i> (exposição metódica dos fatos da <i> linguagem </i> em geral); • <i> Gramática particular </i> (exposição metódica dos fatos de uma <i> língua </i> determinada); • <i> Gramática portuguesa </i> (exposição metódica dos fatos da <i> língua portuguesa </i>); 	Divisão interna da gramática: <ul style="list-style-type: none"> • <i> Gramática geral </i> (expõe os <i> princípios lógicos </i> comuns a todas as <i> línguas </i>); • <i> Gramática particular </i> (expõe os <i> princípios </i> e as particularidades especiais de um <i> idioma </i>); • <i> Gramática histórica </i> (estuda os fatos da <i> língua </i> em seus diversos períodos, desde a origem e formação até a época presente); • <i> Gramática comparativa </i> (é a que estuda os fatos comuns ou diferentes em grupos de <i> línguas </i> que têm a mesma origem); • <i> Gramática descritiva </i> (ou <i> expositiva </i>, ou <i> prática </i>, é a arte que ensina a falar e escrever corretamente uma <i> língua </i>);

Nesse quadro comparativo, de um lado, na constituição da definição do nome *gramática* , em Julio Ribeiro, temos uma determinação por formulações outras sobre *gramática geral* (fatos da linguagem), de *gramática particular* (fatos de uma língua) e de *gramática portuguesa* (fatos da língua portuguesa) e de outro lado, em João Ribeiro, temos as formulações de *gramática geral* (princípios comuns a todas as línguas), de *gramática particular* (um idioma), de *gramática histórica* (fatos da língua), de *gramática comparativa* (fatos em grupos de línguas) e de *gramática descritiva ou expositiva ou prática* (arte que ensina a falar e escrever corretamente uma língua).

A formulação sobre o nome *gramática geral* em Julio Ribeiro como *exposição metódica dos fatos da linguagem em geral* traz à cena a designação “fatos”, que não está na determinação desse nome em João Ribeiro. Este último gramático, por sua vez, presentifica a *gramática geral* aquela que *expõe os princípios lógicos comuns a*

¹⁰³ Quadro elaborado por Claudia Pfeiffer (2000) na tese de doutoramento **Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito**.

todas as línguas, ou seja, essa formulação de João Ribeiro constitui-se por uma filiação à forma de saber *Gramática Geral* de Port Royal e a designação “fatos” se atualiza nas formulações de *gramática história* e de *gramática comparativa*, duas designações de gramática ausentes na divisão proposta por Julio Ribeiro.

Em João Ribeiro, a *gramática histórica* é formulada como aquela que *estuda os fatos da língua em seus diversos períodos, desde a origem e formação até a época presente*. E a *gramática comparativa* como *a que estuda os fatos comuns ou diferentes em grupos de línguas que têm a mesma origem*. Se, por um viés, a *gramática histórica* centra-se no que seriam os *fatos* de uma *língua* no tempo, um estudo diacrônico da língua (cf. definição de Saussure no Quadro 3), por outro, a *gramática comparativa* estuda fatos em *grupos de línguas*, que pode ser um estudo tanto sincrônico, quanto um estudo que se relacione com os métodos diacrônicos da gramática histórica e constituindo assim uma *gramática histórico-comparativa*, que não faz parte de nosso estudo como objeto, mas é uma consideração importante nesse momento em que as distinções dos autores são postas em análise.

Já em Julio Ribeiro, a designação *gramática particular* é formulada como *exposição metódica dos fatos de uma língua determinada* e em João Ribeiro como aquela que *expõe os princípios e as particularidades especiais de um idioma*. Se comparadas as definições, temos, no primeiro autor, a designação de *gramática particular* qualificada por “fatos de uma língua determinada” e no segundo, essa designação qualificada como “princípios e particularidades especiais de um idioma”. Enquanto essa designação em Julio Ribeiro remete-nos a um conhecimento teórico atravessado por um saber sobre a língua filiado à forma de saber *Gramática Geral* (distinção entre gramática geral e particular), mas já afetado pela forma de saber da *Gramática Comparada* (noção de fato), em João Ribeiro, essa designação nos remete a uma filiação às formas de saber *Gramática Comparada* e *Gramática Histórica* por uma atualização da designação “idioma”, que determina tanto uma especificidade (empírica) de língua particular quanto a especificidade dessa língua particular ser um recorte sincrônico.

As duas últimas distinções dos autores são as formulações de *gramática portuguesa*, em Julio Ribeiro e de *gramática descritiva* (ou expositiva ou prática) em João Ribeiro. Nesse último, *gramática descritiva* é designada como *gramática expositiva* e como *gramática prática* e, também, como *a arte que ensina a falar e*

escrever corretamente uma língua. Essa formulação atualiza uma rede de filiações de sentidos da gramática de Donato com *a arte de falar e escrever corretamente* e da tradição da “arte da gramática portuguesa” como *a arte que ensina a língua portuguesa*”; porém, em João Ribeiro não temos essa designação nas formulações recortadas e sim no título da obra: **Grammatica portugueza**.

Essa designação do título de João de Barros se faz presente entre as divisões de Julio Ribeiro, em que *gramática portuguesa* está formulada como *exposição metódica dos fatos da língua portuguesa*, de modo que a designação *portuguesa* atualiza a formulação de *gramática particular* do mesmo autor, na gramática de 1881.

Essa gramática de Julio Ribeiro, segundo Guimarães (1997, s/p), é fundamentada em métodos naturalistas do comparativismo do final do século XIX. Observamos, a seguir, uma passagem da teorização intitulada *fonologia histórica* no texto de Ribeiro a esse respeito.

Até a época do romance (língua antiga) que se pode fixar entre os séculos XII e XIII para o portuguez, a evolução foi *organica*, isto é, operou-se sob o regimen das causas naturaes e inconscientes da degeneração das linguas . [...] Entre estes fatores são de notar as *raças e linguas* primitivas ou posteriores, que pela invasão, se superpuzeram ao dominio latino na peninsula. Taes foram o celtico, o gothico, e o arabe (RIBEIRO, 1881, p. 07).

Além das *raças e linguas* convém não esquecer um factor de importancia limitada, designado sob o nome de *meio* ou *condições mesologicas*, entre as quaes a principal é, inconstestavelmente, o *clima* . [...] Os indios no Brasil, em conformidade com a lingua tupi, tornavam oxytonos os vocábulos portuguezes: *cabará* (cabra) *cabaru* (cavallo) *curusú* (cruz) etc¹⁰⁴. (RIBEIRO, 1881, p. 08).

Na gramática de Julio Ribeiro, há um trabalho de descrição da língua portuguesa por relações com outros sistemas linguísticos, como com o árabe, até por volta dos *séculos XII e XIII* em Portugal e com a língua tupi, a partir do século XVI, no Brasil. Esse processo de descrição, norteador por uma perspectiva naturalista¹⁰⁵ do comparativismo do final do século XIX (cf. Guimarães, 1997), pode

¹⁰⁴ Todos os itálicos são do autor Julio Ribeiro.

¹⁰⁵ Sobre o discurso naturalista do final do século XIX, Sériot (1999) nos traz a definição de Schleicher de que “as línguas são organismos vivos” (p.196) como constituída por uma relação com a teoria evolucionista da Biológica (ciência). Essa teoria presente na obra de Darwin, ***A origem das espécies***, publicadas na Grã-Bretanha, em 1859, teria rejeitado toda uma visão teleológica, visando a

se fazer atualizar pelas designações *orgânica*, *raças e línguas*, *meio*, *clima* nos fragmentos acima.

Sobre a filiação a essa forma de saber *Gramática Comparada* (evolução natural), Orlandi (2002c, p. 131) salienta que Julio Ribeiro “se reporta ao naturalismo e se inscreve, ao mesmo tempo, na tradição anglo-germânica (não esqueçamos de que Julio Ribeiro é filho de pai americano e cita, com frequência, W. D. Whitney, precursor da lingüística estrutural do século XX)”.

É interessante essa filiação da gramática de Julio Ribeiro aos “princípios do evolucionismo biológico que dominava o fim do século” (cf. Fávero e Molina, 2004, p. 128), uma vez que o gramático Julio Ribeiro teve o Presbiterianismo como religião durante um período de sua vida. Segundo Matos (s/d), ele teve um papel importante na produção literária, no Brasil, sobre a história dessa igreja: “[...] o compêndio de James Wharey; a *História da Reforma do Século XVI*, de J. H. Merle D’Aubigné, cujos dois primeiros volumes foram traduzidos por Júlio Ribeiro”¹⁰⁶. Este também teria produzido textos literários:

A principal obra em que transparecem suas idéias evangélicas foi o belo romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, sobre a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais. Após deixar a igreja, ele escreveu o romance naturalista *A carne* (1888), notório por sua atitude cínica e pessimista diante da vida (MATOS, s/d, s/p.).

Apesar de afetado por essa determinação científica do final do século XIX, que se afasta de uma visão teleológica da retormada de Darwin por Schleicher, segundo Fávero e Molina (2006, p. 128), na definição do nome gramática de Julio Ribeiro, como *exposição metódica dos fatos da linguagem em geral*, já há uma filiação com o texto de Whitney, a qual, a partir da segunda edição de 1884, vai se consolidar ainda mais ao autor afirmar: “Abandonei por abstratas e vagas as definições que eu tomara de Burgraff; preferi amoldar-me às de Whitney, mais concretas e mais claras” (Fávero e Molina, 2006, p. 127). É desse movimento de

uma explicação da evolução em termos de causalidade (luta pela vida, seleção natural, sobrevivência do mais forte) (cf. Sériot, 1999).

¹⁰⁶ <http://www.mackenzie.br/10982.html>

reedição de **Grammatica Portugueza** (1881-1884), de Julio Ribeiro, que Fávero e Molina (2006) pontuam um início de um período científico da gramática no Brasil.

A filiação teórica de Julio Ribeiro a Whitney, de acordo com Orlandi (2002c), consolida-se por uma relação com o texto **La vie et le développement du langage**, em que é afastada a noção de língua enquanto organismo vivo, advinda de Schleicher, e então é introduzida a noção de língua como instituição social; portanto, um afastamento da ideia de naturalismo e uma aproximação da ideia de convencionalismo (cf. Orlandi, 2002c).

Após essas publicações de Julio Ribeiro, em 1887, é elaborado o Programa para os Exames Preparatórios, por Fausto Barreto, o qual, segundo Fávero e Molina (2006), concebe a língua como organismo vivo, conforme os princípios de Schleicher e procura aplicar o método positivo das ciências ao estudo da língua. Esse programa, posterior às primeiras edições da **Grammatica Portugueza** de Julio Ribeiro, é determinante das divisões de *gramática* e suas respectivas designações, conforme a estrutura de João Ribeiro (Quadro 13).

De acordo com Guimarães (1997, s/p), o programa institui como primeiro item a ser definido nas gramáticas: “Observações gerais sobre o que se entende por gramática geral, gramática histórica ou comparativa e por gramática histórica ou expositiva. Objeto da gramática portuguesa e divisão do seu estudo [...]”. Após a instituição desse programa, temos uma nova orientação na constituição da folha de rosto da **Grammatica Portugueza**, de João Ribeiro, 3ª edição, de 1889 (Ilustração 8), a qual traz na parte superior a designação *Exame de portuguez*.

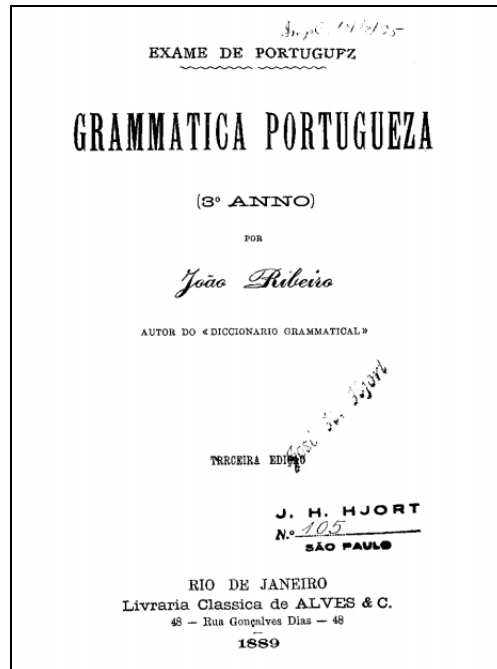


Ilustração 8 – Folha de rosto da gramática de João Ribeiro ([1887] 1889)

A imagem da folha de rosto do texto de João Ribeiro tem uma regularidade aproximada do modelo de Reis Lobato e de Coruja, da qual é interessante salientar a ausência da referência à titulação do autor; porém, o nome *gramática* está determinado, primeiramente, por uma relação com *Exame de Portuguez*, o exame de admissão no “ensino superior”, seguido de *3º anno*, referente ao ano final anterior ao exame a ser realizado. Na sequência, há o nome do autor “João Ribeiro” e, em lugar da titulação, há as referências a outra obra, o *Diccionario Grammatical*, ao ano de publicação da gramática, 1889, e à cidade *Rio de Janeiro* seguida da respectiva editora responsável.

Essa publicação de João Ribeiro, constituída em condições de produção em que são dominantes as filiações às formas de saber *Gramática Histórica* e *Gramática Comparada*, traz uma definição do nome *gramática* por uma filiação à forma de saber *Gramática Geral* em relação com a definição do nome *gramática* que atualiza a “arte da gramática da língua portuguesa”, conforme apontamos anteriormente sobre a formulação de *gramática descritiva (ou expositiva ou prática)* no Quadro 13. A seguir, temos a definição do nome gramática em João Ribeiro (1889).

Quadro 14 – Definição de gramática em João Ribeiro

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Ano
Grammatica é a coordenação das fórmulas, leis ou regras segundo as quaes uma lingua é falada ou escripta ¹⁰⁷	Grammatica portugueza: 3º anno	João Ribeiro	1889

A definição do nome *gramática* em João Ribeiro se constitui por uma filiação à forma de saber *Gramática Geral*, atravessada por uma tradição do modo como a forma de saber determina as definições desse nome na “arte da gramática da língua portuguesa”, a exemplo de Reis Lobato (Quadro 7) e de Frei Caneca (Quadro 10). Do primeiro, Reis Lobato, temos a designação “regras” definindo *gramática portuguesa* de modo prescritivo, como uma lei autorizada por Portugal. Do segundo, Frei Caneca, temos a definição do nome gramática como *arte de reduzir a regras os princípios comuns a todas as línguas*, em que a noção de “regras” está determinada pela forma de saber *Gramática Geral* todavia volta a princípios de todas as línguas. Ainda em Frei Caneca, temos a definição de *gramática portuguesa* como *arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa*. Nesse sentido, se, da definição constituída por uma filiação à forma de saber *Gramática Geral* temos a noção de “regras”, da tradição da “arte da gramática portuguesa” temos a prescrição de *fórmulas, leis segundo as quais uma língua é falada ou escrita*. Mesmo não sendo designada a língua, essa gramática é intitulada como **Grammatica Portugueza**, o que, em nossa leitura, determina a língua a qual rege.

Apesar dessa relação com a filiação à *Gramática Geral*, vale salientar que, em edições posteriores, João Ribeiro passa a consolidar uma filiação à *Gramática Comparada*, conforme aponta Fávero e Molina (2006), Orlandi (2002c) e Guimarães (1997). As formas de saber *Gramática Comparada* e *Gramática Histórica*, no início do século XX, são interpretadas como a “nova corrente” dos estudos sobre gramática, em Julio Ribeiro, o qual também traz uma relação com uma “escola tradicional”, conforme a epígrafe de Pereira (1907), deste capítulo.

¹⁰⁷ RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza: 3º anno*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889. 329p.

A gramática de Julio Ribeiro é iniciada por uma sequência de quatro páginas, as quais designamos como folhas de rosto pela particularidade com que abrem essa obra. Na primeira folha de rosto, temos uma dedicatória, em nome do autor, à *Província de São Paulo* e à *cidade de Campinas*. No alto da imagem, há uma inscrição em latim: *Suum cuique tribuere*.

A primeira folha de rosto, assim constituída, leva-nos a retomar as dedicatórias de Coruja tanto à *mocidade rio-grandense* (1835) quanto à *mocidade brasileira* (1838) ou à *sua Majestade o Sr. Dr. Pedro II* (1848), conforme Quadro 12. Na sequência, observamos a Ilustração 9, em que temos a dedicatória de Julio Ribeiro.



Ilustração 9 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro I (1881)

Essa folha de rosto é constituída por unidades discursivas que definem o lugar de pertencimento dessa gramática, presentificado pelo enunciado *Suum cuique tribuere* (dar a cada um o que lhe pertence), o qual é designado por *Província de São Paulo* e por *cidade de Campinas* e pela autoridade do nome de autor *Julio Ribeiro*. Essa ideia de “pertencimento”, estabelecida por uma relação com a gramática de Coruja e com as condições de produção de um país sob o domínio de um poder imperial “filhado” a Portugal, considerada uma abertura da gramática, pode ser lida como um espaço de resistência a essa dominação em um momento próximo à instauração da República Brasileira (1889).

A primeira folha de rosto constitui-se, em nossa leitura, como um espaço de política de língua, onde o sujeito autor de gramática coloca a obra fora do domínio de pertencimento ao poder imperial. Na folha de rosto seguinte, há a constituição de um espaço de rede de filiações dessa gramática no processo de produção do conhecimento linguístico, em que dentre os nomes citados, temos o de Whitney. Vejamos a ilustração 10.



Ilustração 10 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro II (1881)

Se, de um lado temos, na Ilustração 8, a constituição de um lugar de pertencimento “pátrio” e, na Ilustração 9, a constituição de um reconhecimento de uma rede de filiações da produção a um processo de produção do conhecimento linguístico na história, na ilustração 10, há a constituição de um lugar de reconhecimento da possibilidade de *melhorar* do trabalho em prol dos que *estudam Português*. Esse lugar de reconhecimento é formulado em condições de produção em que, por intermédio de jornais e revistas, na época, eram criticadas (avaliadas) obras publicadas e em circulação, determinando um espaço polêmico de leituras acerca das produções em língua portuguesa.

Vejamos, a seguir, a ilustração 11, em que Julio Ribeiro assina e determina o endereço profissional, o *Colégio Culto à Ciência*, como o lugar a serem destinadas as correspondências.

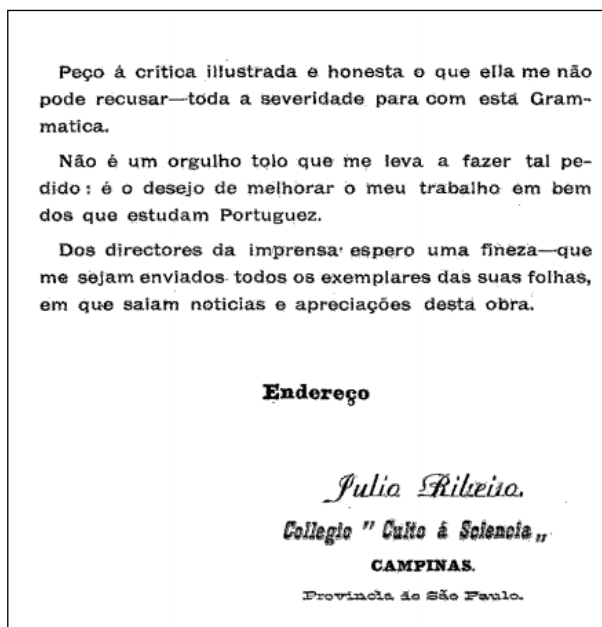


Ilustração 11 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro III (1881)

Após as páginas iniciais, que constituem a folha de rosto da obra, temos a folha de rosto em que há o título da publicação **Grammatica Portuguesa**, seguida do nome do autor *Julio Ribeiro*. Ao centro, temos o gesto de citação de três autores e, na parte inferior, o nome da província *São Paulo*, o endereço da Tipografia e o ano de publicação, 1881. Vejamos, a seguir, a Ilustração 11, da folha de rosto de Julio Ribeiro.

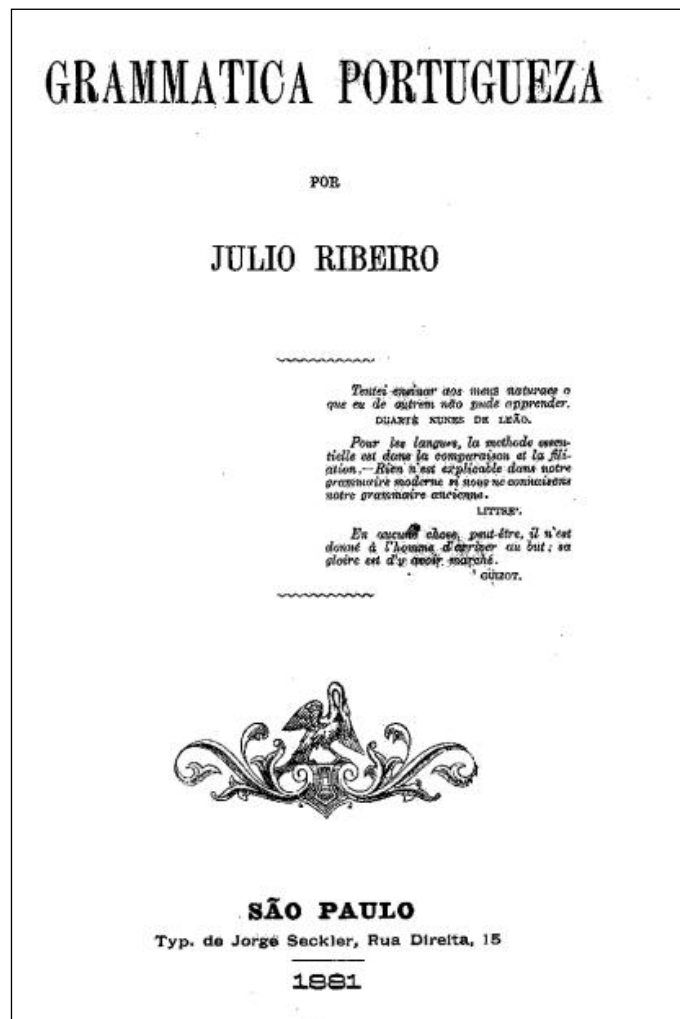


Ilustração 12 – Folhas de rosto da gramática de Julio Ribeiro IV (1881)

Na constituição da folha de rosto, vemos o nome *gramática* designado por *portugueza* no título do texto **Grammatica Portugueza**, e o gesto de citação¹⁰⁸ de

¹⁰⁸ “Tentei ensinar aos meus naturaes o que eu de outrem não pude aprender (Duarte Nunes Leão); Pour les langues, La méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation, - Rien n’est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire ancienne (Litré); En aucune chose, peut-être, il n’est donné à l’homme d’arriver au but, sa gloire est d’y avoir marcher (Guizot). (Transcrição nossa)

Para as línguas, o método essencial é a comparação e a filiação – Nada é explicável em nossa gramática moderna se não conhecermos a gramática antiga (Litré); Em nenhum domínio, talvez, é dado ao homem chegar ao fim: sua glória é de ter caminhado em sua direção (Guizot). (Traduções de Leite, 2001).

autores, pelo qual o sujeito gramático se constitui enquanto autor por uma relação com a instituição de um efeito leitor (cf. Leite, 2001).

Dentre as citações, a de Littré é aquela dos enunciados: *o método essencial é a comparação e a filiação e Nada é explicável em nossa gramática moderna se não conhecermos a gramática antiga*. Nessa relação, temos, de um lado, a *gramática moderna* determinada pelo método da *comparação* e, de outro, a *gramática antiga* determinada enquanto *filiação*.

Com base nessa articulação, nossa leitura direciona-se para a gramática de Julio Ribeiro, a qual se constitui por uma relação com a forma de saber da *Gramática Comparada* sem apagar uma filiação a uma tradição gramatical, diante do que buscamos analisar como tal questão se faz presente na definição do nome *gramática* nessa obra. A seguir, temos a definição de gramática em Julio Ribeiro, 1881, em que utilizamos o esquema de cores: filiação à forma de saber *Gramática Comparada* em realce cor amarela, atualização da “gramática antiga” em fonte vermelha. Já, em realce azul, temos a posição sujeito autor constituída por uma relação contraditória entre a “gramática moderna” e a “gramática antiga”.

Quadro 15 – Definição de gramática em Julio Ribeiro (1881)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
<p>A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade.</p> <p>O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente, sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua¹⁰⁹</p>	Grammatica portugueza	Julio Ribeiro	1881

¹⁰⁹ (Ribeiro, p.01)

O nome *gramática*, em Julio Ribeiro se atualiza em uma formulação, a qual, em nossa leitura, pode ser organizada em três modos, explicitados a seguir. O primeiro, onde o nome *gramática* se constitui por uma “negação” de uma filiação à maneira como se define a tradição da “arte da gramática portuguesa” no Brasil e a tentativa de filiação a outra forma de saber. As designações que determinam essa “negação” são que a gramática *não faz leis e regras para a linguagem* e seu objeto de estudo *não tem como finalidade a correção da linguagem*. Nesse sentido, o nome *gramática* é designado como aquele que *expõe os fatos da linguagem*, ou seja, segundo Fávero e Molina (2006), tem uma definição filiada à forma de saber *Gramática Comparada* de Whitney. Porém, apesar dessa negação à constituição da “arte da gramática portuguesa”, há uma filiação à forma de saber *Gramática Geral* atualizada por uma relação que também se faz presente na definição de Frei Caneca, no sentido de que essa exposição dos fatos da linguagem sejam *ordenados de modo a serem aprendidos com facilidade*, em que as “regras” são tomadas como um princípio facilitador do aprendizado.

O segundo modo, na sequência, sob a alteração de cor vermelha, traz o que compreendemos ser uma reformulação da definição de Donato *arte de falar e escrever corretamente, observada segundo a leitura dos escritores e dos poetas*. Por uma relação com as condições de produção do final do século XIX, no Brasil, na definição do nome *gramática* de Julio Ribeiro, temos que *muita gente consegue falar e escrever corretamente sem ter feito estudo especial de um curso de gramática*. Esse conhecimento nos remete ao que foi determinado, ainda na antiguidade, como “conhecimento empírico”, determinado pelo “uso comum”, pela “observação”, que, no caso de Julio Ribeiro, é um conhecimento alcançado pela seguinte prática: *ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escritos*.

Já com o terceiro modo, a definição do nome *gramática* é finalizada por uma posição sujeito autor determinada pela contradição em relação a esses dois modos anteriores de filiação, ou seja, um que nega as leis e regras, e outro que a tradição da arte da gramática institui como modelo. Nesse sentido, o gramático Julio Ribeiro se constitui em uma posição sujeito autor entre essas diferentes filiações e formula que *as regras do bom uso da linguagem, expostas como elas o são nos*

compêndios, facilitam muito tal aprendizagem. Ou seja, o objetivo da gramática em relação à “facilitação da aprendizagem” dos fatos da linguagem (realce) pode se constituir a partir das regras ‘colheitas’ do *bom uso* e legitimadas nos *compêndios*. Já o enunciado final atualiza fortemente a tradição da “arte da gramática portuguesa” e ainda estabelece, pela correção, uma distinção entre aqueles que têm um *bom uso* da linguagem e aqueles que *mal a aprenderam*. Assim segue: *até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua.* Ou seja, pelas diferentes posições sujeito autor Julio Ribeiro, determinadas pelas diferentes filiações teóricas e da arte da gramática portuguesa, temos que o compêndio gramatical, de nome *gramática portuguesa*, possibilita um estudo das regras e do aprendizado do bom uso da língua.

A constituição dessa gramática, juntamente com a gramática de João Ribeiro, produzem um deslocamento da autoridade de dizer como é a língua do Brasil, que, segundo Orlandi (2007), fez com que no processo de gramatização brasileira fosse legitimada também a relação do brasileiro com a escrita.

Temos uma língua, uma gramática e sujeitos brasileiros da nossa escrita. Com a autoria dos gramáticos (e os literatos, os historiadores, os políticos brasileiros, etc.) o século XIX é, entre outras coisas, um momento intelectual definidor na direção de se pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita (“Escrever-se como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”, diz Macedo Soares). Com a Independência, em 1822, o Estado brasileiro se estabelece e a questão da língua se evidencia [...] (ORLANDI, 2007, p. 55).

Até o final do século XIX, compreendemos que o processo de gramatização brasileiro passa por dois períodos distintos, conforme a delimitação de Guimarães (1996). O primeiro, constitui-se enquanto um instrumento de colonização linguística, tanto dos descendentes de portugueses nascidos no Brasil, quanto dos indígenas brasileiros, aos quais a leitura, a fala e a escrita em língua portuguesa foi imposta.

Nessas condições de produção, segundo Câmara (2004b, p. 118), a língua tupi, assim como as línguas africanas, funcionaram como “efeito de gatilho” para que a estrutura da língua portuguesa se historicizasse no novo ambiente. Por esse viés, “a própria produção interna da língua, segregada noutro meio, pode determinar, entretanto, uma língua nova”, mas, quanto a isso, de acordo com o linguista, “resta

saber se as línguas transplantadas por colonização passaram, estão em vias de passar, ou passarão fatalmente a novas línguas” (Câmara, 2004b, p. 118).

No final dos anos 40, Câmara (2004c) afirma que, para se determinar se a língua portuguesa do Brasil é outra língua, distinta da de Portugal, falta um estudo científico de descrição da língua popular do Brasil, o que segundo ele não havia sido feito, e, se há diferença, essa diferença está no âmbito popular, ou seja, no âmbito da língua falada.

Nesse primeiro período, há a introdução e legitimação da gramática portuguesa no Brasil, que vai até a constituição de um movimento de resistência à essa imposição, ainda na primeira metade do século XIX, e que se consolida ao final do século XX, determinando um segundo período da gramatização, o da gramática da língua portuguesa no/do Brasil (cf. Guimarães, 1996). De certa forma, gramáticos brasileiros como Frei Caneca e Coruja produziram instrumentos políticos de resistência ao domínio de Portugal, o que foi determinante da constituição de uma tendência nacionalista, que se faz presente na gramática de Coruja, tanto pela designação de Língua Nacional, quanto pela dedicação dessa obra à *mocidade rio-grandense*.

No final do século XIX, ainda, também foi publicada a gramática de Julio Ribeiro (1881) como *dedicada à Província de São Paulo e à cidade de Campinas*, em um período que antecede a instauração da República Brasileira e cujo poder, imperial, estava representado no Rio de Janeiro.

É nesse sentido que compreendemos as palavras de Orlandi (2007, p. 54): “podemos dizer que os gramáticos do século XIX desenvolveram intenso trabalho que marcou uma posição na Política de Línguas da época”. Desse modo, podemos contribuir com a colocação do gramático Coruja juntamente com Julio Ribeiro e João de Ribeiro, em um movimento de política de línguas.

Os autores a que nos referimos neste capítulo, Julio Ribeiro e João Ribeiro, estão inseridos em condições de produção em que havia, em circulação no país, ao mesmo tempo, um trabalho de descrição da língua norteado por formas do saber sobre a língua e a determinação de um sistema administrativo de avaliação (*Exame de Português*), que se impõe sobre esse processo, contribuindo para que, no início do século XX, ocorra um processo de “apagamento da materialidade da autoria praticada no século XIX, que garantia a construção conjunta de uma língua e um

estado nosso” (Orlandi, 2007, p. 56). Esse processo será analisado por nós tendo por base duas edições da obra **Grammatica Expositiva** de Eduardo Carlos Pereira, publicados em 1907 e 1926, no capítulo a seguir.

4.2 As gramáticas expositivas de Eduardo Carlos Pereira

Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) nasceu na cidade de Caldas, no estado de Minas Gerais. Depois, mudou-se para o estado de São Paulo, onde, segundo Ramos (1954, p. 281), “em 07 de março de 1875, passou a fazer parte do rol de crentes da Igreja Presbiteriana de São Paulo” e “em 14 de agosto de 1875 era recebido como candidato a ministro evangélico”. Em 1880, casou-se com a suíça Louise D’Allinges Lauper¹¹⁰ e, no mesmo ano, licenciou-se em teologia pelo Presbitério do Rio de Janeiro. Nessa época, começou a lecionar na Escola Americana, em São Paulo (cf. Ramos, 1954). No ano de 1895, Pereira foi nomeado catedrático de português do Ginásio do Estado, onde também lecionou latim. Era abolicionista, manifestava-se contra a doutrina da maçonaria pela sua incompatibilidade com a doutrina do Evangelho, tema sobre o qual publicou um livro intitulado **A Maçonaria e a Igreja Cristã** (cf. Ramos, 1954).

Uma das principais obras e também contribuição de Pereira para o processo de gramatização brasileiro é a publicação da **Grammatica Expositiva**, em fevereiro de 1907, enquanto professor concursado do Ginásio Oficial da cidade de São Paulo. Essa gramática segue a orientação do programa oficial para o 1º, 2º e 3º ano do ginásio, em meio a um momento em que as formas de saber, a da corrente tradicional (*Gramática Geral* e a arte da gramática portuguesa) e as da corrente moderna (*Gramática Histórica*) estavam em circulação concomitantemente, conforme Pereira (1907) aponta no prefácio da primeira edição¹¹¹.

Em primeiro lugar, procuramos a resultante das duas correntes – da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão

¹¹⁰ Após o matrimônio passou a assinar Luísa Pereira de Magalhães.

¹¹¹ O texto do prefácio consta nos anexos.

do pensamento. Há verdade nas duas correntes: o êrro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas (PEREIRA, 1907).

Diferentemente das definições de *gramática* analisadas anteriormente, nas quais, nas imagens das folhas de rosto, o nome *gramática* está determinado por uma relação com a língua (designações “portuguesa” ou “nacional”), na imagem da folha de rosto da gramática de Pereira, esse nome está designado como *Expositiva* (**Grammatica Expositiva**), uma designação legitimada no programa de Fausto Barreto, em 1887, como “gramática descritiva ou expositiva. Objeto da gramática portuguesa” (cf. Guimarães, 1997, s/p).

Após essa gramática (1907), no mesmo ano, em dezembro, Pereira publicou a **Grammatica Expositiva: Curso Elementar**, voltada, exclusivamente, para o 1º ano do Ginásio e, desse modo, as edições posteriores da outra gramática se destinariam aos 2º ano e 3º ano, recebendo, posteriormente, o subtítulo *curso superior* (**Grammatica Expositiva: Curso Superior**). A partir de 1916, foi publicada a **Gramática Histórica** de Eduardo Carlos Pereira.

Na constituição do nome *gramática* na obra de Pereira (1907), há uma relação com a gramática de Julio Ribeiro. Essa relação, inicialmente, pode ser analisada com base nas unidades discursivas das folhas de rosto, as quais nos abrem para uma leitura das condições de produção dessas publicações. A folha de rosto da gramática de Pereira é constituída pelo título **Grammatica Expositiva**, seguida do nome de autor *Eduardo Carlos Pereira*, o qual é determinado pelo posto que ocupa no Colégio *Gymnasio Oficial* da cidade de *São Paulo*. Ao centro da folha de rosto, há uma designação de que essa gramática se refere a uma *obra aprovada pela Congregação do mesmo Gymnásio* e, na sequência, temos um gesto de citação do autor *A. Darmesteter*. A finalização da folha de rosto traz a qualificação de que a obra é *adaptada ao 1º, 2º e 3º anno dos Gymnasios*, seguida de um objeto simbólico e, por fim, temos o pelo nome da cidade *São Paulo*, nome da editora *Weiszflog irmãos e Co.* e ano de publicação, 1907. A seguir, na Ilustração 13, podemos observar a folha de rosto da primeira edição da gramática de Pereira.

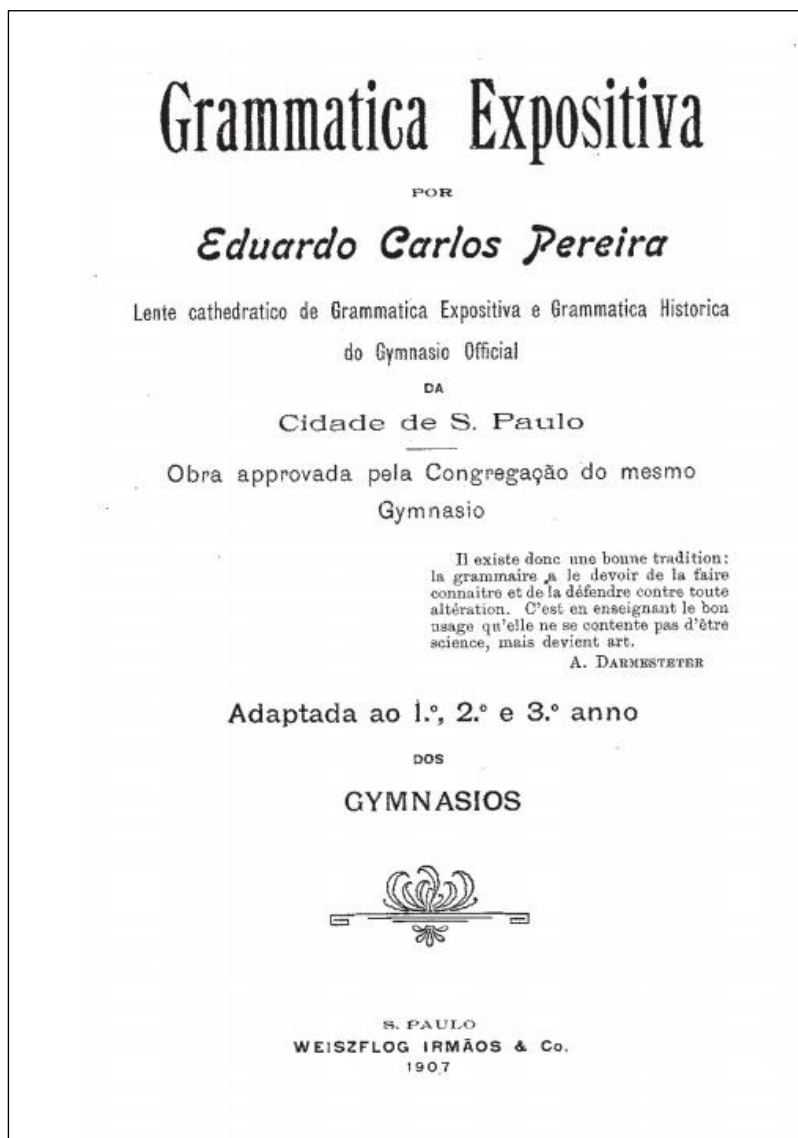


Ilustração 13¹¹² – Folha de rosto da gramática de Eduardo Carlos Pereira (1907)

A primeira edição da **Grammatica Expositiva**, de Eduardo Carlos Pereira, segundo Razzini (2011), em 1907, foi a primeira publicação da Editora Weiszflog &

¹¹² Gramática disponível em

http://www.iel.unicamp.br/biblioteca/gramaticaindex.php?fg=arquivos/Eduardo_Pereira_gramatica_expositiva/paginas_iniciais.pdf&mn=gramatica9menu.php

Transcrição da citação: Il existe donc une bonne tradition: la grammaire a le devoir de la faire connaitre et de la défendre contre toute altération. C'est en enseignant le bon usage qu'elle ne se contente pas d'être science, mais devient arte (A. DARMESTETER).

Existe uma boa tradição: a gramática tem o dever de a tornar conhecida e defendê-la contra qualquer alteração. É ensinando o bom uso que ela não se contenta em ser *ciência* e torna-se *arte* (A. DARMESTETER) (*Tradução e itálicos de Pereira, 1926*).

Irmãos (atual Editora Melhoramentos). Isso ocorre após a instauração da República, em um contexto histórico em que, de acordo com Razzini (2011, p. 1- 4), ao mesmo tempo, o governo de São Paulo colocava em prática uma “modernização da educação popular” e a “indústria gráfica no Estado de São Paulo”. Nas primeiras décadas do século XX, editores como os irmãos Weiszflog e Monteiro Lobato¹¹³ passaram a incluir livros didáticos nos catálogos de produção de suas editoras (cf. Razzini, 2011, p. 1-4), o que vem a contribuir com um movimento de profusão de edições de gramáticas nessa primeira metade do século (cf. Orlandi, 2007).

Diferentemente dos autores dos séculos anteriores, para os quais o nome *gramática* é designado por uma relação com o nome *língua(gem)*, nessa produção de Eduardo Carlos Pereira, o nome *gramática* é designado por uma relação com o modo como é formulada a definição desse nome no programa oficial. Vejamos a seguir um quadro com as designações desse nome nos títulos analisados anteriormente.

Quadro 16 – Designações de língua(gem) em títulos de gramáticas

Ano	Nome do autor	Nome da gramática	Designação de língua(gem)
1536	Fernão de Oliveira	Grammatica da lingoagem portugueza	lingoagem portugueza
1540	João de Barros	Grammatica da lingoa portugueza	lingoa portugueza
1835	Antonio Álvares Pereira Coruja	Grammatica da língua nacional	língua nacional
1881	Julio Ribeiro	Grammatica da língua portugueza	língua portugueza
1889	João Ribeiro	Grammatica da língua portugueza	língua portugueza
1907	Eduardo Carlos Pereira	Grammatica expositiva	Expositiva

O nome *gramática* designado como *expositiva*, em João Ribeiro (Quadro 14), também é designado como *descritiva* ou *prática* e formulado como *a arte que ensina a falar e escrever corretamente uma língua*, por uma atualização da definição de Donato (Quadro 2). Nessas condições de produção do início do século XX, quando,

¹¹³ A produção de outras edições das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, sob a coordenação de Monteiro Lobato como editor, será fundamental para a compreensão da profusão das obras desse autor no século XX, conforme abordaremos no capítulo seguinte.

conforme Orlandi (2002c, 2007), há um amadurecimento da instituição escola, há também, na produção gramatical de Eduardo Carlos Pereira, um retorno à tradição da arte da gramática greco-latina, o que constitui uma ruptura com um movimento de descrição da língua do Brasil iniciado pelos gramáticos do século XIX.

O diferencial da primeira edição de Eduardo Carlos Pereira também se dá na definição do nome *gramática*. Nos gramáticos Coruja, Julio Ribeiro e João Ribeiro, temos a definição do nome *gramática* como uma “definição norteadora” da obra, independente de possíveis “divisões da gramática” em outras definições, conforme temos no Quadro 13. Em Pereira, na primeira edição de **Grammatica Expositiva**, temos uma reformulação desse nome enquanto uma designação *gramática portuguesa* pela qual a definição se constitui nessa obra. Vejamos a seguir a definição de *gramática portuguesa* em Pereira (1907).

Quadro 17 – Definição de gramática em Eduardo Carlos Pereira (1907)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Época
Grammatica Portuguesa é a exposição methodica das regras relativas ao uso correcto da lingua portuguesa. Nota. Grammatica é o termo grego derivado de <i>gramma</i> = letra.	Grammatica expositiva	Eduardo Carlos Pereira	1907

Na definição de Pereira, *gramática portuguesa* é formulada a partir de uma relação com a definição do nome *gramática* em Julio Ribeiro. Se tomarmos o Quadro 13, podemos observar, nas formulações desse último gramático, uma estrutura de que “gramática é exposição metódica dos fatos da língua(gem)” por uma relação com a filiação à Whitney, com a noção de *fato* e, no Quadro 15, há uma atualização da noção de *regras*, por um filiação ao modo como a arte da gramática portuguesa se relaciona com a forma de saber *Gramática Geral*.

A definição de *gramática portuguesa* é designada como *a exposição metódica das regras*, e essas regras, por sua vez, são constituídas por um conhecimento empírico, o do *uso correto da língua portuguesa*. A noção de *uso correto* se constitui por uma relação com a definição do nome *gramática* em Julio Ribeiro (Quadro 15),

em que, por uma reformulação da definição de Donato (Quadro 2), a noção de “correto”, desse último, é articulada com a de “uso” e presentificada na definição de Pereira. Ainda temos uma retomada de uma tradição da *arte da gramática* da Antiguidade, em Pereira, pela formulação do nome gramática como *termo grego derivado de *gramma* = letra*, o que, em nossa leitura, contribui para a consolidação de uma tradição da gramática no Brasil por uma relação com a “língua escrita” e com a forma de saber *Gramática Histórica* nesse início de século.

Nas condições de produção da gramática de Eduardo Carlos Pereira, conforme Orlandi (2007):

Em 1900 o Estado brasileiro já se estabeleceu com clareza e é ele próprio a garantia da nossa diferença em relação a Portugal. Institucionaliza-se a relação do brasileiro e do Brasil, com a língua nacional, e a nossa sociedade organiza-se diante de suas necessidades de representação científica, criam-se faculdades, já que a instituição escola adquire maturidade. Então, as gramáticas já não têm a função de dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira, só o de **mantê-los em sua configuração, o que implica em distinguir quem sabe e quem não sabe a língua *corretamente***¹¹⁴ (ORLANDI, 2007, 56).

Na leitura de Orlandi, temos o início do século XX como um momento de institucionalização do Estado brasileiro pela relação do brasileiro com a língua na sociedade. Essa relação, ainda conforme a autora, já não tem mais que se constituir por uma diferenciação do Estado português e sim manter a configuração de um Estado independente, o que significa também a legitimação de um padrão de uso de língua nacional e a criação de lugares de representação científica dessa língua, no caso, inicialmente, as faculdades e, por volta dos anos 30, a instituição de um modelo de universidade. Segundo Fiorin (2006, 14), nesse início de século XX, a necessidade de fundação do ensino superior é destinada, “de um lado, a formar burocratas para o Estado e, de outro, especialistas na produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes”.

Nesse contexto, poderíamos questionar: seria a “língua” tomada enquanto um “bem simbólico”, na medida em que, conforme Orlandi (2007), passa a distinguir quem sabe e quem não sabe a língua *corretamente*? E que modelo de língua seria

¹¹⁴ Negritados nossos.

esse? Seria o modelo instituído nos compêndios gramaticais, conforme nos traz a definição do nome *gramática* em Julio Ribeiro (1881)? Essas são questões que o objeto de análise nos leva a formular e que são determinantes de nosso gesto de interpretação.

Esse contexto, da definição de *gramatica portuguesa* em Eduardo Carlos Pereira e também de Julio Ribeiro determinadas, de certa forma, pela instituição “igreja cristã”, é o momento de consolidação de um Estado brasileiro: em Eduardo Carlos Pereira, por exemplo, temos um ministro evangélico presbiteriano, que defendia uma impossibilidade de relação entre a maçonaria e a igreja cristã (Cf. Ramos, 1954). Em nossa leitura, há a possibilidade de uma relação da cultura da igreja cristã protestante com o processo de gramatização e o trabalho com a língua no Brasil, o qual, segundo Orlandi (2009), diferencia-se do trabalho realizado por representantes da igreja cristã católica nesse processo, como podemos observar a seguir.

Já nos inícios do Brasil, católicos e protestantes se diferenciavam. Para o católico – os jesuítas, os capuchinhos, por exemplo – para que um índio fosse considerado cristão, bastava que soubesse repetir orações e que aceitasse ser batizado. Já para os protestantes, o trabalho com a Bíblia ocupava um papel mais importante e a questão da tradução se impunha em um processo de maior elaboração, com respeito à língua (ORLANDI, 2009, p. 101).

Na leitura de Orlandi, há, no processo de gramatização brasileiro, uma relação diferente da Igreja cristã católica e da Igreja cristã protestante em relação à língua, pois a católica representada pelos jesuítas e pelos capuchinhos estava voltada para uma repetição de orações, enquanto a Igreja cristã protestante visava a um processo de tradução para um trabalho com a Bíblia (palavra de Deus). Na relação da Igreja católica com a língua, em que temos, como exemplos, Anchieta, Frei Caneca e o (padre) Fernão de Oliveira, a tradição da *arte da gramática portuguesa* vai se constituir, primeiramente, como uma arte que ensina a ler e falar. De um modo diferente, na relação da Igreja protestante, é desenvolvido um trabalho de descrição da língua, em Julio Ribeiro, e de manutenção desse trabalho, em Pereira, por uma relação, não explícita, de legitimação de um modelo padrão de língua. Esse processo de legitimação, em Pereira, dá-se por uma relação com a forma de saber *Gramática Histórica* e por um processo de circulação dessa

gramática, promovido por editoras (Weiszflog & Irmãos, Monteiro Lobato e cia, Companhia Editora Nacional).

Após a publicação da primeira edição de **Grammatica Portuguesa** em 1907, pela editora Weiszflog & Irmãos, Eduardo Carlos Pereira publicou a segunda edição intitulada **Grammatica Expositiva: Curso Superior**, correspondente aos 2º ano e 3º ano do ginásio¹¹⁵, e outra edição intitulada **Grammatica Expositiva: Curso elementar**, correspondente ao 1º ano do ginásio. Essas duas edições foram publicadas pela editora Dubrat e Cia. Posteriormente, as gramáticas voltaram a ser editadas pela Weiszflog & Irmãos, pela qual foi também publicada a primeira edição da **Grammatica Histórica**, em 1916.

Na época em que a editora Weiszflog & Irmãos editava livros de literatura infantil, o escritor Monteiro Lobato, em 1918, a partir da aquisição da **Revista do Brasil**, começou uma trajetória como editor e passou a publicar livros escolares. As relações profissionais e de amizade do escritor e editor possibilitaram a adoção oficial das obras de sua editora. Segundo Razzini (2011), este fato é de suma importância na circulação da produção das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, pois, gradativamente, essas gramáticas passaram a ser editadas pela Companhia Graphico – Editora Monteiro Lobato, considerada a primeira editora brasileira a imprimir os livros no Brasil. Posteriormente, em 1925, com a falência da editora de Monteiro Lobato, o escritor fez uma sociedade, quando foi fundada a Companhia Editora Nacional (cf. Razzini, 2011).

Os direitos de edição das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira pertenciam à Companhia Editora Nacional (cf. Razzini, 2011), e a editora continuou com as publicações até o final da década de 50, sem terem sido alteradas as gramáticas, mesmo após o falecimento do autor em 1922¹¹⁶ (cf. Ramos, 1954). No Quadro 18, a seguir, temos a definição de gramática da edição de [1922] 1926, da **Grammatica Expositiva: Curso Superior**, na qual podemos observar uma presentificação do gesto de citação de A. Damersteter, em fonte de cor azul. Esse gesto de citação é antecedido por retomadas de designações do nome gramática em edições anteriores, as quais estão em realce na cor verde. Já em realce amarelo, temos uma

¹¹⁵ Cf. Anexos de Eduardo Carlos Pereira.

¹¹⁶ Tomamos essa data como referência para a última definição do nome gramática em Pereira ([1922] 1926)

reformulação do nome gramática em Pereira (1953), conforme podemos observar a seguir.

Quadro 18 – Definições de gramática em Eduardo Carlos Pereira (1953 - 83ª edição)

Definição do nome gramática			
Definição	Nome do texto	Nome do autor	Ano
<p>Gramática (gr. Gramma = letra) é a sistematização dos fatos da linguagem.</p> <p>Obs. – “Gramática é a ciência das palavras e suas relações, ou a arte de usar as palavras com acerto na expressão do pensamento” – é a definição de nossas edições anteriores. Aí encarávamos os dois aspectos da gramática - o especulativo e o prático, seguindo a generalidade dos competentes na matéria. A gramática, define-a Mason, é a ciência que trata do discurso ou da linguagem. E o exímio romanista Arsène Darmesteter, cuja autoridade está acima de qualquer constestação, escreve, na Introdução de seu Cours de Grammaire Historique de la Langue Française: “A concepção de gramática como ciência é, podemos dizê-lo, uma idéia nova nascida com a lingüística moderna. Assim entendida, é a gramática de uma língua a determinação das leis naturais, que a regem em sua evolução histórica. A gramática, acrescenta êle, pode ser considerada como arte. Dêste modo a encaram os gramáticos modernos que não se prendem à escola histórica. Da antiga Roma nos veio esta definição: A gramática é a arte de escrever e falar corretamente. Existe uma boa tradição: a gramática tem o dever de a tornar conhecida e defende-la contra qualquer alteração. É ensinando o bom uso que ela não se contenta em ser ciência, e torna-se arte. (Gr. Historique, págs. 6 e 9.)”</p>	<p>Grammatica expositiva: curso superior</p>	<p>Eduardo Carlos Pereira</p>	<p>1953</p>

Nesse recorte do Quadro 18, o nome *gramática* é constituído por uma relação com um 1) gesto de citação de uma edição anterior, 2) gesto de citação da primeira edição (ambos realçados em verde), 3) um gesto de citação em uma citação (realce em cinza), 4) gesto de citação de um autor, Darmesteter (fonte de cor azul) e 5) uma reformulação do nome *gramática* posta em relação a esses gestos (realce em amarelo).

Partindo do item 1, no segundo realce em verde, há a atualização do nome *gramática*, designada como *ciência* e como *arte*, essa última terminada pela noção de “uso” e pela designação *palavras com acerto na expressão do pensamento*. A noção de “pensamento” nos leva a uma relação com a definição de Coruja (Quadro 8), em que, determinada pela filiação à forma de saber *Gramática Geral*, temos a formulação *declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras*. Já pela designação *arte*, nesse gesto de citação de Pereira, temos o nome *gramática* designado como a *ciência das palavras e suas relações*, o que Pereira determina como um *aspecto especulativo da gramática*, e a *arte* é determinada como um *aspecto prático (uso)*.

No primeiro realce em verde, ainda no item 2, temos a atualização de *gramática* como advinda do termo grego *gramma = letra*. Esse é um gesto de citação da primeira edição (Quadro 17), que se relaciona com a *arte da gramática* da Antiguidade e é retomada enquanto a “definição norteadora” da última edição do autor. Esse modo de determinar o nome *gramática*, por uma relação com a *arte da gramática*, é consolidado por um gesto de citação na citação de A. Darmesteter, que corresponde ao item 3 (realce em cinza). No gesto de citação de Darmesteter, há uma atualização da definição do nome *gramática* em Donato enquanto *arte de escrever e falar corretamente*, onde a ordem das unidades discursivas *escrever* e *falar* estão invertidas em relação às definições analisadas anteriormente.

O item 4 (cor azul), pelo recurso de autoridade do gesto de citação da obra **Cours de Grammaire Historique de la Langue Française**, de Darmesteter, Pereira se posiciona em acerca da relação *arte* e *ciência* ou gramática tradicional (Greco-latina) e *gramática moderna* (Linguística). Partindo da designação do nome *gramática* como *ciência*, essa é qualificada pelo nome *linguística moderna*, que, por sua vez, é designado como *gramática de uma língua*, determinada por *leis naturais que a regem em sua evolução histórica*. Esse modo de definir o nome *Linguística* leva-nos a compreendê-lo como determinado pela forma de saber que estamos designando como *Gramática Histórica*, uma ideia que se reforça pelo próprio título da obra de Darmesteter.

Dando continuidade, a designação do nome *gramática* como *arte* está qualificada por *gramáticos modernos que não se prendem à escola histórica*. Os gramáticos modernos seriam aqueles filiados à tradição da *arte da gramática* greco-

latina, que têm o *dever de tornar conhecida* essa arte e *defendê-la contra qualquer alteração*. Esse modo de definir a distinção *arte* (gramáticos modernos) e *ciência* (linguística moderna) leva-nos à interpretação de que, nessas condições de produção, a designação *moderna* é formulada por um sentido literal que, segundo Houaiss (2001), advém do latim *modernus* e significa “moderado”, “recente”, “novo”, “contemporâneo”. No fechamento do gesto de citação de Darmesteter, temos o enunciado *é ensinando o bom uso que ela não se contenta em ser ciência, e torna-se arte*.

Uma questão que nos chama a atenção na rede de definições do nome *gramática* em Pereira (1907-1922) é a passagem da constituição de uma definição em que o nome *gramática* era designado por *portuguesa* para definições tão somente desse nome. Assim, no item 5, (realce cor amarelo), temos uma definição do nome *gramática* formulada por uma relação com um designação da *arte da gramática* greco-latina, ou seja, *gr. Gramma = letra* e uma designação, que em nossa leitura, relaciona-se com a forma de saber designada, nessas condições de produção, como *linguística moderna*, ou seja, *é a sistematização dos fatos da linguagem*.

5. UM LUGAR DA LINGUÍSTICA MODERNA NA HISTÓRIA DA GRAMATIZAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo final tem como objetivo compreender as condições de produção da definição do nome *Gramática* na primeira edição da **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, publicada em 1961, pela Companhia Editora Nacional. Esse procedimento de análise vem sendo constituído ao longo do texto da tese, por uma rede de filiações de sentidos da definição desse nome em um estudo retrospectivo da história do conhecimento linguístico brasileiro. Esse estudo se atualiza pela construção de um horizonte de retrospectão da definição do nome gramática, partindo dos anos 60 do século XX até o processo de gramatização da língua portuguesa por uma relação com a colonização linguística do Brasil no século XVI, que, por sua vez, é determinado por um processo de constituição do nome *gramática* na Antiguidade.

Em alguns momentos, pensamos em fazer esquemas das relações entre as designações de arte e de ciência ou de *arte da gramática* com as formas de saber sobre a língua; todavia, ao longo do procedimento analítico, temos observado que essas relações são determinadas pela temporalidade, embora tanto as filiações às formas de saber sobre a língua, quanto as filiações à *arte da gramática* (greco-latina) ou as filiações à *arte da gramática portuguesa* não sejam lineares. As definições do nome *gramática* são formuladas por filiações estabelecidas em relações ou rupturas com uma tradição anterior e, ao mesmo tempo, por retomadas de filiações a formas de saber de tradições de outras décadas ou séculos.

Nesse sentido, podemos compreender que as retomadas a épocas longínquas, em nossa leitura, estão determinadas por *formas de saber*, as quais têm o estudo da língua atrelado a um estudo histórico. Já sobre as condições de produção da definição do nome *gramática*, com base nas obras propostas para análise, são três os períodos que se constituem com certa precisão e que estão em acordo com a proposta de sinopse da gramatização da língua portuguesa no Brasil, de Guimarães (1997).

Um primeiro período tem início com a colonização linguística do Brasil, a qual se dá no século XVI e se estende pelos séculos XVII e XVIII, determinando definições do nome *gramática* relacionadas com o que estamos designando como *arte da gramática portuguesa*. Esse período é finalizado por movimentos de resistência ao domínio linguístico português, do qual fazem parte gramáticos do início do século XIX, a exemplo de Frei Caneca e de Coruja. Do segundo período, fazem parte o gramático Julio Ribeiro, que, ainda em meio à consolidação dessa resistência ao domínio português, no final do século XIX, constitui, juntamente com João Ribeiro, uma gramatização da língua do Brasil (cf. Orlandi, 2007) e, também, Eduardo Carlos Pereira, que traz, em sua definição do nome *gramática*, o *dever do gramático moderno de tornar a língua conhecida e de defendê-la contra qualquer alteração* (Quadro 18). Esse segundo período vai se prolongar pelas primeiras décadas do século XX até o terceiro período, correspondente ao processo de institucionalização da forma de saber *Linguística*, o qual finaliza com a sua legitimação nos anos 60.

No que diz respeito ao momento posterior à instauração da República Brasileira, segundo Orlandi (2002c), um fato a ser salientado é a profusão não só de publicações de gramáticas de diferentes autores, como também, nessas, a de terminologias gramaticais, pois, ao produzir gramática, cada autor “nomeava”, ao seu modo, os fatos gramaticais (cf. Orlandi (2002c). Essa expressiva quantidade de nomenclaturas se prolonga até o decreto de implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (1959), quando, segundo Orlandi (2007):

[...] o Estado brasileiro toma em mãos a administração da relação institucional do brasileiro com a língua nacional, via gramática, pela uniformização da terminologia. Depois desse deslocamento, a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo lingüista (ORLANDI, 2007, p. 56).

A relação entre a gramática (arte) e a forma de saber *Linguística* (ciência), em meio ao processo de disciplinarização dessa forma de saber no Brasil, é o ponto central do processo de formulação da definição do nome *gramática* em **Moderna Gramática Portuguesa: curso médio**, de Evanildo Bechara, em que, segundo Orlandi (2002c), a autoria do saber sobre a língua *será patrocinada pelo linguista*.

5.1 A *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara: uma leitura sobre o processo de constituição do nome de uma publicação

Evanildo Cavalcante Bechara nasceu na cidade de Recife, em 1928, no estado de Pernambuco, filho primogênito do comerciante libanês João Bechara e da dona de casa maranhense Maria Izabel Cavalcante. Segundo Becker (2011), Evanildo Bechara fora criado para seguir a profissão do pai, o qual acompanhava nas viagens para compra de mercadorias. Nas negociações, pai e filho mantinham uma forma de comunicação particular entre si, na qual usavam enunciados da língua árabe (cf. Becker, 2011). Em 1940, após o falecimento do pai e diante das dificuldades da mãe para educar cinco filhos sozinha, o menino mais velho foi para a casa de um tio-avô, Benedito Cavalcante, um capitão do Exército no Rio de Janeiro.

No Colégio Leverger, do bairro Méier, onde passou a morar, no Rio de Janeiro, Bechara estudou língua portuguesa, cujo instrumento de ensino era a gramática de Eduardo Carlos Pereira: “Trabalhávamos a gramática de cabo a rabo, sabíamos passagens de cabeça”, salienta Becker (2011, s/p), sobre as palavras de Bechara em entrevista. Nessa mesma época, ele encontrou, na garagem do tio-avô, o livro **Lexicologia do Português Histórico**, de Manuel Said Ali, em que o prefácio iniciava pelo enunciado “Não estudo a língua separada do homem que a fala” (Cf. Becker, 2011, s/p). Até aquele momento, salienta Bechara, em entrevista com Becker (2011), a língua era estudada como um produto natural, que nascia, crescia e vivia independente do social, podendo ser decomposta como um legista faz ao analisar um cadáver.

Bechara cursou Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instituto Lafayette (hoje UERJ), Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949, época em que escreveu um ensaio, intitulado *Fenômenos de Entonação*, publicado em 1948, com prefácio do filólogo mineiro Lindolfo Gomes. Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne, no livro *Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa*, artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, publicados em jornais e revistas especializadas.

Posteriormente, em 1961, publicou **Moderna Grammatica Portuguesa**, que, segundo Orlandi (2002c), tem em sua base uma adaptação do compêndio

gramatical de Eduardo Carlos Pereira, em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), instituída em 1959, conforme podemos observar a seguir:

Não será talvez excessivo adiantar que, com a morte de Eduardo Carlos Pereira, e as exigências estritas da NGB, sua adaptação é proposta por E. Bechara, o qual, ao apresentá-la, no entanto, é reconhecido não como possível adaptador do texto, mas como autor de **outra gramática**. E esta (cf. citações de Sapir, Malmberg, Bally e outros) se coloca em uma perspectiva em que aparece um movimento na direção de colocar junto o trabalho do gramático e do lingüista.

[...] a gramática de Bechara, ao tentar adaptar a gramática de Eduardo Carlos Pereira à NGB entra em **outro processo de autoria**, produção de **outra função autor**, pois ao fazê-lo distingue o que em Eduardo Carlos Pereira não está distinto¹¹⁷ (ORLANDI, 2002c, p.148).

O processo de autoria da publicação de Bechara em relação à publicação de Eduardo Carlos Pereira constitui-se a partir da (im)possibilidade de uma continuidade das publicações da obra **Gramática Expositiva** (curso superior), cujo movimento de edição deu-se até a segunda metade da década de 50. O que buscamos compreender, nessa primeira parte do capítulo, é o funcionamento das condições de produção da publicação de Bechara, que, por uma relação com o processo de disciplinarização da Linguística no Brasil, vão determinar o que Orlandi designa como *outra gramática, outro processo de autoria, outra função autor*.

Sobre as condições de produção da gramática de Bechara, há de se destacar três pontos, que serão a seguir explicitados. Um primeiro diz respeito às Leis das diretrizes e bases da educação de 1961, que reorganiza o sistema de educação brasileira em três etapas fundamentais (curso fundamental e *curso médio*, referentes à instituição escola, e o curso superior, referente à instituição universidade). O segundo ponto diz respeito à falência da *Companhia Graphica Monteiro Lobato*, de Monteiro Lobato, em 1924, e a fundação, em 1925, da *Companhia Editora Nacional*, por uma sociedade entre Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Quando faliu, a editora de Monteiro Lobato tinha Eduardo Carlos Pereira como principal credor: 10.119 exemplares de gramáticas do autor. Esses exemplares e os direitos autorais (textos, desenhos, clichês) das edições da *Companhia Graphica Monteiro Lobato*, que estavam com o “BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA”, sociedade

¹¹⁷ Negritados nossos.

anônima com sede em Londres, foram comprados pela Companhia Editora Nacional em 1926¹¹⁸ (cf. Bignotto, 2010). Na ilustração 14, podemos observar as designações *curso médio* e *Companhia Editora Nacional* determinando a constituição do nome gramática na capa de **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara. O terceiro ponto diz respeito ao fato de Evanildo Bechara ter sido convidado a atualizar a gramática de Eduardo Carlos Pereira, o que veio a constituir *outra gramática* (cf. Orlandi, 2002c e Becker, 2011).

Partimos, assim, do pressuposto de se tratar de duas publicações: uma anterior ao acontecimento da NGB e outra posterior ao acontecimento da NGB, contemporânea à disciplinarização da forma de saber *Linguística*. Nesse entremeio das publicações de Pereira e de Bechara, temos um efeito do mesmo (*Gramática Expositiva*), da tradição da *arte da gramática portuguesa* por uma relação com uma forma de saber designada como *linguística moderna* e um efeito do diferente (*Moderna Gramática Portuguesa*), através do qual objetivamos compreender: os efeitos de sentidos das designações de *arte* e de *ciência* por uma relação com outra forma de saber, a *Linguística*¹¹⁹, também designada como *linguística moderna* na história do conhecimento linguístico brasileiro.

Quando trazemos à baila a questão de duas formas de saber designadas *linguística moderna*, estamos, ao lado da forma de saber *Linguística*, atualizando sentidos da última edição de Eduardo Carlos Pereira, em que as designações *arte* e *ciência* estão determinadas por uma relação com a forma de saber *Gramática Histórica* designada como *linguística moderna* (cf. Quadro 18). Para uma compreensão sobre a constituição dessas designações *arte* (*gramática portuguesa*) e *ciência* (*Linguística Moderna*), na designação do nome *gramática* em Evanildo Bechara, partimos de uma leitura das unidades discursivas constituintes da capa da **Moderna Gramática Portuguesa**, de 1961, a seguir.

¹¹⁸ Em 1926, após a saída de Monteiro Lobato da sociedade, o autor tentou comprar da Companhia Editora Nacional os direitos autorais das obras que levavam o seu nome, mas a venda não lhe foi concedida (cf. Bignotto, 2010).

¹¹⁹ Quando trabalhamos com a designação linguística moderna, utilizaremos as iniciais da designação em letra minúscula. Já, na mobilização do nome da forma de saber *Linguística (Moderna)* (Ferdinand de Saussure, Edward Sapir), colocamos as iniciais do nome em letra maiúscula.

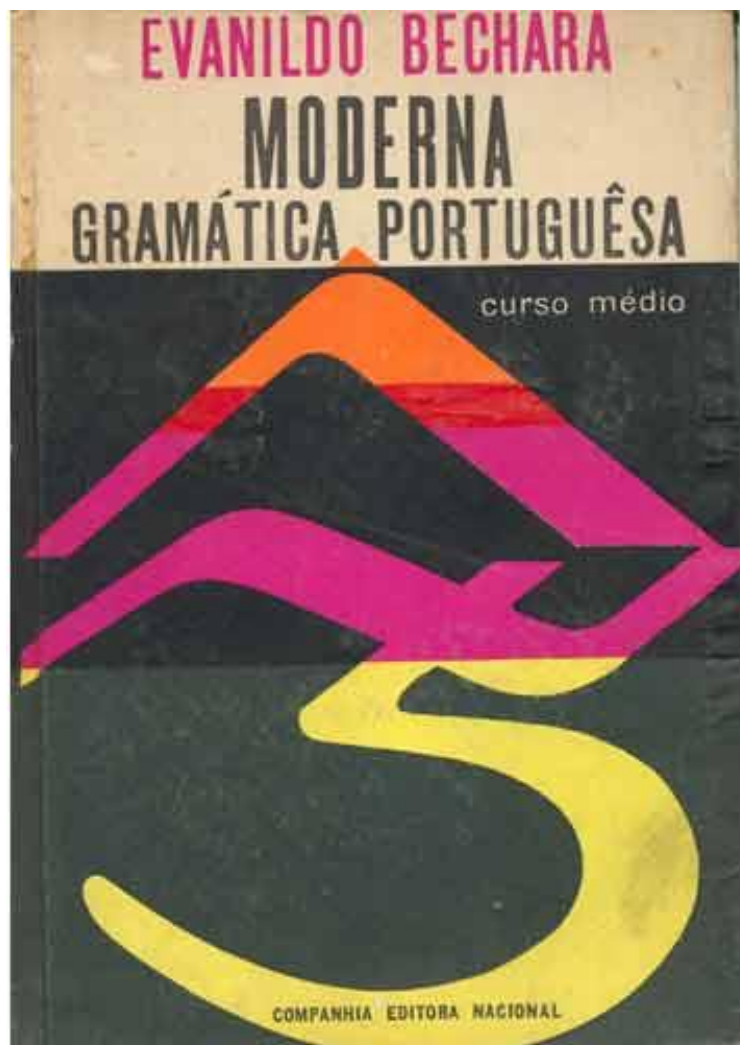


Ilustração 14 – Capa da gramática de Evanildo Bechara (1961)

Na capa da **Moderna Gramática Portuguesa**, a designação *Moderna* se constitui determinada pelo nome do autor *Evanildo Bechara* e pela designação *gramática portuguesa*.

Quando retomamos as leituras sobre as redes de filiações na história do conhecimento linguístico, temos uma potencialidade de sentidos para a designação *Moderna*. Por exemplo, temos o sentido etimológico advindo do latim *modernus* como moderado, recente, novo, contemporâneo (Houaiss, 2001). Temos também o sentido de *moderna*, quando, no século XVI, foi instituído o momento designado como Idade Média (cf. Robins, 2004), que é definido como um período que separa a Antiguidade e a Idade *Moderna*, essa última enquanto época em que se constitui a *revolução tecnológica da gramatização* (cf. Auroux, 2001). Temos ainda a designação de *Linguística Moderna* nas primeiras décadas no século XX, a qual está

determinada pela forma de saber *Gramática Histórica*, segundo a orientação teórica de Darmesteter na gramática de Eduardo Carlos Pereira.

Sobre as condições de produção da **Moderna Gramática Portuguesa**, de 1961, consideramos que essa gramática se constitui em um momento histórico do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando, segundo Mariani e Medeiros (2010), além da construção de Brasília e da fundação da Universidade do Brasil (UnB), marcadas pela ideia de *modernização* do país, há uma efervescência cultural, determinada por novas propostas na música, no cinema, no teatro, na poesia, na televisão. “Discutia-se o que seria cultura de massa, o lugar da cultura popular, as oposições entre ‘cultura séria’ e ‘cultura do lazer’, o que seria arte e o que não seria arte” (cf. Mariani e Medeiros, 2010, p. 15).

É acerca desse momento histórico que Baldini (2010) relaciona o enunciado “cinquenta anos em cinco” do governo JK com a instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB 1959), problematizando a tensão da gramática e da *Linguística*, e também é sobre esse mesmo momento que Dias (2010) analisa um processo de renovação do discurso gramatical no Brasil.

Além disso, é por meio dessa relação entre o enunciado “cinquenta anos em cinco” e a construção da cidade de Brasília, como um símbolo da modernização do Brasil, que trazemos um estudo de Márcia Lone Surdi sobre os efeitos de sentidos desse momento de modernização em relação ao processo de gramatização brasileiro diante do domínio português. No trabalho de dissertação de mestrado, Surdi (2010) faz uma análise com base no estudo da imagem da capa da 15ª edição da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima, publicada em 1972. A publicação dessa gramática, em nossa leitura, faz parte de um horizonte de projeção da gramática de Bechara.

Na capa dessa gramática, o recorte posto em análise é a justaposição (lado a lado) de duas unidades discursivas: a *Torre de Belém*, da capital de Portugal, Lisboa, e a *Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida*, da capital do Brasil, Brasília. *Torre de Belém*, segundo Surdi (2010), construída entre 1514 e 1520, é uma designação do nome Torre de São Vicente, que homenageia o santo patrono de Lisboa, que tinha a função de preservar e proteger o território. Como trouxemos pela análise de Fernão de Oliveira, um dos modos de preservar o patrimônio português é através da *arte que ensina* a gramática da língua portuguesa nas

colônias. Ainda nesse sentido, Surdi (2010) salienta que era desse lugar, da *Torre de Belém*, que saíam as Caravelas com destino às colônias.

A outra unidade discursiva analisada por Surdi (2010), em relação com a gramática de Rocha Lima, é a *Catedral de Brasília*, modo como é designada a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, que homenageia a santa padroeira do Brasil. Essa catedral, conforme aponta a autora, teve sua construção iniciada em 1959, no período JK, o qual é considerado “um momento-chave em função da construção de Brasília e de todo um processo de modernização” (SURDI, 2010, p 78).

A definição dessa construção, em face à ideia de “modernização”, está relacionada com o projeto arquitetônico de Lucio Costa e Niemeyer, que implicava em uma nova forma de urbanidade, uma nova sociedade e um novo homem (cf. Medeiros, 2008). A concepção desse projeto arquitetônico, conforme Barnabé (2008), está determinado por parâmetros norteadores, dentre eles o da *luz natural*. No exemplo da *Catedral de Brasília*, o arquiteto nos traz a seguinte descrição.

Inicialmente proposta como um cilindro, a nave foi definida por uma série de **estrias de concreto** e planos de vidro refratário, placas poligonais inseridas em uma malha metálica, conservando a transparência do conjunto. Essas estrias – **colunas de concreto delgadas, inclinadas e ascendentes** – determinam o volume da catedral, surgindo de uma dupla inclinação e dirigindo-se ao céu e à Terra, na qual a **luz solar**, refletida em um espelho d’água, ajuda a aumentar a sensação de leveza, de volume a flutuar [...] ¹²⁰ (BARNABÉ, 2008, p 78).

A estrutura da *Catedral de Brasília*, sustentada em estruturas de concreto e tendo como parâmetro em sua concepção a luz solar, é um ponto fundamental a ser considerado para a leitura que fazemos desse contexto, o da mudança da capital do país, que era a cidade do Rio de Janeiro, para a inauguração da nova capital do país, Brasília.

Para nossa análise sobre a designação *Moderna* na capa da gramática de Bechara, publicada em 1961, tomamos duas ilustrações, reproduzidas a seguir, para uma comparação entre a capital do Rio de Janeiro - onde o autor Evanildo Bechara fez sua formação acadêmica e atuava, profissionalmente, como professor do

¹²⁰ Negritados nossos.

Colégio Pedro II, naquela época - e a nova capital Brasília, onde temos o projeto de fundação da UnB, o que ocorreu em 1963.

Vejamos, a seguir, a comparação entre as capitais e sua relação com a gramatização brasileira.



Ilustração 15¹²¹ – Rio de Janeiro



Ilustração 16¹²² – Brasília

¹²¹ Disponível em: <http://miltonostetto.blogspot.com.br/2011/03/pao-de-acucar-sugar-loaf.html> <http://miltonostetto.blogspot.com.br/2011/03/pao-de-acucar-sugar-loaf.html>, acessado em 17 de outubro de 2012.

¹²² Disponível em: <http://doc.brasilia.jor.br/CentroCatedral-Brasilia-construcao.shtml>, acessado em 17 de outubro de 2012.

Para uma leitura sobre as condições de produção da gramática de Bechara, trazemos a ilustração 15, em que temos uma imagem de um pôr-do-sol no Rio de Janeiro e, na ilustração 16, uma imagem da construção de Brasília, tratando-se da nova capital do país e, como já enfatizamos, é desenvolvida a partir de uma concepção de luz natural, em contraste com sombras das estruturas de concreto, uma relação dialética mobilizada nos projetos arquitetônicos. Todavia, conforme Barnabé (2008), essa concepção nem sempre se estabelece em polos bem definidos, conforme podemos observar a seguir.

nem sempre as relações estabelecidas no dialético processo de concepção em arquitetura se fazem pela escolha entre dois pólos opostos bem definidos. Muitas vezes o discurso se permeia também daquilo que é interposto nas áreas de transição, como o pôr-do-sol e a aurora, zonas de passagem, de luzes intermediárias, belas porque inesperadas e incertas (BARNABÉ, 2008, p.73).

Em nosso percurso temático, no arquivo sobre a disciplinarização da Linguística nos anos 60, temos como parte dele a constituição da modernização da capital do Brasil, da qual trouxemos do discurso arquitetônico, uma leitura desse processo de modernização para uma compreensão das condições de produção da gramática de Bechara, ou seja, desse contexto de transição da capital do Brasil de Rio de Janeiro (tradição) para Brasília (Moderna), e também o de institucionalização da nova forma de saber *Linguística Moderna* que está determinada pelo processo de gramatização brasileiro, ao mesmo tempo em que o determina.

A partir das palavras de Barnabé (2008), compreendemos que áreas de transição ou de passagem podem estar representadas pela aurora ou pelo pôr-do-sol e, nesse sentido, trazemos uma possível interpretação da “arte” da capa da gramática de Bechara, a qual se apresentou como um desafio analítico na constituição de uma rede de filiações de sentidos das definições de nome *gramática* na história do conhecimento linguístico brasileiro.

Temos insistido na compreensão do processo de produção do conhecimento como determinado por um percurso temático do/no arquivo, contudo, enfatizamos que há uma divisão social do trabalho de leitura desse arquivo, conforme trouxemos à cena no capítulo 2 desta tese. Tal divisão social é diferente em cada época e, no caso, por exemplo, da publicação de uma gramática, há todo um trabalho de anônimos e de nomes próprios (tais como o nome da editora ou de um programa de

ensino do estado) produzindo sentidos na relação obra e nome do autor. A capa e as folhas de rostos de uma gramática nos trazem fragmentos de linguagem-e-situação sobre as condições de produção dessa obra.

É desse modo que não saberíamos dizer se os efeitos de sentido da capa dessa gramática nos conduziram a uma leitura das condições de produção dessa obra ou se as condições de produção dessa obra nos conduziram a uma leitura. O que propomos é trazer, na formulação de um gesto de interpretação em história das ideias linguísticas, os efeitos de sentidos desse processo de transição da capital do Rio de Janeiro para Brasília, assim como também possíveis sentidos sobre a construção da nova capital atrelada tanto ao discurso da modernização do Brasil quanto ao discurso fundador de ‘50 anos em 5”.

Vejamos as unidades discursivas da capa da gramática de Bechara nas ilustrações a seguir.



Ilustração 17 – Capa da gramática de Evanildo Bechara (1961): parte I



Ilustração 18 – Capa da gramática de Evanildo Bechara (1961): parte II

Nossa compreensão dos efeitos de sentidos da capa da gramática de Evanildo Bechara está norteada pela tensão entre a designação Moderna (novo) e a designação Gramática Portuguesa (tradição), constituído por uma relação com a tradição da *arte da gramática portuguesa* e a forma de saber *Linguística Moderna* do processo de gramatização brasileiro.

Para a leitura dessas ilustrações (17 e 18), propomos articular a Ilustração 17 com a Ilustração 15 da cidade do Rio de Janeiro em um entardecer (pôr-do-sol), e a Ilustração 18 com a Ilustração 16 da construção (da Catedral) de Brasília, enquanto as “estrias de concreto” banhadas pela “luz solar” (cf. Barnabé, 2008).

Nessas relações, a tensão entre tais efeitos de sentidos pode ser lida como representada por uma “transição” em cores na capa da gramática de Bechara. Na ilustração 17, temos, em tons de laranja, vermelho e rosa, uma constituição imagética que nos leva a interpretar a natureza da cidade do Rio de Janeiro, constituída pelo céu em laranja, pelo mar em vermelho e pelos morros, no jogo de cores entre o preto e as escalas em tons de rosa, vermelho e laranja. Esse jogo de cores possibilita compreensão de um pôr-do-sol na cidade, a qual, durante mais de um século, foi o berço da uma tradição de herança do império português, gradativamente atualizada, por relações com diferentes formas de saber sobre a língua, até 1960.

Na ilustração 18, temos uma forma que, na singularidade do gesto de interpretação dessa tese, pode ser associada como a representação de um uma relação entre as formas das estrias de concreto da *Catedral de Brasília* em processo de construção atravessadas por uma forma do número 5 (cinco), que atualizaria o discurso fundador “cinquenta anos em cinco”. Formulada pelo contraste entre o fundo em preto e a cor amarela da forma central, essa imagem pode ainda ser interpretada como determinada por uma concepção dialética do jogo entre luz (luz solar) e sombras, o que é constitutivo do projeto arquitetônico da construção de Brasília.

Quando tomamos a Ilustração 18, temos o nome da editora, Companhia Editora Nacional, a qual, ao longo de 50 anos, reeditou as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira e, com a implantação do projeto da NGB, após 1959, não pôde mais reeditá-las sem uma atualização das nomenclaturas. Em 1961, mesmo ano da

fundação da capital Brasília, a **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, é publicada de acordo com as diretrizes da NGB.

Sobre o acontecimento da NGB nesse momento histórico, Baldini (2010), coloca que:

50 anos em 5 era o mote do governo JK. [...] Se, num dado momento, é preciso deixar claro que são “50 anos de progresso”, mas “5 anos de realizações” e, mais ainda, “com pleno respeito às instituições democráticas”, isso nos ensina que há contradições históricas em funcionamento que a própria cadeia significante traça em seu jogo com a memória discursiva. Não é o enunciado em sua forma empírica que funciona no nível discursivo, mas, sim, a forma que este alcança na memória. E, especialmente no discurso político, formulações como as de JK (que constroem no sentido da velocidade e da superação do passado) revelam certo modo de organização da memória que se caracteriza pelo apagamento, ou seja, pela tentativa da construção de novos sentidos para o sujeito e para a nação pela via do silenciamento das contradições históricas em relação num dado período (BALDINI, 2010, p. 20).

Na leitura de Baldini, na instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, há um silenciamento das condições de produção desta em prol de uma valorização de um efeito de unidade do discurso da gramática, padronizado e regido pelo Estado. O que acontece, e o autor destaca, é que a NGB não se filia a nenhuma forma de saber e centra-se fundamentalmente em uma legitimação terminológica e estrutural, silenciando formas de saber que determinavam essas nomenclaturas.

Um exemplo apontado por Baldini (2010, p. 24) é que, no anteprojeto inicial da NGB, havia a seguinte estrutura “Introdução: Gramática; Gramática Normativa, Gramática Histórica; Divisão da Gramática: Fonética, Morfologia, Sintaxe”, em que é tratado da definição do nome gramática e temos o nome “gramática histórica”. Posteriormente, no anteprojeto final, a designação *gramática histórica* é deslocada para o apêndice da NGB e a designação *gramática normativa* é excluída (cf. Baldini, 2010, p. 24).

Esse fato coloca em jogo sentidos da designação *gramática histórica*, que se fez presente nos cinquenta anos de reedição da **Grammatica Expositiva** de Eduardo Pereira por uma relação com a forma de saber *Gramática Histórica*, o que nos traz o questionamento: como se dá o processo de constituição da definição do nome gramática por uma relação com as designações de *arte* e de *ciência* na gramática de Bechara? Há uma ruptura ou um efeito de ruptura com a tradição da *Gramática Histórica* e da *arte da gramática portuguesa*? São essas as questões que

nortearão o fechamento da análise da definição do nome gramática em **Moderna Gramática Portuguesa**, de 1961.

5.2 As designações arte e ciência na definição do nome gramática em **Moderna Gramática Portuguesa: efeitos de sentidos do processo de institucionalização da Linguística**

O tempo é a fugacidade. O sentido não se deixa pegar. Instável, errático. O sentido não dura. O que dura é seu “arcabouço”, a instituição que o fixa e o eterniza. Ele, no entanto, se move em outros lugares (ORLANDI, 2008).

A compreensão dos efeitos de sentidos da definição do nome *gramática* por uma relação com a memória institucionalizada da *arte da gramática (portuguesa)* e da forma de saber designada *Linguística Moderna*, na formulação do gesto de interpretação em HIL, tem se constituído por uma representação metafórica de uma “represa”, construída por tijolos cimentados, a qual simboliza a memória institucionalizada. Ao longo do processo de análise, nosso objetivo se centra na remoção de tijolos, por onde sentidos são movimentados e escapam à ordem do sentido literal, o sentido “(re)preso”.

Na análise da definição do nome *gramática* em Bechara, sentidos que constituem o *gesto* dessa análise são determinados pelo tempo, que, em sua fugacidade, escapam à formulação do texto (escrita). A incompletude da análise está atrelada à incompletude do sujeito, que na/pela atualização de um gesto de interpretação sobre esses “sentidos em fuga”¹²³, institui uma posição sujeito analista.

Desse modo, é pelo imaginário de “liberdade” e pela responsabilidade ética e política da interpretação que nos lançamos nessa uma leitura da definição do nome *gramática* por relação com uma rede de filiações de sentidos à tradição da *arte da gramática (portuguesa)* e às diferentes formas de saber sobre a língua na história do

¹²³ Essa compreensão da relação entre a incompletude da análise e os sentidos em fuga na constituição/atualização do gesto do analista foi formulada com base em nossa leitura (ouvir) da aula inaugural da professora Eni Orlandi, no Laboratório Corpus, em 17 de setembro de 2012, intitulada **Sentidos em fuga**.

conhecimento linguístico brasileiro. Antes, é necessário um esclarecimento sobre esse procedimento de análise.

A organização do texto enquanto análise se constitui de dois modos, a saber: o primeiro foi uma leitura retrospectiva do objeto de estudo, as condições de produção dos efeitos de sentido da definição do nome gramática em Bechara, de 1961, pela qual construímos uma rede de filiações de sentidos, que teve início com nosso projeto de doutorado, em 2009 e foi se consolidando por meio de nossa produção acadêmica pelo grupo HIL da UFSM; o segundo modo diz respeito ao processo de escrita da tese (texto), em que o objeto de estudo foi posto enquanto uma projeção do procedimento de análise, justificando-se pelo fato de, na construção de um horizonte de retrospectão, as leituras terem se aberto sobre interpretações em uma rede de filiações de sentidos determinadas pelo real da história, do impossível de se contar. Dessa forma, uma projeção de nossa leitura retrospectiva possibilita que trabalheemos, em uma linearidade, os efeitos de sentidos dessa história, tendo como objeto norteador a definição do nome *gramática* por uma relação com as designações de *arte* e de *ciência*, qualificadas por designações de língua: língua falada e língua escrita.

Nessa história, as instituições (colégios dos jesuítas da Companhia das Índias Ocidentais no período colonial, a criação de grandes escolas no período Imperial, a fundação das faculdades após a instauração da República) são constituintes da gramatização das línguas e circulação das formas de saber (*Gramática Geral, Gramática Comparada, Gramática Histórica, Linguística*), os quais afetam o modo como os instrumentos linguísticos são formulados (cf. Guimarães, 2004).

Segundo Fiorin (2006), com o nascimento da República Brasileira sob o signo do positivismo, muitos adeptos dessa doutrina se posicionaram contra a criação de universidade, por considerarem esta uma instituição reacionária. Isso contribuiu para que as universidades não fossem uma prioridade nos primeiros anos da República, um movimento que mudou a partir da década de 30, quando foi legitimado um modelo de universidade no país pelo Decreto 19.851, de 11 de abril, de 1931, da reforma Francisco Campos, a qual instituía que, para ser uma *universidade*, era necessária uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Esse decreto de 1931 instituiu um espaço de “formação superior em línguas e literaturas”, os cursos de Letras, o que vai ser determinante de uma constituição da pesquisa linguística na universidade brasileira, segundo Fiorin (2006):

A pesquisa lingüística na universidade brasileira surge com a criação dos cursos de Letras. Estes aparecem no Brasil no bojo dos projetos de criação das Faculdades de Filosofia apenas nos anos 30 do século XX. Embora houvesse reivindicações anteriores para a existência de uma formação superior em línguas e literaturas e mesmo em uma experiência datada de 1908 na Faculdade de Filosofia São Bento, em São Paulo, no mosteiro de mesmo nome e outra com a criação de uma instituição livre denominada Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, que funcionou na cidade de São Paulo de 1931 a 1934 (1952^a, 1970), os primeiros cursos de Letras no Brasil surgem nos anos 30: 1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; em 1935, na Universidade do Distrito Federal; em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na Universidade de Minas Gerais (FIORIN, 2006, p. 13).

Para a fundação dos cursos de Letras das universidades da década de 30 - Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Distrito Federal (UDF) e Universidade do Brasil (UB) – são trazidos professores estrangeiros para ministrarem cursos nessas instituições. No caso da UDF, temos a vinda do professor Georges Millardet para um curso de extensão de Filologia Românica em 1937, do qual Joaquim Mattoso Câmara Junior foi aluno. Foi a partir desse curso, segundo Sousa da Silveira (1969), que Mattoso Câmara foi introduzido nas leituras de Ferdinand de Saussure e, posteriormente, foi indicado por Millardet a assumir o curso como professor entre 1938 e 1939. É nesse período que o linguista brasileiro traduziu a obra **Linguagem** de Sapir, publicada em 1954, e também traduziu nomes e designações de conceitos de Ferdinand de Saussure (língua, discurso, sinal linguístico), publicados na sua obra **Princípios de Linguística Geral** (PLG), de 1941.

Na época em que a obra PLG circulava em instituições do Rio de Janeiro e de São Paulo, Evanildo Bechara, com a conclusão de formação em Letras no final dos anos 40, veio a ser professor do Colégio Pedro II, em 1954. Sobre o processo de disciplinarização da forma de saber *Linguística*, temos que Bechara foi um dos palestrantes dos Seminários de Orientação Linguística, de meados da década de 60, organizados pelos pesquisadores do Museu Nacional, dentre os quais salientamos os nomes de Aryon Rodrigues e Mattoso Câmara.

Sobre o trabalho desses pesquisadores, é importante destacar o projeto Summer Institute of Linguistics (SIL), em 1959, o qual, juntamente com o Setor Linguístico da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, segundo Souza (2010, p. 123), “instituem o rumo dado à pesquisa com as línguas indígenas”.

Na leitura de Souza (2010), a organização do acordo entre o SIL e o Museu Nacional estava em que este se ocuparia dos procedimentos burocráticos para o desenvolvimento das pesquisas dos linguistas do SIL e aquele se responsabilizaria pelo trabalho “científico” de gramatização dessas línguas, com base na teoria da tagmêmica, do linguista norte-americano Kenneth Lee Pike. Essa teoria, fundamentada no comportamento humano, de um modo um pouco diferenciado do Behaviorismo de Bloomfield, “foi aplicada e aperfeiçoada para o estudo das línguas indígenas na América Central e do Sul”, segundo Souza (2010, p. 129).

Ainda de acordo com essa autora, Mattoso Câmara, filia-se à teoria mentalista de Sapir, que trabalha a linguagem como um produto histórico e como uma representação da experiência do real, uma perspectiva de estudos estruturalistas diferente da perspectiva de Bloomfield e de Pike no trabalho de descrição das línguas indígenas (cf. Souza, 2010). Essa foi uma das problemáticas que levou o linguista brasileiro a criticar o trabalho dos linguistas do SIL, os quais, segundo Souza (2010), tinham como objetivo a tradução da bíblia no máximo possível de línguas indígenas e promover a evangelização nessas línguas.

Nesse cenário da problemática de uma gramatização atrelada à religião, o que se salienta é a retomada da questão da “diversidade linguística do Brasil” e da circulação de diferentes teorias determinando a constituição de uma forma de saber *Linguística Moderna* enquanto ciência. Temos, em uma Linguística pela perspectiva de Mattoso Câmara, os autores Saussure e Sapir e, em uma Linguística aplicada à descrição das línguas indígenas, fundamentada em autores como Bloomfield e Pike.

Nessas condições de produção da institucionalização da disciplina *Linguística* por relações com diferenciadas teorias em circulação, tomamos como recorte a definição de língua na primeira edição da gramática de Bechara com a finalidade de analisar o modo como essa definição está determinada por esse processo de disciplinarização.

A seguir, vejamos no Quadro 19, a definição de língua, que abre a introdução da gramática de Bechara. Nessa definição, estão em realce amarelo as designações

de língua proposta para análise em relação à constituição da forma de saber e em fonte azul está destacado o gesto de citação da obra de Sapir, **Linguagem: introdução ao estudo da fala**, traduzida por Mattoso Câmara e publicada no Brasil em 1954.

Quadro 19 – Definição de língua em Evanildo Bechara (1961)

O que é uma língua

Entende-se por língua **ou idioma o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende.**

Uma língua pode ser instrumento particular de um povo único, como acontece com o chinês, o romeno, ou comum a mais de uma nação. Este é o caso do **português, que serve a Portugal, ao Brasil e colônias ultramarinas lusas.**

Este fato se explica historicamente pelos capítulos de expansão e colonização dos povos. Falamos o português como língua oficial porque, ao lado de outras instituições culturais, os portugueses no-la deixaram como traço da civilização que aqui fundaram depois de 1500.

A língua é um fenômeno cultural

A língua **não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade a que pertence lhe transmite.** "É evidente - ensina-nos Sapir - que, até certo ponto, o indivíduo humano está predestinado a falar, mas em virtude da circunstância de não ter nascido meramente na natureza, e sim no regaço de uma sociedade, cujo escopo racional é chamá-lo para as suas tradições" (E. SAPIR, *A linguagem*. trad. Brasileira de J. MATOSO CÂMARA Jr.), 17-18.

Sob a forma de subtítulos do capítulo de introdução, são lançados dois títulos: o primeiro se constitui sob um questionamento sobre *o que é língua*, e o segundo se constitui como uma resposta ao questionamento, enunciando que *língua é um fenômeno cultural*.

Na formulação da definição do nome língua, esta é primeiramente designada como idioma, que, em nossa leitura, atualiza sentidos referentes ao modo como o nome *gramática* era definido no final do século XIX, por João Ribeiro, por uma relação com a *Gramática histórico-comparada*, ao definir a designação *gramática particular* (Quadro 14). A seguir, língua é determinada por *sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende*, pela qual salientamos a designação *vocais* que nos leva a relacioná-la com a designação de "fala".

Posteriormente, o nome língua é designado como *instrumento*, que pode ser particular ou comum, e, nesse momento, por intermédio de uma exemplificação de instrumento comum, o nome *língua* é designado como *português*, por uma relação com uma história de colonização. Essa questão, relacionada à designação de

português como língua, na especificidade da gramática de Bechara, se explica historicamente, o que nos faz presentificar sentidos da forma de saber *Gramática Histórica*, renomeada por Saussure como *Linguística Histórica* (Quadro 3).

Temos ainda a determinação do nome língua como *falamos português como língua oficial*, o que enfatiza a questão da relação entre língua e fala, constituídas pela designação *oficial*.

Como título, temos o nome *língua* designado como fenômeno cultural e determinado por *não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade a que pertence lhe transmite*. Esse modo de formular sobre o nome *língua* está determinado pelo gesto de citação da obra de Sapir, que coloca em cena a questão da “fala”: *o indivíduo humano está predestinado a falar*. Um falar que se constitui por uma relação com a história (tradição) na sociedade.

O modo como se dá esse “chamamento” do *indivíduo humano* pelas tradições, na sociedade, em que ele é *predestinado a falar*, é o que temos como base para a análise da definição do nome *gramática*, constituído pelo movimento das designações arte e ciência.

No quadro a seguir, colocamos, em realce cinza, uma atualizada da problemática da Linguística como ciência nesse contexto de gramatização brasileira; em fonte cor vermelha, uma formulação fundamentada no “uso comum” empírico; em realce amarelo, uma formulação que determinam o nome Gramática por uma relação com uma forma de saber sobre a língua; em realce azul, temos uma *reformulação* do nome gramática em Bechara por uma atualização de efeitos de sentidos da definição do nome *gramática* em Eduardo Carlos Pereira.

Quadro 20 – Definição de gramática em Evanildo Bechara (1961)

Definição do nome gramática			
Definição	Título	Nome do autor	Ano
<p>Mas dentro da diversidade das línguas ou <i>falares</i> regionais se sobrepõe um uso comum a toda a área geográfica, fixada pela escola e utilizada pelas pessoas cultas: é isto que constitui a <i>língua geral</i>, a <i>língua padrão</i> ou <i>oficial</i> do país.</p> <p>Cabe à <i>Gramática</i> registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se pode falar e escrever bem uma língua.</p> <p>Daí ser a <i>Gramática</i>, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte.</p>	<p>Moderna Gramática Portuguesa: Curso Médio</p>	<p>Evanildo Bechara</p>	<p>1961</p>

Na constituição da definição do nome *gramática* em Bechara, temos a questão da relação da forma de saber *Linguística*, presentificada pelo enunciado dentro das diversidade das línguas ou falares regionais, em um contexto do processo de disciplinarização dessa ciência, a *Linguística*, por intermédio do trabalho dos linguistas brasileiros do Museu Nacional em prol da descrição das línguas faladas do país. Essa problemática atualiza sentidos da questão do *uso comum*, que instituiu, na história do conhecimento linguístico, modelos de “arte do falar e escrever corretamente”, conforme a definição de Donato.

Cabe salientar que a definição de Bechara não traz a designação “corretamente” da definição de Donato e institui como modelo de *uso comum* a língua *fixada pela escola* e o da língua *utilizada pelas pessoas cultas*, uma questão que constitui uma distinção entre “língua culta”, “língua da escola” e, possivelmente, uma outra língua, constituída pela diversidade das línguas e/ou pelos falares regionais.

O nome Gramática, constituído por uma inicial maiúscula assim como na definição de Saussure (Quadro 3), é qualificado por duas funções, a seguir explicitadas. A função de *registrar os fatos da língua geral ou padrão*, que, em nossa leitura, estamos compreendendo como o registro dos fatos do “uso comum”, ou seja, do uso das pessoas cultas, pois a escola, na história, é uma instituição que fixa esse

uso pela “arte que ensina a bem falar e escrever a língua”. Essa, portanto, uma definição que vem da tradição da *arte da gramática portuguesa* no Brasil.

A outra função da Gramática é voltada justamente para *estabelecer os preceitos de como se fala e escreve bem* ou *de como se pode falar e escrever bem uma língua*, o que, em nossa leitura, coloca a questão da *fala*, que, na definição do nome *língua*, ocupa um lugar de trabalho científico da ciência Linguística fundamentada em Sapir, ao lado da questão da *escrita*, que, no processo de gramatização brasileiro, vinha se constituindo por uma relação entre *arte da gramática portuguesa*, determinada por formas de saber que têm uma relação com a *Gramática histórica* ou *Linguística histórica*.

Por fim, na definição de Bechara, temos o enunciado *Daí ser a Gramática, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte* como uma reformulação, determinada por uma rede de filiações de sentidos que atualiza a definição do nome *gramática* em Pereira, por uma relação com a forma de saber *Gramática Histórica*, a qual se fez presente na primeira e na última edição desse gramático do início do século XX, pela definição de DARMESTETER, e que determinou também um processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil do final do século XX.

A reformulação do nome Gramática em Bechara se presentifica enquanto ciência e arte. A ciência da língua, que nessas condições de produção se relaciona com uma teoria da “fala”, e a arte da língua, que, tradicionalmente, na gramatização brasileira a partir do final do século XIX, relaciona-se com a “escrita”. Ciência e Arte do bem Falar e Escrever.

FECHAMENTO: É NECESSÁRIO INSTITUIR UM FINAL?

O ponto de partida do presente trabalho tem como corpus de análise o compêndio gramatical **Moderna Gramática Portuguesa**, de Evanildo Bechara, do qual, na definição do nome *gramática*, temos como recorte o seguinte enunciado: “Daí ser a gramática ao mesmo tempo arte e ciência”. No momento inicial da pesquisa, nosso estudo se voltou para leituras sobre *gramática* como tecnologia, como instrumento linguístico e para as relações entre a gramática e a ciência linguística. É necessário destacar que essas foram leituras em História das Ideias Linguísticas (HIL), que, em sua maioria, têm como objeto de estudo gramáticas da língua portuguesa de diferentes épocas e, diante disso, uma leitura nos levava a outra, de modo que imergimos em um espaço polêmico sobre a questão dos efeitos de sentido do nome *gramática* na história do processo de produção do conhecimento linguístico.

O trabalho a partir do corpus de análise é um trabalho que se inicia a partir da pesquisa na/da equipe de estudos em História das Ideias Linguísticas do Laboratório Corpus (UFSM), o qual também é lugar de produção do conhecimento, no sentido teorizado por Scherer (2008) como aquele lugar que “não pode ser entendido como algo pleno, com bordas delimitadas tão somente pelas ditas fronteiras e domínios, mas como um espaço movente [...], (um espaço) de filiações, porque a produção do conhecimento não se dá em linha reta, de forma retilínea. Produzir ciência é produzir conhecimento em uma certa ordem, em uma certa época, em certas condições de produção”.

Ter esta tese filiada a um trabalho de leitura do arquivo em uma equipe de pesquisa, que desenvolve produções acadêmicas e também produções ditas técnicas, possibilita outro olhar sobre o funcionamento do processo de produção do conhecimento na sua forma de representação teórica e também nos seus modos de institucionalização e circulação, sejam eles em revistas, coleções, livros, eventos, projetos de pesquisa integrados locais, nacionais, internacionais, entre outros. Foi por essa relação com o trabalho desenvolvido que trouxemos à baila um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro, lendo e descrevendo o processo de institucionalização de diferentes formas de saber sobre a língua, em

compêndios gramaticais de gramáticos inseridos em um horizonte de retrospectiva das condições de produção da publicação de Evanildo Bechara.

O modo de institucionalização do processo de produção de conhecimento é determinado pelas condições de produção sócio-históricas e de política científica em certa ordem e época, bem como pelas diferentes posições sujeito de um autor ao definir o nome *gramática* nessa história. Após participar, por exemplo, de um processo de editoração de uma revista ou de um livro, esse conhecimento passa a ser determinante em nossa compreensão sobre a constituição de um livro quando tomado como corpus de análise. Segundo Petri (2003, p. 123), nesse sentido, o “tratamento que é dado ao corpus e às fontes depende muito de como o pesquisador concebe o mundo e da linha teórica que norteia a pesquisa”.

Na linha teórica à qual este trabalho está filiado, o conhecimento é tomado como discurso, sobretudo, como discurso em análise, em que, de acordo com Orlandi (2012), a relação teoria, método, procedimentos analíticos e objeto são inseparáveis, devendo ter entre si uma relação de consistência. Diante disso, os conceitos tradicionalmente trabalhados em Análise de Discurso (AD), tais como gesto de interpretação e arquivo, são mobilizados, nesta tese, por uma relação com o processo de produção do conhecimento em História das Ideias Linguísticas e a partir de percursos nossos no grupo de pesquisa do Laboratório Corpus.

A persistência na retomada desse lugar tem como finalidade ressaltar nossa compreensão de arquivo, a qual se dá, a partir de Pêcheux (1982), como um espaço polêmico constituído por gestos de leitura sobre uma questão. Também se fez presente neste trabalho a concepção de Orlandi (1996) sobre memória institucionalizada, que seria a memória cristalizada na história e que não é esquecida. Desse modo, nos percursos de leitura do/no arquivo, de acordo com a autora, é preciso trabalhar essa memória institucionalizada em relação aos seus efeitos de sentidos, os quais, por sua vez, são produzidos pelas diferentes maneiras de se ler o arquivo. Em outras palavras, é preciso analisar os dizeres institucionalizados, buscando compreender os efeitos que dão sustentação a um imaginário de sentido literal, já posto, já significado, legitimado na história.

Em meio à relação entre a memória institucionalizada e os efeitos de sentidos dessa memória no arquivo, nosso trabalho se dá pelas relações de sentidos no texto e entre textos. Trabalha-se com a fluidez da língua, com palavras que “falam” com

palavras (Orlandi, 2012), umas se reportando a outras, puxando-as ou mesmo se colocando em seu lugar. Isso se constitui em um processo analítico, que, todavia, é determinante da incompletude da análise enquanto escrita de um trabalho científico, pois a totalidade desse processo não pode ser atingida pela escrita do analista, através de recortes que são unidades discursivas pelas quais o processo analítico se atualiza na escrita.

O escrever, nesta tese, foi nosso desafio tendo em vista a relação entre HIL-AD, pois ao longo processo de escrita, permanecemos determinados pela tensão do trabalho de leitura entre a memória institucionalizada e os efeitos de sentidos dessa memória. De um lado, dominados pela cautela de tentar não legitimar interpretações na formulação do texto e, de outro, tomados pela responsabilidade do trabalho na língua imaginária, regida pela “gramática tradicional”. Essa inquietação vem à tona no presente fechamento do texto, quando questionamos se é necessário instituir um final.

Na escritura da tese, deixamo-nos levar por uma leitura determinada pelas condições de produção atual da história do conhecimento linguístico brasileiro, o momento histórico do qual faz parte a posição sujeito analista de discurso que faz história das ideias linguísticas. É nesse momento que temos, ainda em reedição, a **Moderna Gramática Portuguesa** de Evanildo Bechara, hoje subintitulada como atualizada pelo novo acordo ortográfico. Foi, primeiramente, pelo movimento editorial dessa gramática (1961- [1999] 2009), conforme “contado” na introdução da tese, que revisitamos a história da tradição gramatical na Antiguidade. Dessa forma, na gramática do grego Dionísio, o Trácio, temos o nome *gramática* designado como *conhecimento empírico* e, na gramática do latino Donato, temos esse nome designado como *arte* sendo, então, esta última, referência à tradição gramatical de manualização das línguas latinas européias e da educação medieval, conforme apontam Puech, Colombat e Fournier (2010).

Nesse momento, a partir de Robins (2004), salientamos que a educação medieval era baseada nas sete artes liberais, dentre as quais a gramática, juntamente com a lógica e a retórica, formavam um *trivium*. Isso nos possibilita compreender que antes da Idade Moderna, em países sob a tradição greco-latina, constitui-se uma *arte da gramática* como disciplina e como manual sobre a arte de escrever corretamente. Acrescentamos, ainda, que temos em potencial as condições

de produção da gramática como “arte que ensina...”, a qual se atualiza na gramática de Fernão de Oliveira.

O encaminhamento da análise se constitui norteado pelo gesto de interpretação sobre o modo como o movimento das designações de *arte* e de *ciência* determinam a definição do nome gramática nas obras de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540). Passamos pelo gramático português Reis Lobato para compreendermos, de um lado, como se institucionaliza a arte da gramática portuguesa *para* o Brasil por uma imposição política de Portugal, e, de outro, de outro lado, como se constituem movimentos de resistência às imposições do império português no Brasil, pela publicação de obras de Antônio Álvares Pereira Coruja, de Julio Ribeiro e de João Ribeiro, das quais recortamos a definição do nome *gramática*. Nesse jogo de forças, temos dois capítulos com nosso modo de contar a história do conhecimento linguístico brasileiro: Um sobre a gramática da língua portuguesa *para* o Brasil já com um movimento de gramatização *no* Brasil; e outro sobre a gramatização brasileira, ou seja, sobre o processo de gramatização da língua portuguesa *do* Brasil, produzida por gramáticos brasileiros. Desse movimento, também faz parte Eduardo Carlos Pereira, já na primeira metade do século XX, em um sentido de legitimação de um modo de ensino da arte da gramática da língua do Brasil, pela gramática expositiva.

De Pereira, há oito edições de sua gramática anteriores ao seu falecimento em 1922 e, na sequência, há reimpressões e atualizações ortográficas da última edição, pela Companhia Editora Nacional, até o final dos anos 50, quando essa editora propõe a Evanildo Bechara uma atualização da gramática em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Por meio da apresentação da questão teórica e da retomada do objeto de análise, objetivamos finalizar este trabalho com uma compreensão teórica sobre o modo como as categorias de *nome - designação - definição* foram mobilizadas no processo de constituição do gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro.

No percurso de nossa análise sobre essa história, **gramática** é uma palavra cristalizada, um nome legitimado no processo de produção do conhecimento sobre essa forma de saber, enquanto *arte*, ou seja, um conhecimento empírico que tem como objetivo ensinar como se deve falar e agora, sobretudo, como se deve

escrever corretamente. A noção de “nome”, trazemos de Dias (1996), como constituído pela relação entre virtual e atual, relação esta que atravessa o processo de leitura do/no arquivo.

O nome é virtual na medida em que é constituído por um universo de possibilidades de sentidos a serem atualizados na e pela língua. Já a atualização do nome, no âmbito da história da gramática, pode instituir sentidos ao produzir um efeito de significado legítimo em, por exemplo, o nome **gramática** no sentido de arte. *Arte de falar e de escrever corretamente. Arte que ensina a língua portuguesa.* O nome, no trabalho de leitura do arquivo, é o já dado, o já dito, mas também é virtual, é um nome em que o dizer pode vir a ser outro, com potencial de atualização.

É dessa maneira que nos propomos a trabalhar com a definição do nome *gramática* na história, pois a delimitação da definição de um nome é, em potencial, um processo de instituição. Já quando se trabalha nos deslimites das possibilidades de sentidos de um nome, analisamos como esse nome é designado ou determinado na história, sem definirmos, linguisticamente, o que é gramática em uma época, ou em um autor, ou em um recorte.

A definição, no trabalho de leitura de arquivo, é um recorte discursivo, no qual pode ser produzido um efeito de evidência de unidade da definição para o leitor. Porém, ao olhar do analista, essa definição extrapola os limites imaginários de um recorte na medida em que, por injunção ao gesto de interpretação, estabelece um percurso temático de relação com outros modos de se ler o que é *gramática*, tais como a leitura da definição desse nome nas imagens das folhas de rostos ou nas das capas de compêndios e, também, na relação dessas com outras produções dos autores ou de outros contemporâneos a eles.

Por esse viés, o que temos como regularidade na definição em estudo é o fato de ela ser constituída pelo movimento de designações de *arte* e de *ciência*, as quais se atualizam enquanto uma palavra escrita no recorte ou enquanto dizeres atravessados por uma forma de saber designada como *ciência* ou dizeres que representam o conhecimento designado como *arte*. Nesse sentido, a partir de Guimarães (2005), temos a designação como a significação de um nome enquanto uma relação linguística e simbólica remetida ao real da língua na história, de modo que buscamos analisar a significação de um nome a cada vez que ele se atualiza em um mesmo ou diferentes recortes, em condições de produção específicas.

Em nosso gesto de interpretação, por exemplo, no dizer *gramática da língua portuguesa* do século XVI, temos o nome *gramática* determinado pela designação *portuguesa*, pois esse nome já é da ordem do institucional, enquanto que a designação *portuguesa*, naquela época, representava uma língua em processo de gramatização. Já *gramática portuguesa*, por volta do século XVIII, passa a ter o funcionamento de um nome legitimado em nossa história. Nome que, na gramática de Bechara, em 1961, atualiza-se determinado pela designação *Moderna*, por exemplo, no título da publicação **Moderna Gramática Portuguêsa**.

Com relação às condições de produção dessa gramática, tivemos a construção de Brasília com vistas para o estrangeiro e nas condições de produção de seu processo de editoração temos um acordo de 2009 voltado para uma tentativa de unificar a ortografia dos países de língua portuguesa, mas um acordo promovido principalmente pelo Brasil. Assim, no país, temos um imaginário da *língua portuguesa* como nossa língua nacional, oficial e ainda materna, sendo essa última uma designação muito presente na gramática de Reis Lobato, de 1770; isso, em nossa leitura, traz à baila que *gramática portuguesa* ainda é um nome instituído que vem sendo designado como *gramática brasileira* ou *gramática do português brasileiro*¹²⁴, constituída por um processo de descolonização linguística do Brasil, iniciado no século XIX e que vem se consolidando, de diferentes maneiras, ao longo dos séculos XX e XXI.

A partir de meados do século XX, sobre o nome *gramática portuguesa*, compreendemos que através da sua relação com as designações, *do Brasil* e *de Portugal*, podemos ter o mesmo *nome* como tradição de uma história, embora ele seja designado e definido distintamente, de forma que, somente na memória institucionalizada seria o mesmo, uma vez que, na atualidade, ele significa pela diferença.

¹²⁴ Nesse horizonte de projeção das designações do nome *gramática*, temos, por exemplo: a **Moderna Gramática Brasileira**, de Celso Pedro Luft; a **Gramática do português brasileiro**, de Mário Perini; e a **Pequena gramática do português brasileiro**, de Ataliba de Castilho e Vanda Maria Elias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, C. **As Pesquisas Lingüísticas no Brasil (1968-1988)**. 2 ed. São Paulo: Humanitas, [1998] 2004.

ASSUNÇÃO, C. As primeiras gramáticas escolares vernáculas oficiais de Espanha e Portugal. In: DIOS, M. A. de. (Org.). **Aula Ibérica**. Salamanca, Espanha: Imprenta Kadmo, 2007.

_____.; TORRES, A. Abordagem pontual e situacional. In: OLIVEIRA, F. **Gramática da linguagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia das Ciências, [1536] 2000.

AUROUX, S. *Avant-propos et Introduction*. In: AUROUX, Sylvain (Org.). **Histoire des Idées Linguistiques: La naissance des metalangages en orient et en occident**. T.1. Liège: Pierre Mardaga, 1989.

_____. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. La naissance de la grammaire générale. In: GROULT, M. (Org.). **L'Encyclopédie ou la création des discipline**. Paris: CNRS Editions, 2003.

_____. **A questão sobre a origem das línguas seguido de A historicidade das ciências** Trad. Mariângela Joaquinho. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

BAJONI, M. G. **Les grammariens lascifs: La grammaire à la fin de l'Empire romain**. Paris : Les Belles Lettres, 2008.

BALDINI, L. **Um lingüista na terra da gramática**. Tese de doutorado. Campinas, 2005.

_____. 50 palavras em 5. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Orgs.) **Idéias linguísticas**: formulação e circulação no período JK. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

BARNABE, P. M. M.. A luz natural como diretriz de projeto. **Pós**. Pós.Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP. n. 22. São Paulo: FAUUSP, 2007.

BARROS, J. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu[m] Typographum, 1540.

BASTOS, M. H. C. A escola e o ensino em Porto Alegre/RS: Antigualhas do professor Coruja. In: IV Congresso Internacional de Educação. **A Educação nas fronteiras do Humano**. São Leopoldo: UNISINOS Publicações Científicas, 2006. v. 1. p. 1-15.

BECHARA, E. Filologia. In: ORLANDI, E. (Org.) ; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) Introdução às Ciências da Linguagem. **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Moderna Gramática Portuguêsa**: curso médio. 12 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1961] 1967.

BECKER, C. *Senhor Norma Culta*: entrevista com Evanildo Bechara. In: Revista **Piauí**. n. 57. Junho, 2011. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/educacao-57/questoes-vernaculas/senhor-norma-culta>. Acessado em 04 de novembro de 2012.

BIGNOTTO, C. C. **Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)**. Tese de doutorado. Campinas, 2010.

BUENO, S. **Estudos de Filologia Portuguesa**. vol. 1. São Paulo: Saraiva & Cia. Livraria Acadêmica, 1946.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral**: como introdução aos *Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, [1941]1969.

_____. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. 24 ed. Petrópolis: Vozes, [1956] 2002.

_____. Filologia. In: **Confluência** n. 27 e 28. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, [1949] 2004a.

_____. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: UCHÔA, C. E. F. (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Editora Lucerna, [1963] 2004b.

_____. Os estudos da Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil. In: **Confluência** n. 27 e 28. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, [1967] 2004c.

CASTELLANOS PFEIFFER, C. **Bem dizer e retórica**: um lugar para o sujeito. Tese de doutorado. Campinas, 2000.

_____. Definir (,) um percurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2003.

CASTILHO, Ataliba de. *A Reforma dos Cursos de Letras*. In: **Alfa** n.3. Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1963.

CERVO, L. M. **Do lugar do lingüista e da língua como objeto de divulgação**. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008.

_____. **LÍNGUA, PATRIMÔNIO NOSSO**. Tese de doutorado. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2012.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COLOMBAT, B. **La grammaire latine en France à la Renaissance et à l'Âge classique**: Théories et pédagogie. Grenoble: ELLUG, 1999.

_____.; FOURNIER, J.-M. e PUECH, C. **Histoire des idées sur le langage et les langues**. Paris: Klincksieck, 2010.

CORUJA, A. A. P. **Compendio Grammatica da Lingua Nacional**. dedicada a' mocidade rio-grandense. Rio de Janeiro, (1835) 1878.

_____. **Compendio Grammatica da Lingua Nacional**: dedicada a' mocidade rio-grandense. Novissima Edição ampliada e mais correcta. Rio de Janeiro: Livraria clássica de Alves & C., (1835) 1891.

COSTA, M. I. *A gramática na década de 70: apropriação, autoria e posição-sujeito*. In: **Fragmentum** n.20 - História das Ideias Linguísticas, 2009 .

_____. **A DEFINIÇÃO ATRIBUÍDA À DESIGNAÇÃO “SINTAGMA”:** DESLOCAMENTO E EFEITOS DE SENTIDOS. Dissertação de mestrado. Santa Maria: PPGL/UFSM, 2012

DENTI, A. **Reflexões histórico-discursivas sobre o lugar da lingüística no circuito editorial universitário brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2003.

DIAS, J. P. **O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2009.

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional:** as Bases Enunciativas do Nacionalismo. Campinas: Editora Pontes, 1996.

_____. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. Orlandi. (Org.). **História das Idéias Linguísticas:** construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas (SP), 2001.

_____. A gramática no período JK. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Orgs.) **Idéias linguísticas:** formulação e circulação no período JK. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

_____. e BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem:** a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006

DOSSE, F. **História do Estruturalismo:** o campo do signo (1945-1966). V. 01. São Paulo: UECAMP, 1993

EL-JAICK, A. P. G. **O ceticismo nos estudos da linguagem:** sobre Contra os gramáticos, de Sexto Empírico. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2009.

FACCINA, R.; CASAGRANDE, N. S.; HANNA, V. L. H. *Evanildo Bechara e a Moderna Gramática Portuguesa: uma abordagem historiográfica*. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História Entrelaçada 3: A construção das Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na segunda metade do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2008

FAVERO, L. **As Concepções Lingüísticas no Século XVIII**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

_____. Gramática é a Arte. In: Orlandi, Eni. (Org.) **História das Idéias Lingüísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas, SP: Pontes, Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder. In: GONÇALVES, M. et al. **Gramática e Humanismo**. vol. I. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2005. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/downloads/publicacao_docentes/secXVIII_lingua_leonor.pdf. Acessado em 04 de novembro de 2012.

_____. & MOLINA, M. **As concepções lingüísticas no Século XIX**: a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**. n. 28. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

FIORIN, J. L. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. In: **Línguas & Letras**. V. 07. UNIOESTE, 2006.

GIOLO, J. A Instrução. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; PICCOLO, H. I. L.; PADOIN, M. M. (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: Império. vol.2. Passo Fundo: Méritos Editora, 2006.

GONÇALVES, S. da S. **A história de instrumentos lingüísticos no sul**: o lugar de Celso Pedro Luft. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2009.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos Estudos do Português No Brasil. In: Eduardo Guimaraes; Eni Orlandi. (Org.). **Língua e Cidadania**. 1 ed. Campinas, 1996.

_____. HISTÓRIA DA GRAMÁTICA NO BRASIL E ENSINO. In: **Relatos**. Campinas, n.05, 1997. Disponível em http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_05.html, no dia 04 de novembro de 2012.

_____. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. Política científica e produção de conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica?). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

LAGGAZI-RODRIGUES, S. O político na Lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: Orlandi, Eni P. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

LAJOLO, M. **No jardim das Letras, o pomo da discórdia**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/pomo.htm>>. Acesso em: 24 de junho de 2012.

LAYTANO, D. d. (1981). **O linguajar do gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.

LEITE, Y. F. A Gramática de Anchieta : 500 anos de língua tupi. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 163, p. 42-47, 2000.

_____. **Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador**. *DELTA*, n.20. São Paulo: PUCSP, 2004.

_____. **Línguas indígenas**: memórias de uma pesquisa infinda. Trabalhos organizados por Bruna Franchetto e Thiago Coutinho-Silva. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

LEITE, M. Q. *Espaço da Interação autor/leitor na Gramática Tradicional : um estudo de caso*. In: PRETI, D. (Org.). **Interação na fala e na escrita**. 2ed. São Paulo: Humanitas, 2001

_____. **O nascimento da gramática portuguesa**: uso & norma. 1. ed. São Paulo: Humanitas / Paulistana, 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. **Loin du Brésil**: entretien avec Véronique Mortaigne. 2 ed. Braga, Portugal: Chandeigne, 2008.

LOBATO, A. J. R. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770. Disponível em <http://purl.pt/196>. Acessado em 04 de novembro de 2012.

LUZ, M. N. S. **Lingüística e Ensino: o discurso de entremeio na formação dos professores de língua portuguesa**. Tese de Doutorado. Santa Maria: UFSM/PPGLetras, 2010.

MATOS, A. S. de. **A atividade literária dos presbiterianos no Brasil**. In: <http://www.mackenzie.br/10982.html>. Prebiterianismo no Brasil. Instituto Presbiteriano Makenzie. Acessado em 28 de junho de 2012.

MARIANI, B.. **Colonização linguística**: Brasil (séculos XVI a XVIII) e Estados Unidos da América (século XVIII). 01. ed. Campinas: Pontes Editores, 2004.

_____; MEDEIROS, V. Que sentidos de língua nacional para uma nação marcada pelo enunciado “cinquenta anos em cinco”? In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Orgs.) **Idéias linguísticas**: formulação e circulação no período JK. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

MARTINS, T. S. **Emergência, movimento e deslocamento da disciplinarização da Análise de Discurso no RS**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2008.

_____. **Efeitos de sentidos na disciplinarização de uma teoria**. Tese de doutorado. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2012.

MATTOS e SILVA, R. V. Notas sobre avaliações lingüísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros. In: Rosa Virgínia Mattos e Silva; Américo Venâncio Lopes Machado Filho (Orgs.). **O português quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador: EDUFBA, 2002. Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.br/notas.html>.

_____. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MAURER Jr., T. H. Lingüística histórica. In: **ALFA** Revista de Linguística, v. 11, 1967. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3297>. Acessado em 04 de novembro de 2012.

MEDEIROS, V. G. Dizer a si através do outro (do heterogêneo no identitário brasileiro). Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2003.

_____. A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK. In: **Revista da ANPOLL**, 2008

MOISÉS, M. **A literatura portuguesa através dos textos**. 29 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

NARO, A. J. **Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NUNES, J. H. *A gramática de Anchieta e as partes do discurso*. In: GUIMARÃES E. (Org.). **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, 1996

_____. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. São Paulo: FAPESP, 2006.

_____. *O discurso documental na história das idéias lingüísticas o caso dos dicionários*. In: **Alfa - Revista de Lingüística**, São Paulo, v. 52, n. 1, 2008a.

_____. *Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias lingüísticas*. In: SCHERER, Amanda & PETRI, Verli. *Língua, Sujeito e História*. **Letras**. n. 37. Santa Maria: PPGL Editores, 2008b.

OLIVEIRA, F. **Gramática da linguagem portuguesa**. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia das Ciências, [1536] 2000.

ORLANDI, E. P. *Segmentar ou recortar*. In: **Lingüística: questões e controvérsias**. Uberaba, 1984. p. 9-26. (Série Estudos, 10).

_____. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Ética e Política Linguística*. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. N. 01. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. *Um fato, um acontecimento, uma história: idéias lingüísticas no Brasil*. In: **Relatos**. Campinas, n.06, 2000. Disponível em http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html, no dia 04 de julho de 2011.

_____. *Introdução*. In: ORLANDI, E. P. Orlandi. (Org.). **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas (SP), 2001.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas: Pontes, 2002a.

_____. *Ir ao congresso: fazer a história das idéias lingüísticas*. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2002b.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo, SP: Cortez, 2002c.

_____. *Introdução*. In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. (Orgs.). **Institucionalização dos estudos da linguagem: A Disciplinarização das Idéias Lingüísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2002d.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória (apresentação). In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. 1ed .Campinas: Pontes Editores, 2003.

_____. *História das Idéias X História de Vida. Entrevista com Eni Orlandi*. In: SCHERER, Amanda E. (Org.). **Fragmentum: História das Idéias X História de Vida. Entrevista com Eni Orlandi**. n. 7. Santa Maria: PPGL Editores, 2004.

_____. Apresentação. In: **Escritos: às margens**. n. 09. Campinas: Labeurb, 2005a.

_____. **Discurso e texto**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. *Teorias da Linguagem e discurso do multilingüísmo*. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Terra à vista**. 2. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Unicamp, 2008.

_____. **Língua Brasileira e outras Histórias**: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas-SP: Editora RG, 2009.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Editora Pontes, 2012.

PAIM, Z. M. V. **O movimento dos sentidos: de utopia à conversão**. Tese de doutorado. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2009.

PETRI, V. Por um acesso fecundo ao arquivo. **Letras (UFSM)**. n.21. Santa Maria: PPGL Editores, 2001.

PLATÃO. **Crátilo**. Coleção Pensamento e Filosofia. Traduzido por Maria José Figueiredo. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2001.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. (Org.) Por uma análise automática do discurso. Tradução de Bethânia Mariani [et al.]. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Ler o Arquivo Hoje*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Trad. de José H. Nunes. Campinas : Pontes, 1999.

_____. [1983] **Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. **Semântica e Discurso**: *uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA, E. C. **Grammatica Expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co, 1907.

_____. **Grammatica Expositiva**. 83 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

PUECH, C. Entrevista de 2009. In: Cogitare (texto no prelo)

RAMADON, L. F. **UERJ: Uma história apaixonante**. Rio de Janeiro, 2006. Livro digital disponível em <http://lframadon.sites.uol.com.br/>, acessado em 04 de novembro de 2012.

RAMOS, D. S. Eduardo Carlos Pereira. In: **Jornal de Filologia**. Direção de Silveira Bueno. n. 5. Ano II. São Paulo: Saraiva S.A. Livreros Editores, 1954.

RASIA, G. L. S. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e da 2ª República**: o duplo lugar da determinação e da contradição. Tese de doutorado. Santa Maria: PPGL/UFSM, 2004.

_____. O estatuto da determinação linguística na gramática histórica de Said Ali e a dimensão discursiva. In: Revista da **Abralin**. 2ª parte de 2011. Disponível em www.abralin.org/revista/RVE2/9v.pdf. Acessado em 04 de novembro de 2012.

RAZZINI, M. P. G. Monteiro Lobato e a produção de livros escolares em São Paulo nos anos 20. In: **Anais do XII Congresso Internacional ABRALIC**. Curitiba: ABRALIC, 2011. Disponível em www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/.../TC1008-1.pdf. Acessado em 04 de novembro de 2012.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**: 3º anno. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C. , 1889.

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro. Técnico, 2004.

RODRIGUES, A. D. *As línguas indígenas e a constituinte*. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. *A obra científica de Mattoso Câmara Jr.* In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. n. 6, Campinas: IEL/Unicamp, 1984. [reeditado In: **Estudos da Língua(gem): Mattoso Câmara e os Estudos Lingüísticos no Brasil**. n.2. Vitória da Conquista: Edições UEBS, 2005.

SALUM, I. N. *Prefácio à edição brasileira*. In: SAUSSURE, F. d. **Curso de Lingüística Geral**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, [1971].

SAPIR, E. **A linguagem**: introdução ao estudo da fala. Rio de Janeiro: INL, 1954.

SAUSSURE, F. d. **Curso de Lingüística Geral**. 9 ed. São Paulo: Cultrix, [1916] s/d.

SCHERER, A. E. As inquietudes discursivas de um orientador. In: **Letras** (UFSM), n. 21, 2000.

_____. *Apresentação*. In: SCHERER, Amanda E. (Org.). **Fragmentum: História das Idéias X História de Vida. Entrevista com Eni Orlandi**. n. 7. Santa Maria: PPGL Editores, 2004.

_____. **Lingüística no sul**: estudo das idéias e organização da memória. In: Eduardo Guimarães; Mirian Rose Brum de Paula. (Org.). *Sentido e memória*. 01 ed. Campinas, 2005.

_____. *Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar*. In: SARGENTINI, V. (Org.). **Análise do Discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Editora Claraluz, 2008

_____.; PETRI, V. *Discours ou discourse: invention, configuration, transmission et disciplinarisation au Brésil*. In: **Letras** (UFSM), v. 18, 2008.

SCHNEIDERS, C. M. A constituição da memória e das ideias em torno da disciplina de Linguística no interior do RS. **Fragmentum** n.20 - *Historia das Ideias Linguísticas*. Santa Maria: PPGL Editores, 2009.

_____. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50** . Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2011

SÉRIOT, P. **Structure et totalité: les origines intellectuelles du structuralisme en Europe Centrale et Orientale.** Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SILVA SOBRINHO, J. S. da. *A língua é o que nos une: língua, sujeito e estado no Museu da Língua Portuguesa.* In: Anais do Seta, volume 2. Campinas: Unicamp, 2008

SOUSA DA SILVEIRA. *Prefácio do Dr. Sousa da Silveira à primeira edição.* In. CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Princípios de Lingüística Geral: como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa.** 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, [1941]1969.

SOUZA, T. C. O estudo das línguas indígenas e o Setor de Lingüística do Museu Nacional, 1956-1960. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Orgs.) **Idéias linguísticas: formulação e circulação no período JK.** Campinas, SP: Editora RG, 2010.

SURDI, M. I. **Gramática normativa: movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”.** Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2010.

TEIXEIRA, I. C. **Análise de discurso no Brasil: aspectos da invenção e da transmissão no fazer disciplinar** Tese de doutorado. Santa Maria, RS: PPGL/UFSM, 2009.

XAVIER, R. C. **Leonor Scliar Cabral: uma historicidade possível na produção do saber sobre a lingüística na mídia impressa do RS.** Dissertação de mestrado. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2004.

ZANON, M.; FACCINA, R. L. S. A Arte da Grammatica da Lingua Portugueza, de Reis Lobato, e sua contribuição para o ensino de Português do Brasil do século XVIII. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). **História Entrelaçada: A construção das Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao século XIX.** Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

ANEXOS

FERNÃO DE OLIVEIRA

dente, a sair trás seus imigos por suas terras desses imigos por espaço de jornadas com pouca gente.

E os lugares de portugueses que ficaram em Portugal, posto que às vezes fossem vencidos como também às vezes eram vencedores, porque
 5 assi passa onde ha continoa guerra, todavia sempre tiveram capitão christão até o conde dom Anrrique e el-rei dom Afonso Anrriquez seu filho, o qual por autoridade apostolica foi feito rei não devendo nada a alguém, como com muita verdade afirma Rui de Pina ⁷ na *Estorea del-rei dom Sancho*, o primeiro deste nome. Apontei isto para que
 10 desta nossa propria e natural nobreza nos prezemos e não fabulizemos ou mintamos patranhas estrangeiras; e muito menos nos louvemos dos godos, porque elles perderam o que a virtude desta terra ensinou ganhar aos nossos.

Capitolo IV. [Da cultura e gloria da terra].

15 O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria da terra em que florecem, porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a elles sojeitas
 20 aprender suas linguas, e em ellas escreviam muitas bõas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par'ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso.

25 Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua, e não a lingua os homens. E é manifesto que as linguas gre-

A4r
 [Fol. 4r]

6 ate o conde Dom Anrrique PVNS. 10 não] nam PVNS.

12-13 ensinou gaynhar PVNS.

14 Capitolo IV] Quarto Capitolo PVNSB. 18 sojeitas] sogeytas PVNS.

19 bõas PVNS: manteve-se o til, porque quase sempre aparece no feminino desta palavra, em contraste com uma única vez no masculino (vd. pp. [2], [19], [39], [69]).

21 bo] bõ V. 24-25 é] he PVNS.

28 a lingua, e não a lingua] lingua ... lingoa PVNS.

ga e latina primeiro foram grosseiras; e os homens as poseram na perfeição que agora têm.

Antes se quiserdes ouvir as fabulas que elles contam eu vos farei parecer que primeiro souberam falar os homens da nossa terra, porque Vitruvio ⁸ diz no segundo livro dos seus *Edificios* que ajuntando-se os homens a hum certo fogo, o qual por acerto com grande vento se acendeo em matos, e ali conversando huns com outros souberam formar vozes e falar. E não dizendo elle onde foi este fogo, conta Diodoro Siculo ⁹ no seisto livro da sua *Biblioteca* que foi nos montes Pireneus, os quaes são antre França e Espanha. E pois grammatica é arte que ensina a bem ler e falar, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, porque também agora a possamos usar na nossa antigua e nobre lingua.

Capitolo V. [Dos principios desta arte].

Mercurio primeiro em Egipto ensinou a ler e falar, diz Diodoro Siculo; e depois também em Grecia onde lhe chamaram Hermes, que quer dizer interpretador. E isto confirma Marciano Capella¹⁰ no terceiro livro nomeando o rei e terra que Diodoro diz, ainda que esse Diodoro no quarto livro torna a dizer Cadmo e não o primeiro dos que põe Xenophonte ser o que primeiro trouxe letras à Grecia. E pode ser que d'ambos seja verdade em diversos tempos antremetendo-se algũa adversidade que a terra padeceo, na qual os estudos do primeiro porventura pereceram; ou em diversas terras, como vem a saber, Mercurio em Atenas e Cadmo em Thebas.

Homero diz que Archiloco foi o primeiro que depois daquelles emendou as escreturas e letras em Grecia; e Xenophonte diz que nessa terra Palamedes e Simonides ajudaram os principios desta nossa arte. Plinio diz que Apolodoro floreceo em ella. E podemos entender que antre os primei-

A4^v
[Fol. 4^v]

8 não] nã PVNS.

9 seysto PVNS.º

10 grammatica] gramatica PVNS.

13 Capitolo V] Quinto capitolo PVNS.

20 antremetendosse PVNS.

22 como vê a saber P; com vê a saber VNS; convém a saber B.

JOÃO DE BARROS

Res
565812

E *M* acartinha passada, demos arte pera os minimos fáçilmente aprenderẽ aler: cõ toda adiuersidáde de syllabas que a natureza de nõssa linguágẽ padeçe. E assy lhe apresentamos os preçeitos daley, e os mandamentos da santa mádre Igreja: cõ o tratádo da missa em as quáes cousas cõuem serẽ elles doutrinados por que como diz sam Bernárdo, non e cousa menos piadõsa e sinar o animo com sapiencia que dar mantimẽto ao corpo. Fica agora dármos os preçeitos da nõssa Grammatica, decuiio titolo intitulos acartinha: como fundamẽto e primeiros elementos da Grammatica. E por que os mininos das escolas de ler e escreuer, tomarã a outra parte e nã esta, por ser o primeiro leite de sua criaçam: pareçenos que ficãua esta sem fundamento nam de clarando a os que uirem esta sòmẽte que na primeira he o principio onde está dedicáda ao principe nõsso senhor.

GRAMMATICA² DA LINGVA POR- TUGUESA.

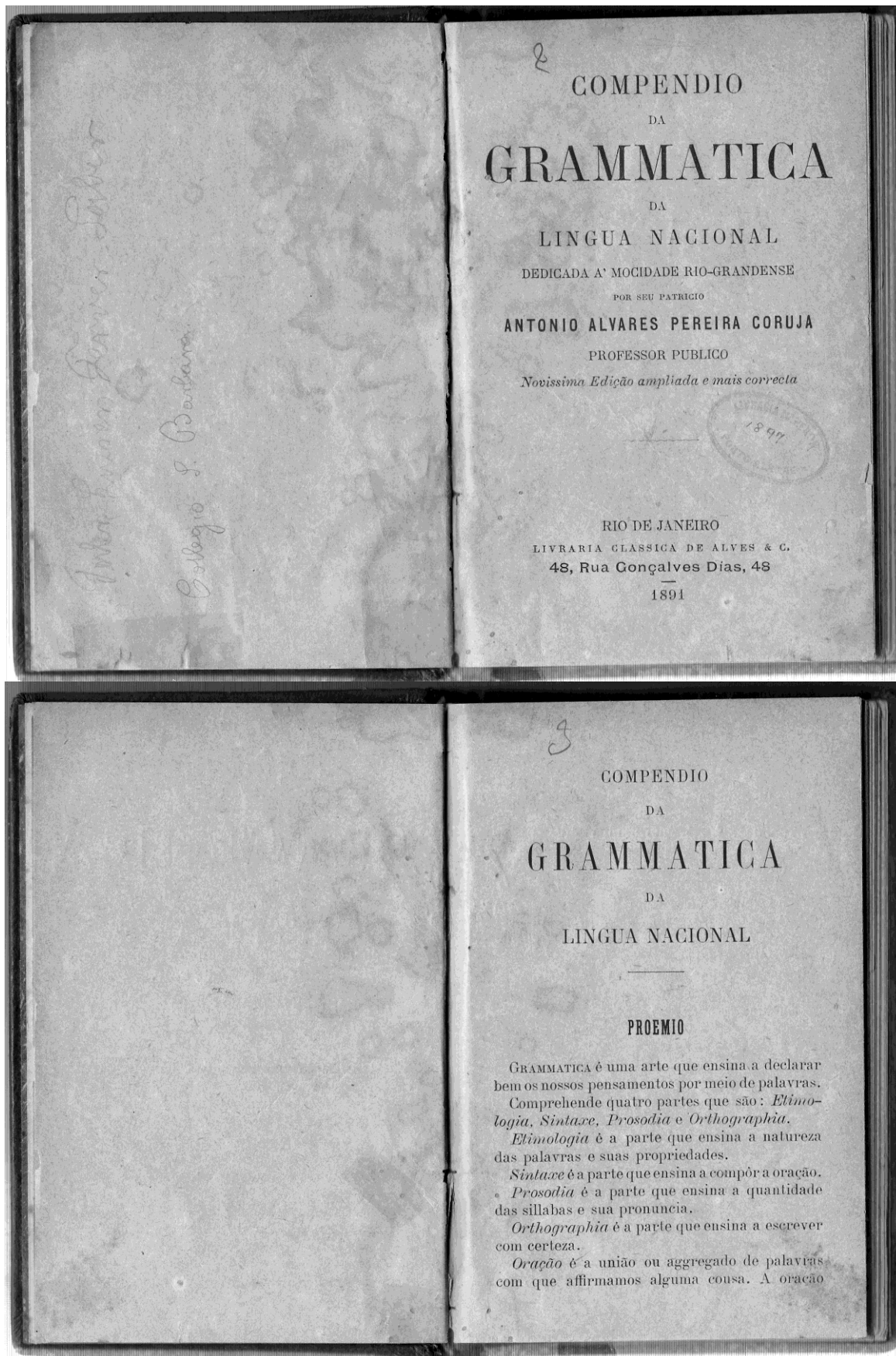
Difinçám da Grãmatica e as pártes della.



GRAMMATICA, E uocabulo Graego: quer dizer, çiençia de leteras. É segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos deã: ç hũ módo çerto e iusto de falár, e escreuer, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos. Nós podemos lhe chamár artefício de paláuras, póstas è seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas. Por que bem assy entram as leteras pela uista, como as paláuras pelos ouuidos: instrumento comque o nóssõ intendimêto recebe as mais das cousas. É como pera o iogo do enxedrez se requerê dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o officio que lhe foy dádo:) assy todas as linguágẽes tem dous reis, diferentes em gênero, e concordẽs è officio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Verbo.

a ij Cada

ANTONIO ALVARES PEREIRA CORUJA



Anexo 3 – recorte da gramática de Coruja ([1835] 1891)

consta de Sujeito, Verbo, Predicado ou Paciente, e Circunstancias, quando as ha.

Circunstancia é tudo aquillo que sem ser sujeito, nem verbo, nem predicado, entra no arranjo da oração.

As palavras de que se compõe a Oração, podem reduzir-se às seguintes especies, e vem a ser: *Artigo*, *Nome* ou *Substantivo*, *Adjectivo*, *Pronome*, *Verbo*, *Participio*, *Preposição*, *Adverbio*, *Conjunção*, *Interjeição*.

Destas, as primeiras seis são *variaveis*, porque podem soffrer mudança na terminação, e as ultimas quatro são *invariaveis*.

PARTE PRIMEIRA

Da Etimologia

ARTIGO

Artigo é uma parte da oração que precedendo a um nome, nos mostra seu genero e numero.

Os generos são dous: masculino e feminino.

Os numeros grammaticos são dous: singular e plural; e como o artigo varia tanto em genero como em numero, por isso temos no singular *O, A*, e no plural *Os, As*. Além deste artigo que chamamos *Definito*, temos com as mesmas variações o indefinito *Um, Uma*, quando não é numeral.

NOME OU SUBSTANTIVO

Nome ou *Substantivo* é o que significa uma cousa ou pessoa, como: *Francisco, Mesa*.

O Substantivo ou é *Proprio* ou *Appellativo*.

Proprio é o que compete a uma só cousa ou pessoa determinada: como *Norte, Janeiro, Amazonas*.

Appellativo (ou *communis*) é o que compete a muitas pessoas ou cousas de uma mesma especie: como *Vento, Mes, Rio*.

Ha appellativos que são *Collectivos*, *Augmentativos*, ou *Diminutivos*.

Collectivo é o que no numero singular significa multidão: como *Frota, Exercito, Povo*. (1)

Augmentativo é o que augmenta a significação do nome donde nasce: como *Homemzarrão esquadrao*.

Diminutivo é o que diminue a significação do nome donde nasce: como *Livrinho, Filhinho*.

ADJECTIVO

Adjectivo é o que qualifica ou determina a cousa ou pessoa indicada pelo substantivo; e por isso se divide em *Qualificativo* e *Determinativo*.

O adjectivo *qualificativo* indica a qualidade do substantivo: como *Homem amavel, Mesa redonda*; em que o adjectivo *Amavel* qualifica o substantivo *Homem*, e o adjectivo *Redonda* qualifica o substantivo *Mesa*.

O adjectivo *qualificativo* divide-se nas seguintes especies que são: *Positivo*, *Comparativo*, *Superlativo*, *Possessivo*, *Patrio* e *Gentilico*.

(1) Ha collectivo *geral, determinado e partitivo*: o geral exprime collecção de numero indeterminado, como os tres exemplos acima; o determinado exprime collecção de numero determinado, como *Duzia, Grossa, Milheiro*; e o partitivo exprime parte de uma collecção, como *Parte, Porção, Metade*.

Positivo é o que significa a qualidade de uma cousa, absoluta e simplesmente: como *Pequeno, Bom, Prudente*.

Comparativo é o que, além da qualidade que exprime, indica comparação: como *Melhor, Maior*. (1)

Superlativo é o que exprime no summo grão a significação do positivo donde nasce: como *Illustrissimo, Celeberrimo, Optimo, Facillimo*. (2)

Possessivo é o que indica possessão: como *Popular, Nacional, Imperial*.

Patrio é o que indica a patria; como *Rio-Grandense, Fluminense, Pernambucano, Mineiro*.

(1) Ha comparativos de forma simples e de forma composta; os comparativos de forma simples são *Melhor, Peor, Maior, Menor*, e outros; os de forma composta são auxiliados dos adverbios *Mais, Menos* ou *Tão*; como *Mais perfeito, Menos prudente; Tão facil, Mais* denota comparativo de superioridade; *Menos* de inferioridade; e *Tão* de igualdade.

(2) Segundo a regra mais geral os superlativos se derivão do positivo terminando em *issimo*, como de *Justo, justissimo*; ou em *errimo*, como de *Miserio, miserimo*; muitos porém nesta formação seguem a etimologia ou analogia latina: como de antigo, *antiquissimo*; de *Christão, christianissimo*; de doce, *dulcissimo*; de *Facil, facillimo*; de Nobre, *nobilissimo*; de *Sabio, sapientissimo*. Estes mesmos superlativos tambem se formão precedendo ao positivo o adverbio *Muito*: como *Muito prudente*, que é o mesmo que *Prudentissimo*.

Além destes superlativos a que chamamos *absolutos*, tambem temos o *relativo*, composto do adverbio *Mais*, precedido do artigo, como *O mais constante; As mais amaveis*.

Gentílico é o que indica a gente ou nação a que cada um pertence : como *Brasileiro, Asiático*.

O adjectivo *Determinativo* determina a quantidade do substantivo, a que se acha ligado na oração, declarando se a sua significação se estende a todos, a alguns, ou a quaes.

A esta classe pertencem os seguintes :

Os *Universaes* : como Nenhum, Todo.

Os *Partitivos* : como Algum, Muitos, Os mais.

Os *Distributivos* : como Outro, Cada, Quemquer, Qualquer.

Os *Relativos* ou *Conjunctivos* : como Quanto, Cujó.

É os *Numeraes*, os quaes quando indicão numero absolutamente, se chamão *Cardaes*, como Tres, Cinco, Dez; e quando indicão numero por ordem, se chamão *Ordinaes*, como Terceiro, Quinto, Decimo.

Tambem pertencem á classe dos adjectivos determinativos, os articulares *O* e *Um*.

Os adjectivos em geral ou têm uma só terminação para ambos os generos, como *Qualquer, Fiel, Constante*; ou duas, como *Justo, Justa; Cujó, Cujá*.

PRONOME

Pronome é uma palayra que traz á memoria a pessoa ou cousa a que se refere, e se põe na oração em lugar do Nome.

O Pronome divide-se nas seguintes especies, que são : *Pessoal, Relativo, Demonstrativo, Possessivo* e *Reflexivo*.

Relativo é o que traz á memoria um nome antecedente, ou com elle tem relação; como *Quem, Que, Qual*. (1)

Pessoal é o que indica pessoa : como *Eu, Tu, Elle*.

Demonstrativo é o que limita a significação do substantivo pela circumstancia do lugar em que se acha, ou no discurso ou fóra de nós; como *Este, Esse, Aquelle*.

Possessivo é o que indica possessão : como *Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso*.

Reflexivo é o pronome *Se*, que se une ao verbo com referencia ao sujeito da oração, como nesta frase : *Domingos deita-se*. (2)

Alguns destes pronomes fazem vezes de adjectivos determinativos quando vêm com substantivo claro.

(1) Tambem chamão a estes pronomes *interrogativos* porque servem para com elle se perguntar; mas as perguntas se podem fazer por muitas outras palayras, que aliás não denominamos interrogativas.

(2) Tambem se usão como reflexivos outros pronomes pessoais, como nas frases : *Eu me enfado; Tu te feres; Nós nos deitamos; Vós vos queizais*.

O pronome *Se* chama-se *reciproco* quando se une ao verbo com referencia reciproca a dois individuos que lhe servem de sujeito : como na frase *Dous guerreiros se matão*, mas nestes casos tambem como taes se usa de *nós* e *vós*, como quando dizemos : *nós nos matamos, vós vos estimais*.

JULIO RIBEIRO

Tendo eu na publicação desta Grammatica cumprido com todas as prescripções das leis do meu paiz e das do reino de Portugal, ponho o meu direito de auctor sob a protecção que essas leis me concedem.

Todos os exemplares desta edição e de outras que porventura se fizerem serão numerados a tinta vermelha, e assignados por chancellia.

Exemplar N. ~~1925~~

Julio Ribeiro.

Classif	469.5
Autor	
V.	Ex
Ex.	
Tombo BC	74370
IEL	38019
BIBID	62259

22549

GRAMMÁTICA PORTUGUEZA

INTRODUÇÃO

1. Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem (1).

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se pôde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua lingua.

2. Ha muitos outros pontos de vista sob os quaes é util o estudo da grammatica.

Nós começamos a aprendizagem da falla aprendendo a entender as palavras que ouvimos pronunciar aos outros; depois aprendemos a pronuncial-as nós próprios, e a coordenal-as, como os outros fazem, para exprimir as nossas impressões, os nossos pensamentos. Um pouco mais tarde temos de aprender a entendel-as quando apresentadas á nossa vista manuscritas ou impressas; temos de apresental-as também desse modo, isto é, de escrevel-as. Será então dever nosso usar da linguagem, não só com correcção, mas também de modo que agrade aos outros, que sobre elles exerça influencia. Muitas pessoas terão ainda de

(1) WILLIAM DWIGHT WHITNEY, *Essentials of English Grammar*, London, 1877, pag. 4—5.

aprender linguas extranhas, linguas que servem aos mesmos fins a que serve a nossa, mas de modo diverso. Nós temos mais de estudar as fórmas várias por que passou a nossa lingua, temos de comparar essas fórmas com a actual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é. Não nos basta usar da linguagem; é mister saber o que constitue a linguagem, e o que nos importa ella. O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a historia do homem. Como a linguagem é o instrumento e o meio principal das operações da mente, claro está que não podemos estudar essas operações e a sua natureza sem um conhecimento cabal da linguagem.

Para todos estes fins é o estudo da grammatica o primeiro passo, e o estudo da grammatica de nossa lingua o passo mais seguro e mais facil.

O estudo da grammatica divide-se em diversas partes; nunca se acaba: começa em nossa infancia e dura toda a vida. Os homens mais intelligentes e doutos têm sempre alguma cousa a acrescentar ao seu conhecimento da linguagem, mesmo da materna.

3. *Linguagem* é a expressão do pensamento por meio de sons articulados.

4. Sons articulados significativos, quer proferidos, quer representados por symbolos, chamam-se *palavras*.

Consideradas relativamente á sua significação, chamam-se as palavras *termos*; consideradas relativamente a seus elementos materiaes, chamam-se *vocabulos*.

5. A grammatica é geral ou particular.

6. *Grammatica geral* é a exposição methodica dos factos da linguagem em geral.

7. *Grammatica particular* é a exposição methodica dos factos de uma lingua determinada.

8. *Grammatica portugueza* é a exposição methodica dos factos da lingua portugueza.

9. Divide-se a grammatica em duas partes: lexeologia e syntaxe (1).

(1) BURGRAFF, *Principes de Grammaire Générale*, Liège, 1863, pag. 11. ALLEN AND CORNWELL, *English Grammar*, London, 1855, pag. 9. AYER, *Grammaire Comparée de la Langue Française*, Paris, 1876, pag. 12. BASTIN, *Etude Philologique de la Langue Française*, St. Petersburg, 1878; vol. I, pag. 1. CHASSANG, *Nouvelle Grammaire Grecque*, pag. 1 e 131.

JOÃO RIBEIRO

ADVERTENCIA

Ainda não ha dous annos que appareceu á luz publica (em setembro de 1887) a *Grammatica Portugueza* e já imprimimos hoje a terceira edição.

Nesta, poucas alterações fizemos; supprimiu-se o appendice em cujo lugar se reeditou o prefacio da edição anterior.

Nos lugares em que este livro fôr menos abundante em informações, aconselhamos ao leitor a consulta do *Diccionario Grammatical* do mesmo autor.

Junho, 1889.

OS EDITORES.

LIÇÃO I

SUMMARIO.—1. Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, grammatica historica ou comparativa e por grammatica descriptiva ou expositiva.—2. Objecto da grammatica portugueza e divisão do seu estudo.—3. Phonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras. Vogaes; grupos vocalicos. Conscantes; grupos consonantacs. Syllabas; grupos syllabicos.—Vocabulo.—Notações lexicas.

1. Grammatica é a coordenação das fórmulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escripta.

Esta definição é deduzida da observação dos factos da linguagem. A analyse revela que toda a lingua tem grammatica, porque os vocabulos que servem para a expressão das idéas, affectam variações de fórma, de collocação e de sentido susceptiveis de serem generalizadas, isto é, de serem construidas sob o typo de *leis* ou *regras*. O systema geral e abstracto destas leis constitue a *grammatica*.

A grammatica divide-se em *geral* e *particular*.

Grammatica geral é a que expõe os principios logicos communs a todas as linguas.

Grammatica particular é a que expõe os principios e as particularidades especiaes de um idioma.

Actualmente o progresso da philologia proscreeu a sciencia da *grammatica geral*. Não ha *grammatica geral* senão para uma classe, familia ou grupo de linguas da mesma filiação.

Grammatica historica é a que estuda os factos de uma lingua, em seus diversos periodos, desde a origem e formação até a época presente.

— 2 —

Grammatica comparativa é a que estuda os factos communs ou differentes, em um grupo de linguas que têm a mesma origem.

Em geral, tanto o estudo *historico* como o *comparativo*, são inseparaveis e constituem o *methodo historico-comparativo*, essencial à sciencia das linguas. No caso da lingua portugueza, os elementos *historicos* são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influencias das linguas extranhas, em diversas épocas; os elementos *comparativos* acham-se na analyse das linguas romanas, o italiano, o francez e o hespanhol, que todas se originam do latim barbaro da edade-média.

Grammatica descriptiva ou expositiva, ou practica, é a arte que ensina a falar e a escrever correctamente uma lingua.

A grammatica practica, como arte que é, contém preceitos frequentemente anti-scientificos, por isso que as suas vantagens consistem em procurar meios mecanicos e muemonicos que facilitem o estudo. Assim, a grammatica practica denomina irregulares os verbos que, scientificamente, no sentido da filiação historica, conservam a regularidade primitiva.

2. A grammatica portugueza divide-se em quatro partes principaes: *Phonologia*, *Morphologia*, *Classificação* ou *Taxinomia* e *Syntaxe*. As tres primeiras referem-se ao estudo do *vocabulo*; a última ao da *phrase* ou *proposição*.

As partes que se referem ao estudo do vocabulo têm no conjuncto a denominação de *Lexilogia*.

O estudo do sentido do vocabulo chama-se *Semantica*, e o de origem e fórmas primitivas, *etymologia*: comquanto muito dependentes da grammatica, della não fazem commumente parte a *Etymologia*, nem a *Semantica*, e antes representam divisões da philologia geral.

Phonologia é o estudo do vocabulo, considerado como um composto de sons.

O estudo dos sons acurreta o estudo das letras e symbolos que os representam. D'aqui, os dous complementos da phonologia: a *Orthographia*, que ensina a representar graphicamente o vocabulos; a *Orthoepia* ou *Prosodia*, que ensina a pronuncial-os segundo o bom uso.

EDUARDO CARLOS PEREIRA

PROLOGO

A boa regencia de nossa cadeira de portuguez no Gymnasio Official da cidade de S. Paulo, nos levou ao presente trabalho.

Depois que Julio Ribeiro imprimiu nova direcção aos estudos grammaticaes, romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente. Vae a esta hora viva a requesta em todo o campo grammatical. A incerteza das theorias pede meças á variedade desorientadora do methodo expositivo e á exuberancia da technologia « abstrusa e cansativa ».

Nestas condições é natural que o professor de portuguez sinta necessidade de abrir caminho proprio. Foi o que nos aconteceu, embora tivessemos de fazer da fraqueza forças.

A orientação que seguimos, expol-a-emos em poucas palavras.

Em primeiro logar, procuramos á resultante das duas correntes: — da corrente moderna, que dá emphasis ao elemento historico da lingua, e da corrente tradicional, que mais se preoccupa com o elemento logico na expressão do pensamento. Ha verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas.

Ninguem contesta, certamente, que os factos actuaes da lingua tem sua explicação racional nos antecedentes historicos da mesma lingua. / E' na phonologia, morphologia ou syntaxe historicas que nós encontramos a razão de ser das regras actuaes da grammatica expositiva sobre a pronuncia, sobre a fórma dos vocabulos, ou sobre os processos syntacticos. / Dahi não se segue, porém, que o estudo da grammatica historica deva anteceder ou mesmo acompanhar o estudo da grammatica expositiva. E' esta, entretanto, a lamentavel confusão que tem grandemente prejudicado, nestes ultimos tempos, o ensino da lingua nacional. Basta, para satisfazer as exigencias racionaes do ensino expositivo, seguir-se a opinião criteriosa de Brachet, isto é, basta ministrar a dosagem historica ao alcance do alumno, sufficiente para a clara intelligencia dos phenomenos actuaes, sem que seja necessario baralhar o estudo da grammatica historica com o estudo da grammatica expositiva. Obedecendo a este criterio, consignamos, nas *Notas e Observações*, rapidas explanações historicas sobre a regra expandida no texto.

Demais, a lei da organização do ensino gymnasial discrimina sabiamente o ensino expositivo do ensino historico na cadeira de portuguez. Os tres primeiros annos são consagrados ao ensino da Grammatica Expositiva; no 4.º anno se faz o estudo da Grammatica Historica, como complemento necessario de um estudo perfeito da lingua vernacula.

— II —

A grammatica historica entre-sachada na grammatica expositiva traz, como natural resultado, a interrupção na exposição didactica, o desanimo e a confusão no espirito de alumnos que não teem ainda o indispensavel conhecimento prévio do latim (que só começa no 8.º anno dos gymnasios), para poderem comprehender as leis glotticas rudimentares da evolução historica do portuguez; finalmente, traz a annullação reciproca de materias que, no pensamento do programma official, devem mutuamente completar-se.

Acompanhando, pois, a lei da organização do ensino secundario, apenas desenvolvemos neste curso, com certa amplitude, a materia reclamada pelo programma official dos tres primeiros annos, não perdendo de vista o seu complemento nos estudos historicos do 4.º anno.

Em segundo lugar, fugimos da «terminologia grammatical abstrusa e cansativa», na phrase cortante da «Commissão de programmas de linguas». Não rejeitámos, todavia, os *neologismos* já correntes e apropriados.

Em terceiro lugar, amparámos nossas theorias grammaticaes na auctoridade de mestres de reconhecida competencia, taes como: — *F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer, Mason, Bain, Brachet, Andres Bello, F. Zambaldi*, para não mencionar o grande numero de grammaticos nacionaes e portuguezes, antigos e modernos, que tinhamos deante de nós.

Ao lado destes mestres, tivemos de collocar, com equal escrupulo os exemplos classicos que firmavam a doutrina. Como se vê da lista que em seguida publicamos, escolhemos auctoridades classicas de reputação incontestada, e de preferencia os escriptores modernos. Dada a evolução da lingua, não se pôde provar, em boa logica, a vernaculidade actual de uma expressão qualquer com a auctoridade de um classico antigo. E' esta a razão por que, em nossa abundante citação, demos preferencia a Alexandre Herculano e a Antonio Feliciano de Castilho, esses «dois grandes mestres do moderno classicismo», no dizer acertado do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro.

Cumpre-nos aqui confessar agradecido que, na pesquisa de exemplos classicos, largo subsidio nos forneceu a luminosa polemica, a qual, na redacção do Código Civil, se travou entre dous agigantados cultores de nosso idioma, queremos falar do Dr. Ruy Barbosa e do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Graças a esse manancial e ao esforço proprio, pudemos abonar amplamente a doutrina exposta, com a citação de numerosos textos de escriptores abalizados.

Além disso, levado por uma suggestão do programma official de portuguez, que determina «a apreciação de trechos em que entrem proverbios, maximas e sentenças moraes», enriquecemos o nosso humilde trabalho com dezenas de proverbios, maximas e dictos sentenciosos, que demos para aclarar e fixar as regras. Com taes exemplificações collimamos tres fins: a) a fixação facil da regra pelo frisante e agradavel do exemplo; b) o enriquecimento do espirito da mocidade com o legado veneravel da boa e velha linguagem contida nos proloquios populares; c) a influencia

— III —

salutar dos principios moraes que elles conteem. Dest'arte satisfizemos ao excellente principio da pedagogia allemã: aguçar o intellecto e formar o caracter.

/ Quanto ao nosso methodo expositivo, dons principios nos serviram de fio conductor através da multiplicidade e mobilidade dos phenomenos grammaticaes: a) não partir a grammatica em *pequenos*, multiplicando ao extremo as divisões e subdivisões, com grave detrimento da clareza; b) classificar os factos e prendel-os na unidade de um todo harmonico.

Seguindo estes principios, que nos parecem verdadeiramente scientificos, procuramos systematizar os factos numerosos da lingua em grupos ou classes subordinadas a leis, concatenando essas grupos em suas relações naturaes, de modo que formassemos da grammatica um corpo harmonico e symmetrico de doutrinas. Foi esse nosso escopo, principalmente na Taxeonomia, Etymologia e Syntaxe. /

No estudo do verbo, p. ex., não nos limitamos a enumerar suas especies, porém, dividimol-as em grupos systematicos subordinados a principios distinctos de classificação.

Estudando os *affixos*, não tomamos por base de classificação a sua mera ordem alphabetica, porém a sua *idéa*, elemento racional e fecundo, para o estudo comparativo que procurámos fazer.

No estudo dos factos syntacticos, tentamos prender e systematizar a extrema multiplicidade e variabilidade dos phenomenos nos tres processos fundamentaes de concordancia, regencia e ordem, encarando-os successivamente em seu aspecto normal e figurado.

Si algum exito coroou esta nossa tentativa, não nos compete dizel-o.

/ Em summa, cremos ter satisfeito plenamente as exigencias dos tres primeiros annos dos programmas officiaes de nossos *gymnasios*. / Si nestas paginas puder a nossa mocidade estudiosa encontrar alguma luz que lhe revele os poderosos recursos de nosso bello idioma, e os nossos collegas no magisterio algum auxilio no exercicio de sua nobre profissão, dar-nos-emos por compensado dos aturados labores que ellas representam.

Lacunas, erros e senões deve de havel-os com certeza, e grato ficaremos á critica sensata que os apontar.

S. Paulo, 14 de fevereiro de 1907.

O AUCTOR.

Auctoridades classicas citadas

nesta

GRAMMATICA

A. H.	— Alexandre Herculano.
A. C.	— Antonio Feliciano de Castilho.
L. C.	— José Maria Latino Coelho.
G.	— João Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garret.
G. D.	— A. Gonçalves Dias.
O. M.	— M. Oderico Mendes.
F. Lisboa	— João Francisco Lisboa.
R. S.	— Luiz Augusto Rabello da Silva.
C. C. B.	— Camillo Castello Branco.
F. E.	— Filinto Elysis, Francisco Manoel do Nascimento.
A. P.	— Padre Antonio Pereira.
A. V.	— Padre Antonio Vieira.
M. B.	— Padre Manoel Bernardes.
L. S.	— Fr. Luiz de Souza.
J. Freire	— Jacintho Freire de Andrade.
F. M.	— D. Francisco Manoel de Mello.
F. R. L.	— Francisco Rodrigues Lobo.
C.	— Luiz de Camões.

Nota — M. M. quer dizer Marquez de Maricá.

EXPLANAÇÕES:

O ensino do **1.º anno** não deverá ir além da syntaxe de concordancia regular, pag. 220.

Deverão ser excluidas deste anno todas as **Notas e Observações**, impressas em typo menor, bem como todos os paragraphos, capitulos e partes marcadas pelo **asterisco** (*).

Assim ficará excluida toda a Etymologia, que não é exigida pelo programma do 1.º anno. Deverão egualmente os Srs. professores attenuar os exercicios analyticos a exigir dos alumnos do 1.º anno.

No **2.º anno**, de accordo com o programma official, revendo a materia do anno antecedente, o professor entrará no desenvolvimento mais amplo da Phonologia e Morphologia, encetando então o estudo da Etymologia.

No **3.º anno**, finalmente, o professor, revendo a materia do anno anterior, entrará no estudo mais desenvolvido da Syntaxe, applicando-se ás particularidades de construcção, ás figuras e aos vicios de linguagem, a que damos largo desenvolvimento, satisfazendo dest'arte o programma official.

As seguintes *abbreviaturas*, usadas nesta obra, são facilmente intelligíveis: *lat.* ino; *gr.* ego; *obs.* ervações; *ex.* emplo; *exc.* epção; *exs.*, exemplos; *excs.*, excepções; *p. ex.*, por exemplo; *fid.* uro; + (mais) indica reunião; = (egual a) indica equivalencia.

PARECER apresentado á Congregação do GYMNASIO (official) DA CAPITAL DO ESTADO DE S. PAULO, pelo Doutor Silvio T. de Almeida, Lente Cathedratico de Literatura do mesmo Gymnasio.

A excellencia da "Grammatica Expositiva", de nosso prezado collega Snr. Eduardo Carlos Pereira, se revela na dosagem das noções que fornece aos alumnos dos tres primeiros annos gymnasiaes, assim como no methodo e clareza da exposição. A fórma precisa e sobria das definições e o acerto dos exemplos, collidos dos mais abalisados escriptores vernaculos contemporaneos, tambem concorrem para valorizar esse compendio, criteriosamente organizado de accordo com o programma official e sob a mais perfeita orientação pedagogica. A segurança da analyse que presidiu á apreciação dos factos linguisticos e a bella amplitude da sua synthese expositiva, tornam esse trabalho merecedor de unanime adopção e de sinceros elogios; porque constitue — evidentemente — um padrão de gloria para a nossa Congregação, assim beneficiada pelo esforço de um dos seus mais notaveis ornamentos.

S. Paulo, 26 de fevereiro de 1907.

Silvio de Almeida.

Está conforme o parecer supra, que foi unanimemente approved em Congregação realizada nesta data. S. Paulo, 20 de Fevereiro de 1907.

O SECRETARIO

B. G. da Costa e Silva.

**PARECER da Congregação do INSTITUTO
DE SCIENCIAS E LETRAS, equiparado ao
Gymnasio Nacional.**

São Paulo, 28 de Fevereiro de 1907.

Transmitto a V. S.^a o laudo da Comissão nomeada pela Congregação deste Instituto, para dar parecer sobre a sua Grammatica Expositiva da lingua portugueza. A estreiteza do tempo não permittiu entrar em detalhes, podendo eu, entretanto, assegurar-lhe que os professores de Portuguez pretendem adoptal-a para o ensino gymnasial.

Dou-lhe, como collega e muito amigo, os parabens pela acceitação que teve a sua obra no nosso Gymnasio, e neste Instituto, augurando-lhe ainda maiores triumphos.

Aproveito o ensejo para lhe apresentar os meus votos pela sua saúde e prosperidades.

Ao Illm. Snr. Eduardo Carlos Pereira, M. D. Lente Cathedratico de Portuguez no Gymnasio desta Capital.

Luiz Antonio dos Santos.

A Comissão nomeada pela Congregação do « Instituto de Sciencias e Letras » para dar parecer sobre a Grammatica Expositiva do Sr. Eduardo Carlos Pereira deu o seguinte laudo:

A Grammatica Expositiva do Sr. Eduardo Carlos Pereira, cremos, é o primeiro ensaio feliz que se faz aqui, no Brazil, para systematisar o estudo da lingua portugueza, estabelecendo uma linha divisoria entre a arte e a sciencia da lingua.

Semelhante escôpo, visou-o, em Portugal, Vasconcellos, extremando em dois compendios os ensinamentos praticos e scientificos que se baralham em nossas grammaticas entre expositivas e historicas. Mas o Sr. Eduardo Carlos Pereira imprimia a esta tentativa norteação mais vasta, primando pela grande clareza de suas definições e divisões, pela clarividencia e concisão com que destrinça as questões debatidas que offerece a syntaxe da lingua portugueza.

Realize o Sr. Eduardo Carlos Pereira o seu plano organisando a grammatica historica que o seu compendio parece prometter e ser-lhe-hemos devedores de um grande serviço prestado á cultura da lingua vernacula.

Relator: *José Antonio Nogueira.*

João da Silva Mezencio.

João Camara Leme.

GRAMMATICA EXPOSITIVA

NOÇÕES PRELIMINARES

1. **Linguagem** é o meio que empregamos para a comunicação de nossas idéas e pensamentos.

2. Tres são os meios empregados para esse fim: o *gesto*, o *som* e a *escripta*. Tres são, conseguintemente, as especies de linguagem:

a) a **linguagem gesticulada, mimica ou de acção**, constituida pelos *gestos* e varios movimentos de nosso corpo;

b) a **linguagem falada** constituida por *palavras faladas*;

c) a **linguagem escripta** constituida por *palavras escriptas*.

3. **Palavra** (falada) é a combinação de sons oraes indicando uma cousa 'qualquer, ou exprimindo uma *idéa*, exs. : *pé, arvore, flor, dó, amizade, amar*

4. Distinguem-se nas palavras a **fórma material** e a **idéa**: a *fórma* é a combinação de *sons*, ou das *letras* que os representam; a *idéa* é a *significação* ou o *sentido* da palavra.

5. A palavra chama-se **vocabulo** ou **dicção** quando nos referimos á sua *fórma*, e **termo** quando no referimos á sua *idéa*.

6. Chama-se **lingua** ou **idioma** a totalidade das palavras de que se serve um povo para exprimir suas idéas e pensamentos.

7. Dá-se o nome de **vocabulario** ou **lexico** de uma lingua á lista de seus vocabulos ou dicções. Esta lista chama-se especialmente **diccionario** ou **le-**

xicon, quando cada palavra ou dicção, disposta em ordem alphabetica, vem acompanhada da explicação de seu sentido.

Obs. A lingua pode ser — *viva*, *morta* ou *extincta*. *Viva*, quando falada por algum povo, como o *portuguez*, o *francez* etc. ; *morta*, quando não mais falada por povo algum, e só conhecida por documentos escriptos, como o *latim*, o *hebraico*, etc. ; *extincta*, quando della não existem siquer documentos.

8. As *idéas*, expressas pelas *palavras*, se combinam em nosso espirito para formar *pensamentos*, que são expressos pela *phrase*.

9. **Phrase** é, pois, a combinação de palavras exprimindo um *pensamento*, que póde ser *incompleto*, como — *a flor do jardim*, ou *completo*, como — *a flor do jardim é bella*.

10. Chama-se **oração** ou **proposição** a combinação de palavras exprimindo um pensamento completo, isto é, uma declaração formal, exs. : *A aguia voou* — *O chefe de secção deu suas ordens* — *A flor do jardim é bella* — *Independencia ou morte foi o grito do Ypiranga*.

11. A proposição consta de duas partes ou *termos logicos*, que são : o **sujeito** e o **predicado**.

12. **Sujeito** é o termo de que se declara, ou se afirma alguma cousa, e **predicado** é a cousa declarada ou affirmada do sujeito, exs. :

SUJEITO	PREDICADO
A aguia	voou
O chefe de secção	deu suas ordens.
A flor do jardim	é bella.
Independencia ou morte	foi o grito do Ypiranga.

EXERCICIO ANALYTICO

O alumno deverá discriminar as phrases de sentido completo e incompleto, indicará as *proposições*, seus *sujeitos* e *predicados*.

Vivendo e apprendendo.—Tapar o sol com a peneira.—Ter a faca e o queijo na mão. — O hypocrita coa um mosquito, e engole um camello. — Ninguem é propheta na sua terra. — Onde

todos mandam e ninguem obedece, tudo fenece.—Alexandre cortou o nó gordio. — Nem tanto, nem tão pouco. — Elle faz isso a torto e a direito. — Bem nada quem está fóra d'agua. — A rico não devas, a pobre não promettas. — A preguiça é mãe da indigencia. — A preguiça morreu á sêde ao pé de um rio. — A mocidade é a primavera da vida. — Independencia ou morte foi o grito glorioso do Ypiranga. — Elle fez a obra a trancos e barrancos.

GRAMMATICA E SUA DIVISÃO

13. **Grammatica portugueza** é a exposição methodica das regras relativas ao uso correcto da lingua portugueza.

Nota. *Grammatica* é termo grego derivado de *gramma* = *letra*.

14. As palavras, objecto da Grammatica, podem ser estudadas em dous aspectos fundamentaes : —ou **isoladas** ou **combinadas**. Por isso o estudo da Grammatica divide-se naturalmente em duas partes, que se chamam — **Lexeologia** e **Syntaxe**.

15. **Lexeologia** é o estudo das palavras isoladas, consideradas em si mesmas.

16. **Syntaxe** é o estudo das palavras combinadas para a expressão de nosso pensamento.

PRÓLOGO DA 2.^a EDIÇÃO

NESTA 2.^a edição julgamos não ter desmerecido do favor público que acolheu a 1.^a. Ampliamos a matéria e a sua exemplificação clássica retocando aqui e ali a doutrina e a sua disposição metódica. Além disso, alargamos o nosso trabalho com um *Esbôço histórico e geográfico da língua*, um breve estudo sobre a *Sintaxe* e a *Estilística*, e com um *Índice alfabético*.

Tendo publicado o *Curso Elementar* para o 1.^o ano dos Ginásios, procuramos nesta 2.^a edição do *Curso Superior* satisfazer plenamente o programa oficial do 2.^o e do 3.^o anos do curso ginásial, bem como atender igualmente ao desenvolvido programa de português da *Escola Normal* desta capital.

Aplicamos o maior cuidado à *análise*, fornecendo sobre todos os domínios da gramática expositiva *modelos e exercícios* apropriados. Sem pruridos de inovação, fomos, todavia, coagido a dar neste assunto orientação que nos parece nova e segura. A crítica, entretanto, nos dirá se fomos bem sucedido. Cremos que, sem um perfeito conhecimento da análise, não pode ser perfeito o conhecimento da língua.

Na incerteza e deficiência de nossa legislação gramatical, sentimos necessidade de nos pôr em contato mais íntimo com a língua viva de pessoas cultas, e, cômico de que a língua é um fato social cujas normas não se formulam *a priori*, de gabinete, ao sabor de gramáticos, esmeramos em alargar a documentação clássica de modernos escritores de incontestável competência, em abono das regras que estabelecemos.

Os discursos, em geral, de nossos homens públicos e as polémicas de nossos literatos revelam quão descuidado vai entre nós o estudo de nossa língua. Entretanto, não só para as classes dirigentes, mas para todas as classes sociais, é patriótico e de alta conveniência um conhecimento mais perfeito da língua materna. Esperamos que para isso não seja inútil nosso trabalho.

São Paulo, 13 de dezembro de 1909.

SÉRIE 2.^a

LIVROS DIDÁTICOS
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

VOL. 5

EDUARDO CARLOS PEREIRA



GRAMÁTICA
EXPOSITIVA

CURSO SUPERIOR



86.^a EDIÇÃO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

AUTORIDADES CLÁSSICAS QUE AMPLAMENTE
AUTORIZAM AS TEORIAS DESTA GRAMÁTICA

A. H.	— ALEXANDRE HERCULANO.
A. C.	— ANTÔNIO FELICIANO DE CASTILHO.
L. C.	— JOSÉ MARIA LAYNO COELHO.
G.	— JOÃO BATISTA DA SILVA LEITÃO D'ALMEIDA GARRIET.
G. D.	— A. GONÇALVES DIAS.
O. M.	— M. ODOMICO MENDES.
F. Lisboa	— JOÃO FRANCISCO LISBOA.
H. B.	— LEÍLA AUGUSTO RABELO DA SILVA.
C. C. B.	— CAMILO CASTILHO BRANCO.
F. E.	— FILIPPO EUSTO, FRANCISCO MANUEL DO NASCIMENTO.
A. P.	— PADRE ANSTÓLIO PEREIRA.
A. V.	— PADRE ANSTÓLIO VIZINA.
A. de F.	— <i>Arte de Furtar</i> , atribuída a A. V.
M. B.	— PADRE MANUEL BENSABARDAS.
L. B.	— Fr. Leão DE SOUSA.
J. Freire	— JACINTO FREIRE DE ANDRADE.
F. M.	— D. FRANCISCO MANUEL DO MELO
B. do Meneses	— SI DE MENESES.
F. H. L.	— FRANCISCO RODRIGUES LÓBO.
G.	— LOUIS DE CAMÕES.
G. V.	— GIL VICENTE.

EXPLANAÇÕES

No 2.º anno, de accordo com o programma official dos ginásios, revertido a matéria do anno antecedente, o professor entrará no desenvolvimento mais amplo da Fonologia e Morfologia, excetando, então, o estudo da Etimologia.

No 3.º anno, o professor, revertendo a matéria do anno anterior, entrará no estudo mais desenvolvido da sintaxe applicando-se ás "particularidades de construcção", ás figuras e aos "riscos de linguaçem" a que damos largo desenvolvimento, estabelecendo destarte o programma official.

As seguintes abreviaturas, usadas nesta obra, são facilmente intelligíveis: lat. + iso; gr. + ego; obs. + rrações; ex. + eçplo; exz. + eçlo; exz. = eçmçlo; exz. = eçopçes; P. ex. = por eçmçlo; /ul. + uro; + (mais) indica reunião; = (igual a) indica equivalência; r. + cillo; port. + uguçlo; → indica a procedência da forma proposta, p. ex., coctura → cepo, cepo ven de coctum.

- 15 -

PRÓLOGO DA 8.ª EDIÇÃO

SAI expurgada e bastante melhorada esta edição. Deu-nos novos estudos a larga acção deste nosso curso por ilustres professores tanto do Sul como do Norte do Brasil. Forneceram novos subsídios, estudos posteriores e a crítica suprativa de illustrados colegas. Deste modo fomos habilitado a sistematizar melhor algumas definições, ampliar exemplificações e notas, e acrescentar parágrafos. Na fonética coordenamos mais cuidadosamente os grupos vocálicos; na prosódia a quantidade e a acentuação tónica. Deimos na morfologia mais atenção á flexão genitíva e ao papel das conjunções. Na sintaxe melioramos melhor e ampliamos o estudo dos membros essenciais da proposição, e retocamos, desenvolvendo-as, as theorias sobre a regência. Finalmente, encerramos nossa revisão com um estudo sobre composição literária em prosa e verso.

Não damos conselhos e preceitos em relação aos diversos géneros de composição, bem como temas, modelos e sumários, rematando com um esboço tratado sobre metificação portugueza.

Esta parte poética de nosso compêndio segue-se á *Estilística*, e subtitul, no *Apêndice*, o *Esboço Histórico e Geográfico da lingua portugueza*, que melhor irá como *Introdução*, a uma scieta, que breve deverá servir de complemento á nossa *Grammatica Histórica*.

O amor ao estudo da lingua vernacula, rica herança de nossos avós, o apoio animador de uma parte respeitável do professorado nacional, o desejo ardente de que o idioma pátrio seja não só o vínculo sagrado e forte de nossa nacionalidade, mas a nobre expressão de nosso caráter, levam-nos a aproveitar o escasso tempo desses labores didácticos, na esperança de assim trazer modesta contribuição á futura grandeza do nosso país.

São Paulo, 25 de abril de 1918.

- 14 -

NOÇÕES PRELIMINARES

1. **Linguagem** é a “expressão do pensamento por meio de palavras”.

2. A **palavra** pode ser *falada* ou *escrita*: daí a *linguagem falada* ou *glótica*, e a *linguagem escrita* ou *gráfica*. A estas, por analogia, agrega-se a *linguagem gesticulada*, *mímica* ou *de ação*, constituída pelos *gestos* ou vários movimentos do corpo, de que se servem os mudos e, em parte, os oradores para darem vida ao discurso.

3. **Palavra** é um som oral ou combinação de sons orais, que exprime a idéia de alguma coisa, como: *pé, rosa, amar, justiça, belo, ser, é*.

4. Distinguem-se, na palavra:

- a) a *forma material* — o som ou a letra, e
- b) a *idéia* ou *significação*. Donde dois aspectos da palavra — o *vocábulo* e o *térmo*.

5. **Vocábulo** ou **DIÇÃO** é a palavra em relação à forma material, e **TÉRMO** em relação à idéia.

6. **Língua** “é um sistema natural de palavras de que se servem os agrupamentos de homens para entre si comunicarem seus pensamentos”.

7. **Vocabulário** ou **LÉXICO** de uma língua é a lista de seus vocábulos ou dições. Esta lista chama-se especialmente **DICIONÁRIO** ou **LÉXICON**, quando as palavras ou dições, dispostas em ordem alfabética, vêm acompanhadas da expliação de seu sentido.

Obs. — A língua pode ser — *viva, morta* ou *extinta*. *Viva*, quando falada por algum povo, como o *português, o francês, etc.*; *morta*, quando

GRAMÁTICA E SUA DIVISÃO

11. Gramática (gr. *gramma* = letra) é a sistematização dos fatos da linguagem.

Obs. — "Gramática é a ciência das palavras e suas relações, ou a arte de usar as palavras com acerto na expressão do pensamento." — é a definição de nossos edições anteriores. Al encarávamos os dois aspectos da gramática — o especulativo e o prático, seguindo a generalidade dos competentes na matéria. A gramática, define-a Mason, é a ciência que trata do discurso ou da linguagem. É o estudo comunita Aradun Dar-moster, cuja autoridade está acima de qualquer contestação, escreve, na Introdução do seu *Cours de Grammaire Historique de la Langue Française*: "A concepção de gramática como ciência é, podemos diz-lo, uma ideia nova nascida com a lingüística moderna. Assim entendida, é a gramática de uma língua a determinação das leis naturais, que a regem em sua evolução histórica. A gramática, acrescenta elle, pode ser considerada como arte. Deite modo a concentram os gregos e os latinos, e a idade Média, e assim a encaram os gramáticos modernos que não se prendem à escola histórica. Da antiga Roma nos veio esta definição: A gramática é a arte de escrever e falar correctamente. Existe uma boa tradição: a gramática tem o dever de a tornar conhecida e defendê-la contra qualquer alteração. É ensinando o bom uso que ella não se contenta em ser ciência, e torna-se arte. (Gr. *historique*, págs. 6 e 7.)"

12. Divido-se a gramática em — *geral* e *particular*, *histórica* e *expositiva*.

13. Gramática geral é, hoje, o estudo comparado de um grupo de línguas congêneras, como a *Gramática das Línguas Românicas*, de F. Diez.

14. Gramática particular é o estudo dos fatos de uma língua particular, quer encarados em seu estado actual, quer em suas transformações históricas.

15. Gramática histórica é o estudo das transformações de uma língua, no tempo e no espaço, feito comparativamente com as transformações paralelas das línguas e dialetos congêneres. É um estudo histórico-comparativo.

não mais falada por povo algum, e só conhecida por documentos escritos, como o *latim*, etc.; *extinta*, quando dela não existe, sequer, um documento.

8. As palavras, expressão das *idéias*, combinam-se para formar a *frase*, expressão do *pensamento*.

9. Frase é a combinação de palavras, que exprime um pensamento, é o elemento fundamental da linguagem. A frase pode ser a expressão *completa* ou *incompleta* do pensamento: a *flor do jardim* — é uma frase ou expressão de sentido *incompleto*; a *flor do jardim é bela*, de sentido *completo*. Esta última constitui o que se chama *proposição* ou *oração*.

10. **Proposição** é a frase de sentido *completo*, que contém a declaração de alguma coisa, p. ex.: *O sol ilumina a terra com luz extremamente viva*.

Obs. — Na proposição acima, *sol* é o *sujeito* de que se declara que *ilumina*, o verbo *ilumina* é o *predicado*, a coisa declarada do *sujeito*; a *terra*, com *luz extremamente viva*, são dois complementos do *predicado*. Todo o *sujeito* na frase modifica um substantivo, de que é complemento; o mesmo acontece com o *advérbio*, em relação à palavra por elle modificada; bem como *sujeito de luz* e *extremamente* do *vivo*. As *preposições* e *conjunções* são termos de *relação* ou *ligação*. Assim, cada palavra representa um papel na frase — de *sujeito*, *predicação*, *complemento* ou termo de *ligação*. O *sujeito* é, geralmente, representado por um substantivo ou pronome; o *predicado* por um verbo, e o *complemento* por qualquer espécie de palavra, e pode completar o sentido do *sujeito*, do *predicado* ou do próprio *complemento*.

Toda proposição deve conter dois termos *essenciais* — o **SUJEITO** e o **PREDICADO**, e um *accessório* — o **COMPLEMENTO**.

Sujeito — Compl.		Predicado — Compl.	
As — eis — do — a — valhice		merecem — respeito,	
O — amor — a — a — pátria		é — a — glória — de — os — cidadãos.	
Os — países — de — a — América		ocupam — a — maior — parte — do — o — continente,	
A — fé — sem — caridade		é — virtude — sem — valor.	
Ela — e — ela		estão — sem — esperança.	

16. Gramática expositiva, DESCRITIVA OU PRÁTICA, é a que expõe ou descreve metódicamente os fatos atuais de uma língua determinada.

17. Gramática expositiva portuguêsá é a exposição metodizada das regras relativas ao uso correto da língua portuguêsá.

18. Estuda a gramática a palavra sob dois aspectos fundamentais: ISOLADAS e COMBINADAS. Daí o dividir-se o seu estudo em duas partes, a saber:

1. LEXEOLOGIA. — 2. SINTAXE

19. Lexeologia é a parte da gramática que estuda as palavras *isoladas*, CONSIDERADAS em si.

20. Sintaxe é a parte da gramática que estuda as palavras *combinadas* para a expressão do pensamento.

EVANILDO BECHARA

Introdução

Que é uma língua

Entende-se por **língua** ou **idioma** o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende.

Uma língua pode ser instrumento particular de um povo único, como acontece com o chinês, o romeno, ou comum a mais de uma nação. Este é o caso do português, que serve a Portugal, ao Brasil e colônias ultramarinas lusas.

Este fato se explica historicamente pelos capítulos de expansão e colonização dos povos. Falamos o português como língua oficial porque, ao lado de outras instituições culturais, os portugueses no-la deixaram como traço da civilização que aqui fundaram depois de 1500.

A língua é um fenômeno cultural

A língua não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade a que pertence lhe transmite. “É evidente — ensina-nos Sapir — que, até certo ponto, o indivíduo humano está predestinado a falar, mas em virtude da circunstância de não ter nascido meramente na natureza, e sim no regaço de uma sociedade, cujo escopo racional é chamá-lo para as suas tradições” (1).

(1) E. SAPIR, *A Linguagem* (trad. brasileira de J. MATOSO CÂMARA JR.), 17-18.

Modalidades de uma língua

Uma língua de civilização apresenta as seguintes modalidades:

- a) **língua falada:** instrumento de comunicação cotidiana, que, sem preocupação artística, tem a seu dispor os múltiplos recursos lingüísticos da entoação e extralingüísticos da mimica, englobados na "situação" em que se acham falante e ouvinte;
- b) **língua escrita:** instrumento de comunicação menos frequente em que o escritor tem de suprir os recursos que estão à disposição da língua falada. Foge, por isso, muitas vézes às expressões comuns da linguagem ordinária para fins esotéricos e expressivos. Na língua escrita a "situação" tem de ser criada através da ordenação especial das idéias. "Isto é o que, segundo Bally, dá à língua escrita sua fisionomia particular: e assim se explica por que não é e por que não será jamais idêntica à língua falada. Pode-se dela aproximar, pode copiá-la, porém essa cópia é sempre uma transposição ou uma deformação. Sentidos particulares dados a vocábulos vagos, criação de vocábulos novos, conservação de outros que estão a ponto de morrer, ressurreição de vocábulos já há muito tempo fora de circulação, fenómenos semelhantes no tratamento da sintaxe e da construção das orações, etc., etc... Exagerando um pouco, poder-se-ia dizer que a língua escrita é "acrônica"; longe de dar uma idéia do estado contemporâneo de um idioma, combina, num amalgama, um pouco heteróclito, os diversos estágios por que passou o idioma" (1).

Os escritores modernos — uns com certo exagero — têm procurado diminuir a distância entre a língua falada e a escrita.

O ponto culminante deste afastamento é a **língua literária**, que é um aspecto da língua escrita, mas que com esta não se confunde. É o instrumento de que se utilizam os escritores nas suas obras; exige um cultivo especial e um ideal superior de expressão, além de estar sujeita aos preceitos das modas dominantes.

(1) Ch. BALLY, *Le Langage et la Vie*, 112.

Falar com termos da língua escrita, mormente do seu aspecto literário, no trato normal de todos os dias, provoca um defeito de adequação lingüística a que se dá o nome de **preciosismo**.

Língua geral e língua regional

A língua espalhada por grande extensão de terra pode apresentar particularidades cujo conjunto caracteriza a **língua regional**, e os traços lingüísticos que aí ocorrem recebem o nome de **regionalismos**.

Objeto da Gramática

Mas dentro da diversidade das línguas ou **falares regionais** se sobrepõe um uso comum a toda a área geográfica, fixada pela escola e utilizada pelas pessoas cultas: é isto o que constitui a **língua geral**, **língua padrão** ou **oficial** do país.

Cabe à **Gramática** registrar os fatos da língua geral ou padrão, estabelecendo os preceitos de como se fala e escreve bem ou de como se *pode falar e escrever bem* uma língua.

Dai ser a **Gramática**, ao mesmo tempo, uma **ciência** e uma **arte**.

Assim sendo, o **gramático** não é um legislador do idioma nem tampouco o tirano que defende uma imutabilidade do sistema expressivo. Cabe-lhe ordenar os fatos lingüísticos da língua padrão na sua época, para servirem às pessoas que conseqüam a aprender o idioma também na sua época.

Divisão da Gramática

A Gramática pode estudar: a) uma época determinada, b) uma seqüência de fases evolutivas de um idioma ou c) de vários idiomas.